

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**



**Dissertação**

**SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES DE BASE AGROECOLÓGICA - 1º**  
**DISTRITO DE CANGUÇU/RS: uma análise multidimensional para o**  
**desenvolvimento rural**

**Ana Carolina Bilhalva Drehmer**

**Pelotas, 2020**

**Ana Carolina Bilhalva Drehmer**

**SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES DE BASE AGROECOLÓGICA - 1º**

**DISTRITO DE CANGUÇU/RS:** uma análise multidimensional para o  
desenvolvimento rural

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Geografia da  
Universidade Federal de Pelotas, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Giancarla Salamoni

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

D771s Drehmer, Ana Carolina Bilhalva

Sistemas agrários familiares de base agroecológica - 1º  
Distrito de Canguçu/RS : uma análise multidimensional  
para o desenvolvimento rural / Ana Carolina Bilhalva  
Drehmer ; Giancarla Salamoni, orientadora. — Pelotas,  
2020.

203 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação  
em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade  
Federal de Pelotas, 2020.

1. Desenvolvimento rural. 2. Agricultura familiar. 3.  
Território. 4. Agroecologia. I. Salamoni, Giancarla, orient. II.  
Título.

CDD : 307.72

Ana Carolina Bilhalva Drehmer

SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES DE BASE AGROECOLÓGICA - 1º DISTRITO  
DE CANGUÇU/RS: uma análise multidimensional para o desenvolvimento rural

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 21/09/2020

Banca examinadora:

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giancarla Salamoni (Orientadora) – ICH – DEGEO – UFPel

.....  
Prof.<sup>o</sup> Dr. <sup>o</sup> Lúcio André de Oliveira Fernandes – FAEM – DCSA – UFPel

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Regina Caetano Costa – ICH – DEGEO- UFPel

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Mantelli – ICHI – FURG – Suplente

Dedico este trabalho a todas as formas de resistência amparadas no respeito da diversidade e na preservação da vida; especialmente a tão importante agricultura familiar de base agroecológica.

*“É preciso romper com o pensamento simplificador e excludente e afirmar a complexidade. Afinal, alguns só querem falar da rosa. Outros só destacam o espinho. É necessário que se elabore a visão que comporta tanto a rosa quanto o espinho: a visão da roseira.”*  
(PORTO-GONÇALVES, 1990, p. 74)

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão é a palavra que define meu sentimento ao concluir este trabalho, junto a sensação de dever cumprido enquanto acadêmica e pesquisadora.

Primeiramente, presto meus sinceros agradecimentos aos agricultores familiares que me acolheram em seus locais de trabalho, pelas suas entrevistas e pelas permissões para o uso de parte de suas histórias. Espero ter respeitado suas realidades a partir de seus relatos, essenciais para este trabalho.

Ao colega Germano, integrante do CAPA, que me propiciou as primeiras visitas nas famílias de agricultores e por sua contribuição ao aconselhar o contato a partir das feiras livres agroecológicas.

De coração, à minha orientadora, professora Giancarla Salamoni, que acompanhou todo o processo desta pesquisa, com uma orientação firmada no respeito e no profissionalismo. Sou grata por toda sua sensibilidade, sabedoria e experiência ao me escutar, me aconselhar e me ajudar em cada obstáculo, crise, dúvida, anseio e dificuldade. Além de sua ajuda financeira em eventos e, principalmente, no período da pandemia pelo Corona Vírus 2019. Tenho respeito e admiração por sua pessoa, sua ética e sua equilibrada maneira do ser profissional sem deixar de ser humana e que me inspira a seguir.

Ao grupo do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais e seus integrantes. O LEAA contribuiu para minha formação enquanto acadêmica e enquanto pessoa, além de me receber e me fazer sentir pertencente. Vou recordar dos grupos de estudos, das saídas de campo, das confraternizações, dos eventos, das discussões e atividades dos projetos, das conversas pós reuniões e das amizades cultivadas.

Em especial, aos meus colegas, às amizades pessoais e acadêmicas, aos meus familiares mais íntimos e, também, aos familiares mais distantes, pois sei que nem sempre é possível se fazer presente. Sinto-me grata por cada um de vocês que me aceitaram por quem sou e permaneceram do meu lado, me apoiando, me escutando, me advertindo e me proporcionando momentos felizes em meio ao caos da vida.

Ao meu cachorrinho Lino pelo companheirismo e por me lembrar do lado mais sensível e humano dentro de mim, me resgatando nos dias sombrios.

E ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas e a CAPES pela bolsa concedida, no último ano do mestrado.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta os sistemas agrários familiares, enquanto categoria analítica, a fim de pensar o desenvolvimento rural na perspectiva das dimensões do território. O objetivo central é investigar o processo agroecológico nos sistemas agrários familiares, do 1º Distrito de Canguçu/RS, como propulsor de estratégias de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa tendo como método de análise o pluralismo metodológico, utilizam-se as técnicas da entrevista semiestruturada e o levantamento fotográfico para coleta de dados primários. Foram entrevistadas dez famílias de agricultores familiares que comercializam em canais curtos, a saber: os agricultores familiares em transição agroecológica – da Feira Sabores da Terra pela Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu; e os agricultores familiares agroecológicos consolidados – da Feira Agroecológica da ARPA-SUL pela Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul. Nos resultados da pesquisa são caracterizados os sistemas agrários familiares a partir de seus elementos sociais, culturais, técnicos e de produção. Ademais, para a análise territorial foi adotada a abordagem da multidimensionalidade do território, dada pelas dimensões econômica-política-cultural-natural – EPCN. Para tanto, apresenta-se a dimensão natural e ambiental a partir da caracterização geográfica do município de Canguçu e da análise de mapas temáticos; a dimensão sociocultural e econômica pelo resgate da organização sócio-histórica e cultural do campesinato brasileiro e da agricultura familiar no município de Canguçu, importantes para compreender as práticas sociais e culturais presentes nos sistemas agrários familiares; a dimensão político e institucional pela atuação de mediadores e dos programas governamentais relevantes para esta categoria social; e, a partir disso, debate-se sobre as perspectivas para o desenvolvimento rural. Desse modo, observam-se as continuidades e descontinuidades do passado camponês nos sujeitos da pesquisa, dadas pela permanência de lógicas camponesas e pelas rupturas decorrentes do processo de modernização agrícola. Por outro lado, há a busca da reconstituição dos territórios e saberes articulando estratégias relacionadas ao processo agroecológico. Conclui-se que há processos dinâmicos de desenvolvimento rural de base territorial, a partir da produção agroecológica e sua comercialização, acarretando melhoria nas vidas das famílias de agricultores.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar. Território. Agroecologia.

## ABSTRACT

The present work presents the family agrarian systems, as an analytical category, in order to think about rural development from the perspective of the territory dimensions. The main objective was to investigate the agroecological process in family agrarian systems, in the 1st District of Canguçu/RS, as a driver of rural development strategies for family agriculture. This is a qualitative research using methodological pluralism as a method of analysis, techniques of semi-structured interviewing and photographic survey for primary data collection. A total of ten farming families, who sell their products in short channels, were interviewed, being them namely: family farmers in agroecological transition by the Feira Sabores da Terra of the Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu; and the consolidated agroecological family farmers – from the Feira Agroecológica da ARPA-SUL by the Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul. The results of the research present that family agrarian systems are characterized from their social, cultural, technical and production elements. Moreover, for the territorial analysis, the approach of the multidimensionality of the territory was adopted, given by the economic-political-cultural-natural dimensions - EPCN. Thus, the natural and environmental dimension is presented from the geographical characterization of the municipality of Canguçu and the analysis of thematic maps; the sociocultural and economic dimension for the rescue of the socio-historical and cultural organization of the Brazilian peasantry and family farming in the municipality of Canguçu, being important to understand the social and cultural practices present in family agrarian systems; the political and institutional dimension by the performance of mediators and government programs relevant to this social category; and, from this, a debate regarding the prospects for rural development can be developed. Thus, the continuities and discontinuities of the peasant past are observed in the research subjects, given the permanence of peasant logics and the ruptures resulting from the process of agricultural modernization. On the other hand, there is the search for the reconstitution of territories and knowledge by articulating strategies related to the agroecological process. Therefore, it can be concluded that there are dynamic processes of rural development of territorial basis, from agroecological production and its commercialization, resulting in improvement in the lives of farmers' families.

**Keywords:** Rural Development. Family Agriculture. Territory. Agroecology.

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Dados da Produção Agrícola do Município de Canguçu .....     | 54  |
| Quadro 2 – Amostra das Famílias Entrevistadas .....                     | 84  |
| Quadro 3 – Produtos Cultivados com Maior Importância para Renda.....    | 112 |
| Quadro 4 – Lugares Preferidos de Descanso e Trabalho das Famílias ..... | 155 |

## **LISTA DE ESQUEMAS**

|                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| Esquema 1 – Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos ..... | 25 |
| Esquema 2 – Proposta Teórico-Metodológica da Pesquisa .....               | 36 |

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

|                                                                                                                                                                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fotografia 1 – Cavalo da Propriedade da Família 2 .....                                                                                                                                                                                               | 103 |
| Fotografia 2 – Criação de Bovinos: A) Família 2; B) Família 2 e C) Família 7 .....                                                                                                                                                                    | 105 |
| Fotografia 3 – Criação de Aves: A) Família 1; B) Família 9; C) Família 2; D) Família 2; E) Família 9 .....                                                                                                                                            | 105 |
| Fotografia 4 – Criação de Suínos: A) Família 2; B) Família 7 e C) Família 9 .....                                                                                                                                                                     | 106 |
| Fotografia 5 – Criação de Ovinos da Família 9 .....                                                                                                                                                                                                   | 106 |
| Fotografia 6 – Cultivo de Tabaco da Família 2 .....                                                                                                                                                                                                   | 110 |
| Fotografia 7 – Produção de Cebola da Família 9 .....                                                                                                                                                                                                  | 113 |
| Fotografia 8 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Sabores da Terra de Canguçu: A), B) e C) Banca da Família 1; D), E) e F) Banca da Família 2; G) e H) Banca da Família 3; I) e J) Banca da Família 4; K) e L) Banca da Família 5 ..... | 120 |
| Fotografia 9 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Agroecológica da ARPA-SUL de Canguçu .....                                                                                                                                            | 120 |
| Fotografia 10 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Agroecológica da ARPA-SUL da Bento Gonçalves/Pelotas .....                                                                                                                           | 121 |
| Fotografia 11 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Agroecológica da ARPA-SUL da Dom Joaquim/Pelotas.....                                                                                                                                | 121 |
| Fotografia 12 – Família 1 A) Mudanças de Hortaliças; B) Horta .....                                                                                                                                                                                   | 131 |
| Fotografia 13 – Cultivo de Milho: A) Família 9; B) Família 2 e C) Família 7 .....                                                                                                                                                                     | 132 |
| Fotografia 14 – Cultivo de Hortaliças: A) Família 2; B) Família 2; C) Família 2; D) Família 5; E) Família 7; F) Família 7; G) Família 7 e H) Família 7 .....                                                                                          | 132 |
| Fotografia 15 – Estrutura das Estufas: A) Família 2; B) Família 5; C) Família 5; D) Família 5; E) Família 5; F) Família 5; G) Família 7 e H) Família 9 .....                                                                                          | 133 |
| Fotografia 16 – Cultivo de Morango em Estufa: A) Família 1; B) Família 1; C) Família 1; D) Família 2; E) Família 2 e F) Família 5.....                                                                                                                | 133 |
| Fotografia 17 – Cultivos em Estufa: A) Família 9; B) Família 5; C) Família 5; D) Família 5; E) Família 5 e F) Família 7 .....                                                                                                                         | 134 |
| Fotografia 18 – Recursos Hídricos: A) e B) Sangas na propriedade da família 2; C) Cisternas da Família 7; D) e E) Arroio utilizado pela Família 9 .....                                                                                               | 134 |
| Fotografia 19 – Tratores A) Família 9; B) Família 7 e Motocultivador C) Família 7 .....                                                                                                                                                               | 138 |
| Fotografia 20 – Adubo Orgânico – Esterco da Família 7.....                                                                                                                                                                                            | 142 |
| Fotografia 21 – Árvore de Cinamomo – Lugar de Descanso da Família 5.....                                                                                                                                                                              | 156 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – Composição Familiar .....                                         | 88  |
| Gráfico 2 – Quantidade de Mulheres e de Homens por Faixa Etária .....         | 90  |
| Gráfico 3 – Porcentagem Total de Pessoas por Faixa Etária.....                | 90  |
| Gráfico 4 - Quantidade de Pessoas nos Níveis Escolares por Faixa Etária ..... | 93  |
| Gráfico 5 – Percentual Total de Pessoas nos Níveis Escolares.....             | 94  |
| Gráfico 6 – Tamanho das Propriedades em Hectares das Famílias .....           | 95  |
| Gráfico 7 – Percentual Total das Condições dos Agricultores.....              | 96  |
| Gráfico 8 – Percentuais das Formas de Aquisição das Propriedades.....         | 97  |
| Gráfico 9 – Contratação de Trabalhadores .....                                | 97  |
| Gráfico 10 – Quantidade de Famílias por Fonte de Renda .....                  | 99  |
| Gráfico 11 – Porcentagem das Atividades de Maior Importância.....             | 101 |
| Gráfico 12 – Criações para a Produção e suas Finalidades.....                 | 104 |
| Gráfico 13 – Produções nas Propriedades Familiares .....                      | 107 |
| Gráfico 14 – Percentuais dos Canais de Comercialização dos Produtos.....      | 108 |
| Gráfico 15 – Produções das A) Famílias 1 a 5 e das B) Famílias 6 a 10 .....   | 109 |
| Gráfico 16 – Percentuais dos Cultivos Agroecológicos. ....                    | 113 |
| Gráfico 17 – Acesso aos Créditos .....                                        | 123 |
| Gráfico 18 – Assistência Técnica .....                                        | 125 |
| Gráfico 19 – Uso do Solo (ha) .....                                           | 129 |
| Gráfico 20 – Percentuais de Usos do Solo.....                                 | 130 |
| Gráfico 21 – Disponibilidade de Recursos Hídricos nas Propriedades.....       | 135 |
| Gráfico 22 – Nascentes: uso e manutenção.....                                 | 137 |
| Gráfico 23 – Máquinas e Instrumentos utilizados na Produção Agrícola.....     | 138 |
| Gráfico 24 – Práticas de Conservação do Solo .....                            | 140 |
| Gráfico 25 - Tipos de Insumos e Frequência de Uso .....                       | 141 |
| Gráfico 26 – Sucessão Hereditária das Famílias .....                          | 146 |
| Gráfico 27 – Ajuda Mútua.....                                                 | 147 |
| Gráfico 28 – Participação na comunidade.....                                  | 148 |

## LISTA DE MAPAS

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1 – Município de Canguçu/RS.....                             | 39 |
| Mapa 2 - Geomorfologia do Município de Canguçu/RS .....           | 47 |
| Mapa 3 – Rede Hidrográfica do Município de Canguçu/RS .....       | 50 |
| Mapa 4 – Unidades de Paisagem do Município de Canguçu/RS .....    | 51 |
| Mapa 5 – Cobertura e Usos do Solo do Município de Canguçu/RS..... | 52 |
| Mapa 6 – Produção Agrícola do Município de Canguçu/RS.....        | 53 |
| Mapa 7 – Localização das Famílias Entrevistadas.....              | 85 |
| Mapa 8 – Localização das Feiras Agroecológicas .....              | 85 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                             |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------|
| AC       | Autoconsumo                                                                 |
| AFAC     | Agricultores Familiares Agroecológicos Consolidados                         |
| ANATER   | Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural                    |
| EMATER   | Associação Riograndense de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| AFTA     | Agricultores Familiares em Transição Agroecológica                          |
| ANA      | Agência Nacional de Águas                                                   |
| APP      | Área de Proteção Permanente                                                 |
| ARPA-SUL | Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul              |
| ATER     | Assistência Técnica e Extensão Rural                                        |
| BDIA     | Banco de Dados de Informações Ambientais                                    |
| C        | Comercialização                                                             |
| CAPA     | Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia                                  |
| CNPO     | Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos                                   |
| Contag   | Confederação Nacional dos Trabalhados na Agricultura                        |
| COOPAR   | Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA              |
| CTG      | Centro de Tradições Gaúchas                                                 |
| EFC      | Ensino Fundamental Completo                                                 |
| EFI      | Ensino Fundamental Incompleto                                               |
| EMBRAPA  | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                                 |
| EMC      | Ensino Médio Completo                                                       |
| EMI      | Ensino Médio Incompleto                                                     |
| EPCN     | economia-política-cultura-natureza                                          |
| ESC      | Ensino Superior Completo                                                    |
| ESI      | Ensino Superior Incompleto                                                  |
| FEE      | Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser                 |
| FEPAM    | Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler              |
| ha       | Hectare                                                                     |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                             |
| MAPA     | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                         |
| MDA      | Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário                              |

|          |                                                             |
|----------|-------------------------------------------------------------|
| MST      | Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra                |
| NIE      | Não está em Idade Escolar                                   |
| PAA      | Programa de Aquisição de Alimentos                          |
| PIB      | Produto Interno Bruto                                       |
| PNAE     | Programa Nacional de Alimentação Escolar                    |
| PRONAF   | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONATER | Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural   |
| RS       | Rio Grande do Sul                                           |
| UFPEL    | Universidade Federal de Pelotas                             |
| UFRGS    | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                   |
| UPN      | Unidade de Paisagem Natural                                 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                       |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                             | <b>14</b>  |
| <b>2 METODOLOGIA E ANÁLISE TERRITORIAL .....</b>                                                                                      | <b>21</b>  |
| <b>2.1 Procedimentos Metodológicos .....</b>                                                                                          | <b>21</b>  |
| <b>2.2 A Análise Territorial .....</b>                                                                                                | <b>30</b>  |
| <b>2.3 O Recorte Territorial da Pesquisa: o município de Canguçu/RS .....</b>                                                         | <b>38</b>  |
| <b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CAMPESINATO BRASILEIRO E DA AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>                                   | <b>56</b>  |
| <b>3.1 As Formas de Campesinato no Período Colonial.....</b>                                                                          | <b>59</b>  |
| <b>3.2 A Formação Camponesa no Rio Grande do Sul .....</b>                                                                            | <b>65</b>  |
| <b>3.3 O Campesinato na Serra dos Tapes .....</b>                                                                                     | <b>68</b>  |
| <b>3.4 A Agricultura Familiar Contemporânea: rupturas e permanências .....</b>                                                        | <b>71</b>  |
| <b>3.5 Agricultura de base agroecológica: breve histórico e conceituação da agroecologia.....</b>                                     | <b>76</b>  |
| <b>4 OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO 1º DISTRITO DE CANGUÇU/RS</b>                                                                 | <b>83</b>  |
| <b>4.1 Sistema Social: características das famílias, de suas propriedades e do trabalho .....</b>                                     | <b>86</b>  |
| <b>4.2 Sistema Produtivo: tipologia da produção, destino dos produtos e formação da renda agrícola.....</b>                           | <b>102</b> |
| <b>4.3 Sistema Funcional: técnicas, instrumentos e práticas .....</b>                                                                 | <b>123</b> |
| <b>4.4 Sistema Cultural: práticas culturais, sociabilidade e perspectivas .....</b>                                                   | <b>145</b> |
| <b>5 DESENVOLVIMENTO RURAL NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO .....</b>                                                                     | <b>163</b> |
| <b>5.1 Breve Contextualização .....</b>                                                                                               | <b>163</b> |
| <b>5.2 Bases Teóricas-Metodológicas: Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Rural Sustentável e Desenvolvimento Territorial .....</b> | <b>167</b> |
| <b>5.3 Desenvolvimento Rural na Perspectiva da Multidimensionalidade do EPCN .....</b>                                                | <b>172</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                   | <b>188</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                               | <b>190</b> |
| <b>APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PARA AGRICULTORES .....</b>                                                                   | <b>199</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência geográfica tem a relação da sociedade com a natureza como objeto de estudo e se utiliza dos conceitos de espaço, paisagem, região, lugar, rede e território para analisar e compreender as ações humanas na superfície terrestre. O objeto da geografia nada mais é que “a prática e o conhecimento que os homens têm dessa realidade que chamamos de espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 267). O espaço se faz como morada do ser humano e *locus* de suas práticas sociais, “é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento” (SAQUET, 2009, p. 77).

O espaço geográfico passa a ser compreendido pelas lentes do território quando analisado sob suas formas de apropriação, suas dimensões econômica, política-jurídica, sociocultural e ambiental, além das relações de poder estabelecidas pelos grupos sociais, em determinado momento histórico, pois “o espaço está no tempo e o tempo está no espaço” (SAQUET, 2009, p. 74). A partir da linha de pesquisa de análise territorial, este trabalho se insere na subárea da Geografia, a Geografia Agrária, e está ancorado junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas.

A Geografia Agrária tem como objeto de estudo a organização do espaço agrário, com ênfase nas relações, práticas e dinâmicas relacionadas à agricultura. A agricultura é desenvolvida a partir da relação do ser humano (produtor/agricultor) com seu espaço de produção – o meio físico e com os processos históricos, portanto, não há agricultura sem a presença e ação humana. Ademais, a Geografia Agrária analisa o contexto social, cultural, econômico e político, além da dimensão ambiental em que a agricultura está inserida.

Portanto, parte-se da compreensão da organização dos sistemas agrários, sendo “o modo de organização adotado por uma sociedade rural para explorar seu espaço e gerar seus recursos” resultante das “interações entre restrições e potencialidades do meio físico, as características socioeconômicas da comunidade e das tecnologias adquiridas pela sociedade rural, ao mesmo tempo em que estas interações sofrem influências de fatores externos ao meio” (QUEIROGA, 2012, p. 54). Busca-se compreender como se conformam as estratégias de reprodução dos sistemas agrários familiares, do 1º distrito de Canguçu/RS, a partir da produção agroecológica na perspectiva da análise territorial do desenvolvimento rural.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo os sistemas agrários familiares, do 1º Distrito do município de Canguçu/RS, constituídos por agricultores familiares que estão em processo de transição agroecológica ou que concluíram a transição e possuem sua produção orgânica credenciada junto ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CNPO/MAPA)<sup>1</sup>. Assim, os agricultores familiares entrevistados foram denominados como agricultores familiares em transição agroecológica – AFTA, compreendendo as famílias 1 a 5, e como agricultores familiares agroecológicos consolidados – AFAC, compreende as famílias 6 a 10 que possuem produção orgânica.

A agricultura familiar é compreendida a partir de suas raízes históricas no campesinato, desde o período do Brasil Colônia, no século XVI, até os dias atuais, sendo aquela que tem sua unidade de produção gerida pela própria família, assumindo um papel central para sua reprodução socioeconômica. Assim, campesinato e agricultura familiar são conceitos que possuem equivalência representam parte da sociedade brasileira enquanto categorias sociais e políticas. A palavra *camponês* carrega consigo as lutas travadas pelo campesinato que são, também, da agricultura familiar na busca por formas de manutenção de seus modos de vida. (WANDERLEY, 2004)

As rupturas entre o passado do camponês e o agricultor familiar moderno estão relacionadas ao processo de modernização da agricultura, implementado nos anos 1960 e 1970, através da inserção do pacote tecnológico de inovações químicas, mecânicas e biológicas. Este processo trouxe impactos negativos para os agricultores familiares em termos econômicos, como o endividamento; sociais, como a substituição da mão de obra; ambientais pela contaminação do solo e águas, além das consequências na saúde dos agricultores, como pelo uso de agrotóxicos nos cultivos.

No entanto, a agricultura familiar é marcada pela resistência e sua capacidade adaptativa frente as mudanças que afetam sua permanência no rural, sendo tomadas decisões para que a família possa se integrar as dimensões socioeconômica e

---

<sup>1</sup> De acordo com o marco legal da produção orgânica, para que um produto orgânico possa ser comercializado como tal, necessita passar por um processo de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2007; POLLNOW, 2018). Nesse sentido, todos os AFAC nessa pesquisa estão credenciados no CNPO/MAPA. Ver, a propósito: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em outubro de 2020.

políticos; ainda que permanecem as lógicas familiares, tanto para pensar nas estratégias de produção, quanto na possibilidade de reprodução social (WANDERLEY, 2004).

Assim, como forma de resistir e enfrentar os efeitos negativos da modernização, uma das estratégias que as famílias de agricultores adotam são as práticas e técnicas agroecológicas. Essas práticas agrícolas se fazem por meio do processo de transição agroecológica firmado nos princípios e valores da agroecologia. A agroecologia, por um lado, “é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2000, p. 56).

Através do processo de transição agroecológica, conforme Gliessman (2000), é possível romper com o modelo de produção pelo uso do pacote tecnológico da agricultura convencional para assumir um modelo de agricultura sustentável. Assim, o processo de transição agroecológica é crucial, pois são construídos, gradativamente e coletivamente, novos saberes articulados com saberes tradicionais locais. Neste processo, busca-se solucionar demandas de caráter produtivo, social e econômico, para se alcançar um desenvolvimento rural e sustentável, ou seja, uma melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias.

Entende-se desenvolvimento rural como uma “base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos atores e setores produtivos e de apoio” (KAGEYAMA, 2008, p. 67). O desenvolvimento rural deve ter em vista a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, não de forma restrita a dimensão econômica, mas deve integrar as dimensões social, cultural e política dos agricultores. Também, a discussão nesta pesquisa sobre o desenvolvimento rural envolve, o desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia.

Para tanto, é possível pensar o desenvolvimento rural, na perspectiva territorial, lançando mão da proposta teórico-metodológica de Saquet (2002; 2005; 2009), o qual apresenta três dimensões que estão interconectadas e são indissociáveis para a compreensão do território, são elas: econômica, política e cultural (EPC), além da dimensão natural (EPCN). Para Saquet, é fundamental reconhecer e apreender os processos sociais e naturais, concomitantemente, como uma forma de abordagem territorial orientada pelo método utilizado pelo pesquisador.

Portanto, a partir dos sistemas agrários familiares, o problema de pesquisa tem como questão central: a agricultura de base agroecológica se apresenta como estratégia propulsora do desenvolvimento rural de base territorial? Para responder esta questão, a pesquisa tem como objetivo geral investigar o processo agroecológico nos sistemas agrários familiares, do 1º Distrito de Canguçu/RS, como propulsor de estratégias de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. E, como objetivos específicos: a) caracterizar o município de Canguçu/RS; b) apresentar o contexto sócio-histórico de organização da agricultura familiar; c) compreender os sistemas agrários familiares do 1º Distrito, do município de Canguçu/RS; d) identificar os processos sociotécnicos relacionados à agroecologia; e) discutir os limites e as possibilidades para o desenvolvimento rural sob a perspectiva territorial.

O trabalho está estruturado em sete capítulos, a saber: o primeiro é a introdução; o segundo trata da metodologia que apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, bem como a discussão da análise territorial e o contexto empírico do município de Canguçu/RS; o terceiro apresenta a formação histórica da agricultura familiar e sua conceituação, desde o período colonial até os dias atuais; o quarto apresenta os resultados e discussão sobre os sistemas agrários familiares do 1º Distrito, do município de Canguçu/RS, a partir metodologia de Diniz (1984) e da análise dos dados primários obtidos pelas entrevistas; o quinto traz os referenciais analíticos sobre o tema do desenvolvimento rural e sustentável, além da discussão sobre os limites e possibilidades para um desenvolvimento rural, relacionando as quatro dimensões do território (Econômica; Política; Cultural; e Natural – EPCN). Por fim, o sexto capítulo que apresenta as considerações finais do trabalho.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para as reflexões no campo dos estudos agrários e, especificamente, ampliar os conhecimentos sobre as formas de organização dos sistemas agrários familiares e das estratégias de reprodução socioeconômicas, a partir da agroecologia, como possibilidades de desenvolvimento rural, na perspectiva territorial.

## **2 METODOLOGIA E ANÁLISE TERRITORIAL**

No que se refere à metodologia, ou seja, aos “procedimentos utilizados pelo pesquisador, material e métodos, em uma determinada investigação, sendo as etapas a seguir em um determinado processo” (ALVES, 2008, p. 230), foram utilizados, quanto ao método de análise, o pluralismo metodológico e, quanto ao método de investigação, a pesquisa qualitativa. Na sequência, no que se refere à análise territorial, realiza-se a discussão teórica sobre o conceito de território, norteador da pesquisa. Por fim, apresenta-se o recorte territorial do município de Canguçu a partir de seus contextos empírico e sócio-histórico.

### **2.1 Procedimentos Metodológicos**

O método deve seguir um regramento sendo “um instrumento organizado que procura atingir resultados estando diretamente ligado a teoria que o fundamenta” (ALVES, 2008, p. 229). Sob o olhar analítico, a partir do pluralismo metodológico, o método de investigação pensado para desenvolver essa pesquisa caracteriza-se pela pesquisa qualitativa, entendendo-a como “estudos sobre a vida em comunidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 120), que buscam a análise e compreensão da realidade. Por fim, as técnicas para coleta de dados primários serão a entrevista semiestruturada e o levantamento fotográfico.

#### **2.1.1 Método de análise: pluralismo metodológico**

O método de análise pluralismo metodológico permite compreender que a Geografia é uma ciência complexa que não pode ser explicada apenas por uma corrente de pensamento. Ou seja, o método geográfico, diferindo-se dos métodos que surgiram em outras ciências, se constituiu a partir da síntese de vários métodos. Além disso, o método é desenvolvido ao longo da pesquisa e não é a pesquisa que se adequa ao método (ALVES, 2010). O pluralismo metodológico fomenta o “confronto de ideias e ideais, além de emergir novas possibilidades de estudos” (ALVES, 2010, p. 263).

No entanto, o autor reforça a diferença entre o pluralismo metodológico e o ecletismo metodológico. O ecletismo trata-se do “emprego de teorias, conceitos e métodos distintos, inclusive de filosofias divergentes, mas sem a preocupação em explicitar a utilização dos mesmos” (ALVES, 2010, p. 271). Já o pluralismo metodológico explica o método utilizado nas análises e o porquê para seu uso, a partir do enfoque geográfico.

A Geografia passa a ser plural por contemplar a “diversidade de concepções metodológicas, técnicas e conceituais, além de permitir a utilização de teorias de outras áreas do conhecimento para explicar os fenômenos espaciais” (ALVES, 2010, p. 270). Dessa forma, o estudo da epistemologia da Geografia se faz essencial para possibilitar o uso de abordagens diversas, bem como a “gênese da ciência e suas tendências, pois conhecendo as origens podemos traçar o caminho a ser seguido e quais as contribuições de cada momento deixou de positivo para a construção geográfica” (ALVES, 2010, p. 271).

Para entender a pluralidade na Geografia, Alves (2010) explica as transformações que ocorreram na epistemologia da Geografia no Brasil, a partir de quatro momentos, a saber: a geografia clássica, a geografia nova e a geografia crítica, e, posteriormente, o momento atual da geografia plural. Em específico, trata da produção do conhecimento na área da geografia agrária brasileira, sendo que esta passou por “rupturas de paradigmas em determinados momentos da história geográfica”, embora defenda que “nunca houve uma homogeneidade absoluta de concepções na geografia agrária, sempre quando uma abordagem se sobressaiu, outros enfoques foram utilizados” (ALVES, 2010, p. 265).

Em síntese, Alves (2010) apresenta um quadro explicativo da Geografia Clássica, da Geografia Teorética-Quantitativa (ou Nova Geografia), da Geografia Crítica e da Geografia Plural, destacando a categoria principal, o objeto de estudo, os conceitos operacionais e o método de análise de cada uma. Assim, como categoria de análise principal, a Geografia clássica tem a paisagem natural e cultural; a Geografia quantitativa tem o espaço organizado; a Geografia crítica tem o espaço produzido e o espaço vivido e a Geografia plural tem o espaço como multidimensional e complexo.

Como objeto de estudo, na Geografia clássica a natureza se impõe aos seres humanos; na Geografia Teorético-quantitativa, a natureza e o ser humano são tratados em equilíbrio/sistêmico; na Geografia crítica, o ser humano produz e

transforma a natureza e na Geografia plural, o ser humano produz e transforma a natureza que lhe serve. Como conceitos operacionais, a clássica tem a região e a área; a quantitativa, região e geossistema; a crítica, território, lugar e paisagem e a plural, território, rede, lugar e paisagem. E, finalmente, como método de análise, a Geografia clássica adota o indutivo-empírico-descritivo; a Geografia quantitativa utiliza a dedução-modelagem-estático; a Geografia crítica é essencialmente marcada pelo método dialético-histórico e pela fenomenologia e, a Geografia plural está representada pelo ecletismo-pluralismo (ALVES, 2010).

Segundo Alves (2010), houve um equilíbrio teórico-metodológico entre 1939 e 1990, com padrões no que se referem à teoria, conceitos e métodos. Nos anos 80, houve um pluralismo nos métodos de análise nos trabalhos da Geografia Agrária e, após os anos 1990, se acentua o pluralismo ao ponto de não haver mais “uma abordagem predominante e sim uma convivência entre várias abordagens” (ALVES, 2010, p. 265). Portanto, o autor defende a classificação de uma Geografia plural pós geografia crítica, onde predominam estudos com base no ecletismo metodológico e no pluralismo metodológico.

O autor explica que sempre houve a diversidade de concepções filosóficas na geografia, desde o positivismo clássico ao materialismo histórico-dialético, e, também, “sempre houve nuances e divergências entre o pensamento hegemônico” (ALVES, 2010, p. 191). Como principais características da Geografia Agrária brasileira entre 2000 e 2009, Alves (2010) elenca como teoria e método: o marxismo; o pluralismo e o método sistêmico. Como abordagens, a econômica; a histórica-ambiental; a política; a estatística e a teórico-metodológica. Como conceitos, a ruralidade; a relação rural-urbano ou campo-cidade; a multifuncionalidade; a pluriatividade; os movimentos socioterritoriais; o agronegócio; o turismo rural; a sustentabilidade e a agroecologia. Como técnicas, a pesquisa qualitativa; a pesquisa mista; o trabalho de campo; a pesquisa participante-ação; a diminuição do “rigor” estatístico e os estudos de casos.

Partindo disso, esta pesquisa adota o pluralismo metodológico para compreender o campo da agricultura de caráter familiar, tendo como conceitos norteadores a agricultura familiar, o território, a agroecologia e o desenvolvimento rural. A partir da pesquisa qualitativa, o pluralismo permite e abrange as abordagens econômica, histórica, ambiental e política, a partir da análise territorial e suas múltiplas dimensões. Ademais, adota-se a abordagem sistêmica para investigar e compreender

a organização dos sistemas agrários familiares articulados ao sistema da agricultura, sendo uma aproximação com a metodologia de Diniz (1984).

A abordagem sistêmica tem como principal precursor a obra *Teoria Geral dos Sistemas* de Bertalanffy (1975). Inicialmente, a teoria dos sistemas adentrou na geografia por meio da geografia física, nos estudos da geomorfologia (SODRÉ; SALAMONI, 2016). Segundo Miguel, Mazoyer e Roudart (2009), a geografia agrária se apropria do conceito de sistema e da abordagem sistêmica por volta de 1950, num contexto de reconfiguração da lógica global influenciada pelo fim da Segunda Guerra Mundial e seus efeitos. O uso das teorias de sistemas agrários pela abordagem sistêmica na geografia agrária adveio de uma tentativa para representar a agricultura enquanto produto de relações estabelecidas e organizadas a partir de seus territórios e na relação com o externo, num determinado momento histórico.

Sodré e Salamoni (2016) apontam que a abordagem sistêmica se desenvolve como uma perspectiva que propõe o estudo da totalidade de um fenômeno em contrapartida a segmentação do conhecimento pesquisado em partes. O pensamento sistêmico se caracteriza como complexo, por ser “capaz de englobar diversas áreas do conhecimento, convergindo para a noção de síntese geográfica do espaço, na qual os processos naturais e humanos são tratados de forma integrada, em diferentes escalas” (SODRÉ; SALAMONI, 2016, p. 315).

A utilização do enfoque sistêmico permite explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam uma realidade agrária e que, muitas vezes, dependem não somente das propriedades de seus elementos construtivos, mas, sobretudo, de suas inter-relações. (MIGUEL; MAZOYER, 2014, p. 300)

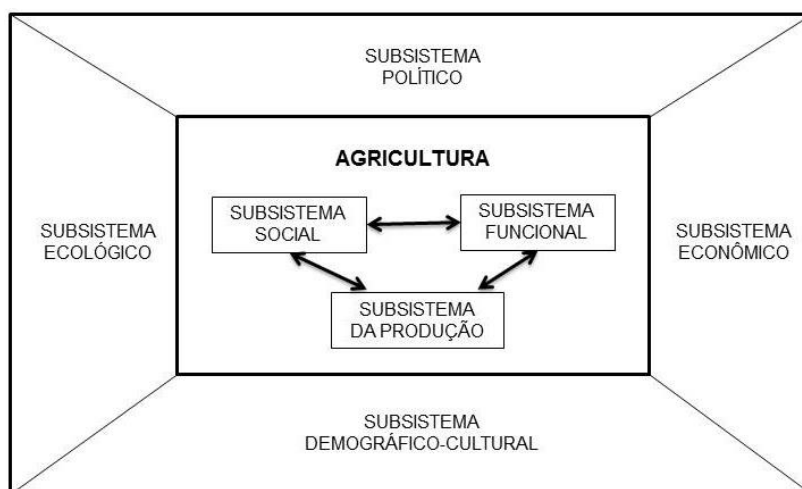
Assim, a partir de Bertalanffy (1975), a abordagem sistêmica busca a totalidade de um sistema, a fim de compreender sua dinâmica e sua organização, investigando as relações entre suas partes articulando-as com o todo que integram. Analisando os autores que influenciaram no desenvolvimento da abordagem sistêmica, as autoras refletem que:

A ideia de que o todo é maior do que o somatório de suas partes indica também como ocorre a organização dos sistemas, os quais comportam sempre sistemas de menor amplitude e complexidade e são abarcados por outros sistemas mais abrangentes e com maior diversidade de conexões entre si, conformando assim uma organização hierárquica. Essa organização, contudo, não apresenta uma estabilidade irreversível, podendo ser alterada de acordo com a dinâmica das relações associativas ocorridas nos sistemas. (SODRÉ; SALAMONI, 2016, p. 314 e 315)

De acordo com Silva Neto e Basso (2005), o sistema agrário corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise da diversidade socioespacial e dos diferentes tipos específicos de agricultores e agriculturas. “O conceito de sistema agrário é o instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de toda forma de agricultura real pela análise metódica de sua organização e de seu funcionamento” (MIGUEL; MAZOYER, 2014, p. 302).

Para que se possa compreender o que é um sistema agrário, no entanto, é necessário distinguir a agricultura tal como ela se apresenta na realidade, ou seja, um objeto de observação e de análise. Ou seja, “o desenvolvimento de um sistema agrário resulta da dinâmica de suas unidades de produção agrícola” (MIGUEL; MAZOYER, 2014, p. 301).

No Brasil, José Felizola Diniz (1984) é um dos geógrafos agrários que adotou o método sistêmico nos seus estudos, pensando a agricultura na forma de sistemas (internos e externos) para diagnosticar a realidade agrária e entender as dinâmicas presentes no espaço rural, através do sistema da agricultura. Assim, em sua obra *Geografia da Agricultura*, propõe um estudo da agricultura de caráter espacial a partir dos elementos que integram o espaço agrário complexo, considerando a agricultura como uma atividade complexa. Diniz (1984) analisa o sistema da agricultura pelo conjunto dos subsistemas externos e internos que a conformam. Conforme o esquema 1, os subsistemas externos são: o político, o econômico, o ecológico e o demográfico-cultural; e os subsistemas internos são: o social, o funcional e de produção.



Esquema 1 – Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos  
Fonte: DINIZ (1984, p. 58).

(...) Os *elementos internos da agricultura*, procura estabelecer os conceitos de posse e exploração, utilização da terra, técnicas e intensidade da agricultura, tratando ainda de questões de produção, produtividade, orientação e especialização agrícolas. (...) Os *elementos externos*, segue a mesma linha do anterior, definindo e mensurando os elementos externos da agricultura, condições ecológicas, culturais, demográficas, políticas e econômicas. (DINIZ, 1984, p. 18)

Nesse sentido, o autor afirma que “a agricultura é extremamente diversificada, apresentando-se em condições muito diferentes de uma área para outra, e até de uma propriedade para outra vizinha” (DINIZ, 1984, p. 19). Sua diversidade decorre, em primeiro lugar, de sua característica difusa espacialmente, ou seja, “nas diversas partes do globo, a agricultura é desenvolvida em meios ecológicos, econômicos, sociais e políticos diferentes” (DINIZ, 1984, p. 20). Em segundo, apresenta diferentes níveis e estágios de desenvolvimento e, por fim, é uma “atividade econômica com base em diferentes produtos” (DINIZ, 1984, p. 20).

Nesta pesquisa, foi realizada uma aproximação metodológica com Diniz (1984) a partir dos elementos internos da agricultura, sendo o sistema social, o sistema produtivo e o sistema funcional, acrescentando o sistema cultural, a fim de caracterizar os sistemas agrários das famílias de agricultores familiares camponeses. O sistema social compreende aspectos que caracterizam o agricultor familiar e sua família, perpassando por questões acerca do tipo de propriedade, estrutura familiar, relações de trabalho. O sistema produtivo abrange aspectos da produção, ou seja, quais produtos são produzidos, suas finalidades e destinos. O sistema funcional diz respeito a maneira de saber-fazer, ou seja, do como é produzido, abrangendo a questão do uso do solo, bem como sua conservação, e adubação, também sobre a assistência técnica e acesso a créditos. E o sistema cultural abrange aspectos que os anteriores não abarcam, como a relação com a comunidade, como a participação de eventos e a ajuda mútua, questões de tradição das famílias relacionadas às práticas agrícolas, patrimônios materiais e sobre as percepções do espaço rural e da agricultura.

### 2.1.2 Métodos de investigação: a pesquisa qualitativa

A pesquisa é uma investigação, “um estudo deliberado, uma busca pela compreensão” (STAKE, 2011, p. 23). Triviños (1987) fala sobre a definição do que é uma pesquisa qualitativa, pois esta se conforma a partir das bases teóricas dos

métodos estrutural-funcionalista, fenomenológico ou materialista dialético. Dessa forma, “o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador” (TRIVIÑOS, 1987, p. 125). No caso desta pesquisa, o pluralismo metodológico é o método a qual se apoia, por se acreditar que os métodos comumente utilizados na ciência geografia limitam a própria geografia e seu potencial.

Segundo Triviños (1987), há uma confusão entre a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa e o debate de que toda pesquisa é tanto qualitativa quanto quantitativa, pois toda investigação pode se basear em estatísticas, pretendendo resultados objetivos. Stake (2011, p. 21) explica que a ciência tem seu lado quantitativo, significando que “seu raciocínio se baseia fortemente em atributos lineares, mediações e análises estatísticas”, e seu lado qualitativo, significando que “seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana”.

Das características de uma pesquisa qualitativa, Stake (2011) ressalta um estudo qualitativo como interpretativo, experiencial, situacional e personalístico. Triviños (1987, p. 125) explica dois traços fundamentais da pesquisa qualitativa: a de procurar compreender a natureza dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano e da relacionada com “a rejeição da neutralidade do saber científico”. Ainda, Triviños (1987), apoiado em Bogdan, traz características da pesquisa qualitativa: descritiva; o pesquisador é seu instrumento, o espaço é sua fonte de dados; o processo importa mais para os pesquisadores do que os resultados e o produto final, assim, tende de utilizar-se a indução para a análise dos dados obtidos e, por fim, a abordagem qualitativa assume o significado como essencial.

Dessa forma, um ponto chave é a subjetividade humana, que torna a pesquisa complexa, embora seja “elemento essencial para se compreender a atividade humana” (STAKE, 2011, p. 39). Um conceito também essencial para uma pesquisa qualitativa é o *fenômeno social* do autor Lofland, a qual Triviños (1987, p. 126) comenta: “Esse autor descreve e delimita o fenômeno social através de seis categorias. Segundo ele, todo fenômeno social estaria constituído por atos, atividades, significados, participação, relação e situações”.

Triviños (1987, p. 131) destaca que a pesquisa qualitativa não precisa seguir passos rígidos como a quantitativa, podendo haver, por exemplo, coleta e análise de dados de forma agregada e não em “divisões estanques”, pois os dados são interpretados para avaliar a necessidade de novas informações. Porém, reforça que o

pesquisador deve estar firmemente apoiado em uma fundamentação teórica com revisão de literatura aprofundada para estar ciente, desde o início da pesquisa, do seu tema, objeto e objetivos. Assim, sendo possível desenvolver o processo de análise conforme os achados ao longo do processo de estudo.

### 2.1.3 Técnicas para coleta de dados primários: entrevista e levantamento fotográfico

As técnicas “servem para coletar, extrair e elucidar informações de determinados objetos” (ALVES, 2008, p. 230). Um pesquisador qualitativo que “considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138). E, tratando de um estudo social, o pesquisador pode enfrentar dificuldades, como Triviños (1987, p. 143 e 144) traz pela leitura de Lofland: “divisões internas dos grupos”, “sentimento de estar marginalizado”, “a necessidade de envolver-se pessoalmente na vida do grupo” e “a busca do informante adequado”.

Conforme Triviños (1987), a entrevista, seja semiestruturada ou fechada, trabalha com a *escala de opinião* que a partir de uma sondagem é utilizada como instrumento de busca de informações, um meio para se avançar nas investigações e para obter-se certezas. A entrevista semiestruturada é “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p.146) e desencadeia interrogativas e novas hipóteses pelas respostas dos entrevistados. Do mesmo modo, a entrevista semiestruturada “intercala questionários fechados com perguntas livres, cabendo ao geógrafo escolher a melhor técnica para proceder a pesquisa” (ALVES, 2008, p. 231).

Para analisar tais dados, o autor explica a técnica de triangulação na coleta de dados que “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” partindo de “princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138); ademais, os suportes teóricos acabam por tornar mais complexo e amplo os estudos qualitativos.

Portanto, as técnicas para a coleta de dados primários foram a entrevista e o levantamento fotográfico. O processo de amostragem foi intencional, tomando como

universo o município de Canguçu, conhecido como a capital nacional da agricultura familiar e, também, levando em consideração a sua grande extensão e as longas distâncias entre os distritos rurais e a sede urbana do município, e o difícil deslocamento até as unidades familiares, foram selecionadas apenas as famílias de agricultores que se mostraram mais acessíveis. A partir de contato prévio com um dos técnicos-extensionistas do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA, optou-se por realizar as entrevistas nas feiras agroecológicas que acontecem na sede urbana do município de Canguçu, ou seja, no 1º distrito, a saber: a Feira Sabores da Terra e a Feira Agroecológica da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul – ARPA-SUL.

A primeira feira abrange agricultores familiares de Canguçu que estão em processo de transição agroecológica, tratados pela sigla AFTA; o CAPA realiza, enquanto mediador, a assistência técnica e extensão rural com os agricultores familiares pertencentes a Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu. A segunda feira é formada por agricultores familiares agroecológicos consolidados – identificados pela sigla AFAC, do município de Canguçu, em sua maioria da localidade do Remanso, e de outros municípios como Pelotas, Arroio do Padre e Morro Redondo, ligados a ARPA-SUL. Também, a feira da ARPA-SUL ocorre no município de Pelotas e, assim, foram entrevistados os agricultores familiares canguçuenses, tanto na feira em Canguçu, quanto nas feiras de Pelotas.

Para a amostra final foram selecionados dez agricultores familiares entrevistados, representando suas famílias, sendo que cinco famílias são da Feira Sabores da Terra e estão em processo de transição agroecológica e cinco famílias integram a Feira Agroecológica da ARPA-SUL e possuem produção orgânica.

A entrevista foi aplicada a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice 1) contemplando 35 questões, entre questões fechadas e questões abertas. As questões de 01 a 30 são relacionadas com os sistemas social, produtivo, funcional e cultural; as questões de 31 a 35 são relacionadas ao processo de transição agroecológica. Destaca-se que o roteiro foi adaptado nas questões abertas e partiu do roteiro padrão construído e utilizado no Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA.

Os dados e informações coletados nas entrevistas foram utilizados para caracterizar os sistemas agrários familiares dos AFTA e dos AFAC, do 1º Distrito do município de Canguçu/RS. As respostas e relatos foram transcritos e discutidos no capítulo 4 e trechos da transcrição das falas dos entrevistados, bem como as palavras

e expressões utilizadas pelos entrevistados, estão identificados pelo uso do formato *itálico*. Por fim, das perspectivas de desenvolvimento rural pela ótica da análise territorial, contemplando as dimensões natural e ambiental; sociocultural e econômica e; político e institucional.

Ademais, para o levantamento fotográfico foi utilizado tanto o acervo dos próprios agricultores, que disponibilizaram suas fotos acerca dos temas das questões do roteiro da entrevista semiestruturada; quanto dos registros capturados nas feiras onde as entrevistas foram realizadas. O levantamento fotográfico tem como finalidade representar em imagens os elementos explorados na pesquisa de campo e apresentar por meio do recurso imagético os temas tratados na pesquisa.

## **2.2 A Análise Territorial**

Esta pesquisa está ancorada na linha de análise territorial, tendo como recorte territorial o município de Canguçu/RS, bem como os sistemas agrários familiares do 1º distrito deste município. Assim, faz-se necessário a discussão sobre o conceito norteador de território para, então, propor uma aproximação metodológica orientadora dos passos da pesquisa.

### **2.2.1 O conceito território**

De forma geral, o território é compreendido como “resultado da mediação entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais desenvolvidas em um determinado espaço” (DOURADO, 2015, p. 25). A autora explica, a partir de Bonnemaison, que a construção do conceito de território teve influência da Biologia que entendia território a partir da concepção de habitat como apropriado pelas “sociedades animais”, como exclusivo e delimitado por fronteiras. Para “sociedades humanas”, o território se traduz como espaço social e espaço cultural indissociavelmente. Ao adentrar na discussão sobre o conceito de território, afirma que um “conceito traz em si a marca do seu tempo e a assinatura dos pensadores que o instituíram para atender a determinados problemas ou fenômenos, comuns à época da sua criação” (DOURADO, 2015, p. 29).

Por sua vez, Ratzel relacionou o território com o espaço vital, sendo dois fundamentos para a Antropogeografia, de 1882, e a Geografia Política, de 1897.

Assim, o “território em Ratzel seria a apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo e a noção de espaço vital se expressaria nas necessidades territoriais de uma sociedade” (DOURADO, 2015, p. 30). Segundo a autora, Ratzel associa ao território a dimensão natural e física, mas também a dimensão política, a partir do poder do Estado sobre um território construído/conquistado, direcionando a ideia de tais dimensões para explicar a realidade. “O poder em Ratzel está diretamente relacionado à força, ao domínio de um território. Poder e força são tomados como sinônimos” (DOURADO, 2015, p. 41).

Dessa forma, o conceito de território surge na geografia associado ao Estado-Nação durante o período de institucionalização da geografia como disciplina no ano de 1870, ou seja, firmado nos princípios de soberania, totalidade, conquista e defesa do território. Assim, na tradicional Geografia Política, o território é tido como um “espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social”, gerando raízes e identidade sociocultural (SOUZA, 2000, p. 84).

Heidrich (1998, p. 13) elenca três pontos que asseguram a passagem de espaço para território, que são: “domínio de técnicas de plantio”; “produção de excedente alimentar e seu respectivo armazenamento” e “organização militar” para defesa do território. Estes elementos estão ligados à superação do estado de nomadismo dos seres humanos e a passagem para a sedentarização (com o surgimento da agricultura), ou seja, de permanência no espaço e sua territorialização. Portanto, o espaço torna-se território quando se definem:

(1) uma relação de apropriação (mais que domínio) das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade humana como uma *comunidade*, por isso mesmo, diferenciada de outras e, pelo mesmo critério, a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída (HEIDRICH, 1998, p. 12).

De acordo com Heidrich (1998), com a acumulação de trabalho e fixação dos grupos sociais no espaço, há uma evolução das técnicas (condições) que levam a crescente autonomia em relação às condições físicas do espaço, assim o ser humano se torna cada vez mais um *ser social*. E, assim, com o “espaço valorizado” por não ser somente natureza, mas também elementos técnicos, culturais, sociais e políticos fazem parte da composição de tal espaço. Com o capitalismo, há dois aspectos que

modificam o território pela “valorização capitalista do espaço”: “a separação entre produtor e consumidor” e “a valorização do solo como mercadoria” (HEIDRICH, 1998, p. 14). Dessa forma, há uma separação do ser humano do seu espaço, justamente no momento onde o acúmulo de trabalho deveria assegurar maior apropriação do espaço.

Quando o território passa a ter sua organização mais complexa e uma valorização maior, há uma “recriação do espaço” e entra a figura do Estado que se caracteriza “como uma forma organizada e unificadora da manifestação do poder de uma coletividade, num território delimitado” (HEIDRICH, 1998, p. 15). E, conforme a história humana evolui, a importância do Estado se modifica e é ampliada, servindo como mediador de conflitos pelos interesses particulares de seus protegidos (no sentido que o Estado também tem caráter para assegurar defesa e segurança do território), a partir da sua estrutura de poder e de sua “infraestrutura de recursos políticos” (HEIDRICH, 1998, p. 17).

Na perspectiva do poder, Raffestin (1993) traz a definição de território como produto, consumido e vivenciado, dos atores sociais que o constroem a partir de relações de poder que transforma o espaço. O espaço é a realidade inicial, preexistente, anterior ao território. O território resulta de “uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível”, ou seja, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Conforme Raffestin (1993, p. 31) toda relação entre os atores sociais é permeada pelo poder, pois a própria “existência é tecida por relações”, sendo complexas e, na maior parte do tempo, multilaterais, desde relações com a natureza às relações sociais. O poder só pode ser exercido e presente em toda produção apoiada no espaço e no tempo, ou seja, não pode ser possuído ou adquirido. As relações permeadas pelo poder criam um campo de poder, sendo que “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Raffestin (1993) traz a questão do sistema territorial que é formado a partir de tessituras, nodosidades e redes, a partir dos pontos no espaço que são ocupados por grupos ou sujeitos. O autor trabalha com as esferas econômica, política, social e cultural na configuração territorial, articulando os elementos do espaço: superfícies, pontos e linhas, sendo as tessituras ou malhas, os nós e as redes, respectivamente;

articulados a categoria de “sistemas de objetos” e de “sistemas de ações/conhecimento e práticas”, ambos agregam as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Cada sistema forma uma “imagem” territorial, sendo que o conjunto dessas imagens territoriais configura o sistema territorial.

Para Souza (2000), os territórios são construídos e desconstruídos em diferentes escalas espaciais e temporais, podendo ser permanentes ou periódicos ou cíclicos. O autor define o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p.78). O autor considera as outras dimensões do território, como a econômica e a cultural, as tratando como distinguíveis, porém inseparáveis, pois tais dimensões remetem-se umas às outras (SOUZA, 2008). Para explicar o que se entende por poder, Souza (2000) traz o pensamento de Arendt (1985).

Arendt (1985) quando discute a violência e o poder como opostos, ao longo da história, traz que o poder se origina no grupo de pessoas que se reúne e age em acordo comum, sendo assim, se faz pela legitimidade. Quando este poder está em risco, a violência aparece e o poder desaparece, pois a violência já é um sinal de perda de poder e legitimidade. Dessa forma, o poder não é propriedade individual, mas pertence a um grupo, pois “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono” e “existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (ARENDT, 1985, p. 24).

O poder, enquanto dimensão do território, se caracteriza tanto pela “heteronomia” quanto pela “autonomia”, ou seja, por relações assimétricas permeadas pelo conflito e pela dominação, ou por relações simétricas a partir do consenso (SOUZA, 2008). Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 161) explica que se os ganhos e as perdas forem equivalentes nas relações – existenciais e/ou produtivas – entre os atores sociais e a natureza, tais relações são simétricas, caso não sejam equivalentes, são relações dissimétricas, assim, “tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação”. A heteronomia se dá pela imposição de leis no sentido de cima para baixo, ou de fora para dentro e a autonomia se dá pela capacidade de um grupo de autogerir-se (SOUZA, 2008).

Souza (2000) faz a relação entre rede e território, lendo o território como rede de relações sociais e campo de forças. Assim, traz o território-rede como um território descontínuo, sendo “uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos” (SOUZA, 2000, p. 94). Ou seja, um território contínuo é um território que mantém as relações

dentro de limites estabelecidos, numa continuidade espacial, enquanto que o território descontínuo, ou território-rede, articula mais de um território que se faz como ponto que mantém relações entre si, por meio de seus fluxos, seja de bens, pessoas e/ou informações (SOUZA, 2000).

Haesbaert (2004) associa o poder no seu sentido concreto pela dominação e no seu sentido simbólico pela apropriação, não apenas ligado ao poder político. Assim, a partir do pensamento de Lefebvre, considera que o território resulta de processos de dominação e apropriação, ao mesmo tempo e em graus diferentes. A dominação é num sentido jurídico-político, e com o estabelecimento de relações de valor de troca, sendo igualmente funcional e concreto, ligado às bases materiais do território. A apropriação, no sentido mais simbólico-cultural, se estabelece quando há uma identidade dos atores para com o território, com marcas do vivido e com valor de uso, devendo se sobrepor à dominação. Portanto, o território é funcional e simbólico desde sua origem a partir de suas dimensões material e imaterial.

Da dimensão espacial do território, “a própria construção do ‘território’ irá adquirir feições diversas de acordo com a espacialidade à qual aparecer prioritariamente vinculada, em suas múltiplas dimensões” (HAESBAERT, 2008, p.104). Tais dimensões, a partir de suas significações, referem-se ao espaço vivido, ao espaço percebido e ao espaço concebido, articulados ao espaço absoluto, espaço/tempo relativo e espaço/tempo relacional. Da dimensão social do território, Haesbaert (2008) explica que os processos sociais devem ser abordados a partir da complexidade de suas múltiplas esferas política, econômica e cultural. Partindo disso, compreende-se a organização territorial.

O autor argumenta sobre a necessidade de discutir o devir do território, mais do que discutir sobre a conceituação de território, ou seja, acerca dos processos de territorialização (HAESBAERT, 2008). Na pós-modernidade há cada vez mais a emergência da multiterritorialidade, no sentido de se experimentar as vivências em vários territórios, ao mesmo tempo, numa lógica territorial zonal e reticular. A multiterritorialidade “envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede” (HAESBAERT, 2004, p. 16). Assim, o território também se faz como diverso, complexo e múltiplo, resultando em diferentes combinações.

Neste estudo adota-se o sentido dado por Saquet (2005; 2009), o qual explica que para tratar de território e territorialidade é necessário compreender seu caráter

material e imaterial, por meio de uma abordagem multidimensional, multiescalar, processual, histórica e relacional que reconheça a unidade entre as dimensões econômica, política, cultural e ambiental (economia-política-cultura-natureza – EPCN). Também, o autor reforça de que há unidade entre espaço e tempo, bem como entre natureza e sociedade. Assim, os principais processos de formação dos territórios e das territorialidades são:

a) a relação espaço-tempo como movimento condicionante e inerente à formação de cada território através das processualidades histórica e relacional (transescalar, com redes e fluxos); b) a relação ideia-matéria, também como movimento e unidade; c) a heterogeneidade correlata e em unidade com os traços comuns e, d) a síntese dialética do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo (SAQUET, 2009, p. 74).

Ademais, o autor reforça a importância de uma abordagem territorial que possa corroborar a partir da avaliação dos territórios a fim de possibilitar um desenvolvimento socialmente mais justo pelos projetos e programas. Assim, traz a importância de os estudos reconhecerem de forma simultânea as:

(...) características fundamentais do processo de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder, as identidades simbólico-culturais (traços comuns), as contradições, as desigualdades (ritmos lentos e rápidos), as diferenças, as mudanças (descontinuidades), as permanências (continuidades), as redes de circulação, de comunicação e a natureza interior e exterior ao homem como ser genérico (biológica e socialmente) (SAQUET, 2009, p. 73).

Além deste, Saquet (2009) apresenta o pensamento de Quaini (1974) que “entende o território como produto social constituído histórica, econômica, política e culturalmente”, ou seja, “o território resulta das relações espaço-temporais” (SAQUET, 2009, p. 75). A partir das ideias de Quaini é possível pensar o território por uma abordagem múltipla, onde os tempos da natureza em conjunto com os tempos da sociedade permitem uma explicação geográfica. Este autor, conforme afirma Saquet (2009), trouxe contribuições acerca da organização territorial através da combinação de fatores sociais e ambientais, bem como suas transformações e continuidades resultam na produção histórica dos territórios.

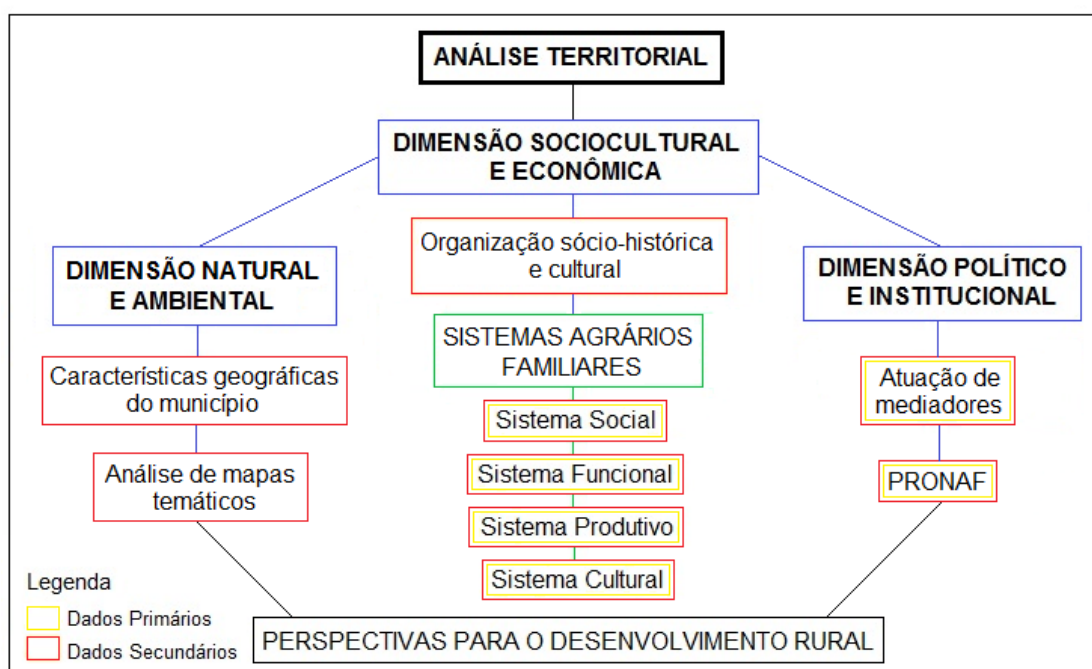
Assim, o processo de territorialização é coletivo e multidimensional, decorre do movimento histórico e relacional dos processos tanto sociais quanto espaciais, além da temporalidade e da territorialidade que o constituem e o substantivam (SAQUET,

2009). A temporalidade e a territorialidade têm caráter plural, pois “se (i)materializam como identidades, diferenças e desigualdades, ocorrem política, cultural e economicamente” (SAQUET, 2017, p. 55).

Portanto, “as territorialidades correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre os grupos e classes sociais” (SAQUET, 2017, p. 34). Em casos “de organização, mobilização, luta e resistência, a territorialidade assume o significado de *práxis*” (SAQUET, 2017, p. 54), quando os sujeitos ao mesmo tempo em que criam suas realidades, as compreendem. A territorialidade, assim, resulta e é condicionada a territorialização do espaço envolvendo as diferentes relações entre os indivíduos e grupos, sejam relações econômicas, políticas e/ou culturais.

### 2.2.2 Proposta metodológica do EPCN

A partir da explicação sobre o surgimento, desenvolvimento, definição e elementos relacionados ao conceito de território, apresenta-se uma proposta teórico-metodológica (Esquema 2) orientadora da pesquisa, a partir de uma aproximação com a proposta de Saquet (2002; 2005; 2009), privilegiando a abordagem multidimensional do território.



Esquema 2 – Proposta Teórico-Metodológica da Pesquisa  
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nesta abordagem, as dimensões do território são analisadas como interconectadas e indissociáveis, são elas as dimensões da economia, da política e da cultura, associadas à sociedade, e a dimensão ambiental que representa a natureza, portanto, estando explicitada pela proposta metodológica do EPCN. Assim, a abordagem territorial é histórica, relacional e multidimensional, culminando na perspectiva de pensar o desenvolvimento rural ancorado nas diversas dimensões do território.

Saquet (2009) aponta caminhos que são possíveis de serem adotados como base metodológica para analisar e compreender o território, sendo dado pela questão do método utilizado. Dentre eles, o caminho escolhido está relacionado “as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i]materiais) com uma miríade de combinações” (SAQUET, 2009, p. 82). Em Saquet (2005; 2009), buscou-se articular as multiescalaridades e as multitemporalidades, a materialidade e a imaterialidade que permeiam e constituem o território.

Também, as permanências e rupturas do processo de construção dos territórios, ou seja, suas continuidades e descontinuidades, o tempo como um movimento contínuo no espaço (SAQUET, 2009), são pensadas na perspectiva dos processos agroecológicos. A partir desta abordagem, procura-se compreender os sistemas agrários familiares, os processos de construção histórico-espacial e de seus fatores socioculturais, econômicos, políticos e institucionais, bem como os condicionantes naturais e ambientais, a partir de uma visão sistêmica e integrada. Assim, investiga-se a realidade dos agricultores em transição agroecológica e aqueles que já estão consolidados na agroecologia.

Portanto, a partir da análise territorial e da abordagem sistêmica estão articuladas as seguintes dimensões: a dimensão natural e ambiental, a dimensão sociocultural e econômica e a dimensão político e institucional, ou seja, a proposta metodológica do EPCN, conforme as contribuições teórico-metodológicas de Saquet. Primeiramente, para análise territorial, compreendendo-a em sua complexidade, é conceituado o território e apresentada a proposta teórico-metodológica obtida pelo estudo dos autores e do próprio método de análise – o pluralismo metodológico, e, também, do método de investigação – a pesquisa qualitativa, resultando na construção das técnicas – a entrevista e o levantamento fotográfico.

Na dimensão natural e ambiental apresenta-se a caracterização do município de Canguçu/RS, recorte territorial da pesquisa. Para isso, apresenta-se características geográficas do município, a partir de dados socioeconômicos e da construção de mapas temáticos com dados secundários oficiais sobre geomorfologia, rede hidrográfica, unidades de paisagem natural, cobertura e usos do solo.

Na dimensão sociocultural e econômica, é contextualizado a formação sócio-histórica do município de Canguçu, bem como, os processos de formação histórica e cultural do campesinato brasileiro, a fim de afirmar os antecedentes dos sujeitos da pesquisa – os agricultores familiares camponeses. A partir disso, apresenta-se a análise dos dados primários obtidos pelas entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares, com o objetivo de caracterizar seus sistemas agrários familiares a partir da aproximação metodologia de Diniz (1989) compreendendo seus sistemas social, funcional, produtivo e cultural.

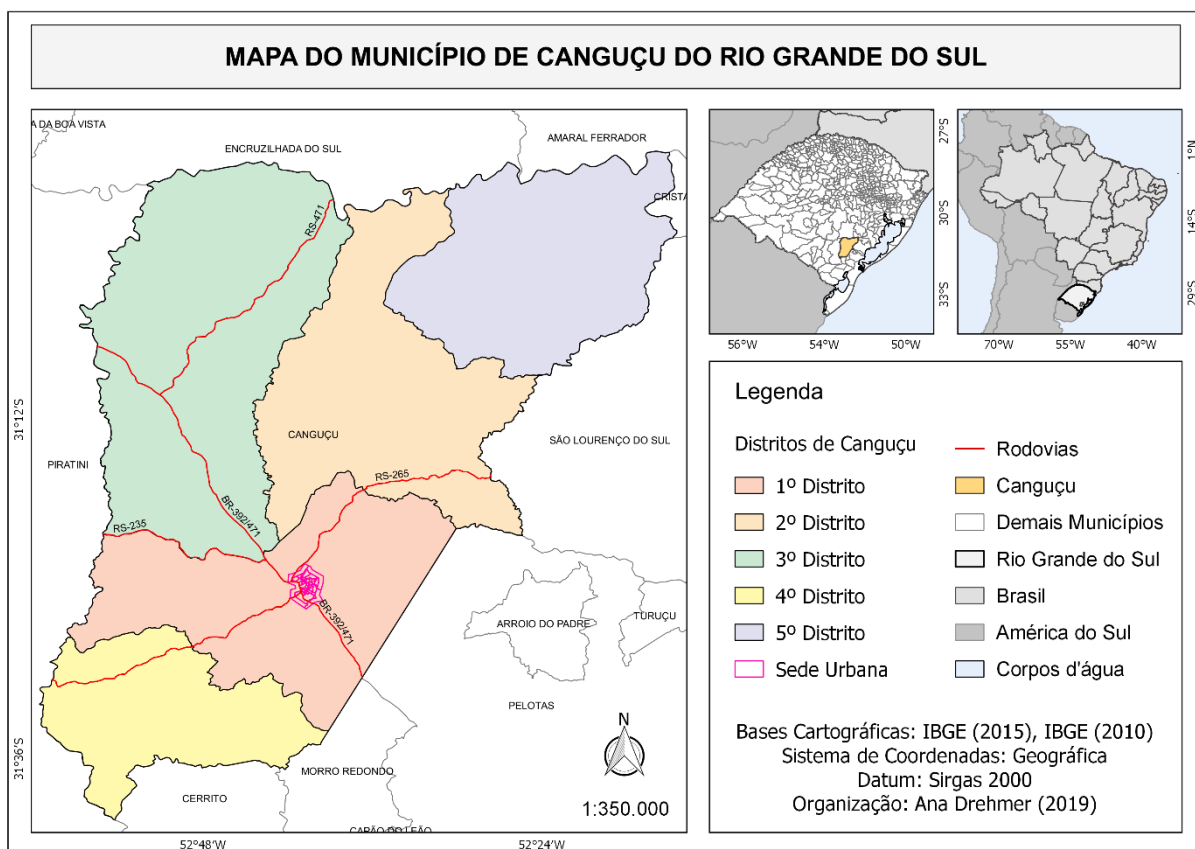
Na dimensão político e institucional, analisa-se, a partir dos dados primários obtidos pelas entrevistas, a atuação dos mediadores, tanto sociais quanto extensionistas, junto aos agricultores familiares. Os mediados sociais e extensionistas se constituem a partir de instituições e organizações que impulsionam as famílias. Também, debate-se sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, pois se trata de uma política de crédito rural de incentivo e apoio.

E, por fim, articulando as dimensões de análise do território discutem-se as repercussões e perspectivas para o desenvolvimento rural orientado pelo território e pela metodologia proposta por Saquet (2002; 2005; 2009). Assim, apresentam-se os conceitos de desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável, para que se possa compreender as dimensões do território sob a perspectiva de desenvolvimento rural.

### **2.3 O Recorte Territorial da Pesquisa: o município de Canguçu/RS**

A pesquisa tem como recorte territorial 1º Distrito do município de Canguçu, do Rio Grande do Sul (Mapa 1). Para compreender a formação do município é necessário entender seus contextos empírico e sócio-histórico e, também, alguns dados socioeconômicos que caracterizam esse território. Dessa forma, em primeiro momento, se contextualiza a formação sócio-histórico do município. Em segundo, são apresentados os dados estatísticos sobre área, população, taxa de analfabetismo,

expectativa de vida, mortalidade infantil e Produto Interno Bruto – PIB, bem como, a localização do município a partir de seu centroide e dados sobre a formação geomorfológica, cobertura e usos do solo, o clima e a hidrografia do município.



Mapa 1 – Município de Canguçu/RS  
 Fonte: IBGE (2015) e IBGE (2010).

### 2.3.1 Contexto sócio-histórico de formação do município de Canguçu

A história do município de Canguçu, como apresenta Fialho (2005), é contada a partir do histórico militar da região, a partir de Cláudio Moreira Bento que foi historiador militar, além de jornalista. Fialho (2005) faz a reconstituição histórica do município separando pelo período colonial, entre 1500 e 1822, e pelo período pós-colonial. Já Bento (2007) faz a reconstituição pelos períodos e acontecimentos importantes que ocorreram desde a origem do município até o século XXI, apresentando atores sociais tidos como ilustres de Canguçu. A partir dos autores foram apontados alguns dos acontecimentos de Canguçu que foram importantes para sua formação.

O município de Canguçu foi, inicialmente, ocupado por índios Tapes, pertencentes ao grupo indígena guarani, até por volta de 1930. Há vestígios de sua existência pelos cemitérios indígenas que estão concentrados na região de Canguçu Velho, onde se localizavam os remanescentes dos índios Tapes. Os índios Tapes “emprestaram o nome a serra onde se assenta o município”, a Serra dos Tapes<sup>2</sup> (BENTO, 2007, p. 15). Fialho (2005, p. 73) inferiu que “Canguçu era uma área de fronteira entre os índios tapes – guaranis (ao norte) – e os índios minuanos – pampianos (ao sul), com intensa movimentação dessas tribos”.

Por volta de 1737, quando foi fundado o município de Rio Grande, houve o povoamento por portugueses estancieiros que, aos poucos, foram ocupando em torno da região de Porto Alegre, Viamão e Canguçu, usurpando as terras dos povos indígenas, a partir do estabelecimento de estâncias de grandes extensões (sesmarias) para criação de gado. Tais estâncias se estendiam pelos rios Uruguai, Ibicuí, Jacuí, Camaquã, Negro, Quaraí e Lagoa dos Patos, formando um quadrilátero de pastagens (BENTO, 2007).

Além destes, houve a povoação a partir de casais açorianos vindos do Arquipélago dos Açores, os quais ocuparam “pequenas áreas de terras (datas)” e dedicavam-se “ao cultivo de produtos para a subsistência e para a comercialização (trigo)” (FIALHO, 2005, p. 77). Em uma primeira fase de ocupação, povoaram “a faixa litorânea entre a ilha de Santa Catarina e o arroio Chuí e forte São Miguel” (BENTO, 2007, p. 16). É com a fundação do forte de São Gonçalo em 1755, criado para dar condições aos açorianos, que os açorianos provenientes de Povo Novo e de Colônia do Sacramento passam a explorar as terras Canguçu. Tal forte se situava na margem do rio Piratini, próximo à sua foz no São Gonçalo, na margem direita do rio Piratini.

Grosseiramente poderíamos dizer que a sociedade, no início do povoamento, era formada por duas classes proprietárias dos meios de produção – agricultores familiares e estancieiros – e por outras duas desprovidas dos meios de produção – peões e escravos (FIALHO, 2005, p. 77).

---

<sup>2</sup> Segundo Salamoni e Waskiewicz (2013), a Serra dos Tapes compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, cabendo ressaltar que Pelotas e São Lourenço do Sul assentam parte de seus territórios sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras. As autoras defendem que a resultante geográfica do recorte espacial está nas interações dos grupos sociais com o meio físico-natural, o que possibilitou a formação de sistemas agrários dotados de características socioculturais e econômicas que refletem o passado da apropriação da terra em pequenas propriedades de dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora.

Bento (2007) aponta a influência da chamada Guerra Guaranítica, que ocorreu entre 1753 e 1756, nos processos de desarticulação da ocupação das terras de Canguçu. Essa guerra foi um conflito armado entre os povos indígenas Guaranis contra as tropas espanholas e portuguesas, por causa do Tratado de Madrid de 1750 que dividiu o território das colônias de Espanhol e Portugal da América Latina a partir de uma linha de demarcação. Entre 1756 e 1762 foi estabelecida a primeira estância de Canguçu e, após, Canguçu passou a servir de base de guerrilha para portugueses contra os espanhóis.

Após o período de conflitos acerca das disputas territoriais, entre 1762 e 1777, a população formada por índios Tapes diminuiu significativamente. Entre 1777 e 1801, com o tratado de Santo Ildefonso, “os limites entre Espanha e Portugal passaram a ser balizados em certo trecho pelo rio Piratini, por não terem os demarcadores chegado a um acordo sobre o exato traçado da fronteira entre o Piratini e o Jaguarão” (BENTO, 2007, p. 31).

Neste período, nos anos de 1783 a 1788, funcionou um dos marcos de origem do município de Canguçu: a Real Feitoria do Linho Cânhamo. Esta se localizava no Rincão de Canguçu, denominado atualmente de Canguçu Velho, em uma das vertentes da Lagoa dos Patos, na Serra dos Tapes. Nesta feitoria eram produzidos linho, estopa, milho, feijão, abóbora e mandioca, além da farinha de mandioca. Em seus campos adjacentes, em meados de 1788, existia também um rebanho formado por 3.031 bovinos e 105 “cavalares e muares” (BENTO, 2007).

A partir da Real Feitoria surgiu, oficialmente, em 1783, o nome que continuou sendo do município. Cangussu advém do nome nativo “Cang Kassu” que significa “saliência alta e cabeça grande”, pois as terras de Canguçu se localizam no chamado Cerro Grande ao longo dos anos, onde foi construído um marco da Carta Geral da República. (BENTO, 2007)

Como escreve Bento (2007, p. 47), “Canguçu surge de uma questão de terras” e pela questão do ciclo saladeiril que se instalou através da primeira charqueada em Pelotas, em 1780, de José Pinto Martins. Esse processo pecuarista-charqueador se refletiu na realidade de Canguçu, que se voltou para a criação bovina e, também, serviu de passagem pelas estradas de tropas de gado dos portugueses. Segundo Fialho (2005, p. 78), Canguçu era dependente, economicamente, de Pelotas, tanto pela sua proximidade quando pelas famílias que se especializaram em “cultivos

agrícolas para abastecer mercados locais que se desenvolveram ao estímulo da manufatura do charque”.

Como explica Bento (2007), Canguçu, enquanto parte da região da Serra dos Tapes, se caracterizava como um “nó orográfico” onde se localizam as nascentes de arroios (rios de 2ª e 3ª ordem) que, por sua vez, deságuam nos rios Piratini e Camaquã e estes, na Lagoa dos Patos, sendo um caminho entre Rio Grande e Rio Pardo. Além disso, “também era caminho para os gaúchos que entravam no território espanhol (atual Uruguai) para capturar gado xucro e buscar informações sobre os inimigos” (FIALHO, 2005, p. 75). Assim:

(...) Canguçu representava para os portugueses uma posição estratégica frente às invasões espanholas, pelas características geográficas – região próxima a Pelotas (Lagoa dos Patos – acesso ao mar) e de relevo acidentado, apresentando certa resistência natural em caso de ataque (FIALHO, 2005, p. 73 e 74).

Durante a invasão e conquista de Rio Grande pelos espanhóis, Canguçu havia servido de base para as tropas guerrilheiras dos portugueses, comandados por Rafael Pinto Bandeira entre 1763 e 1776. O motivo para barrar tal caminho relaciona-se com a questão militar, pois depois do período da Guerra Guaranítica, de 1762 a 1777, previa-se outra guerra entre Espanha e Portugal e, se caso ocorresse, Canguçu deveria tornar-se ponto estratégico para “lançar contingentes contra Rio Grande e Rio Pardo, impedindo que estas duas guarnições se apoiassem mutuamente” (BENTO, 2007, p. 49 e 50). Assim, partiu-se do objetivo de impedir o acesso ao Rio Grande do Sul pelo caminho que Canguçu formava, pois junto a Cerro Largo, Herval, Pinheiro Machado, Piratini, o município ligava as terras que pertenciam aos espanhóis.

A guerra que aconteceu em 1801 entre Espanha e Portugal traz consequências para o Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, para Canguçu, pois iniciaram hostilidades na Fronteira do Rio Grande, a qual Canguçu fazia parte servindo de fronteira no rio Piratini. Nesse ano, no mês de novembro, o tenente general Veiga Cabral falece e é substituído por Francisco Róscio. Em dezembro cessa as hostilidades no Rio Grande e, ao fim da guerra, são conquistados os territórios “entre os rios Piratini e Jaguarão; dos Sete Povos das Missões, de Santa Vitória do Palmar e da margem esquerda do rio Santa Maria” pelos rio-grandenses (BENTO, 2007, p. 64).

Neste contexto, a fundação de Canguçu data 1º de janeiro de 1800 junto ao lançamento da Pedra Fundamental da Capela Curada Nossa Senhora da Conceição no chamado Rincão Tamanduá, de Canguçu, pelo representante do bispo do Rio de Janeiro chamado Visitador Frei Bento Cortez de Toledo (BENTO, 2007), tendo seu primeiro cura o Padre Pedro Rodrigues Tourem (IBGE, 1959). A causa foi o requerimento de 140 moradores do povoado no Rincão do Tamanduá, a partir de uma petição em 26 de dezembro de 1799, para o governador do Continente Veiga Cabral da Câmara, do Rio Grande de São Pedro, pedindo assistência religiosa e construção de uma igreja.

Portanto, a fundação do município parte da capela, atualmente denominada Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Canguçu. “O povoado que existia ao redor da sede foi paulatinamente transferido para a localidade que hoje se encontra a cidade de Canguçu” (FIALHO, 2005, p. 76). Assim, a sede se localizava na região do Rincão de Canguçu (Canguçu Velho), onde se situava a Real Feitoria e, posteriormente, a sede do município passa a se localizar na região do Rincão do Tamanduá. Segundo Fialho 2005, as terras onde passou a situar a sede do município foram terras doadas pelo Capitão Mor Paulo Rodrigues Prates e por João Francisco Teixeira de Oliveira. Estes sujeitos disputavam pelo direito de propriedade de tais terras, assim resolveram pela doação de, aproximadamente, 17.000ha.

No entanto, ressalta-se que no momento da fundação de Canguçu (com denominação Cangussu pela Resolução Régia de 31/01/1812), o Rio Grande do Sul (Rio Grande de São Pedro) era formado por quatro municípios e Canguçu fazia parte de Rio Grande, sendo que em 1812 passou a ser a décima sétima freguesia da capitania (IBGE, 1959). No período da Independência, em 1822, continuou sendo parte de Rio Grande com um povoado “formado por, aproximadamente, 600 casas, inferior apenas a Pelotas (700 casas) e Rio Grande (680 casas)” (FIALHO, 2005, p. 79). Somente em 1830 Canguçu passa a fazer parte de Piratini e tornou-se distrito. De acordo com Bento (2007), por volta de 1857, passa a ser 22º município criado no Rio Grande do Sul, fundado por Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho pela Lei Provincial nº 340 de 28 de janeiro de 1857. Canguçu, nesse momento, tinha uma área total aproximada de 3.525 km² – e sua vila era constituída por 458 pessoas e 52 casas simples e 2 sobrados (BENTO, 2007).

Entre diversos fatores, a Revolução Federalista, entre 1893 e 1895, no Rio Grande do Sul, impulsionando as famílias a abandonarem a região de Canguçu pelas

repercussões, uma vez que “Canguçu era frequentemente visitada por tropas que se dirigiam para as regiões de conflito” (FIALHO, 2005, p. 84). Além disso, a crise no setor agropecuário, no final do século XIX e início do século XX, também foi fator para as famílias migrarem de Canguçu para regiões menos vulneráveis.

Entre 1824 e 1930, ocorreu a colonização a partir da imigração europeia não portuguesa no sul do país, principalmente de alemães, pomeranos e italianos (SEYFERTH, 2008). Sendo que os primeiros imigrantes alemães foram estabelecidos, em primeiro momento, “às margens do rio dos Sinos e anos depois (1858) instalados na região do atual município de São Lourenço do Sul” (FIALHO, 2005, p. 81). Canguçu, que tinha limites com São Lourenço do Sul, com o tempo, foi incorporando “parte dos imigrantes e descendentes alemães em seus limites” e caracterizando a população do município de Canguçu, na atualidade, com ascendência alemã e pomerana, “tendo localidades com significativa presença de agricultores descendentes de imigrantes alemães” (FIALHO, 2005, p. 82).

Ademais, em 1875, destaca-se a colonização italiana no Rio Grande do Sul, a partir de terras com áreas de aproximadamente 25 hectares, nas regiões onde se localizam os municípios de Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul e Garibaldi - inferior aos alemães que receberam terras com aproximadamente 77 hectares (FIALHO, 2005). Fialho (2005), em sua pesquisa nas localidades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maias, encontrou famílias italianas, embora algumas famílias perderam parte da sua cultura, ainda conseguiam guardar características étnicas e na diversificação da produção agrícola.

Portanto, tais imigrantes chamados de colonos<sup>3</sup> proporcionaram a diversificação de suas produções para o município e consolidaram “sua base econômica na agricultura familiar” (PRIBE, 2018). Pois, conforme Konzgen (2017, p. 44), os colonos vieram para incrementar e povoar as terras que não eram utilizadas pela atividade pastoril, a partir do “desenvolvimento da policultura (trigo, milho, feijão, batata-inglesa) e na criação de animais de pequeno porte (aves, suínos) e da pecuária leiteira, favorecendo o surgimento da produção familiar na agricultura do município”.

---

<sup>3</sup> O termo *colono* tem sua origem na administração colonial: “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p. 80). Para esta autora (1992, p. 80), “colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma colônia... a pequena propriedade familiar”. Assim, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar.

Por essas questões, como aponta Pribe (2018), devido os sujeitos que colonizaram as terras do município, Canguçu caracteriza-se pela agricultura familiar e pela pequena propriedade, bem como, as práticas e dinâmicas que são associadas a estas. Assim, Canguçu teve seu desenvolvimento inclinado fortemente para a agricultura, sendo fomentado pelo trecho de linha férrea de Pelotas – Canguçu, em 1948.

Nos dados levantados pelo IBGE, no ano de 1956 (IBGE, 1959), Canguçu produziu 20 mil toneladas de batata-inglesa, milho e trigo, também, mais de mil toneladas de arroz, cebola, cana-de-açúcar e feijão. De acordo com os dados do IBGE de 1955 (IBGE, 1959), a produção agrícola por produto, produziu 22.000 toneladas de trigo, 7.150 toneladas de batata-inglesa, 24.000 toneladas de milho e 1.500 toneladas de fumo, tendo seu valor em 1.000 cruzeiros (Cr\$), respectivamente, de Cr\$ 121.000, Cr\$ 90.000, Cr\$ 60.000 e Cr\$ 22.500.

Sobre a pecuária, registrou-se 110.300 cabeças de bovinos, 31.800 cabeças de equinos, 700 cabeças de muares, 64.500 cabeças de suínos, 93.000 cabeças de ovinos e 6.600 cabeças de caprinos, tendo o valor em 1.000 cruzeiros (Cr\$), respectivamente, Cr\$ 187.510, Cr\$ 31.800, Cr\$ 840, Cr\$ 38.700, Cr\$ 25.110, Cr\$ 990. A produção de origem animal, em 1955, contava, quantidade em quilogramas (kg), com 393.890 kg de “carne verde” de bovino, 26.068 kg de “carne verde” de suíno, 177.912 kg de “carne verde” de ovino, 67.604 kg de couro seco bovino, 1992 kg de “pele verde” de ovino, 8.892 kg de pele seca de ovino e 30.597 kg toucinho fresco; tendo seus valores em cruzeiros, respectivamente, Cr\$ 5.805.104, Cr\$ 415.659, Cr\$ 2.305.958, Cr\$ 998.964, Cr\$ 13.944, Cr\$ 160.056, Cr\$ 728.032, Cr\$ 10.427.717. Sobre a avicultura, estimou-se em 1955 um total de 10.000 patos, 4.000 perus, 280.000 galinhas, num valor de Cr\$ 15.000.000,00. Sobre a apicultura, estimou-se uma produção de mel com total de 10 toneladas e valor de Cr\$ 150.000,00. (IBGE, 1959).

Da população, Canguçu contava com 64.590 habitantes, sendo que 3.730 estavam na “sede municipal” e 60.860, na “zona rural”, tendo uma densidade demográfica de 17,15 hab/km<sup>2</sup> – 17% com relação à população do estado do Rio Grande do Sul. Havia, em 1955, uma “unidade de ensino ginásial” e 120 “unidades escolares de ensino fundamental comum” com 4.495 alunos matriculados, tendo 34 % de crianças matriculadas entre 7 e 14 anos. Foi registrado que 48% da população com 10 mais e mais sabiam ler e escrever. Canguçu registrou, em 1955, acerca da

mortalidade infantil, 25 nascidos mortos por 1.601 nascidos vivos. A respeito dos óbitos, houve 126 óbitos de menores de um ano e 447 óbitos das demais idades, sendo que 1.154 pessoas foram registradas pela categoria de crescimento natural. (IBGE, 1959)

### 2.3.2 Características geográficas do município de Canguçu

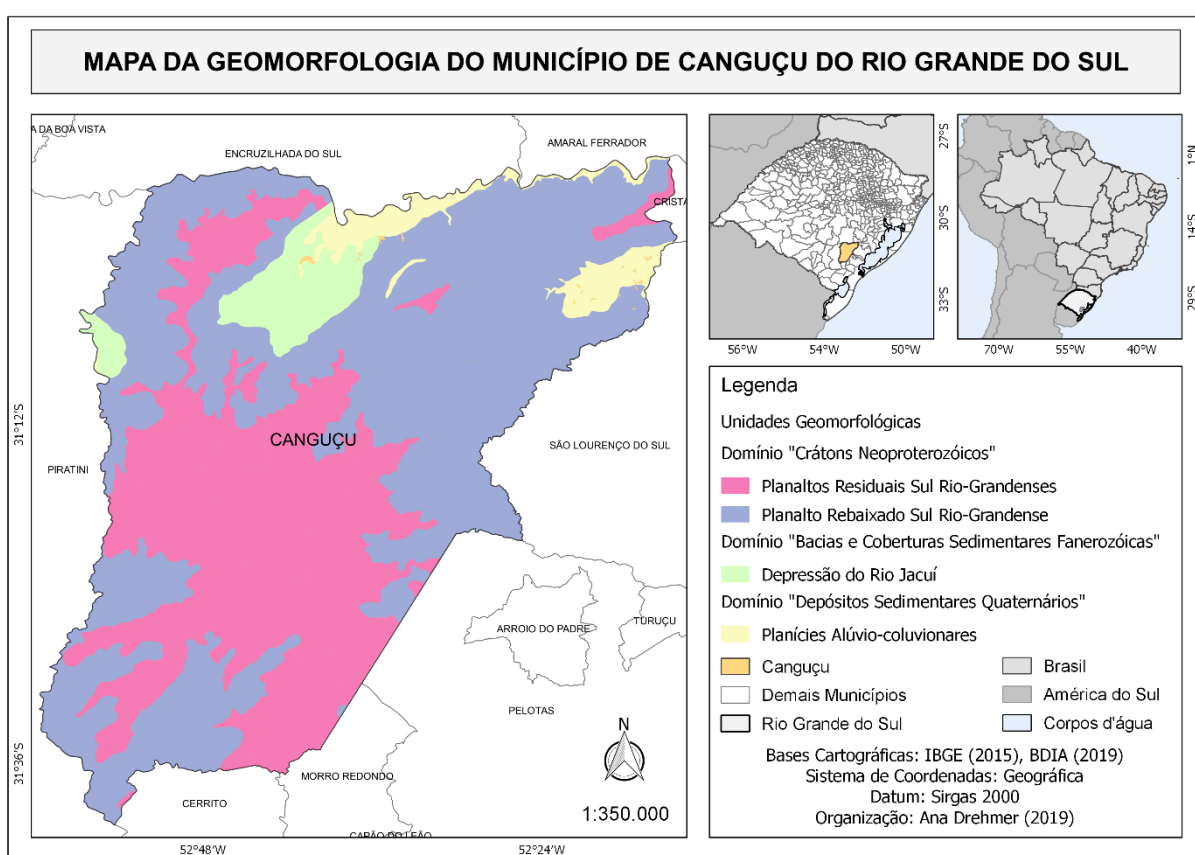
O município de Canguçu faz parte do recorte regional chamado Serra dos Tapes, em conjunto com outros municípios como Arroio do Padre, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu. A Serra dos Tapes apresenta altitudes variadas entre 100 e 400 metros e possui uma formação geológica correspondente ao éon pré-cambriano, com sua estrutura formada por sedimentos depositados da Bacia do Paraná e pelo Planalto Meridional constituído por derramamentos basálticos (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Assim, situa-se no “Planalto Uruguaio Sul-riograndense ou Escudo Cristalino Sul-riograndense, compreendendo o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã, e ainda, como escreve Grando (1989) é parte do sistema formado pela Serra do Sudeste” (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 74).

O município de Canguçu foi criado, oficialmente, em 28 de janeiro de 1857, pela Lei nº. 340 e teve como município de origem Piratini (FEE, 2019). A área do município, conforme dados do IBGE de 2018, compreende um total de 3.526,253 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 15,11 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). O centroide<sup>4</sup> da área do município de Canguçu está na latitude 31°13'2.96"S e longitude 52°40'10.60"O. A sede do município está situada a 420 metros de altitude, tendo as coordenadas 31° 23' 56"S de latitude e 52° 43' 38"O de longitude, conforme os dados do IBGE (1959). Conforme Bento (2007), a altitude média de Canguçu é 420 metros, porém o ponto culminante denominado Cerro do Canguçu possui em torno de 500 metros de altitude. Têm como municípios limítrofes Cerrito, ao sul, Encruzilhada do Sul e Amaral Ferrador, à norte, Piratini, à oeste e Cristal, São Lourenço do Sul, Pelotas e Morro Redondo, à leste.

---

4 Conforme Correia, Silva e Ferreira (1996, p. 04), o Centroide, também chamado de centro geométrico, está “associado à média da localização dos vértices que definem o seu contorno”, sendo utilizado nos Sistemas de Informação Geográfica – SIG, onde é aplicado a fórmula matemática com os elementos área do polígono, centro de uma parte (geralmente trapézio), área de uma parte e número de partes.

Da sua população, tem um total de 53.259 canguçuenses pelo censo de 2010 do IBGE, sendo que 33.565 corresponde ao total da população rural e 19.694, da população urbana. Dos dados socioeconômicos, conforme a FEE (2019), Canguçu tem uma taxa de analfabetismo de 9,17% da população de 15 anos ou mais. Da mortalidade no Brasil, o coeficiente de mortalidade infantil atingiu o valor de 9,04 por mil nascidos vivos, no ano de 2018 e a expectativa de vida ao nascer foi de 74,15 anos, pelos dados de 2010. O PIB, de R\$ 1.140.453,66 e o PIB per capita de R\$ 20.327,86, ambos em 2017.



Mapa 2 - Geomorfologia do Município de Canguçu/RS  
Fonte: IBGE (2015) e BDIA (2019).

A geomorfologia do município, conforme o Mapa 2 demonstra, é decorrente de sua unidade geológica Escudo Sul Rio-grandense, a mais antiga do estado e compreende 1/3 de seu território, sua constituição é representada por rochas metamórficas, ígneas e sedimentares compostas por arenito e conglomerados (VIERA, 2012). Assim, compreende os domínios morfoestruturais Crátons Neoproterozóicos, as Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas e os Depósitos Sedimentares Quaternários. O município de Canguçu abrange os três domínios

morfoestruturais da classificação, sendo que tem em quase toda sua área, o primeiro domínio – Crátons Neoproterozóicos. O IBGE (2009, p. 29) caracteriza tais domínios como:

Depósitos Sedimentares Quaternários – Esse domínio é constituído pelas áreas de acumulação representadas pelas planícies e terraços de baixa declividade e, eventualmente, depressões modeladas sobre depósitos de sedimentos horizontais a sub-horizontais de ambientes fluviais, marinhos, fluviomarinhos, lagunares e/ou eólicos, dispostos na zona costeira ou no interior do continente.

Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas – Planaltos e chapadas desenvolvidos sobre rochas sedimentares horizontais a sub-horizontais, eventualmente dobradas e/ou falhadas, em ambientes de sedimentação diversos, dispostos nas margens continentais e/ou no interior do continente.

(...)

Crátons Neoproterozóicos – Planaltos residuais, chapadas e depressões interplanálticas, tendo como embasamento metamorfitos e granitóides associados e incluindo como cobertura rochas sedimentares e/ou vulcano-plutonismo, deformados ou não.

Assim, como unidades geomorfológicas<sup>5</sup>, que detalham esta formação dos domínios morfoestruturais, têm-se, nos Crátons, o Planalto Rebaixado Sul Rio-Grandense – com altitudes de 100 a 200 metros – e os Planaltos Residuais Sul Rio-Grandenses – com altitudes de 200 a 400 metros. O Planalto Rebaixado Sul Rio-Grandense e os Planaltos Residuais Sul Rio-Grandenses se caracterizam, respectivamente, como:

Relevo dissecado com topos predominantemente convexos e altitude podendo atingir 400 m em alguns pontos isolados. Presença de algumas linhas de cumeada e barras de relevo dobrado, fortemente influenciadas pela estrutura geológica. Formas residuais do tipo pontão disseminadas por toda unidade. Eventualmente ocorrem morros testemunhos. (BDIA, 2019, p. 5).

Relevo dissecado com topos predominantemente convexos, que chegam a atingir 450 m de altitude. Em alguns locais isolados ocorrem topos planos, remanescentes de uma antiga superfície de aplainamento. Presença de alguns topos aguçados, vales estruturais e escarpas de falha, evidenciando influência litológica/estrutural. (BDIA, 2019, p. 4)

---

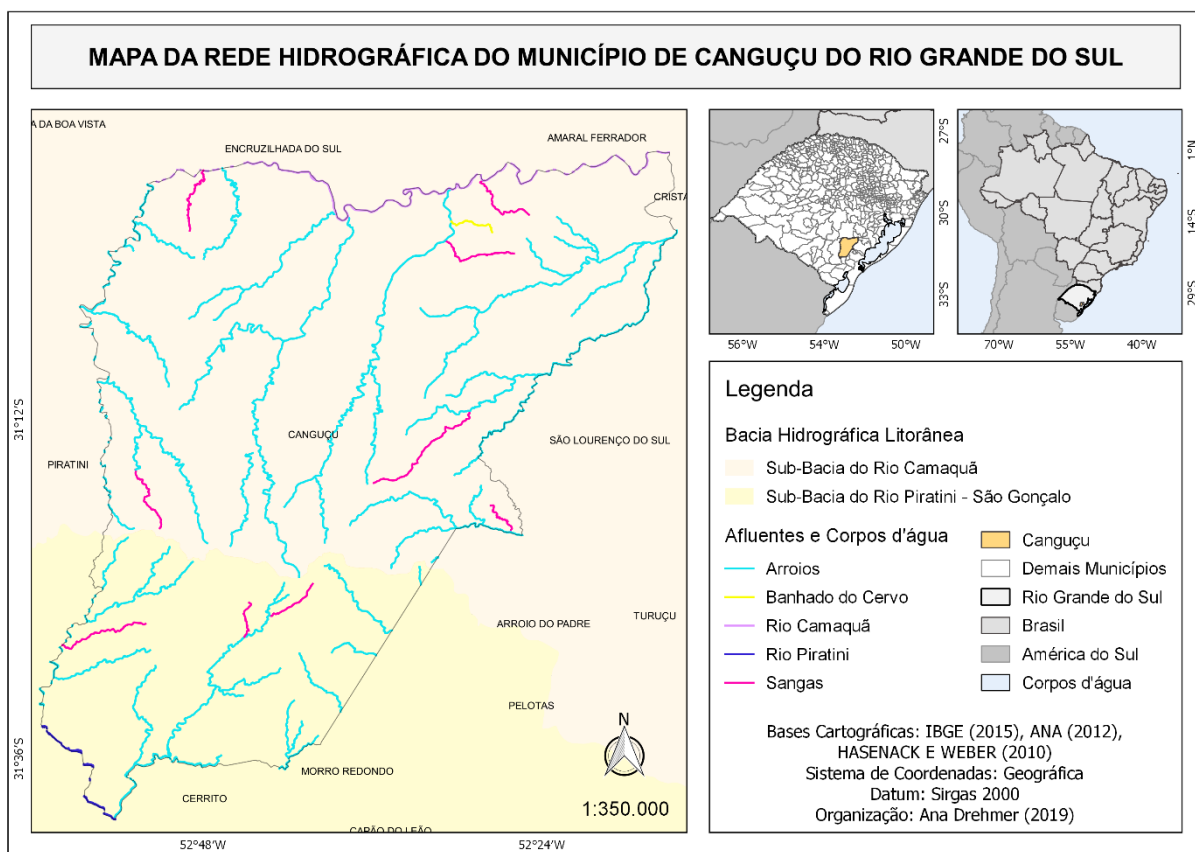
<sup>5</sup> Caracterizadas a partir das: “Planícies são conjuntos de formas de relevo planas ou suavemente onduladas, em geral posicionadas a baixa altitude, e em que processos de sedimentação superam os de erosão. Tabuleiros e chapadas são conjuntos de formas de relevo de topo plano, elaboradas em rochas sedimentares, em geral limitadas por escarpas; os tabuleiros apresentam altitudes relativamente baixas, enquanto as chapadas situam-se em altitudes mais elevadas. Depressões são conjuntos de relevos planos ou ondulados situados abaixo do nível das regiões vizinhas, elaborados em rochas de classes variadas. Os patamares são relevos planos ou ondulados, elaborados em diferentes classes de rochas, constituindo superfícies intermediárias ou degraus entre áreas de relevos mais elevados e áreas topograficamente mais baixas. Os planaltos são conjuntos de relevos planos ou dissecados, de altitudes elevadas, limitados, pelo menos em um lado, por superfícies mais baixas, onde os processos de erosão superam os de sedimentação. As serras constituem relevos acidentados, elaborados em rochas diversas, formando cristas e cumeadas ou as bordas escarpadas de planaltos” (IBGE, 2009, p.30).

Já nas Bacias e Coberturas Sedimentares tem-se a Depressão do Rio Jacuí – com altitudes de 100 a 200 metros – que está somente em duas áreas menores de Canguçu, próximas ao Planalto Rebaixado Sul Rio-Grandense, caracterizando-se como uma área de transição para a área de Planícies Alúvio-coluvionares. A Depressão do Rio Jacuí se caracteriza como um “relevo dissecado, com formas alongadas de topo convexo. Presença de superfícies pediplanadas em alguns locais. Vales largos com fundo plano” (BDIA, 2019, p. 3). Por fim, nos Depósitos Sedimentares têm-se as Planícies Alúvio-coluvionares<sup>6</sup> – com altimetrias de 5 a 20 metros – que abrange o noroeste do município. As Planícies Alúvio-coluvionares caracterizadas como uma “superfície de terras baixas, levemente inclinada para o leste, podendo apresentar pequenas rampas em alguns pontos. No contato com os planaltos, presença de vários leques de espriamento e cones de dejeção” (BDIA, 2019, p. 2).

De acordo com Viera (2012), a partir de seu estudo sobre a geomorfologia pelas relações morfodinâmicas entre o relevo e os solos do município de Canguçu, caracteriza a formação geomorfológica de Canguçu pelo compartimento geomorfológico de cristas e o compartilhamento geomorfológico de colinas. O primeiro abrange os relevos de serras, ou seja, com afloramentos rochosos esparsos e morros arredondados, com altitudes medianas e altas, até 500 metros de altitude. Esta unidade está na área central do município e representa 48% de sua área, inclusive a sede urbana, onde há presença de vertentes com inclinação forte a moderada e vegetação nativa. O segundo recobre 51% do município e contorna o primeiro compartilhamento, sendo que ainda há presença de vertentes, mas com uma inclinação moderada a leve e vegetação nativa por meio da mata ciliar na rede de drenagem. Segundo o autor, resta apenas 1% para o último compartimento chamado planície aluvial do rio Camaquã.

---

<sup>6</sup> Alúvio se caracteriza como “detritos ou sedimentos clásticos de qualquer natureza carregados e depositados pelos rios” (GUERRA, 1993, p. 22) e Colúvio é o “material transportado de um local para outro, principalmente por efeito da gravidade” (GUERRA, 1993, p. 100).



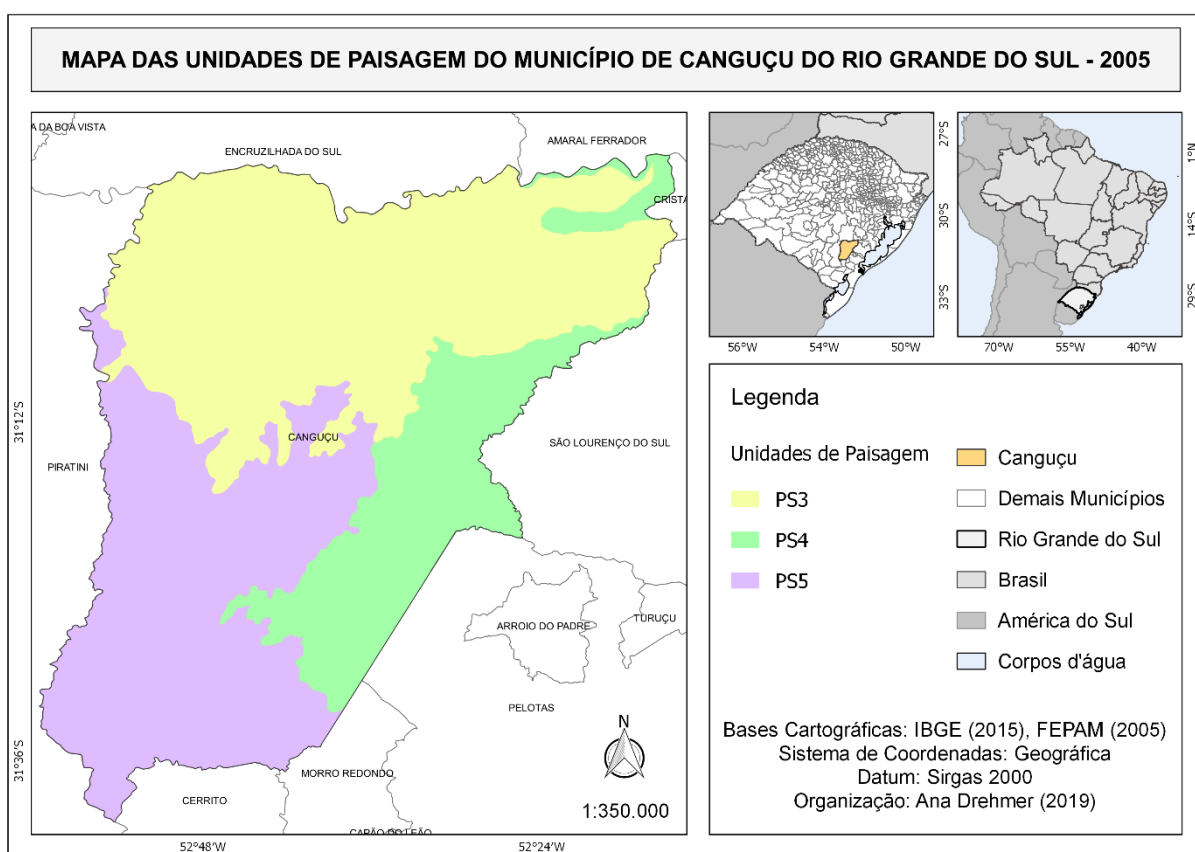
Mapa 3 – Rede Hidrográfica do Município de Canguçu/RS

Fonte: IBGE (2015), ANA (2012), HASENACK E WEBER (2010).

Sobre a questão hídrica, conforme mostra o Mapa 3, de acordo com a divisão da Agência Nacional das Águas – ANA, o Brasil tem 12 Regiões Hidrográficas: Amazônia, Tocantins-Araguaia, Atlântico NE Ocidental, Parnaíba, Atlântico NE Oriental, São Francisco, Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, Paraná, Paraguai, Uruguai e Atlântico Sul. A Região Hidrográfica que abrange o município de Canguçu é a Atlântico Sul. Esta ocupa 2,2 % do Brasil e abrange os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pelo litoral e parte do interior do Rio Grande do Sul. Além desta divisão, a ANA (2012) utilizou o método de codificação OTTO e dividiu as bacias e sub-bacias em 6 partes e 7 níveis, gerando a classificação das Bacias Hidrográficas Ottocodificadas. Sendo assim, partindo do nível 2 de classificação, o município situa-se na Bacia Hidrográfica Litorânea que abrange todo o litoral do Brasil, grande parte do Rio Grande do Sul e todo o país Uruguai. No nível 3, o município de Canguçu é cortado por duas sub-bacias, a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã e a Sub-Bacia Hidrográfica Piratini-São Gonçalo (ou Mirim-São Gonçalo).

Dos aquíferos e corpos d'água, há os arroios – cursos d'água que desaguam em um rio principal, nesse caso, ou no Rio Camaquã ou no Rio Piratini; banhado –

uma área alagada permanente com águas dos lençóis freáticos; sangas – rios pequenos; e, propriamente, os rios. Canguçu tem como principais os Rios Camaquã e Piratini, o Banhado do Cervo e, de Arroios, têm: Arroio Saraiva, Arroio Queimadas, Arroio Piegas, Arroio Pessegueiro, Arroio Passo do Caimbão, Arroio Pantanoso, Arroio Gaspar, Arroio Farroupilha, Arroio do Sapato, Arroio do Salso, Arroio do Modesto, Arroio do Faxinal, Arroio das Pedras, Arroio da Divisa, Arroio Camundongo e Arroio Banhado Grande; as sangas principais são da Cortica, da Divisa, da Estiva, do Funil, do Guabiju, do Vime, dos Cunha e Passo dos Cavalheiros. Além dos Arroios que estão em Canguçu e em Pelotas, sendo os principais: Arroio Santa Bárbara, Arroio Pelotas, Arroio Cadeia e Arroio Bonito.

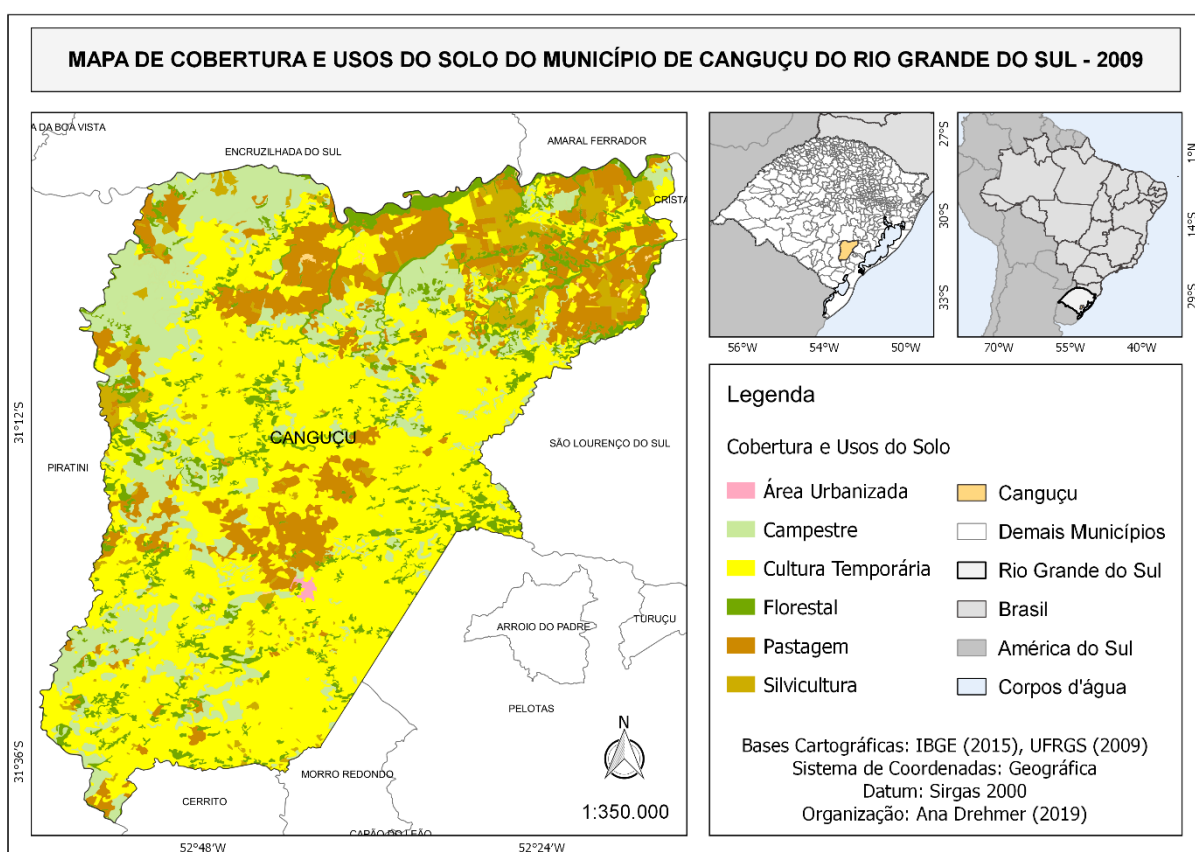


Mapa 4 – Unidades de Paisagem do Município de Canguçu/RS

Fonte: IBGE (2015), FEPAM (2005).

Outra forma de leitura das características geográficas são as Unidades de Paisagem Natural – as UPN's, desenvolvidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM. A partir das UPN's, Canguçu compreende a UPN PS3, a UPN PS4 e a UPN PS5, como se apresenta no mapa 4. De acordo com a FEPAM (2010), a PS3 localiza-se na região de borda do Escudo Sul

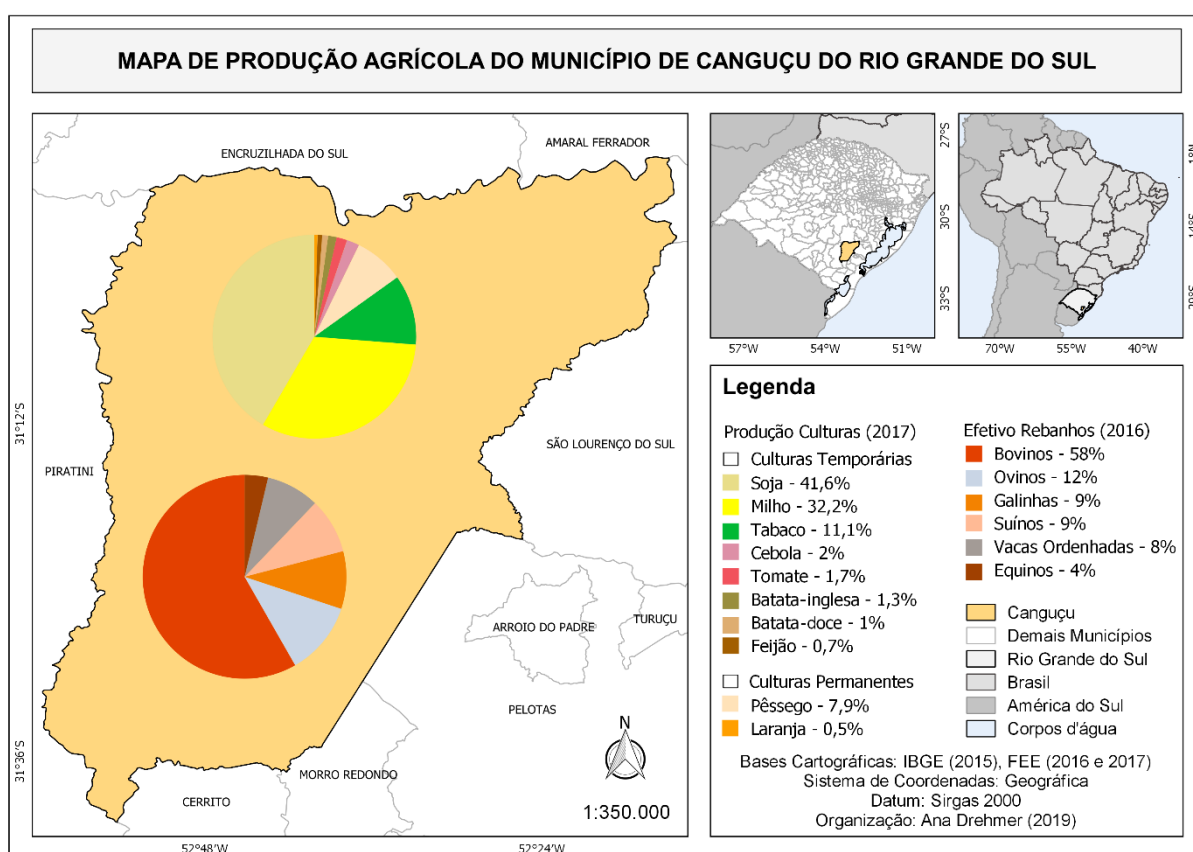
Rio-Grandense, à norte, apresentando relevo ondulado com afloramentos rochosos, com vegetação mista de cobertura vegetal do tipo Estepe-Parque e floresta de galeria, sendo, então, uma área de transição entre o campo e a floresta, também, é uma região de nascentes dos rios Camaquã e Jacuí. A PS4 está na escarpa leste do Escudo Sul Rio-Grandense, nas Serras de Tapes e de Herval, apresentando relevo fortemente ondulado, coberto por uma vegetação do tipo Floresta Estacional Semidecidual e Estepe como secundária, seus cursos d'água desaguam na margem oeste da Laguna dos Patos, conformando uma paisagem de morros, rios e florestas. Por último, a PS5 está na região central do Escudo Sul Rio-Grandense, com relevo fortemente ondulado a ondulado por morros, coberto por uma vegetação do tipo Estepe Arbórea, ou seja, campos e mata de galeria nos rios, além dos cerros e afloramentos rochosos; sua rede hidrográfica é formada pelas nascentes e pelos arroios que desaguam no canal do São Gonçalo por caminhos da bacia do Camaquã.



Mapa 5 – Cobertura e Usos do Solo do Município de Canguçu/RS  
 Fonte: IBGE (2015) e UFRGS (2009).

O município compreende o Bioma Pampa e analisando, em específico, a cobertura e os usos do solo, pode-se perceber a partir do Mapa 5 que, no geral, há

mais áreas com cultivos temporários do que as demais categorias, seguido da pastagem e do campestre. Conforme as definições dos dados utilizados da UFRGS (2009), nas áreas caracterizadas como “campestre” predominam de estrato herbáceo ou herbáceo-lenhoso com manchas arbustivo-herbáceo, incluindo áreas pastejadas. As pastagens são naturais ou plantadas, conseqüentemente, inclui a formação campestre, porém, estão ligadas a atividade agropecuária. Nas áreas florestais, pequenas quando comparadas aos demais usos e coberturas do solo, compreende uma vegetação arbórea decidual e semidecidual com formações pioneiras. A silvicultura está ligada à comercialização de espécies arbóreas plantadas especificamente para este fim. Já as culturas temporárias que estão por quase todo o território, são áreas onde predominam os cultivos perenes e anuais relacionadas à atividade agrícola.



Mapa 6 – Produção Agrícola do Município de Canguçu/RS  
 Fonte: IBGE (2015) e FEE (2016 e 2017).

| <b>Produção: Culturas Temporárias em toneladas (2017)</b> |        | <b>Efetivo de Rebanhos por cabeças (2016)</b> |                   |
|-----------------------------------------------------------|--------|-----------------------------------------------|-------------------|
| Soja                                                      | 99.317 | Bovinos                                       | 137.631           |
| Milho                                                     | 76.800 | Ovinos                                        | 27.481            |
| Tabaco                                                    | 26.600 | Galinhas                                      | 21.577            |
| Cebola                                                    | 4.800  | Suínos                                        | 20.787            |
| Tomate                                                    | 4.000  | Vacas Ordenhadas                              | 20.000            |
| Batata-inglesa                                            | 3.200  | Equinos                                       | 8.696             |
| Batata-doce                                               | 2.240  |                                               |                   |
| Feijão                                                    | 1.740  | <b>Produtos de Origem Animal (2016)</b>       |                   |
| <b>Produção: Culturas Permanentes em toneladas (2017)</b> |        | Mel                                           | 114.200 kg        |
| Pêssego                                                   | 18.900 | Ovos                                          | 228 mil dúzias    |
| Laranja                                                   | 1.200  | Leite                                         | 26.000 mil litros |

Quadro 1 – Dados da Produção Agrícola do Município de Canguçu  
Fonte: FEE, 2016 e 2017.

Para organizar o mapa 6 foram utilizados dados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE, selecionando os produtos e rebanhos mais relevantes para a agricultura familiar e que tivessem relativo peso no seu total, seja em toneladas nas produções de culturas, seja em cabeças nos efetivos de rebanhos (Quadro 1). A partir disso, dos itens escolhidos, soma-se um valor de produção de culturas de 238.797 toneladas em 2017 e um valor de efetivo de rebanhos de 236.172 cabeças. Destes, com relação a produção de cultura, o que se tem mais peso é o cultivo de soja correspondendo a 41,6% do total de produção de culturas. Abaixo dela está o milho com 32,2% do total e o tabaco com 11,1% do total.

Após, vem a produção de cebola, tomate e a batata-inglesa e a batata-doce correspondendo a 6% do total e o feijão com 0,7% da produção de culturas. O pêssego tem uma porcentagem de 7,9% da produção de culturas, enquanto a laranja tem 0,5% do todo, juntos correspondem a 8,4% da produção de culturas. Com relação ao efetivo de rebanhos, os bovinos correspondem a 58%, os ovinos formam 12% do todo, depois vem as galinhas, os suínos e as vacas ordenhadas correspondendo a quase 26% ao todo e, por último, os equinos com 4% do total. Além destas, vale ressaltar a produção de mel que somou 114.200 kg, a produção de ovos com o valor de 228 mil dúzias e a produção de leite de 26.000 mil litros.

Viera (2012), a partir da sua divisão do município de Canguçu pelo compartimento geomorfológico de colinas, de cristas e da planície aluvial do Rio Camaquã, sobre a produção para o mercado, argumenta que: no primeiro, os sistemas de cultivo são o de soja, feijão, milho, pêssego, laranja, além da criação de

gado bovino de corte e de leite; no segundo, verificou o feijão, o milho e a criação de gado de leite; no terceiro, arroz irrigado e criação de gado bovino de corte.

Na Classificação Climática de Köppen-Geiger, realizada pelo alemão Wladimir Köppen, em 1900 (atualizada em 1918, 1927 e 1936), o município de Canguçu/RS faz parte do Cfa, sendo Clima Temperado (dado pela letra “C”), somado a um clima úmido, com ocorrência de precipitação em todos os meses do ano e na inexistência de estação seca definida (dado pela letra “f”) e, ainda, com seu subtipo “verão quente” (dado pela letra “a”), com temperatura média do ar no mês mais quente de 22° C. A classificação climática do IBGE (2002), mantém as características elencadas por Köppen. Assim, o clima é temperado, tendo uma umidade do tipo super-úmido, mesotérmico branco, com uma temperatura média entre 10° a 15° C. Esse tipo climático também pode ser chamado de Clima Subtropical Úmido (IBGE, 2002).

Conforme Sartori (2003), todo o Rio Grande do Sul está numa “zona climaticamente de transição”, ou seja, posição subtropical, assim, suas características advêm dos Sistemas Atmosféricos Extratropicais, sendo as massas e frentes polares, e pelos Intertropicais, sendo as massas tropicais e “correntes perturbadas”. Por essa questão, torna-se uma região de confronto periódico das dessas forças opostas, “proporcionando a distribuição das chuvas durante todo o ano, motivada pelas sucessivas passagens frontais, sem ocorrência de estação seca no regime pluviométrico”, embora haja variabilidade, “ocasionando episódios de longas estiagens ou de enchentes, que podem acontecer em qualquer época do ano” (SARTORI, 2003, p. 28), em função do que é conhecido pelo “El Niño” e “La Niña”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “O El Niño e a La Niña são partes de um mesmo fenômeno atmosférico-oceânico que ocorre no oceano Pacífico Equatorial (e na atmosfera adjacente), denominado de El Niño Oscilação Sul (ENOS). O ENOS refere-se às situações nas quais o oceano Pacífico Equatorial está mais quente (El Niño) ou mais frio (La Niña) do que a média normal histórica. A mudança na temperatura do oceano Pacífico Equatorial acarreta efeitos globais na temperatura e precipitação” (INPE, 2020).

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CAMPEPINATO BRASILEIRO E DA AGRICULTURA FAMILIAR

O espaço agrário brasileiro foi organizado, ao longo do tempo, pela presença da grande lavoura e da agricultura de subsistência (PRADO Jr., 1961), além da presença de comunidades indígenas e quilombolas. A história da agricultura no Brasil, a partir da colonização portuguesa do século XVI até começo do século XIX, tem como regime predominante o sistema agrícola denominado de *plantation*<sup>8</sup>, tendo como forma subsidiária e complementar a agricultura de subsistência<sup>9</sup>. Esta última, responsável pela produção de alimentos para abastecer o mercado interno. Outro importante marco histórico na constituição do campesinato é a política de imigração europeia não portuguesa, que tem início no primeiro quartel do século XIX, principalmente para o Sul do Brasil. Em 1888, com a extinção da escravidão no Brasil, a mão de obra escrava é substituída pela mão de obra familiar e assalariada na formação do colonato paulista<sup>10</sup>.

O campesinato tradicional brasileiro se originou no período colonial, embora fossem utilizados outros termos para se referir a este grupo social nessa época. O campesinato brasileiro apresenta características que lhe são próprias e se diferem dos demais camponeses do mundo. O campesinato pode ser definido como “uma forma social particular de organização da produção”, associando propriedade, trabalho e família (WANDERLEY, 2004, p. 45). A família é a gestora da propriedade que trabalha e depende da terra para sua sobrevivência e sua reprodução socioeconômica. O camponês se caracteriza pela capacidade de prover condições para a reprodução da família e garantir sua reprodução pelas gerações futuras, através de seu patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996).

---

<sup>8</sup> A *plantation* tem como principais componentes “a grande propriedade fundiária, a monocultura de exploração e o trabalho escravo” (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 12).

<sup>9</sup> A agricultura de subsistência era formada pelas culturas de subsistência, sendo “atividades semiautônomas praticadas por homens livres, pequenos produtores sem escravos, que trabalhavam a terra com a eventual ajuda de familiares” (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 14).

<sup>10</sup> O colonato paulista foi um sistema criado a partir da participação de imigrantes na formação do cafezal para trabalhar na lavoura cafeeira, sendo permitido o cultivo de gêneros de subsistência em espaços intercalares da cafeicultura. Tal sistema firmou-se na década de 1880 e perdurou até meados do século XX, tendo maior concentração no Oeste paulista (SZMRECSÁNYI, 1998).

Historicamente, a agricultura camponesa se caracterizava pela utilização do sistema de policultura-pecuária que combinava atividades agrícolas com a criação animal. Ademais, a produção era planejada a partir da configuração demográfica da família, ou seja, a partir dos membros da família e da força e ritmo de trabalho de cada um. O uso da terra era pensado de forma sustentável, ao se planejar formas de uso que atendessem as necessidades do momento e nas necessidades das gerações subsequentes, a partir da constituição do patrimônio fundiário e do patrimônio cultural. Assim, o modo de vida do camponês tradicional esteve firmado nas múltiplas dimensões de suas atividades e nos saberes tradicionais que eram passados de geração a geração (WANDERLEY, 1996).

Conforme Wanderley (1996), a história do campesinato brasileiro é marcada e definida pelas lutas pelo acesso à terra, ou seja, por seu espaço na sociedade e na economia. Tais lutas fundamentam-se em três objetivos centrais: “por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família” (WANDERLEY, 1996, p.8). O espaço camponês efetua-se a partir de formas diversas, desde a precariedade pela sua subordinação à grande propriedade, ou por se isolarem em áreas distantes; ou ainda, por “depende exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou complementar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias” (WANDERLEY, 1996, p. 9) e, por fim, pelo caráter migratório – temporário ou definitivo.

De acordo com Woortmann (1990), a migração tem seu sentido simbólico e cultural e assume importância na jornada dos filhos da família, por ritualizar a passagem de “rapaz” para “homem” e/ou “pai de família”. Além disso, aqueles que migravam adquiriam conhecimentos acerca do mundo e assumiam *status* superior àqueles que não migravam. Porém, o processo de migração dependia da situação e composição da família. Assim, tais migrações estão vinculadas às relações de parentesco, à descendência, à herança, ao dote e ao matrimônio.

Woortmann (1990) apresenta três modalidades ao analisar *sitiantes*<sup>11</sup> de Sergipe: a migração pré-matrimonial, a migração circular e a emigração definitiva, sendo as duas primeiras migrações temporárias e a última, definitiva. A migração pré-

---

<sup>11</sup> *Sitiantes* são “camponeses que detêm o domínio sobre a terra e, em alguns casos, sobre um território definido por princípios de parentesco”, ou seja, camponeses que moram em sítios. (WOORTMANN, 1990, p. 35).

matrimonial é realizado pelo filho da família que deve migrar temporariamente para acumular recursos e retornar para formar sua própria família, assim, constitui-se como prática de reprodução social e de reprodução do patrimônio. Embora fosse realizada pelo filho homem individualmente, se faz como um projeto coletivo da futura família. A migração circular ou cíclica acontecia depois do casamento a fim de assegurar a permanência da família, bem como garantir sua sobrevivência, em busca de trabalhos sazonais, sendo, também, uma prática de reprodução socioeconômica da família.

Já a emigração definitiva diz respeito aos filhos que não tinham seu espaço assegurado, ou seja, pelo fracionamento das terras. Estes filhos migram com outro sentido, renunciando a suas heranças para que seus outros irmãos tenham seus espaços. Assim, os pais e os irmãos cooperavam para gerar um excedente suficiente para financiar a emigração daquele que emigraria permanentemente e seria deserdado. Portanto, “para os membros de um conjunto de irmãos há como que duas temporalidades: a continuidade para uns e a descontinuidade para outros” (WOORTMANN, 1990, p. 49).

Nesses processos migratórios, havia a constituição das redes de parentesco e de apoio, ou seja, os filhos e pais que migram, tanto temporariamente quanto definitivamente, conhecem novos lugares, estabelecem novas relações assegurando que se realizem as migrações. “Pode-se dizer, então, que a migração constitui um sistema no qual se inter-relacionam suas distintas modalidades” (WOORTMANN, 1990, p. 50).

Os camponeses viveram situações de instabilidade ao longo de sua história e, assim, buscavam e ainda buscam ter acesso a atividades mercantis e alternativas econômicas que se somam ao autoconsumo. Assim, a preocupação de se integrar ao mercado e garantir o autoconsumo constituem o *patrimônio sociocultural* do campesinato brasileiro; gerando um saber que lhe é particular e passado por gerações servindo de base para o enfrentamento da precariedade e da instabilidade (WANDERLEY, 1996).

A luta para constituir um território familiar, “um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996, p. 11), resultou em processos de migração. A migração ocorreu para o interior do país, com o objetivo de escapar da realidade de submissão ao latifundiário; e, também, para a fronteira, especialmente no sul do país, a fim de garantir autonomia nas terras livres a partir da posse. Porém, corriam o risco

ao fracasso, pois na “trajetória em busca de novas terras, além de ter que enfrentar as dificuldades inerentes ao próprio deslocamento e à instalação em um local desconhecido, o grande desafio, consistia em vencer as mesmas condições de que se tentava escapar” (WANDERLEY, 1996, p. 12).

### 3.1 As Formas de Campesinato no Período Colonial

O Brasil passou por séculos de colonização portuguesa, tendo seu começo em 1500, ou seja, desde o século XVI até o começo do século XIX. Os portugueses vieram se apropriar de territórios já ocupados por povos indígenas<sup>12</sup>, que viviam e se organizavam de formas totalmente diferentes e foram afetados pelas mudanças profundas do regime de subordinação da colonização, ou seja, do sistema colonial (PRADO Jr., 1961). Assim, esse período histórico é importante para analisar como se configurava o espaço agrário brasileiro e sobre os antecedentes do campesinato e, conseqüentemente, da agricultura familiar. Para Wanderley (1996):

Evidentemente, é preciso considerar, antes de tudo, que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; e a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. (WANDERLEY, 1996, p.8)

A colonização portuguesa não foi um fato isolado, foi desencadeada num momento histórico onde a Europa se caracterizava como uma matriz empreendedora de conquista territorial. Enquanto os países da Europa, por volta do século XV, estavam em processo de expansão marítima de rotas comerciais, por meio da navegação marítima, Portugal avançava ao oceano para encontrar mercados sem a concorrência de outros reinos europeus. Portugal navegou pela costa ocidental da África, onde traficou marfim, ouro e escravos, também encontraram com as Ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores. Após, planejaram contornar a África para chegar às

---

<sup>12</sup> “Por volta de 1500, centenas de povos indígenas dependiam da agricultura para sobreviver. Os estudos atuais mostram que os cultivos eram regionalmente diferenciados, havendo: áreas de mandioca, espalhadas no litoral, da bacia amazônica até o sul; áreas de milho, registradas do extremo sul até a serra do Mar, em São Paulo; áreas de batata-doce, cujo núcleo de dispersão se localizava nas regiões centrais do atual território brasileiro. Esses três itens alimentares eram quase sempre associados a outras plantas, como abóboras, carás etc.” (PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p. 16).

Índias, interessados em suas especiarias. Nesse processo, os portugueses chegaram ao continente americano (PRADO Jr., 1961).

Em princípio, a América foi um empecilho para os planos de Portugal de chegar às Índias. Depois, passou a ser explorada para fins comerciais pelos espanhóis, portugueses e franceses – espanhóis mais a sul e portugueses pelo extremo norte. A ocupação, na América do Sul, se deu, nesse momento chamado de pré-colonial, apenas por “agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados” (PRADO Jr., 1961, p. 18). As atividades comerciais eram caracterizadas pelo escambo de madeiras para construção e tintoriais, principalmente, pelo pau-brasil e de peles de animais e da pesca, no caso dos portugueses e; os espanhóis, pela prata e ouro.

Assim, a pré-colonização se deu pelo estabelecimento de feitorias comerciais e, após, com a necessidade de ampliar as bases das feitorias e sua organização, pensou-se em povoar o território tanto para abastecer quanto para manter as feitorias, ainda no século XV. Essa ocupação se intensificará pelos séculos XVI até XVIII, onde a colonização portuguesa chegará ao centro do continente da América do Sul em função do estabelecimento das colônias espanholas. Em substituição das atividades relacionadas à pesca, extração de madeira e comércio de peles de animais, viria a monocultura pela *plantation*, ou seja, para exportação com a utilização de mão de obra escrava e de latifundiários como os proprietários de grandes extensões de terra, sendo a nova base econômica da colônia (PRADO Jr., 1961).

O processo de colonização da América se deu de forma diferente nas colônias do norte e nas colônias do sul, porém, teve como característica similar o modelo de produção em larga escala em unidades produtoras de grandes extensões, por meio de fazendas, engenhos e plantações (no caso das colônias inglesas) que contavam com trabalhadores subordinados aos fazendeiros, ou senhores ou plantadores.

A colonização na América do Norte tinha como objetivo o povoamento que se deu em função da vinda de ingleses, franceses, alemães e suíços, pela questão das lutas da Europa de caráter político e religioso, tendo como objetivo de reconstruir suas vidas ao garantir condições de vida que seu continente de origem não lhes fornecia mais. Estes começaram pela ocupação dos trópicos numa condição de subordinação ao vender seus serviços por um tempo para pagarem pelo transporte que os levou às colônias inglesas. O trabalho começou com mão de obra familiar e para subsistência

própria, abastecendo o mercado interno, até que tiveram condições e se realocaram nas colônias temperadas. Porém, a partir do século XVII, quando a escravidão se tornou global, o trabalho passou a ser pela mão de obra escrava, de povos indígenas e africanos. Com isso, tais sujeitos passaram a se estabelecer como proprietários e plantadores, ou seja, dirigentes ou grandes proprietários rurais (PRADO Jr., 1961).

Na colônia do Brasil, bem como nas colônias tropicais do Sul, o trabalho era inteiramente pela mão de obra escrava. Os portugueses, por volta do século XVI, foram os primeiros a adotar a escravidão pela mão de obra advinda do continente africano. Os primeiros a serem escravizados pelos portugueses foram os mouros, “tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África” (PRADO Jr., 1961, p. 24) e, depois, pelos africanos.

Prado Jr. (1961) compreende que esta diferença de sentido de colonização da América do norte e da América do sul se deu em função da organização social de Portugal, como também da Espanha, que contavam com pouca população em seus territórios. Um dado que o autor apresenta é sobre a população de Lisboa/Portugal que contava com 10% de africanos, assim, justificando que não havia motivos para um êxodo e migração para as colônias no Brasil.

Nesse sentido, conforme Prado Jr. (1961), a colonização teve como objetivo a mercantilização que adveio das feitorias e seguiu através do sistema agrícola da *plantation*, a princípio pelo cultivo da cana-de-açúcar com mão de obra escrava de africanos e indígenas, comandados pelos latifundiários, sob a administração do governo geral da Coroa Portuguesa, de 1548, que formou as capitanias hereditárias, em 1534. Assim, as colônias eram como empresas, mais complexas que as feitorias, somente para o mercado externo, exportando principalmente o açúcar e aguardente (para trocar por escravos), e, gradativamente, tabaco, algodão e café para o comércio europeu. Tal produção em larga escala e excessiva para exportação é uma característica que respalda ainda na atualidade.

No período colonial, Prado Jr. (1961) apresenta a “agricultura de subsistência” que contava com mão de obra livre dos “lavradores” e se estruturava de formas variadas, em paralelo ao regime da *plantation* da “grande lavoura” que utilizava mão de obra escrava. A “agricultura de subsistência” diz respeito às formas variadas de agriculturas de pequenos produtores que eram subordinados aos latifundiários, ou seja, a chamada “grande lavoura”. O termo subsistência remete ao conjunto dos

elementos essenciais à manutenção da vida, ou seja, para o sustento. Porém, os pequenos produtores neste momento também produziam alimentos para o consumo interno da colônia, bem como, para seu abastecimento e, em proporções menores, para a exportação.

Nesse momento há a figura do proprietário da grande propriedade e a figura do agregado, sendo este último um trabalhador rural que troca seus serviços por uma parte da terra para se estabelecer, em geral, uma parte que não é aproveitável para o grande proprietário. E, também, há a presença de pequenos produtores autônomos – que tinham terras à parte do domínio dos latifundiários e as que se localizavam em pontos da costa – que eram ocupadas por povos indígenas, caboclos e de açorianos mais a sul. Além destas, havia pequenos produtores ao longo das vias de comunicação e transporte, onde os tropeiros paravam para abastecer, se alimentar e alimentar seus animais (PRADO Jr., 1961).

As grandes unidades produtoras, organizadas pelas fazendas e engenhos, produziam cana-de-açúcar e algodão para exportação, também tabaco e, mais tarde, o café. Os pequenos produtores produziam alimentos para seu autoconsumo e para o consumo interno da colônia, como a mandioca, geralmente plantada em meio a algodoeiros, e o milho, geralmente plantado em meio aos canaviais. Heredia (2008, p. 43) afirma que “o cultivo da cana se limitava aos terrenos das várzeas e encostas, ao passo que algodão, milho e feijão eram cultivados nas terras altas”. A mandioca estava mais presente no norte da colônia, sendo que adveio da tradição indígena e se fez como gênero alimentar básico consumido por toda a colônia, até ser introduzido o milho no sul da colônia. Além destes, havia consórcios entre mandioca, algodão e arroz, como entre milho, cana-de-açúcar e feijão. Também, havia a produção de gado nas fazendas do sertão nordestino, bem como, em fazendas do sul (PRADO Jr., 1961).

Sobre os engenhos de cana, Heredia (2008) explica que se situavam em vales, porém, abrangiam ladeiras, tabuleiros e parte de terras altas. Tais terras eram divididas conforme seu uso.

Assim, além das dedicadas ao cultivo da cana (inclusive aquelas deixadas em descanso), havia terras destinadas a locais de residência, terras dedicadas à criação de gado (currais nos vales e nas terras altas, ou tabuleiros), terras de reserva (matas) e terras dedicadas ao cultivo dos trabalhadores (grotas e chãs). (HEREDIA, 2008, p. 44)

Os pequenos produtores se localizavam no interior das grandes propriedades, seja nos engenhos ou nas fazendas, ou se situavam no entorno da estrutura formada pelas grandes propriedades e, também, em pontos na fronteira em áreas periféricas (PRADO Jr., 1961). Heredia (2008) explica que havia os habitantes do sítio, constituindo o “povo dos sítios”; e os moradores das propriedades de engenhos, constituindo o “povo do engenho”. Assim, na propriedade do engenho, havia as senzalas como habitação destinada aos escravos e, com o fim da escravidão, com ou sem transformações, passaram a ser ocupadas pelos pequenos produtores. E os sítios ou os “chãs”, eram as parcelas das terras de tabuleiros – terras altas e livres do cultivo da cana – localizadas próximas as grotas, ocupadas pelos pequenos produtores que construíam suas residências e realizavam seus cultivos, pois não conseguiam disputar o espaço da cana com os grandes proprietários (HEREDIA, 2008).

A autora explica que tais terras eram limítrofes das grandes propriedades e consideradas improdutivas para os grandes proprietários. As moradias dos produtores que viviam nessas terras tinham a configuração de sítio, tendo como conjunto pela casa e pelo pátio (terreiro) em sua volta. No terreiro era cultivado o roçado e, também, era onde se realizavam atividades da casa e criação de aves e porcos. O sítio, em si, “designa, pois, tanto a unidade produtora individual, composta de casa/roçado e pertencente a um pequeno produtor, como o conjunto dessas unidades, agrupando, em consequência, vários pequenos produtores” (HEREDIA, 2008, p. 48). Com a expansão do cultivo da cana, tais produtores foram expropriados de suas terras, porém, “a presença e mesmo a expansão da cana não significaram historicamente a perda do acesso à terra por parte dos pequenos produtores aí estabelecidos; ao contrário, sua presença se manteve até a década de 1960” (HEREDIA, 2008, 41).

Em específico sobre a capitania Rio Grande de São Pedro – configuração anterior ao estado do Rio Grande do Sul – esta foi criada pela Coroa Portuguesa por volta do século XVIII quando foi recuperada pelos portugueses do domínio dos espanhóis, assim, situava-se na região sul do território. Osório (2006) realizou um estudo sobre os rebanhos, searas e roças, a partir de análises de inventários *post-mortem* como o documento “Relação de moradores que têm campos e animais no Continente” de 1784 e 1785, trazendo considerações acerca da paisagem agrária do Rio Grande do Sul nesse período colonial.

Osório (2006) buscou compreender o significado social e econômico das figuras “lavrador”, “criador” e “estancieiro” citados nos documentos de recenseamento dos proprietários e ocupantes das terras que tinham por objetivo conhecer a forma de distribuição da terra. No quadro elaborado pela autora, a categoria “lavrador” representa 52,2% da ocupação de terras, a categoria “criador e lavrador”, 8,4 %, a categoria “mais lavoura do que criação”, 4,5%, enquanto a categoria somente categorizada como “criador” representa somente 14,1%. Assim, “o número de possuidores de terras dedicados à agricultura predominava amplamente sobre o dos criadores de gado” (OSÓRIO, 2006, p. 123).

A autora conclui que os pequenos produtores eram simultaneamente agricultores e pastores, ou seja, dedicavam-se à agricultura, como lavrador açoriano e a pecuária, como criador de animais, estancieiro ou peão. De forma geral, o produtor rural, então, alimentava sua família com sua produção da lavoura ou do seu rebanho pequeno e, possivelmente, comercializava parte de sua produção de alimentos, gado e couro. Assim, as atividades, bem como, as unidades produtivas tinham caráter misto a partir do autoconsumo de milho, trigo, feijão, carnes e leite; e pela atividade mercantil (OSÓRIO, 2006).

Ademais, Osório (2006) fez a diferenciação entre estancieiros e lavradores, a partir de um trecho de registro de um militar em 1801, onde os estancieiros tinham mais bens de produção enquanto os lavradores tinham menos bens, conforme a contagem e comparação do número de animais que possuíam. Porém, haviam diferentes situações socioeconômicas entre os lavradores e estancieiros, divididos pela autora a partir do extremo formado pelas “famílias camponesas que contavam apenas com sua mão-de-obra familiar”; em segundo, pelos “pequenos proprietários escravistas” que contavam, em média, com 3 escravos; em terceiro, pelos “médios estancieiros” que contavam com 7 escravos em média; e por último, o extremo oposto, “onde se situava o grupo dos grandes estancieiros, que detinham cada qual 21 escravos em média” (OSÓRIO, 2006, p. 133).

Esta caracterização desmistifica os apontamentos históricos de que o Rio Grande do Sul, até o início do século XIX, era formado por uma paisagem agrária de imensas pradarias somente ocupada pela pecuária, pois apresenta a figura do produtor rural com atividades mistas. Principalmente, pelo fato de as famílias de lavradores açorianos contarem com a força de trabalho familiar, embora alguns tenham passado a contar com complementação de mão de obra escrava. Contudo,

tal produtor rural pode ser definido como camponês “no sentido de que contava fundamentalmente com a força de trabalho de seu grupo familiar para sua manutenção e reprodução” (OSÓRIO, 2006, p. 125).

Em princípio, o Brasil-colônia era dividido por capitânicas hereditárias, sendo que a distribuição de terras aos sesmeiros, basicamente militares e estancieiros, se deu a partir das cartas de sesmarias, sendo lotes de terras de 10 a 15 milhas que foram doadas pela Coroa Portuguesa. No século XVIII, a partir de 1752, houve a concessão de terras municipais a partir das cartas de datas pela Coroa Portuguesa para casais açorianos, tendo extensão de 200 a 300 hectares, constituindo os pequenos produtores. E, a partir da Lei de Terras, em 1850, são vendidos lotes coloniais pela Coroa Portuguesa, com extensão de 25 a 77 hectares num processo de imigração europeia não portuguesa.

### **3.2 A Formação Camponesa no Rio Grande do Sul**

O processo de colonização dirigida pela imigração europeia não portuguesa no Rio Grande do Sul, do século XIX, foi importante para a configuração da agricultura camponesa do estado. Diferentemente de São Paulo, aonde os imigrantes europeus vieram para substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre e assalariada, ou seja, pelo colonato; no Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus vieram para ocupar terras e desenvolveram atividades agrícolas de forma independente tornando-se “colonos”; através do planejamento de estruturas produtivas e de circulação organizadas, tanto pelo Estado quanto por companhias próprias de colonização (ZARTH, 2006). Os motivos que levaram a colonização pela imigração foram relacionados ao povoamento do estado, a questão do latifúndio, a necessidade de abastecimento interno e a inclusão de mão de obra livre.

Esse processo de imigração europeia não portuguesa se desenvolveu através de uma política migratória específica, a partir da experiência de 1818, onde foram fundadas colônias com imigrantes suíços no Brasil através de pequenas propriedades, com média de 25 hectares, não escravagistas, por Dom João VI e pelo agenciador Nicolas Gachet (SEYFERTH, 2008). No Rio Grande do Sul, a primeira proposta foi feita por Gonçalves Chaves, em 1823, que sugeriu a distribuição de terras devolutas para lavradores por meio de lotes ou datas e, caso de não existir tais terras, a desapropriação e redistribuição de parte das terras dos latifundiários. Porém, houve

resistência dos latifundiários e foi realizada a colonização em áreas florestais para não alterar as zonas pastoris (ZARTH, 2006).

Assim, Zarth (2006), baseado nos estudos do geógrafo Nilo Bernardes, apresenta a dicotomia entre campo de pastagens e florestas e suas paisagens culturais, como indicador para o processo de ocupação e apropriação do solo no Rio Grande do Sul. Nas áreas de campos havia baixa densidade demográfica, pois eram ocupadas por grandes proprietários pecuaristas, enquanto que nas áreas de floresta havia pequenas propriedades agrícolas, originadas das colônias de imigrantes, que produzia alimentos pela mão de obra familiar. Portanto, gradativamente, se instalaram pequenas propriedades ao longo do eixo composto por Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, expandindo-se pelos vales e serras e, depois, pelo planalto (ZARTH, 2006).

De acordo com Seyferth (2008), a colonização pela imigração europeia não portuguesa, bem como sua fixação em lotes coloniais, no sul do país ocorreu entre 1824 e 1930. Como primeira fase de colonização tem-se o estabelecimento de quatro colônias de alemães no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1830, pelo agenciador Schäfer, sendo que as famílias receberam os lotes de terras doadas. Em 1840, as províncias puderam controlar parte das terras devolutas e constituir os núcleos coloniais, sendo que a partir disso, imigrantes não podiam ter posse de escravos. Por volta de 1850, retoma-se o processo de imigração e estabelece-se a venda de terras devolutas para imigrantes europeus e, parte, para camponeses nacionais. Destaca-se a imigração de alemães e pomeranos, em 1850, e a imigração de famílias italianas, em 1875.

As designações “colônia alemã” ou “italiana”, enfim, as adjetivações étnicas, corriqueiras ontem e hoje, têm forte apelo identitário e, de fato, expressam diferenças culturais. Mas, todas surgiram do interesse político voltado para um tipo de exploração agrícola que, mais recentemente, é chamado de “agricultura familiar”. (SEYFERH, 2008, p. 47)

A ocupação dos colonos afetou os espaços ocupados por povos indígenas e os camponeses livres nacionais (também reconhecidos como caboclos, sertanejos, caipiras e lavradores nacionais) que, em casos, foram expropriados por agentes privados, a partir da justificativa que as terras ocupadas eram de domínio público – terras devolutas. Em função disso, o governo criou colônias mistas, como a colônia de Santa Rosa de 1915, para amparar tais camponeses nacionais para transformá-

los em colonos pela convivência junto aos colonos imigrantes, porém, não obteve sucesso já que seus estilos de vida eram diferentes (ZARTH, 2006).

Os camponeses nacionais, assim, expandiram-se, em grande parte, nas áreas de florestas em condições precárias, como nas florestas do Alto Uruguai e dedicavam-se a cultura da erva-mate por extrativismo. Também, trabalhavam como peões das estâncias e realizavam atividades agropastoris conforma a demanda sazonal. Além disso, foram auxiliares para os colonos alemães e italianos, sendo que suas condições eram de agregados ou posseiros. Assim, os camponeses, os agregados, os posseiros e aqueles que tiveram suas terras expropriadas resultaram em mão de obra livre que acabou substituindo a mão de obra escrava (ZARTH, 2006).

Acerca da colônia, sendo o lote do colono que residia e trabalhava com sua família, esta tinha a extensão de em média 25 hectares, localizados em áreas acidentadas. Inicialmente, os colonos derrubavam as matas e, com a madeira construíam suas casas. Uma das características marcantes dos colonos é o “mutirão”, constituído pela ajuda mútua entre os integrantes das famílias, principalmente nesse momento de derrubada de mata e construção de moradias. Depois, assumiam o sistema agrícola de rotação de terras e rotação de culturas pela criação de animal; a primeira pelo uso da coivara, mantendo parte do lote em descanso por um determinado tempo (SEYFERTH, 2008).

As primeiras famílias receberam lotes de terras mais férteis que as famílias seguintes, assim, houve um processo de “mobilização espacial”, havendo, inclusive, o abandono de lotes pelos colonos. Esse processo de movimento migratório é chamado de *enxamagem*<sup>13</sup>, sendo o fenômeno de deslocamento constante para novas áreas passíveis de colonização. A migração resultou em um espírito migratório característico da identidade do colono e, assim, do camponês, sendo que permitiu “a

---

<sup>13</sup> Jean Roche (1969), em seu estudo minucioso sobre os colonos alemães, caracteriza a agricultura alemã como essencialmente de caráter pioneiro e, assim, apresenta o fenômeno de “enxamagem dos pioneiros”, como o processo migratório dos colonos para desbravar novas terras, frequentemente realizado por um conjunto de parentes mantendo os laços de parentesco. O autor apresenta quatro “fases da enxamagem”, sendo a primeira datada até 1850, chamada de “a periferia de São Leopoldo”; a segunda entre 1850 e 1890, “a marcha para o este”; a terceira a partir de 1890, “o salto para o planalto” e a quarta desde 1914, “êxodo do Rio Grande do Sul”. Este processo migratório para novas áreas foi desencadeado por dois fatores principais: o primeiro, “a expansão demográfica dos municípios povoados pelos imigrantes alemães e seus descendentes” e, o segundo, “a estrutura agrária, o regime da pequena propriedade” (ROCHE, 1969, p. 376). O autor afirma que “não foi apesar da estabilidade da estrutura social, mas por causa dela, que as migrações internas, essencialmente rurais, tiveram tanta regularidade e tanta importância” (ROCHE, 1969, p. 357, grifos do autor). Portanto, “as migrações podem ser medidas em função direta da superfície do lote e do número de filhos do proprietário que o explora” (ROCHE, 1969, p. 357).

formação de redes de parentesco e solidariedade que uniram as colônias novas e velhas, dinamizando as relações sociais no meio rural” (SEYFERTH, 2008, p. 60).

Por volta de 1850, a produção de alimentos dos colonos assumiu importância, pois abastecia tanto a província quanto o restante do país, pois puderam comercializar parte de sua produção. Os colonos produziam a partir da policultura, entre outros, banha de porco, farinha de mandioca, feijão, batata-inglesa, fumo e vinho, conforme aponta Zarth (2006). Esta comercialização de produtos gerou um desenvolvimento econômico e social para os colonos, embora estes tenham adquirido a chamada “dívida colonial”, pois, quando os colonos não tinham meios para adquirir seus lotes pelo pagamento à vista, ficavam cinco anos pagando, com juros, tanto seus lotes quanto os subsídios que recebiam para migrar (SEYFERTH, 2008).

Conforme Seyferth (2008), até por volta de 1880, cabia aos agenciadores trazer as famílias de imigrantes, porém desaparecem pelas irregularidades no processo de migração. Assim, há uma regulamentação para privilegiar famílias de agricultores e artesãos para formarem núcleos coloniais que se caracterizavam a partir de linhas de lotes coloniais, sendo que a partir de 1911, tais colônias começaram a passar por um processo de emancipação.

### **3.3 O Campesinato na Serra dos Tapes**

Em uma escala regional, tem-se o processo de ocupação da Serra dos Tapes formada pelo conjunto dos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu. A Serra dos Tapes, região serrana, foi inicialmente ocupada pelos índios Tapes da família Tupi Guarani, sob o contexto de pré-colonização europeia. No final do século XVIII a meados do século XIX, o contexto regional e nacional estava firmado no ciclo saladeiril caracterizando-se pela presença da mão de obra escrava de africanos e pelas charqueadas. A partir de 1858, inicia o processo de colonização na Serra dos Tapes pela imigração europeia não portuguesa, a fim de expandir a produção agrícola, de caráter familiar, sobre áreas de matas e relevo íngreme. (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013)

Conforme Salamoni e Waskievicz (2013), no período do ciclo saladeiril, destacam-se as charqueadas de Pelotas que se utilizava da mão de obra escrava para a produção de charque, mas também, em olarias, na construção civil e na extração de madeira. Também havia presença de africanos tidos como escravos que

exerciam atividades pastoris, domésticas e agrícolas nas propriedades da região, bem como de quilombos em locais mais distantes e íngremes da região formados por africanos e seus descendentes<sup>14</sup>.

Em paralelo, a Lei de Terras, de 1850, restringiu o “acesso à terra pela venda ou doação, excluindo desta maneira os posseiros (na categoria genérica de “lavradores nacionais”, na qual se incluem os negros), que não possuíam títulos legais das propriedades” (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 78). Ademais, nesse período, a região serrana contava com um povoamento disperso, conformando os chamados “fundos territoriais” das grandes propriedades pecuaristas-charqueadoras que se localizavam nas áreas planas do litoral.

O processo de colonização, que começa a partir de 1858, foi incentivado pelo Governo Geral para formar colônias agrícolas em regiões que não eram propícias a pecuária, assim, nas áreas de matas e de relevo acidentado. Este “projeto de colonização tomou áreas tidas como *devolutas* (efetivamente vazias ou ocupadas por grupos indígenas) e que não eram próprias para a atividade pecuária, dividindo-as em pequenos lotes de terra, destinados aos colonos” (SCHNEIDER; MENASCHE, 2014, p. 4, grifos dos autores). Essas colônias deram origem ao termo *colono* que para o Estado, eram “aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p. 80 *apud* SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 78). No sul do Brasil, “reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar” (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 78).

E, em específico no sul do Rio Grande do Sul, havia as iniciativas particulares ocupadas em instalar colônias de imigrantes europeus não portugueses, sob controle dos Governos Imperial e Provincial. A princípio, os projetos de colonização eram malvistas pelos latifundiários. Estas iniciativas geraram certa desconcentração fundiária, pelo parcelamento da terra, bem como contribuíram para a diversificação produtiva e étnico-cultural da Serra dos Tapes. Embora, ao mesmo tempo, tenha

---

<sup>14</sup> Sobre o campesinato de *comunidades negras rurais* no Rio Grande do Sul, Rubert e Silva (2009) trazem que no período colonial, durante o regime escravocrata do Brasil, africanos e descendentes eram explorados pela mão de obra escrava. Assim, havia fuga de escravos que ocupavam pequenos espaços resultando na formação das comunidades quilombolas que, também, foram constituídas tanto pelos escravos fugitivos, pelos que foram libertos e por seus descendentes – remanescentes de quilombos, a partir da posse ou por doações de terras.

propiciado o enriquecimento de estancieiros-charqueadores que aproveitaram a oportunidade na especulação fundiária. (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013)

As colônias que se destacam, conforme Salamoni e Waskiewicz (2013), foram: D. Pedro II (de 1849 formada pela atuação da Associação Auxiliadora da Colonização); Nova Cambridge e Monte Bonito (de 1850, respectivamente, por irlandeses e alemães prussianos); Santo Antônio (1992, pelo João Pinheiro, ocupada por franceses); São Simão (entre 1883 e 1887 com presença italiana); Maciel (1881, pelo Governo Imperial, com italianos); Municipal (de 1880 a 1886, administrada pela Câmara Municipal, com alemães); Santa Coleta (1880, por Capitão Ribeiro, com imigrantes alemães); de Domingos (entre 1885 e 1887, formada por famílias brasileiras, portuguesas e famílias vindas das Ilhas Canárias); Arroio do Padre, Terrenos do Machado, Terrenos dos Chaves (pelo Governo Imperial); Zacaria (entre 1885 e 1890, pelo Governo Imperial); Santa Aura (de 1893, por iniciativa particular); Santa Helena (de 1892, pelo Barão Von Schlegel, composta por alemães); São Manoel (de 1893, por Pedro Toledo, composta, em maior proporção, por alemães e pomeranos, com duas famílias de brasileiros e italianos); Santa Maria (de 1893, por João Schild, majoritariamente ocupada por alemães). Sendo que:

Até 1909 esse processo de colonização influenciou a organização da estrutura fundiária, fracionando os latifúndios e caracterizando a região montanhosa pela implantação da produção familiar em pequenas propriedades por imigrantes europeus não portugueses e, nas áreas de relevo plano, a ocupação por grandes proprietários luso-brasileiros (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 81)

Assim, as grandes propriedades se localizavam nas terras de planície e eram ocupadas pelos portugueses, enquanto as pequenas propriedades se situavam na região serrana e era ocupada pelos colonos. Os colonos enfrentaram dificuldades para se instalar, se desenvolver e produzir, pelas características físicas de área de mata densa e relevo íngreme, tanto pela precariedade da infraestrutura que era oferecida aos colonos, levando-os a implementar o sistema de cultivo chamado de “roça”, sistema agrícola primitivo com baixa utilização de técnicas mecanizadas. Além disso, nas terras de planície, a produção se caracterizava pelo arroz e pelo gado de corte, já na região serrana, a produção caracterizada pela base familiar e pela diversidade a partir da produção de milho, de batata, de hortaliças, de feijão, entre outros. (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013)

Em síntese, de acordo com Salamoni e Waskiewicz (2013), o processo de ocupação da Serra dos Tapes se deu pelos três momentos relacionados a imigração, sendo o primeiro momento em 1756, quando são “concedidas datas de terras (cerca de 272 hectares) a famílias açorianas”; o segundo, em 1850, com a “chegada de imigrantes alemães e pomeranos”, expandindo as fronteiras agrícolas; e o terceiro, em 1875, quando foram “destinados lotes de 20 hectares de terras a famílias italianas” (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013, p. 83). E, além dos processos imigratórios, a ocupação também se deu pelos africanos escravizados que conseguiram fugir do regime escravagista e pelos libertos, bem como, por seus descendentes, tanto por doações quanto por posse.

Schneider e Menasche (2014) explicam que estes processos de ocupação por colonos de diferentes etnias, luso-brasileiros e africanos, bem como os casamentos intergrupais, criaram um “complexo de relações” na Serra dos Tapes que perduram até a atualidade. Segundo os autores, mesmo tendo processos de ocupação e acesso à terra diferenciados, este complexo reflete, por exemplo, em pomeranos com práticas características da cultura gaúcha, como os rodeios, e em afrodescendentes que se identificam como colonos e vivem em pequenas propriedades. Também reflete nas diferentes práticas sociais e culturais, como na religiosidade, culinária, dialetos, festividades, entre outros.

### **3.4 A Agricultura Familiar Contemporânea: rupturas e permanências**

No século XX, o espaço agrário sofreu profundas mudanças através do processo de modernização agrícola implementado no Brasil em 1960, a partir de uma política desenvolvimentista da ditadura militar da época que perdurou até por volta de 1980. Assim, a modernização agrícola refere-se ao processo de mudança da agricultura brasileira pela adoção de técnicas modernas, impulsionada pelo movimento global de desenvolvimento pela chamada revolução verde, entre 1950 e 1970. Esta, como um processo global desencadeado após uma conferência onde foi utilizado a expressão revolução verde, referindo-se a implementação de novas tecnologias como sementes modificadas, agrotóxicos, fertilização química do solo e mecanização.

Segundo Navarro (2001), a modernização agrícola estava articulada a um discurso de desenvolvimento rural economicista e mecanicista para regiões rurais

consideradas pobres, a partir da implementação do pacote tecnológico e intervenções estatais, de agências de desenvolvimento e órgãos internacionais. Embora tenha começado em 1960, teve maiores efeitos entre 1980 e 1990, quando atingiu quase todo o território brasileiro, o reconfigurando, sendo desenvolvido num processo gradativo de mercantilização e mecanização com base num padrão tecnológico com novas formas de produzir.

O pacote tecnológico da modernização agrícola incluía inovações tanto químicas, quanto mecânicas e, até mesmo, biológicas, por meio dos insumos, dos biocidas/agrotóxicos, das sementes híbridas, das máquinas e dos equipamentos. Ou seja, o principal objetivo de sua implementação era transformar o rural em uma indústria, a partir de argumentos como: gerar mais produção e acabar com a fome. Foi, inclusive, criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, especificamente para garantir a compra do pacote tecnológico. (WANDERLEY, 2014)

Vale ressaltar que modernizar não está relacionado, necessariamente ao desenvolvimento social e econômico. A modernização está ligada ao processo de revolução industrial, como parte de um contexto mundial e mais amplo, também, esta se utiliza da inovação – referindo-se ao processo de criar algo novo, como instrumentos, técnicas e conhecimentos. Historicamente, desde o Neolítico (11 mil anos atrás) com a domesticação de animais e plantas, já havia inovação, sendo compreendida como uma mudança das formas tradicionais de ocupação e utilização do solo (MAZOYER; ROUDART, 2010). Como exemplo de inovação, mais complexa, pela mudança na propriedade como a passagem da pecuária para a lavoura; e inovação mais simples como pelo uso de outras variedades de sementes.

A modernização agrícola repercutiu negativamente na vida dos agricultores e no espaço agrário brasileiro, pois resultou num desemprego estrutural e de massa, pois as atividades agrícolas estavam subordinadas aos setores dominantes, como a indústria e, também, pela “ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão” (WANDERLEY, 2014, p. S028). Assim, houve uma expulsão massiva dos trabalhadores que residiam nas grandes propriedades pelos proprietários, pela redução do uso de mão de obra em função da mecanização das fases de preparo da terra, de colheita, entre outros, que demandavam trabalho humano.

Além disso, houve uma mudança no tempo do processo produtivo, assim, os grandes proprietários passaram a contratar os trabalhadores somente quando

necessário. Os trabalhadores expulsos passaram a “viver nas periferias degradadas das cidades” (WANDERLEY, 2014, p. 28), não tendo mais o recurso de sua própria produção para autoconsumo e condições mínimas para sua existência quanto camponês. Também, os agricultores camponeses que aderiram o modelo de modernização conservadora acarretaram dívidas em função de financiamentos para a compra do pacote tecnológico.

Portanto, entre os anos 60, com a implementação do modelo de modernização, até os anos 80, foram anos de ações do Estado intervindo em regiões rurais pobres para integrá-las ao processo de modernização. Somente com a volta da discussão mundial acerca do desenvolvimento sustentável nos anos 90, volta-se a pensar no desenvolvimento rural com outro viés, totalmente oposto ao adotado pela modernização agrícola. Somando-se ao movimento de redemocratização no Brasil, institucionalizado pela Constituição de 1988, assim:

(...) significou a (re)emergência dos movimentos sociais, que puderam, assim, construir publicamente suas análises da realidade brasileira, em oposição às visões até então dominantes e impositivas e formular suas demandas políticas e suas estratégias de luta. Da mesma forma, o Estado também inicia um processo de democratização em suas diversas instâncias, que o torna mais apto a acolher as demandas da sociedade, amparadas nos novos preceitos constitucionais. (WANDERLEY, 2014, p. S029)

Conforme Schneider (2010), nesse momento, há uma mudança de percepção sobre a definição e o objetivo do desenvolvimento rural, após o declínio da modernização agrícola no Brasil e pela forte instabilidade econômica, nos anos 80, pela dívida externa com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Assim, novas discussões teóricas e políticas públicas surgem direcionadas a reforma agrária e ao crédito para a agricultura familiar, desencadeadas em função da ação dos movimentos sociais e de organização, como associações e cooperativas.

De acordo com Wanderley (2014), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST se caracteriza como um dos movimentos mais importantes para a agricultura familiar, fundando em 1985. Também, o Movimento Sindical Rural que se fortalece pela liderança da Confederação Nacional dos Trabalhados na Agricultura – Contag, mesmo existindo desde 1960. “São estes movimentos, cada um a seu modo, que reinscrevem no debate da sociedade, a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra pelos camponeses expropriados ou com pouca terra” (WANDERLEY, 2014, S029). Assim, os movimentos sociais do campesinato, junto a

entidades e representantes políticos, pressionaram o governo para criar políticas governamentais voltadas especificamente para sua categoria social.

Portanto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – foi criado a partir do decreto nº 1.946<sup>15</sup>, de 28 de junho de 1996. Segundo Carneiro (1997), o PRONAF surge em função do debate mundial sobre a sustentabilidade e, assim, em volta da questão do desenvolvimento rural, incorporando o fator econômico, além da educação, da saúde e da proteção ambiental. Visa atender “as demandas dos trabalhadores – sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações – representa um considerável avanço em relação às políticas anteriores” (CARNEIRO, 1997, p. 70).

Após a criação do PRONAF, pela Lei nº 11.326<sup>16</sup>, de 24 de julho de 2006, foi criado o conceito normativo de agricultura familiar. Segundo a autora Neves (2007), anteriormente eram utilizados outros termos, inclusive de caráter depreciativo, para denominar o campesinato, como pequenos produtores, produtores de baixa renda, pequenos proprietários, agricultores de subsistência, camponeses, sitiantes. No contexto mundial, os termos utilizados eram *family farm* e *family farmer* para o produtor e sua unidade de produção. A autora reflete a partir de tais termos que:

A recorrência dos termos agricultor de subsistência ou baixa renda, camponeses, sitiantes, pequeno produtor e pequeno proprietário, ao lado dos termos de qualificação da dependência – colono, meeiro, parceiro, arrendatário – ou de apropriação provisória e informal da terra – posseiro – demonstra a preocupação com a diversidade de modos de existência e o irreconhecimento de uma categoria genérica de designação. (NEVES, 2007, p. 8)

Além disso, o termo agricultura familiar era raramente utilizado nos estudos e projetos brasileiros (NEVES, 2007). Em decorrência disso, o termo agricultura familiar acabou sendo confundido e, também, integrado na categoria do agronegócio que era formada pelos empresários e grandes proprietários (WANDERLEY, 2014). Assim, tal conceito foi oficializado, pelo terceiro artigo, para incorporar o caráter profissional para

<sup>15</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art.). Acesso em 2019.

<sup>16</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 2019.

a figura do camponês. Sendo assim, o agricultor familiar passa a ser para o Estado aquele que:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019<sup>17</sup>)

De acordo com Neves (2007), a partir dos anos 90, houve uma consagração e um aumento da legitimação do termo agricultura familiar, bem como sua importância social e, a partir disso, começaram os exercícios de interpretação e significação terminologia da agricultura familiar. O lado positivo da oficialização da designação de agricultor familiar e seu reconhecimento é que “foram construídos ou reconstruídos quadros institucionais, cujas operações básicas orientavam outras formas de intervenção social, sob a modalidade assistência técnica e creditícia” (NEVES, 2007, p. 2). Assim, houve um recrutamento de agentes intermediários buscando reorganizar e desenvolver práticas e ressignificados sociais para a agricultura familiar, através dos programas públicos, cursos de formação profissional, recursos financeiros municipais, créditos e investimentos para os agricultores.

Porém, pelo processo de enquadramento institucional da agricultura familiar acabou por abranger diversos grupos e gerar “significados tão amplos e tamanha heterogeneidade de uso, que ele só pode ser compreendido se as ambiguidades, as indefinições e as contradições forem então necessariamente defendidas” (NEVES, 2007, p. 16). Ou seja, somente a designação pela categoria normativa não é suficiente para denominar e caracterizar a agricultura familiar aquele agricultor denominado de pequeno produtor, camponês, pequeno proprietário, pois abarca diferentes casos e situações dificultando, inclusive, o acesso ao próprio PRONAF.

Para Wanderley (2004), campesinato e agricultura familiar são conceitos que possuem equivalência, sendo categorias sociais e políticas que representam parte da sociedade brasileira que está presente desde o século XVI e busca, até hoje, formas

---

<sup>17</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 2019.

de manutenção de seus modos de vida. A palavra *camponês* carrega consigo as lutas travadas pelo campesinato que são, também, da agricultura familiar. Nesse sentido:

(...) agricultura familiar camponesa – expressa o reconhecimento da permanência de ‘lógicas camponesas’ que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar. (RIBEIRO; SALAMONI, 2011, p. 215)

Embora a agricultura familiar contemporânea represente a continuidade do campesinato tradicional de suas particularidades, o processo de modernização conservadora representou rupturas na figura do camponês e de seu passado colonial. O camponês torna-se agricultor (quanto profissão multidimensional) a partir da modernidade e do domínio de conhecimentos técnicos do manejo de plantas e animal, da contabilidade e gestão para se adaptar a nova realidade (WANDERLEY, 2004). Assim, o agricultor familiar resiste, se adapta e toma decisões para se integrar aos contextos econômicos, sociais, políticos e às mudanças que afetam sua vida social, sua forma de produzir e, até mesmo, sua lógica familiar, embora permaneça camponês ao definir suas estratégias de produção e reprodução em função da lógica familiar. As mudanças e adaptações que os agricultores familiares enfrentam estão ligadas a história da família, a estrutura familiar e a produção, ou seja, as relações internas e externas às unidades familiares.

### **3.5 Agricultura de base agroecológica: breve histórico e conceituação da agroecologia**

A agroecologia surge como alternativa a modernização da agricultura, ou seja, propõe uma agricultura sustentável ao invés da agricultura moderna ou agricultura convencional. Gliessman (2000) explica que embora a agricultura moderna – a agricultura convencional – tenha satisfeito a demanda global de alimentos de 1950 até fim do século XX, a partir de grãos como o trigo e o arroz, seu sistema de produção é insustentável. A “agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível” (GLIESSMAN, 2000, p. 33).

O motivo está nas inovações tecnológicas, nas práticas e políticas as quais o sistema de produção da agricultura convencional se baseia e geram consequências danosas por desconsiderar as dinâmicas ecológicas dos agroecossistemas. Segundo Altieri (2000), o aumento da produtividade a partir da agricultura convencional é acompanhado por consequências a partir da:

(...) degradação ambiental (erosão do solo, poluição com pesticidas, salinização), problemas sociais (eliminação da agricultura familiar; concentração de terras, recursos e produção; modificação dos padrões de migração rural/urbano) e pelo uso excessivo dos recursos naturais. Além disso, de alguns anos para cá, a agricultura tem estado sujeita às restrições causadas pelos crescentes preços do petróleo. (ALTIERI, 2000, p. 545)

Gliessman (2000) destaca seis práticas da agricultura convencional, a partir de uma lógica industrial que visa à maximização da produção e do lucro: o uso de agrotóxicos para controle químico de pragas; aplicação de fertilizantes sintéticos; o uso de irrigação desenfreado; a monocultura em áreas extensas de um tipo de cultivo; o cultivo intensivo e regular do solo; o desenvolvimento de novas variedades de plantas por sementes híbridas que requeem condições ótimas, bem como a homogeneização de espécies a partir da manipulação genética.

Das problemáticas que essas práticas acarretam têm-se a degradação do solo pelo uso intensivo do solo, pela falta de cobertura e pelo uso de maquinaria pesada de forma regular e frequente. Também pode acarretar a perda de matéria orgânica e de fertilidade do solo, aumento da erosão do solo, salinização, alagamento, compactação, além da contaminação por agrotóxicos. A questão do solo é um fator importante para a agricultura, pois “a agricultura não pode ser sustentável até que se consiga reverter o processo de degradação do solo” (GLIESSMAN, 2000, p. 42).

A monocultura que, frequentemente, serve para exportação e substitui “os policultivos da agricultura tradicional de subsistência” (GLIESSMAN, 2000, p. 35); também, demanda o uso de fertilizantes inorgânicos, irrigação acentuada e o uso de agrotóxicos para controle de pragas cada vez maior, pois os cultivos de uma mesma espécie em áreas extensas tornam-se mais propensos a pragas específicas que os devastam os cultivos e acabam precisando de proteção química. Acerca do uso da irrigação desenfreada, principalmente das águas subterrâneas. Gliessman (2000, p. 36) explica que:

Um problema é que a água subterrânea com frequência é bombeada mais rapidamente do que renovada pela chuva. Esse gasto excessivo pode causar rebaixamento da terra e, se próximo à costa, levar à intrusão de água salgada. Ademais, gastar excessivamente a água subterrânea é, em essência, o mesmo que pegar emprestada a água do futuro.

Os fertilizantes sintéticos são resultantes de combustíveis fósseis e de depósitos minerais, assim, seus custos serem variantes dependendo do custo do petróleo e estão fora de controle dos agricultores. Esses fertilizantes levam a lixiviação – remoção ou dissolução de constituintes químicos do solo, entre outros, pela água ou fluido percolante, e a eutrofização - crescimento excessivo de fosfatos e nitratos nos corpos d'água e aumento das plantas aquáticas, deixando-os não utilizáveis. Também contaminam os reservatórios de água potável a partir da penetração na água subterrânea (GLIESSMAN, 2000).

Os agrotóxicos passam a falsa promessa de eliminar pragas e organismos que ameaçam os cultivos, porém, ainda que baixem, em curto prazo, as populações de pragas, acabam por eliminar também seus predadores. Assim, acabam por recuperar-se e tornar-se mais resistente aos agrotóxicos, o que aumenta a necessidade de seu uso nesses cultivos da agricultura convencional. Portanto, os agrotóxicos e os fertilizantes são poluentes agrícolas do ambiente (GLIESSMAN, 2000).

Outras consequências da agricultura convencional podem ser: a perda da diversidade; a perda do controle da produção de alimentos de comunidades devido o aumento das monoculturas; a desigualdade social ampliada pelo processo de modernização da agricultura e a dependência gradativa que os agricultores acabam tendo de insumos agrícolas externos. Sobre esta última, enquanto depender de insumos agrícolas externos, como fertilizantes, agrotóxicos, sementes híbridas, maquinários e, também, água para irrigação, a agricultura é insustentável. “Quanto mais tempo as práticas convencionais forem usadas em solos agrícolas, mais o sistema se torna dependente de insumos externos” (GLIESSMAN, 2000, p. 46).

O termo agroecologia, conforme Hecht (2002), passou a ser utilizado em 1970, embora seus alicerces históricos encontrem-se nos primórdios da própria agricultura. As agriculturas de povos e culturas nativas, bem como sociedades não ocidentais, como a agricultura indígena, são precursoras da agroecologia, pois se utilizavam de práticas sustentáveis, como as terras em pousio, o uso e manejo de recursos renováveis e disponíveis, como a vegetação circundante. Seus “sistemas de produção foram desenvolvidos para que se equilibrem os riscos ambientais e os econômicos e

que se mantenha a base produtiva da agricultura através dos tempos” (HECHT, 2002, p. 22).

Altieri (2002, p. 546) acredita na importância de compreender os sistemas tradicionais de produção, pois revelam “indícios ecológicos importantes para o desenvolvimento dos sistemas alternativos de manejo e produção, tanto para os países industrializados, quanto para aqueles em desenvolvimento”. Assim, para Hecht (2000), tais agriculturas tradicionais são heranças agrícolas para a ciência agrônoma, embora não reconhecidas. Para Gliessman (2000, p. 53), uma abordagem da agricultura de forma sustentável deve ser construída a partir dos “aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local” articulados com conhecimentos e métodos da ciência da agroecologia.

Portanto, a agroecologia, em uma definição mais ampla e geral, “representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção” (HECHT, 2002, p. 26). Esta forma interpretativa da agroecologia abrange fatores além da agricultura em si, como fatores sociais, sendo assim, tem caráter mais normativo. Em uma definição mais específica, a agroecologia trata dos estudos de fenômenos ecológicos nas produções agrícolas, por exemplo, de como proceder sobre as relações entre predador e presa (HECHT, 2002).

Por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. (GLIESSMAN, 2000, p. 56)

Segundo Caporal (2009), a agroecologia é uma ciência estratégica que proporciona princípios, métodos e metodologias firmados na sustentabilidade articulando conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos a fim de romper com a agricultura convencional, tendo como horizonte, temporal e espacial, uma agricultura sustentável. Em sua essência, a agroecologia visa “promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais no âmbito das unidades familiares de produção” (CAPORAL, COSTABEBER, 2000, p. 17).

Enquanto ciência estratégica, a abordagem da agroecologia “integra concepções e métodos de diversas outras áreas do conhecimento e não como uma

disciplina específica” (HECHT, 2002, p. 31). Assim, a agroecologia “valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

A sustentabilidade tem sua base ecológica e “a agroecologia enfoca as relações ecológicas no campo e o seu objetivo é compreender a forma, a dinâmica e a função destas relações” (HECHT, 2002, p. 27). A sustentabilidade está ligada ao conceito de produção sustentável – aquela que possui a capacidade de “colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou de ser renovado não é comprometida” (GLIESSMAN, 2000, p. 52). Para Gliessman (2000, p. 54), a base da agroecologia está nos princípios e métodos ecológicos do manejo e da organização dos agroecossistemas que determinam se as variáveis são sustentáveis, como prática, insumo e decisões e, a base ecológica do manejo, a longo prazo.

Nesse sentido, o processo de transição agroecológica se faz crucial para a agroecologia, pois permite que agriculturas convencionais, com base num modelo de produção intensivo, convertam-se, em longo prazo, em agriculturas sustentáveis, com base ecológica. A transição agroecológica é “um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas” (CAPORAL, 2009, p. 223). Além da racionalidade sobre o econômico e o produtivo, a transição agroecológica implica na mudança dos princípios e ações entre os sujeitos e sobre o manejo de seus agroecossistemas. (CAPORAL, 2009)

Caporal (2009, p. 221) adverte que a agroecologia é uma ciência multidisciplinar e complexa, não devendo confundir e reduzir como um tipo de agricultura, pois “possui o enfoque agroecológico para o desenho de agriculturas sustentáveis e novas estratégias do desenvolvimento rural”. A agroecologia, assim, contribui para as “variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (CAPORAL, 2009, p. 223).

Em sua prática, a agroecologia busca condições éticas; sanar as demandas sociais, considerando os aspectos culturais locais; fomentar as organizações sociais e a ação coletiva; tratar do ambiente a partir do manejo sustentável; contribuir para os aspectos econômicos (CAPORAL, 2009). Segundo Altieri (2002, p. 554), a agroecologia busca “tecnologias de baixo uso de insumos externos para harmonizar o crescimento econômico, a equidade social e a preservação ambiental”.

A agroecologia, através de uma abordagem participativa, fomenta a definição dos objetivos econômicos, sociais e ambientais pela própria comunidade rural

(ALTIERI, 2002). Dos objetivos econômicos está a produtividade sustentável, a dependência dos recursos locais, a viabilidade e equidade econômica. Dos objetivos ambientais deve alcançar a biodiversidade, a estabilidade e as funções ecossistêmicas. E dos objetivos sociais deve buscar a autossuficiência alimentar, a satisfação das necessidades locais e o desenvolvimento de pequenas propriedades. Além de depender minimamente de tecnologias de baixos insumos externos. (ALTIERI, 2002)

Para Gliessman (2000), a agroecologia proporcionou o desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura, porque a para preservar a produção agrícola e a produtividade da terra, em uma perspectiva de longo prazo, é necessária que a produção seja sustentável e de alimentos. Para alcançar a sustentabilidade da produção são necessárias “práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais eles fazem parte” (GLIESSMAN, 2000, p. 52).

Para Costabeber (1998), a transição agroecológica é um processo de mudança social a partir de grupos conscientes que confrontam de interesses contraditórios. O autor argumenta que é, também, um processo multilinear e dinâmico, pois o contexto em que se insere é de uma coexistência entre o tradicional e o dito moderno, assim, se diferencia, porém, coexistem. É também multilinear pelas suas múltiplas dimensões – não apenas a econômica – que refletem a complexidade do conceito de sustentabilidade, sendo o horizonte a ser alcançado em médios e longos prazos.

Costabeber (1998) também aponta os problemas a serem solucionados ao longo do processo de transição agroecológica, a partir das dimensões econômica, social e ambiental, respectivamente: estagnação econômica; exclusão social e degradação do meio ambiente. Para isso, o processo deve alcançar níveis equilibrados e sustentáveis como a produtividade, a estabilidade e a o uso de manejos mais respeitosos com o ambiente, ou seja, sistemas agrícolas a partir de agriculturas sustentáveis.

Tais objetivos exigem um constante processo de adaptação e retroalimentação, pois as dimensões podem ser conflituosas entre si, embora o objetivo seja de se tornarem harmoniosas e equilibradas, como a maior produtividade à custa de degradação do ambiente. Assim, o processo de transição agroecológica é um processo de ação coletiva, assim, é necessário ser proporcionado por projetos

coletivos que envolvam interesses, objetivos e valores comuns e compartilhados. (COSTABEBER, 1998)

Ademais, a agroecologia fomenta o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis por proporcionar o conhecimento e a metodologia necessários (GLIESSMAN, 2000). As agriculturas sustentáveis partem da compreensão de seus agroecossistemas autossuficientes, visando estabilidade ao invés da produção máxima. Agroecossistemas em pequena escala são mais viáveis para redesenhar seus “sistemas de cultivo e/ou produção animais” a partir de manejos “com tecnologia adequada ao ambiente local e baseadas nos recursos dos agricultores” (ALTIERI, 2002, p. 553). Estes elementos partem de uma metodologia para pensar o desenvolvimento sustentável que inclui o conhecimento tradicional, a participação da sociedade, pois a consciência individual e coletiva se faz como um pré-requisito para esta noção de desenvolvimento multidimensional.

#### 4 OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO 1º DISTRITO DE CANGUÇU/RS

Este capítulo apresenta os resultados e discussão acerca dos dados primários coletados nas entrevistas, a fim de caracterizar os sistemas agrários familiares. A amostra da pesquisa contempla dez famílias distribuídas em sete localidades do 1º Distrito do município de Canguçu/RS, conforme apresentado no Quadro 2 e no Mapa 7. Essas famílias participam de duas feiras, como é apresentado no Mapa 8, através de cooperativa e associação, respectivamente: Feira Sabores da Terra – Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu; e, Feira Agroecológica da ARPA-SUL – Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul.

Os sujeitos da amostra foram selecionados a partir de critérios pré-estabelecidos, a saber: primeiro, os sujeitos deveriam ser agricultores familiares em processo de transição agroecológica ou agricultores familiares agroecológicos consolidados; segundo, deveriam ter suas propriedades localizadas no município de Canguçu<sup>18</sup>. Assim, foram selecionadas duas feiras para realização das entrevistas: a Feira Sabores da Terra, vinculada a Cooperativa União, onde seus membros recebem o acompanhamento do CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia no processo de transição agroecológica; e a Feira Agroecológica da ARPA-SUL, vinculada a ARPA-SUL, sendo que os agricultores que fazem parte desta feira são agricultores agroecológicos consolidados.

A Feira Agroecológica da ARPA-SUL se realiza em três locais diferentes, como é demonstrado no mapa 8, uma delas se localiza na sede urbana do município de Canguçu, entre a prefeitura e a praça central, em média formada por três agricultores, todos residentes no mesmo município. Na cidade de Pelotas, a Feira Agroecológica da ARPA-SUL ocorre em dois locais: na Avenida Bento Gonçalves, com três agricultores, sendo cada um de um município diferente (Canguçu - localidade do Remanso, Arroio do Padre e Morro Redondo). E, na Avenida Dom Joaquim que possui um número mais expressivo de agricultores e bancas, abrangendo um público maior de consumidores do que as outras feiras. Essa feira é bem movimentada e reconhecida pelos moradores de Pelotas, e, pela sua localização próxima a bairros de

---

<sup>18</sup> Devido a extensão física do município de Canguçu e pelas longas distâncias a ser percorridas para realização das entrevistas nas propriedades, optou-se por entrevistar os agricultores familiares nas feiras livres localizadas no centro urbano de Canguçu e Pelotas.

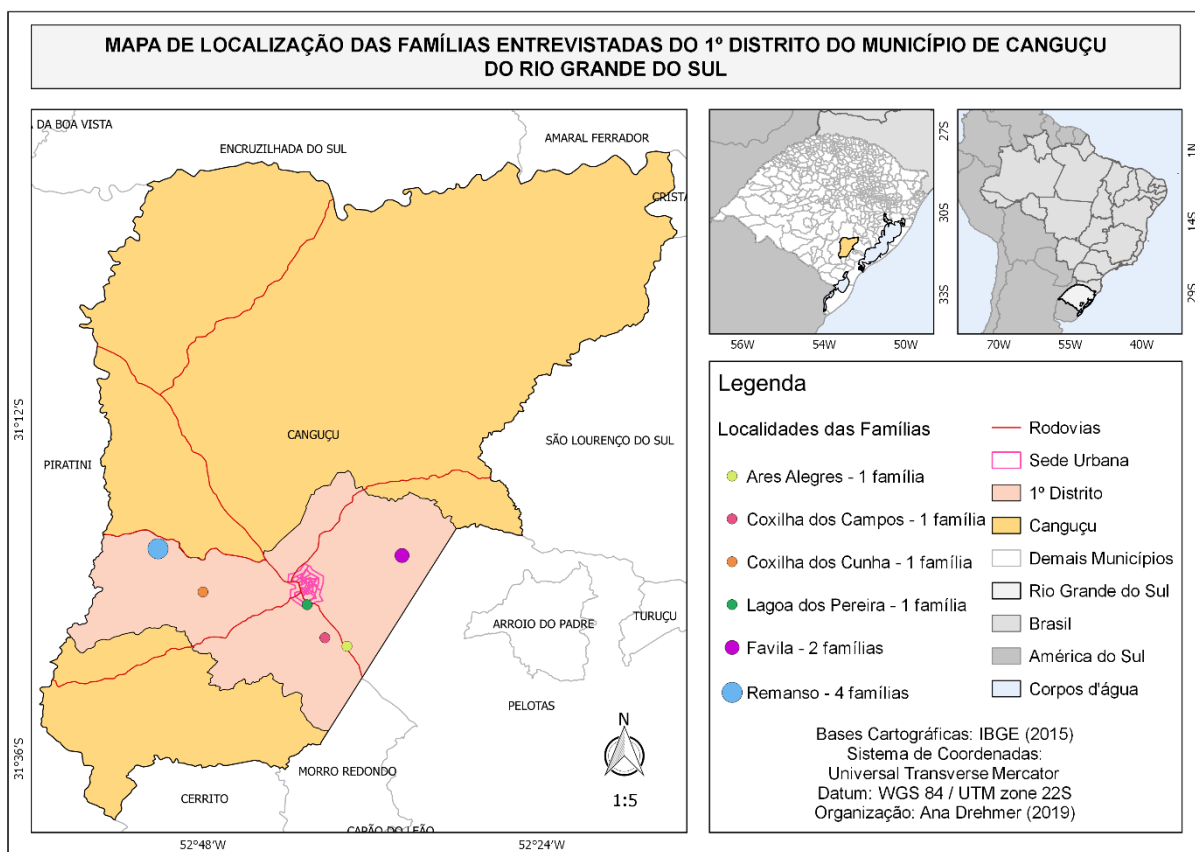
classe média e média alta, atende, principalmente, um público com maior poder aquisitivo.

Na Feira Sabores da Terra foram identificados agricultores de diferentes localidades do 1º distrito de Canguçu e na Feira Agroecológica da ARPA-SUL há predominância da localidade do Remanso. Portanto, selecionaram-se dez das famílias para ser entrevistadas, cinco de cada feira, sendo que as famílias de 1 a 5 são agricultores familiares em transição agroecológica – AFTA e, as famílias de 6 a 10, são agricultores familiares agroecológicos consolidados – AFAC.

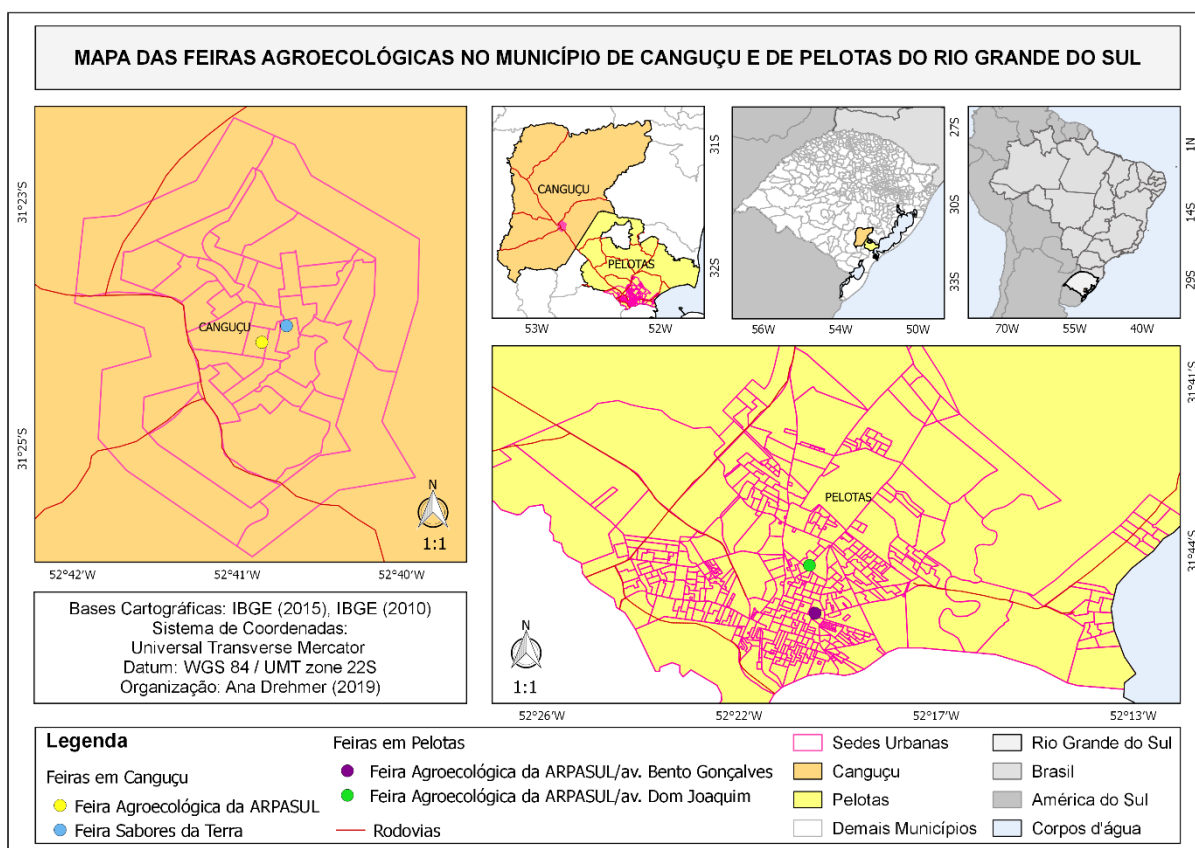
| <b>Famílias</b> | <b>Localidades<br/>1º Distrito</b> | <b>Feiras Integradas</b>        | <b>Data e Local<br/>Entrevista</b> | <b>Tipologia</b> |
|-----------------|------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|------------------|
| Família 1       | Coxilha dos Cunha                  | Feira Sabores da Terra          | 27/11/19 – Canguçu                 | AFTA             |
| Família 2       | Favila                             | Feira Sabores da Terra          | 02/12/19 – Canguçu                 | AFTA             |
| Família 3       | Favila                             | Feira Sabores da Terra          | 02/12/19 – Canguçu                 | AFTA             |
| Família 4       | Ares Alegres                       | Feira Sabores da Terra          | 09/12/19 – Canguçu                 | AFTA             |
| Família 5       | Lagoa dos Pereira                  | Feira Sabores da Terra          | 09/12/19 – Canguçu                 | AFTA             |
| Família 6       | Remanso                            | Feira Agroecológica da ARPA-SUL | 14/12/19 – Pelotas                 | AFAC             |
| Família 7       | Remanso                            | Feira Agroecológica da ARPA-SUL | 14/12/19 – Pelotas                 | AFAC             |
| Família 8       | Coxilha dos Campos                 | Feira Agroecológica da ARPA-SUL | 14/12/19 – Pelotas                 | AFAC             |
| Família 9       | Remanso                            | Feira Agroecológica da ARPA-SUL | 19/12/19 – Canguçu                 | AFAC             |
| Família 10      | Remanso                            | Feira Agroecológica da ARPA-SUL | 25/01/20 – Pelotas                 | AFAC             |

Quadro 2 – Amostra das Famílias Entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.



Mapa 7 – Localização das Famílias Entrevistadas  
 Fonte: IBGE (2015).



Mapa 8 – Localização das Feiras Agroecológicas  
 Fonte: IBGE (2015) e IBGE (2010).

Para caracterizar os sistemas agrários das famílias entrevistadas, foi realizada uma aproximação com a metodologia de Diniz (1984), que analisa o sistema da agricultura a partir de seus elementos internos e externos, chamados de subsistemas, sendo o político, o econômico, o ecológico e o demográfico-cultural os subsistemas externos e, o social, o funcional e o de produção, os subsistemas internos. Dessa forma, ao compreender a complexidade do sistema agrário, bem como, da agricultura enquanto atividade complexa e diversificada, a pesquisa adotou os sistemas internos da agricultura, ou seja, o social, o funcional, o produtivo e, foi acrescentado, o cultural.

Segundo Diniz (1984, p. 18), a partir dos elementos internos da agricultura que se estabelece “os conceitos de posse e exploração, utilização da terra, técnicas e intensidade da agricultura, tratando ainda de questões de produção, produtividade, orientação e especialização agrícolas”. Conforme o autor, o subsistema social permite caracterizar o agricultor; o subsistema funcional envolve os mecanismos de transformação da agricultura e o subsistema de produção é o objetivo do sistema em análise.

Em síntese, subsistema social parte da pergunta “quem produz?”, assim, trata da propriedade da terra, da valorização da terra e das relações de trabalho. O funcional, responde à questão “como produz?” a partir da forma de utilização da terra, do sistema de cultivos e técnicas agrícolas implementados e da intensidade da agricultura. O de produção, diz respeito à quantidade de produção, o que é produzido e para quem é produzido, assim, trata da produtividade da terra e do trabalho, da orientação da agricultura e da especialização agrícola.

#### **4.1 Sistema Social: características das famílias, de suas propriedades e do trabalho**

O sistema social busca caracterizar o agricultor familiar e, ademais, sua estrutura familiar. Neste sentido, foi discutido sobre as famílias e seus integrantes, perpassando pela questão de gênero, idade e escolaridade para se estabelecer as condições sociais das famílias. Também, a caracterização da propriedade e dos proprietários também se faz necessária, a partir da condição dos agricultores enquanto proprietários, arrendatários ou do uso da terra em parceria, bem como a forma de aquisição da terra. Também, as relações de trabalho e as fontes de renda

familiar contribuem para esta caracterização do perfil das famílias, seja por meio da venda de produtos agrícolas ou por atividades correlatas ou não.

#### 4.1.1 Estrutura Familiar: gênero e idade dos membros das famílias

Para caracterizar o grupo familiar ou grupo doméstico<sup>19</sup> foram respeitadas as respostas dos entrevistados e, nesse sentido, quase todas as famílias citaram aqueles que moram na mesma residência. Em exceção, a família 4 optou por contabilizar mais pessoas, pois a entrevistada contava a família dela e de sua irmã como única, somando seus pais. Ressalta-se que a família 8 não contou seus filhos, justificando que não moravam mais na residência. Também, na família 1 foi relatado que embora na casa residam sete pessoas, a propriedade se divide com mais três famílias, ou seja, contabiliza treze pessoas no total da propriedade. As famílias sabem, na prática, qual parte da propriedade lhe pertence, ainda que exista apenas um o proprietário:

*São 13 que moram dentro da propriedade, mas da casa são 7. Nem todos trabalham junto, cada família tem sua fonte de renda separada. A gente só vive no mesmo terreno, por exemplo, nós temos a nossa aqui, eu moro dentro da casa dos meus pais, mas eu tenho a minha fonte de renda e eles têm a fonte de renda deles. Aí ela [tia] tem a família dela e ela é professora e o marido dela é mecânico. Meus avós, eles são agricultores, mas são aposentados. Então a gente divide a mesma terra em questão de moradia, de convivência, mas a gente não trabalha junto na mesma atividade. Tanto é que a gente se divide e cada um tem a sua atividade e sua fonte de renda. (Família 1)*

De acordo com o gráfico 1, quatro famílias são compostas por quatro pessoas, duas famílias possuem cinco pessoas e duas famílias apresentam o maior número de pessoas, sendo oito e dez pessoas e uma família é formada por duas pessoas. Assim, as famílias são formadas por 56 pessoas, sendo que deste total, 28 são mulheres e 25 são homens. Nesse sentido, seis famílias têm paridade na quantidade de mulheres e homens no grupo familiar, enquanto três famílias possuem mais mulheres na sua composição e uma família, apenas, é formada por mais homens que mulheres. Podemos concluir que a formação familiar é equilibrada entre os gêneros e, quando não o são, há mais mulheres que homens na composição familiar.

---

<sup>19</sup> O grupo doméstico pode ser definido pelo conjunto de pessoas que trabalham e consomem, unidos por uma mesma unidade de exploração. Em sua maioria, é constituído por família elementar de duas gerações, isto é, o casal e seus filhos. Todavia, nem sempre todas as pessoas que formam este grupo mantêm laços de consanguinidade entre si. (GARCIA Jr. ,1983)

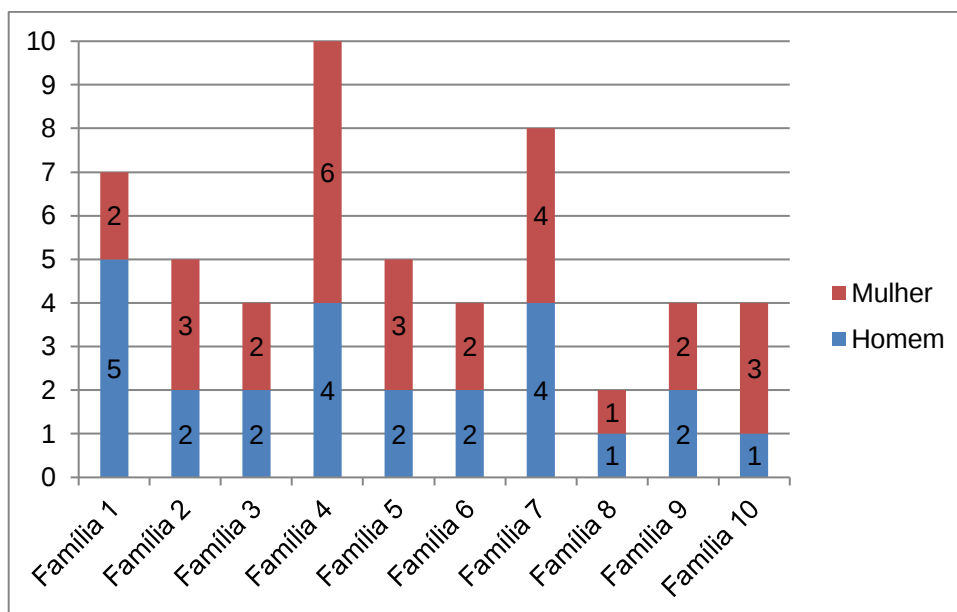


Gráfico 1 – Composição Familiar  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Neste sentido, a discussão sobre gênero na composição familiar se faz necessária. Ainda que esta realidade esteja aos poucos mudando para melhor, historicamente coube ao homem o direito de sucessão hereditária e acesso as terras de sua família. Assim, a mulher também acabava assumindo um papel secundário, ou seja, sempre sendo referenciada em função do homem enquanto o chefe da família. Ao homem cabia a autoridade e o comando sobre a tomada de decisões referentes a propriedade e a família, bem como da renda familiar e questões financeiras. As disparidades e desigualdades entre o homem e a mulher começam por esta desvalorização velada a partir da sobrecarga da mulher, da invisibilidade de seu trabalho e de seu papel na família e no trabalho. Para Araújo et al. (2020)

Uma vez que o papel do pai, chefe da propriedade e agricultor estão inter-relacionados, este homem não possui a mesma função que um empresário capitalista, pois este produtor rural não pode dispor da força de trabalho de sua família. Contudo, um membro em específico, está sujeito às cobranças, desacordos e desvalorização, neste caso, é a mulher. Para tanto, é crucial quebrar os paradigmas que subordinam as mulheres, em qualquer esfera da sociedade. (ARAÚJO; COSTA; LEMOS, 2020, p. 100)

À mulher cabia as atividades relacionadas ao cuidado da casa, a reprodução e cuidado dos filhos, cuidado dos idosos, das hortas e dos animais de pequeno porte, além de seu trabalho no cultivo ser considerado um ajuda ao trabalho do homem. Araújo et al. (2020), a partir de Silva (2010), explicam que a mulher acaba realizando uma tripla jornada de trabalho, a partir da casa (atividades domésticas e cuidado dos

filhos e idosos), do quintal (horta e criação de animais) e o trabalho na atividade da agricultura. As autoras trazem Rossini (1993), para explicar que as “atividades domésticas não são consideradas trabalho, por não serem remuneradas” (ARAÚJO; COSTA; LEMOS, 2020, p. 94). Esta noção contribui para a desvalorização do trabalho exercido pela mulher. Muito embora, tanto as atividades do homem quanto da mulher possuem o mesmo objetivo e finalidade, ou seja, a manutenção da família.

Portanto, o papel da mulher no meio rural e na atividade da agricultura acabavam sendo considerados secundários, ao ser considerado que suas tarefas eram menos árduas, ou seja, mais leves que as atividades do homem. Ou seja, “a mulher está inserida em uma sociedade na qual prevalece as relações do homem, onde as atividades realizadas pelos mesmos são mais valorizadas e bem remuneradas do que as atividades realizadas pelas mulheres” (ARAÚJO; COSTA; LEMOS, 2020, p. 92). Assim, esta desvalorização do papel da mulher na composição familiar e do seu trabalho ocorre a partir da relação patriarcal e da divisão sexual do trabalho, onde o trabalho da mulher é considerado inferior ao trabalho do homem.

De acordo com a lei nº 8.069<sup>20</sup>, sobre o estatuto da criança e do adolescente, considera-se criança a pessoa até os 12 anos incompletos e adolescente entre os 12 anos e 18 anos de idade. E de acordo com a lei nº 10.741<sup>21</sup>, sobre o estatuto do idoso, o idoso é a pessoa com 60 anos de idade ou mais. Assim, é considerado adulto a pessoa entre 18 anos e 60 anos de idade. No entanto, pelo estatuto da juventude, pela lei nº 12.852<sup>22</sup>, considera-se jovens as pessoas entre 15 anos e 29 anos de idade. E, portanto, optou-se por dividir a partir das categorias, como demonstra-se no gráfico 2: criança, de 0 a 11 anos; adolescente, de 12 a 18 anos; adulto-jovem, de 19 a 29 anos; adulto-meia-idade, de 30 a 59 anos e idoso, de 60-85 anos. A partir do grupo familiar, foi organizado segundo as idades por faixa etária e pelas categorias elencadas, a fim de caracterizar o perfil das famílias.

---

<sup>20</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em 2020.

<sup>21</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em 2020.

<sup>22</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em 2020.

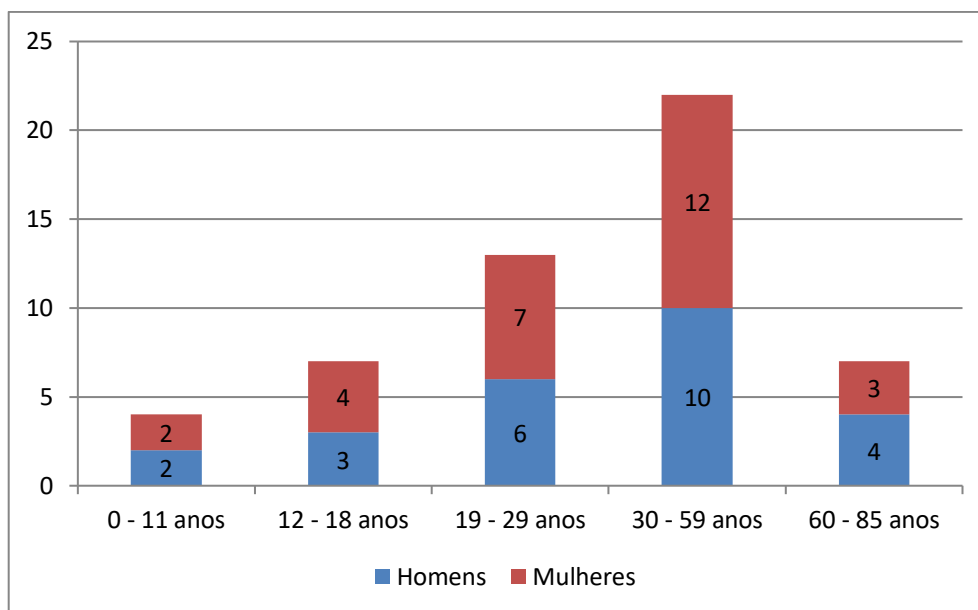


Gráfico 2 – Quantidade de Mulheres e de Homens por Faixa Etária  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

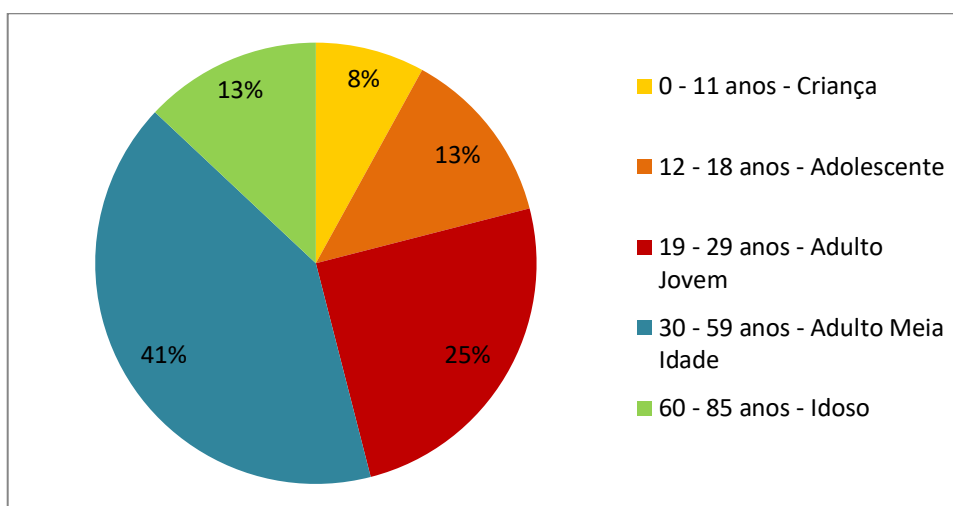


Gráfico 3 – Porcentagem Total de Pessoas por Faixa Etária  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Pode-se perceber, pelos gráficos 2 e 3, que há mais pessoas na faixa etária dos adultos de meia idade, ou seja, dos 30 aos 59 anos, relacionando-se com o fato dos responsáveis estarem nesta faixa etária, em média de 41%. O seguinte são os adultos jovens entre 19 e 29 anos que correspondem a 25% do todo. Somados as categorias de adulto jovem e adulto de meia idade, os adultos correspondem a 66% do total de pessoas. Os adolescentes e os idosos possuem porcentagem igual relacionando ao total de pessoas, correspondendo a 13% cada categoria. Observa-se que na categoria de adolescentes há mais mulheres que homens e na categoria de idosos há mais homens que mulheres. Por fim, a faixa etária da criança tem o menor percentual total representando 8% do todo.

#### 4.1.2 Escolaridade dos membros das famílias

A escolaridade está intrinsecamente ligada a questão das idades, pois decorre dos contextos as quais o grupo familiar vivenciou ou vivencia. As categorias foram: não está em idade escolar (NIE), analfabeto (A), ensino fundamental incompleto (EFI), ensino fundamental completo (EFC), ensino médio incompleto (EMI), ensino médio completo (EMC), ensino superior incompleto (ESI) e ensino superior completo (ESC). Destaca-se que não houve resposta para analfabeto.

Segundo Groff e Meurer (2018), há um processo de construção de escolas primárias rurais, a partir dos anos 40, pelo Programa de Organização do Ensino Primário e articulado com Manifesto dos Pioneiros para uma educação nova, de 1932. Neste manifesto, educadores e intelectuais denunciavam a escola tradicional elitizada e defendia uma educação pública, além da necessidade de os docentes terem formação acadêmica. Estas escolas primárias rurais, sob égide do estado brasileiro, implementaram o ensino até o 5º ano do primário (4ª série), ainda que tivesse um “objetivo proposto a partir do ensino rural era a transposição dos conteúdos urbanos para o campo, sem uma articulação com o trabalho que o camponês desenvolvia com a terra” (GROFF; MEURER, 2018, p. 34).

Neste momento, da quarta república no Brasil, os níveis de analfabetismo eram altos, também, no rural e, então, houve uma urgência de escolas no rural, bem como a erradicação do analfabetismo. Entre os anos 50 e 60, surge o Movimento de Educação de Base acerca da alfabetização para adultos, a partir de Paulo Freire e de uma educação popular. Assim, foi elaborado um Plano Nacional de Alfabetização e aprovado pelo Decreto 53.465, de 21 de janeiro de 1964. Porém, com o Golpe de Estado em abril de 1964, essa mobilização foi reprimida e Freire foi preso e, depois, exilado. (GROFF; MEURER, 2018)

Entre 1960 e 1970, sob contexto de modernização agrícola e ditadura militar, além das decorrências do processo de industrialização e o êxodo rural, a educação rural esteve entrelaçada aos interesses de empresários e proprietários de latifúndios (GROFF; MEURER, 2018). “E o objetivo era de profissionalização dos jovens, de maneira antecipada, com isso formando maior número de trabalhadores para o mercado, ao mesmo tempo barrando a entrada no ensino superior” (QUEIROZ, 2011, p. 39).

A preocupação neste período era de manter o controle político e social, além da intensificação da produção (QUEIROZ, 2011). Assim, foi anulado os saberes e conhecimentos tradicionais anteriores a este período sobre o modo de produzir, bem como houve um processo de negação dos direitos dos agricultores. Ainda, as problemáticas do êxodo rural impulsionadas pela industrialização e pelo atrativo da criação de empregos, resultou em uma superlotação das escolas das cidades, na diminuição das escolas rurais e, conseqüentemente, no fechamento e desativação das escolas rurais (GROFF; MEURER, 2018).

Disso, a partir de 1970, há um período de organização de movimentos sociais intenso pela luta pela democracia. Assim, o movimento operário e camponês e, também, aumentou e se difundiram, a partir de organizações, “experiências que viam na educação um dos instrumentos que proporcionaria uma maior conscientização política e social e uma participação transformadora das estruturas capitalistas presente na sociedade brasileira” (QUEIROZ, 2011, p. 38). O autor destaca que neste período, no final nos anos 60, há o surgimento das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's), no estado do Espírito Santo, através da Pedagogia da Alternância no Ensino Fundamental, tendo sua expansão em 1970.

Em 1990, há um processo de nucleação das escolas rurais, promovidos pela Constituição Federal de 1988, a fim de concentrar professores e alunos nas “escolas-núcleo” com utilização de transporte escolar. Ou seja, “com a educação do campo, os paradigmas da estruturação, da oportunidade do saber, da educação das escolas no campo, voltam com nova ênfase” (GROFF; MEURER, 2018, p. 33). Queiroz (2011) explica que houve uma tentativa de esconder a raiz dos problemas que exigiam mudanças estruturais a partir da ideia de que “só a educação pode salvar o Brasil”, firmada em concepções e práticas neoliberais.

Com isso, de acordo com Queiroz (2011), no fim dos anos 90, houve uma articulação dos movimentos sociais do campo para a construção de um projeto de educação do campo através do movimento “Por uma Educação Básica do Campo”. O autor explica que este movimento assumiu importância através da sua I Conferência em 1998, em Luziânia/GO. Em 2002 foi aprovada as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

A Educação do Campo tem sua materialidade de origem através da tríade campo-política pública-educação, pela “combinação das lutas dos sem-terra pela

implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas” (CALDART, 2008, p. 71). Os “sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade” (CALDART, 2008, p. 72).

Nesse sentido, a educação do campo deve ter o debate sobre o trabalho do campo e sua dimensão cultural “vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo” (CALDART, 2008, p. 77). A autora afirma que o debate da educação do campo ressalta a centralidade da “luta pela democratização do acesso ao conhecimento, reconhecendo sua importância estratégica na formação de sujeitos capazes de construir novas alternativas populares para o desenvolvimento do campo” (CALDART, 2008, p. 82).

Também, a educação do campo “precisa trabalhar com a questão do pluralismo” (CALDART, 2008, p. 84), a partir do respeito da diversidade dos sujeitos do campo, incorporada na reflexão político-pedagógica. Queiroz (2011) afirma que as escolas do campo devem contribuir na melhoria da realidade e da vida dos “povos do campo”, assim, ressalta a relação entre a escola com a agricultura e a vida camponesa. O autor defende que sejam trabalhados os temas de terra e trabalho, povos do campo, desenvolvimento sustentável e cidadania.

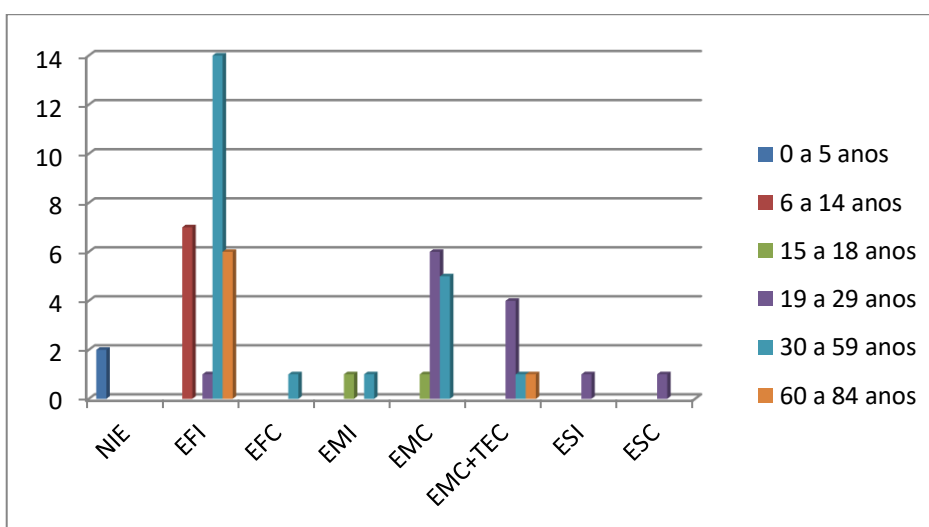


Gráfico 4 - Quantidade de Pessoas nos Níveis Escolares por Faixa Etária  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

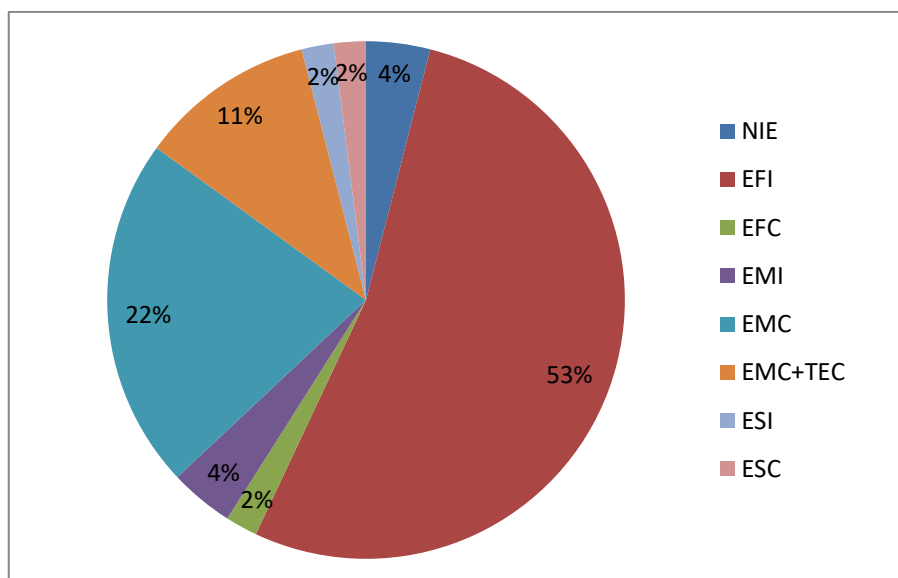


Gráfico 5 – Percentual Total de Pessoas nos Níveis Escolares  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A partir desta breve contextualização e dos dados apresentados no gráfico 4 e 5, se observa que há concentração de pessoas no EFI representando 53% do todo, com pessoas de 30 a 59 anos, de 60 a 84 anos e algumas de 19 a 29 anos. O fato de pessoas entre 60 e 84 anos terem apenas o EFI ocorre pela questão de as escolas rurais ofertarem até o 5º ano (4ª série). Já a faixa entre os 30 e 59 anos presenciou um momento em que para continuar seus estudos era necessária se deslocar para as escolas da cidade e, assim, não puderam concluir o ensino fundamental. Também abrange pessoas de 6 a 14 anos que estão estudando regularmente o ensino fundamental em idade correspondente.

Em seguida, o EMC compreende mais pessoas, compreendendo 33% do total. Este foi dividido entre aqueles que completaram o ensino médio e não seguiram estudando (EMC) e aqueles que completaram, mas também se especializaram em cursos técnicos (EMC+TEC). Ambos apresentam mais pessoas dos 19 aos 29 anos, sendo que três deles cursaram Técnico em Agroecologia pela EFASUL e um cursou Técnico em Agricultura. Também, no EMC, estão pessoas da faixa dos 30 aos 59 anos e um jovem de 18 anos. Já no EMC+TEC, também há um adulto de meia idade que cursou Técnico em Administração e um idoso que cursou Técnico em Agroindústria.

Ainda, duas adultas jovens continuaram seus estudos – uma está cursando o ensino superior (Licenciatura em Letras – Alemão e Português) e a outra se formou como Bacharel em Desenvolvimento Rural. Os jovens com menos de 30 anos

vivenciaram a retomada da democracia e o movimento pela educação do campo, o que reflete numa relação com a conclusão do ensino médio e, também, ao acesso do ensino superior e cursos técnicos próprios do rural. Vale ressaltar a especificidade da jovem de 22 anos iniciou o curso de agronomia pela UFPel, mas desistiu por achar o curso conservador e voltado para grandes produções e, então, fez o curso Técnico em Agroecologia pela EFASUL por acreditar tanto na agroecologia quanto na metodologia de ensino da própria EFASUL.

Além destes, o NIE abrange duas crianças e corresponde a 4%. No EFC está apenas um adulto de meia idade, sendo apenas 2% do total – assim como o ESI e o ESC que também abrangem 2% cada. E no EMI está, também, um adulto de meia idade e um jovem estudando regularmente, somando 4%.

#### 4.1.3 Características das propriedades e dos proprietários

Segundo Diniz (1989, p. 58), “a atividade agrícola pressupõe a iniciativa de produzir algo num determinado espaço e engloba duas noções distintas: a noção de propriedade e a de uso ou exploração”. Portanto, sobre as propriedades, as áreas das propriedades das famílias entrevistadas variam de 0,5ha a 21ha, conforme demonstra o gráfico 6, sendo que metade dos entrevistados possui menos de 10ha e a outra metade possui mais de 10ha.

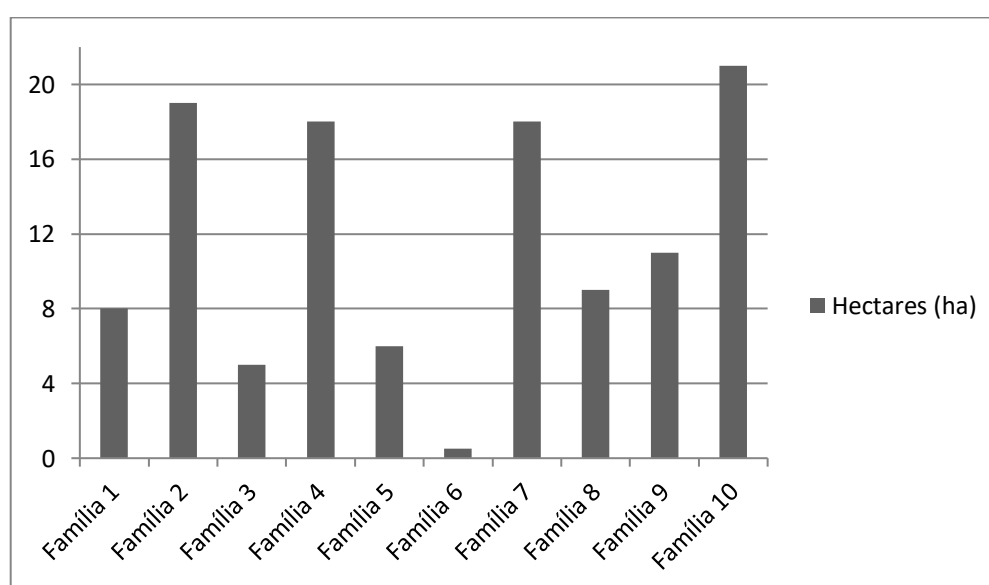


Gráfico 6 – Tamanho das Propriedades em Hectares das Famílias  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Para verificar a condição do agricultor em relação a sua propriedade, foi questionado se o entrevistado era: a) proprietário; b) arrendatário; ou, c) parceiro. As respostas foram dadas de acordo como o agricultor percebe sua condição e de sua família. As respostas foram nas categorias proprietário e parceria, pois não houve nenhum caso de arrendatário. Ou seja, a partir dos dados, observou-se que 80% das famílias são de proprietários e 20% das famílias apresenta a condição de parceria (Gráfico 7).

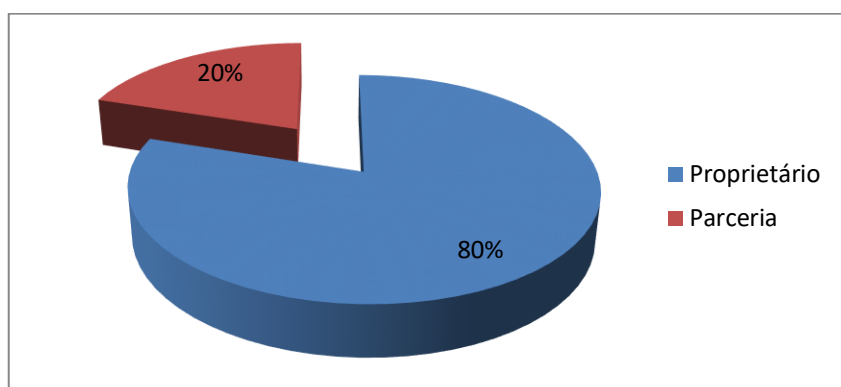


Gráfico 7 – Percentual Total das Condições dos Agricultores  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Observa-se que a maioria das famílias possui condição de proprietário. Destes, os idosos são proprietários em duas famílias e, também, são os proprietários das famílias que responderam condição de parceria, muito embora todos estes idosos sejam os avôs. Ainda, somando tais casos, seis famílias possuem homens como proprietários, enquanto duas propriedades possuem o casal como proprietário e apenas duas famílias possuem a mulher enquanto proprietário. Isso se dá pela função da sucessão hereditária, explicada anteriormente, que tem sua tradição firmada na divisão das terras para os filhos homens, enquanto as filhas mulheres deviam se casar e seus maridos seriam os proprietários das terras. Pode-se perceber que esta situação vem mudando se caracterizando como um fator positivo para as mulheres e sua conquista pelo seu direito ao acesso à terra, ainda que seja pela condição conjunta, a partir do casal enquanto proprietários.

Com relação a como as famílias adquiriram suas terras, foi questionado se foi: a) herança; b) parte herança/parte compra; c) compra; e, d) posse, sendo que não houve respostas com a opção posse, somente com as demais. Portanto, pelo gráfico 8, cinco famílias responderam que adquiriram suas terras por compra, correspondendo a 50%. Duas famílias adquiriram suas terras por herança, sendo 20%

do todo. E duas adquiriram parte de suas terras por herança e parte por compra, também com 20%. Apenas uma família respondeu nulo sobre a forma de aquisição.

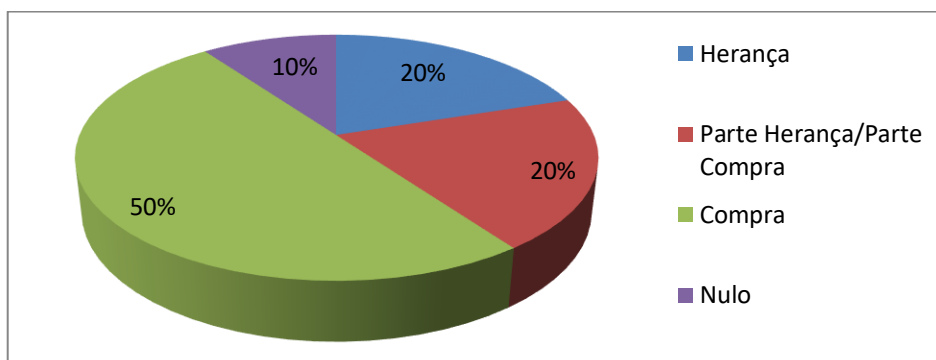


Gráfico 8 – Percentuais das Formas de Aquisição das Propriedades  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Acerca da contratação de trabalhadores, temporários ou permanentes, oito famílias, não contratam trabalhador externo, ou seja, 80%, conforme o gráfico 9. Porém, duas famílias informaram que contratam trabalhador, embora seja de caráter temporário, representando 20% do total. Estas duas famílias remuneraram os trabalhadores temporários em dinheiro, na forma de diárias.

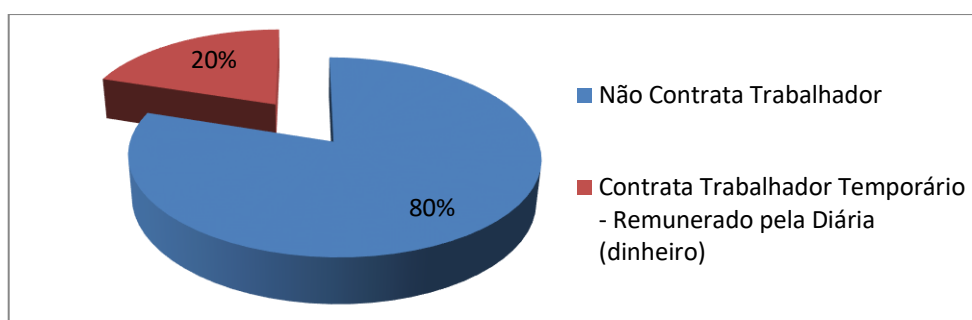


Gráfico 9 – Contratação de Trabalhadores  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

O autor Diniz (1989) apresenta categorias pela questão dimensional das propriedades, sendo a pequena propriedade, a média propriedade e a grande propriedade. A pequena propriedade tem a mão-de-obra essencialmente familiar através do proprietário e sua família, podendo ter casos em que há um excedente de membros da família que procuram outras ocupações, ou seja, a propriedade se caracteriza como minifúndio. A média propriedade também possui a mão-de-obra familiar pelo proprietário e sua família, mas também são necessárias a contratação de trabalhadores assalariados e/ou a divisão das terras com parceiros ou arrendatários.

A grande propriedade não há o trabalho pelo proprietário, apenas a gestão pelo proprietário, tendo uma mão-de-obra essencialmente de parceiros e arrendatários, podendo haver administradores e gerentes, ou seja, a propriedade é um latifúndio.

Vinculado a isto, há a questão da valorização da terra, sendo o caso da pequena propriedade e da média propriedade, quando o proprietário e sua família trabalham e exploram sua própria terra. Já a valorização indireta cabe no caso da grande propriedade onde o proprietário não explora, nem trabalha em sua terra, apenas delega a parceiros e arrendatários.

A partir disto, se observa que o trabalho é essencialmente familiar, ou seja, a própria família é quem explora sua terra, ainda que duas famílias também contratem trabalhador temporário, ocasionalmente. E ainda que duas famílias tenham a condição de parceria, os proprietários são os avós da família, assim, pode-se analisar que ainda possuem a relação da mão-de-obra familiar. Assim, as propriedades são caracterizadas como pequenas propriedades com uma valorização direta.

#### 4.1.4 Fontes de renda das famílias

Sobre a renda das famílias, foi questionado a partir dos seguintes tipos de atividades: a) venda de produtos agrícolas; b) venda de produção pecuária e/ou derivados; c) venda de produtos artesanais; d) aposentadoria e/ou pensão; e) aluguéis e/ou arrendamentos; f) atividades agrícolas remuneradas fora da propriedade; g) atividades não agrícolas e serviços realizados, ambos fora da propriedade e; h) atividades não agrícolas e serviços realizados, ambos dentro da propriedade. De acordo com o gráfico 10, é possível verificar a frequência de cada uma das categorias entre as dez famílias entrevistadas.

Primeiramente, todas as famílias vendem produtos agrícolas, ou seja, 100%. Em segundo, a aposentadoria/pensão abrange seis famílias, 60% das famílias. Depois estão a venda de produtos artesanais e a venda de produção pecuária e derivados, ambos com quatro famílias cada, assim, 40% das famílias. Em quinto estão os aluguéis/arrendamentos correspondendo a 30% das famílias. Em último estão as atividades não agrícolas, tanto dentro quanto fora da propriedade, ambas correspondendo a 10% das famílias.

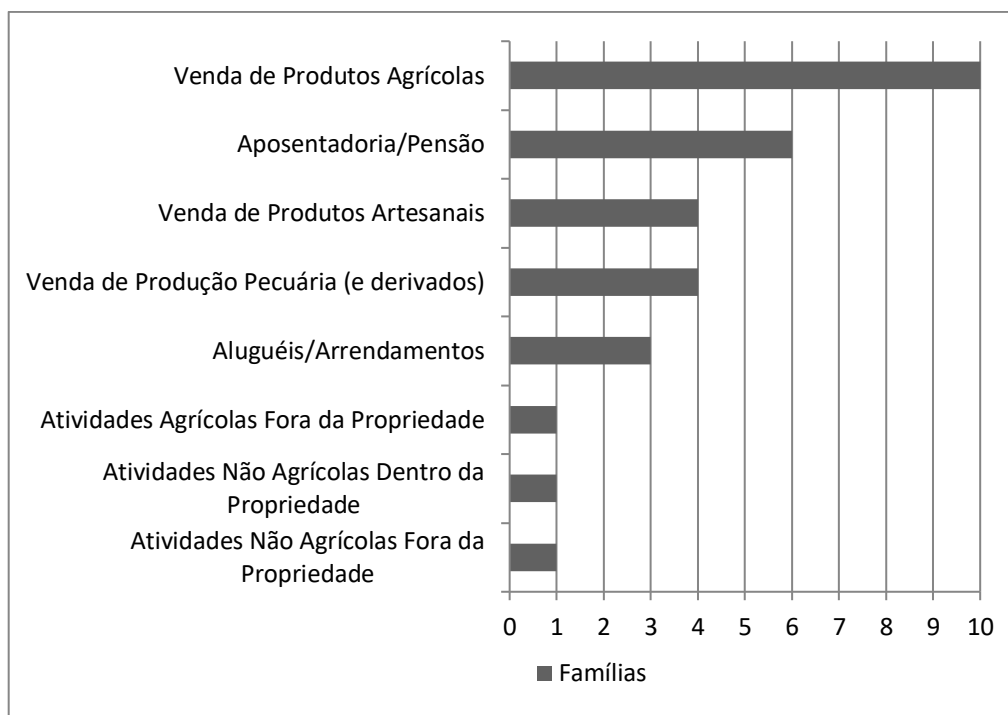


Gráfico 10 – Quantidade de Famílias por Fonte de Renda  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A respeito das vendas de produtos, na categoria de venda de produção pecuária e derivados, uma família possui uma agroindústria familiar de avicultura, assim, comercializa ovos e frango regularizados e; uma família citou a produção de manteiga e uma família vende leite, ovos e queijo. A venda de produtos artesanais abrange três famílias: uma família produz doces, como as *schmias* – doces de frutas – e doce de leite, ambrosia e rapaduras; uma família também produz doces, além de bolachas, panificados e *origone*– pêssego seco; e uma família produz conservas de frutas e legumes, suco de uva e extrato de tomates.

Sobre aposentadoria, os idosos de três famílias são aposentados, enquanto que dois adultos de meia idade são aposentados em duas famílias, sendo um deles por invalidez. Da pensão, duas famílias possuem pensionistas, sendo um adolescente e outro adulto de meia idade.

O direito a aposentadoria foi adquirido para todos os homens e mulheres através da Constituição de 1988 ao se permitir um acesso à previdência social. Implementados somente em 1990 a partir de legislações e programas sociais, ou seja, houve início de um processo de melhoria, acanhado, para a população referente a conquistas de direitos. Cabe ao Estado “assegurar o acesso à saúde, cuja demanda cresce com a idade, além de promover uma regularidade no recebimento dos benefícios aos aposentados e pensionistas e a assistência social aos mais

necessitados” (ASARI; TSUKAMOTO, 2015, p. 257). Também, a aposentadoria da população idosa perpassa a questão da longevidade da população e a questão da dependência (ou não) com relação à família.

Asari e Tsukamoto (2015) ressaltam o papel do idoso e sua importância na composição da família e afirmam sobre a “terceira idade” ser uma etapa de vida onde deve haver a valorização da pessoa idosa e do seu direito de usufruir de sua aposentadoria com dignidade, no conforto ao permanecer no lugar de vivência e onde trabalhou sua vida toda – a propriedade. A aposentadoria rural acaba sendo, muitas vezes, “a única renda da família que não sofre a interferência dos eventos climáticos, das dificuldades de mobilidade, dos preços de venda, da ação dos intermediários” (ASARI; TSUKAMOTO, 2015, p. 254). Assim, a aposentadoria para os idosos da agricultura familiar permite que se tenha “uma velhice com recursos (mesmo que de pequena monta) para fazer frente à subsistência diária, à aquisição de medicamentos e, muitas vezes, à ajuda na manutenção da unidade de produção familiar” (ASARI; TSUKAMOTO, 2015, p. 255).

Em relação aos aluguéis, apenas uma família aluga um imóvel residencial e acerca dos arrendamentos, duas famílias arrendam parte de suas terras para o cultivo de soja, tabaco ou milho, dependendo do ano. Das atividades agrícolas remuneradas realizadas fora da propriedade há apenas uma família, porém, foi mencionado pela família que esta atividade é realizada ocasionalmente, como troca de serviços nas safras de tabaco e milho. Das atividades não agrícolas exercidas fora da propriedade ou outros serviços remunerados abrange apenas uma família, com a atividade de fotografia e de serviços de pintura predial. E das atividades não agrícolas dentro da propriedade, compreende apenas uma família que faz parte do turismo rural do município de Canguçu.

Destas atividades, foi questionado nas entrevistas sobre quais atividades tinham maior relevância na geração da renda familiar e que contribui para a permanência da família no rural (Gráfico 11). Todas as famílias responderam que a principal atividade é a venda de produtos agrícolas, principalmente as hortaliças, nas feiras livres. Também, apenas uma família elencou mais duas atividades importantes para a formação da renda familiar, ou seja, a venda de produção pecuária, por meio da agroindústria familiar da avicultura, e a categoria de atividade não agrícola dentro da propriedade, turismo rural.

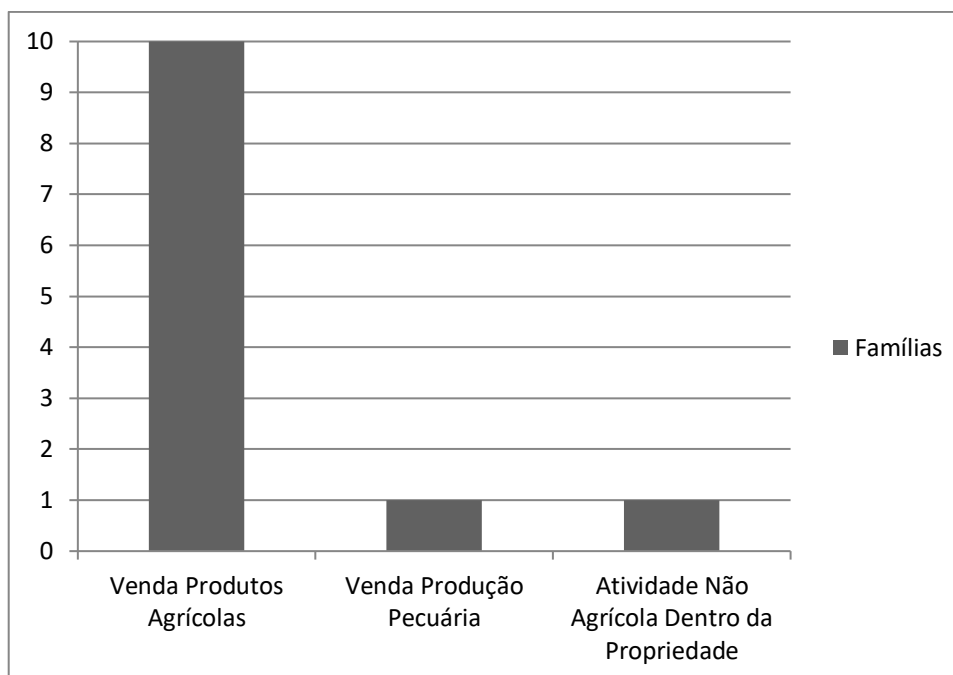


Gráfico 11 – Porcentagem das Atividades de Maior Importância

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Nesse sentido, entende-se que a pluriatividade do trabalho pode ser adotada pelos membros da família para melhorar a condição de vida complementando a renda ou para buscar outras atividades. A “pluriatividade sempre se refere à família, pois consideramos pluriativa a família em que pelo menos um dos membros que a integra exerce a combinação de atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas” (SCHNEIDER, 2009, p. 136). Assim, a pluriatividade se caracteriza como uma estratégia que tem por finalidade assegurar a reprodução socioeconômica da família através da diversificação das atividades, além do estabelecimento (WANDERLEY, 2004).

As famílias entrevistadas são pluriativas a partir do desenvolvimento de mais atividades além da agricultura. Neste sentido, verificando as atividades apontadas anteriormente de cada família que são exercidas além da propriedade, tem-se a comercialização nas feiras livres, sendo a atividade de mais importância para as famílias. Assim, todas as famílias acabam sendo pluriativas por exercerem a atividade da agricultura e comercializarem seus produtos agrícolas para os canais de comercialização. Destas famílias, cinco famílias somente realizam a venda de produtos agrícolas nas feiras livres, além da atividade da agricultura. Além destas, apenas uma família realiza atividades agrícolas remuneradas fora da propriedade e apenas uma família realiza atividades não agrícolas remuneradas fora da propriedade.

A propriedade pode assumir expressões da multifuncionalidade da agricultura como o turismo no espaço rural, o artesanato, a produção agroecológica, a agroindústria, etc. A multifuncionalidade se relaciona com dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais, ou seja, é “responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

De acordo com Candiottto (2009, p. 6), “historicamente a agricultura tem múltiplas funções, como a segurança alimentar e a manutenção do tecido econômico e social rural”. Porém, a concepção de multifuncionalidade surgiu no contexto da União Europeia na década de 1990, tendo como base estratégias de desenvolvimento e sustentabilidade. A diferença com relação ao passado é marcada pela institucionalização da multifuncionalidade através de políticas públicas, a fim de propiciar um desenvolvimento dos espaços rurais que contemple as dimensões ambiental, econômica, cultural e social.

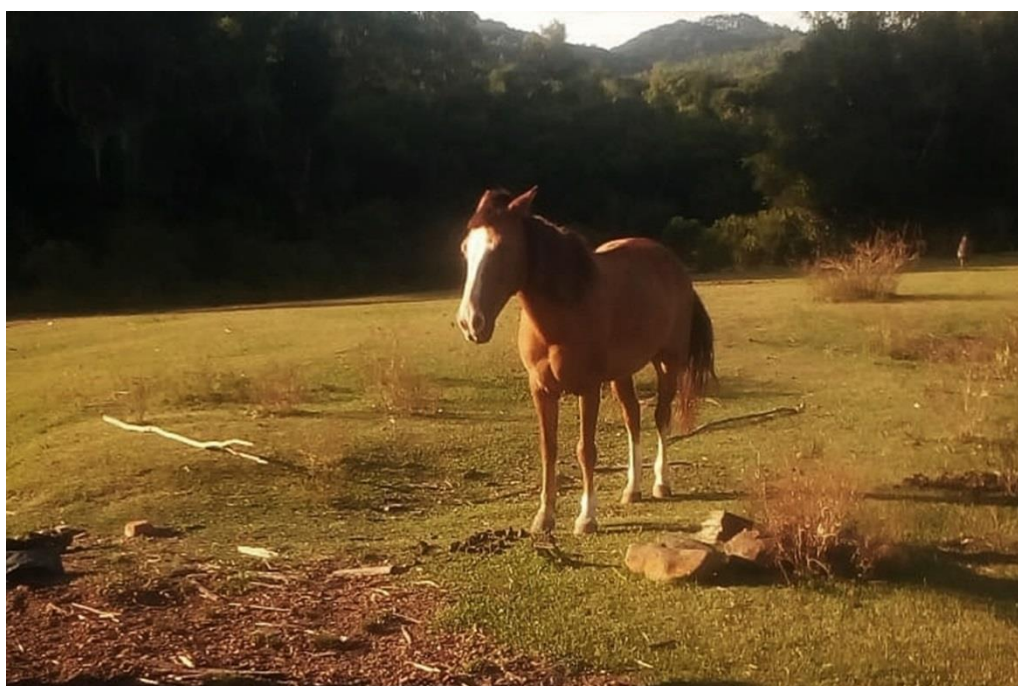
Assim, sobre a multifuncionalidade, todas as famílias têm produção agroecológica, sendo fonte de renda e alimento destas famílias. Além disso, a família 4 realiza atividades não agrícolas dentro da propriedade, a partir do turismo rural, duas famílias arrendam parte de suas terras e uma família aluga uma residência. As propriedades assumem a função de moradia e trabalho, além de propiciar a segurança alimentar pela produção que também é para o autoconsumo das famílias.

#### **4.2 Sistema Produtivo: tipologia da produção, destino dos produtos e formação da renda agrícola**

O sistema produtivo abrange aspectos da produção, ou seja, os tipos de produtos e suas finalidades. Assim, se discutiu neste item a questão das criações de animais para produção e para trabalho, sobre a produção agrícola nas propriedades e os destinos de ambos, seja para o autoconsumo, seja para os canais de comercialização. Também, trata-se da diversidade produtiva e da importância da atividade agrícola, para identificar quais são os principais produtos para a formação de renda dessas famílias.

#### 4.2.1 Criação de animais para trabalho e para produção

A questão sobre os tipos de criações animais das propriedades divide-se em criações para trabalho e criações para produção. Na primeira, as criações de trabalho, de bois e cavalos, quatro famílias não possuem. Nenhuma das famílias possui criação de bois, sendo que duas famílias explicaram que os bois foram substituídos pelos tratores. Seis famílias possuem cavalos (Fotografia 1); sendo que uma destas famílias possui tem apenas um cavalo.



Fotografia 1 – Cavalo da Propriedade da Família 2  
Fonte: Acervo da família, 2020.

Na segunda, as criações para produção aparecem os bovinos, os suínos, as aves, os ovinos e os peixes – também as abelhas pela atividade de apicultura. Além das criações, foi perguntado sobre a finalidade de cada criação: autoconsumo (AC); comercialização – comércio atacadista (C1), comércio varejista/armazéns (C2), feiras livres (C3), agroindústrias (C4) e para intermediários (C5).

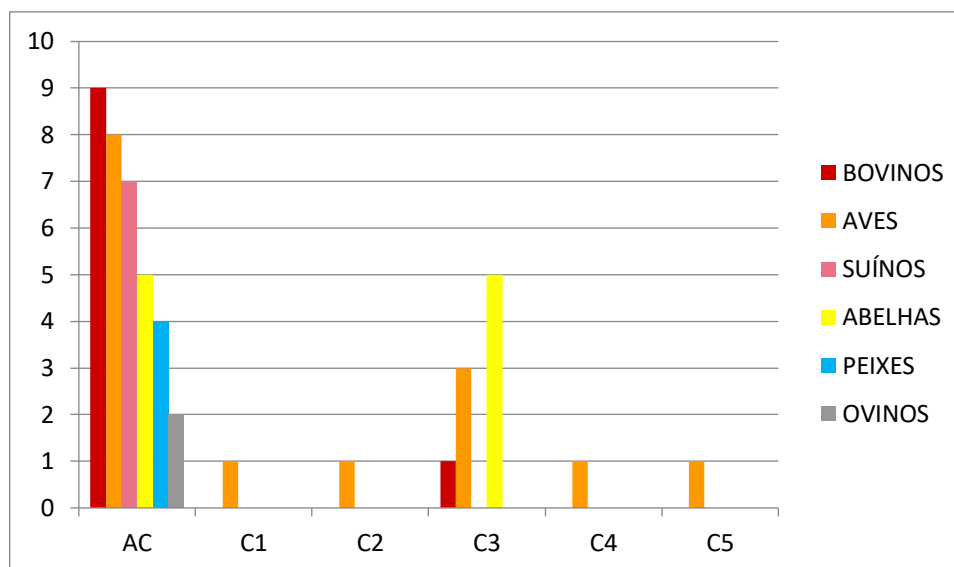


Gráfico 12 – Criações para a Produção e suas Finalidades<sup>23</sup>

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

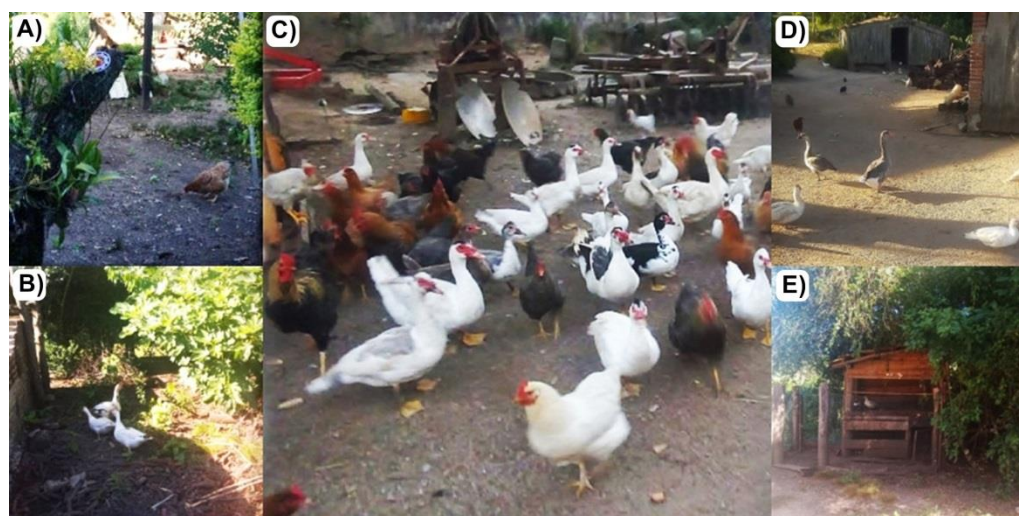
De acordo com o gráfico 12, quase todas as famílias, ou seja, nove famílias, criam bovinos (Fotografia 2) para o autoconsumo, em sua maioria são vacas de leite e apenas uma família comercializa o leite nas feiras livres. Em segundo está a criação de aves (Fotografia 3) abrangendo oito famílias, exceto duas famílias. As oito famílias criam para o autoconsumo, enquanto três famílias comercializam nas feiras livres, sendo que destas, duas comercializam os ovos e apenas a família 4 comercializa os ovos e carne. A família 4, além de comercializar os mesmos produtos diretamente para os consumidores, pois a propriedade se localiza próximo da BR 392, comercializa, também, com os demais canais, (C1, C2, C4 e C5), pelo fato de possuir uma agroindústria familiar de avicultura e, assim, ter a avicultura como principal atividade e produção.

Na terceira posição está a criação de suínos (Fotografia 4) somente para o autoconsumo das famílias, abrangendo sete famílias. Em quarto lugar está a criação de abelhas para produção de mel, ou seja, a apicultura, para o AC e C3, abrangendo cinco famílias. A criação de peixes em cativeiro para o autoconsumo aparece em quinto lugar, compreendendo quatro famílias. Por último, está a criação de ovinos (Fotografia 5) com apenas duas famílias, somente para o autoconsumo.

<sup>23</sup> Finalidade das Criações: autoconsumo (AC); comercialização – comércio atacadista (C1), comércio varejista/armazéns (C2), feiras livres (C3), agroindústrias (C4) e para intermediários (C5).



Fotografia 2 – Criação de Bovinos: A) Família 2; B) Família 2 e C) Família 7  
Fonte: Acervo das famílias, 2020.



Fotografia 3 – Criação de Aves: A) Família 1; B) Família 9; C) Família 2; D) Família 2; E) Família  
Fonte: Acervo das famílias, 2020.



Fotografia 4 – Criação de Suínos: A) Família 2; B) Família 7 e C) Família 9  
Fonte: Acervo das famílias, 2020.



Fotografia 5 – Criação de Ovinos da Família 9  
Fonte: Acervo da família, 2020.

#### 4.2.2 Produção agrícola e suas finalidades

Sobre a produção e suas finalidades foram utilizadas as mesmas categorias sobre o destino da produção: AC – Autoconsumo; C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3 - feiras livres; 4- agroindústrias; 5- intermediário). Na questão do roteiro de entrevista, os itens foram: tabaco, soja, feijão, milho, batata-inglesa, batata-doce, laranja, limão, morango, banana, pêssago, tomate, hortaliças, além dos produtos de origem animal como ovos, mel e leite. Destes, somente a soja não é produzida por nenhuma das famílias. Ademais, algumas das famílias citaram outros produtos que são destinados para o autoconsumo (AC) e para as feiras livres (C3), sendo: araçá, amora, ameixa, bergamota, goiaba, uva, melão, melancia, abóbora, beterraba, cenoura, cebola, mandioca, pepino e vagem, alho e pimentão.

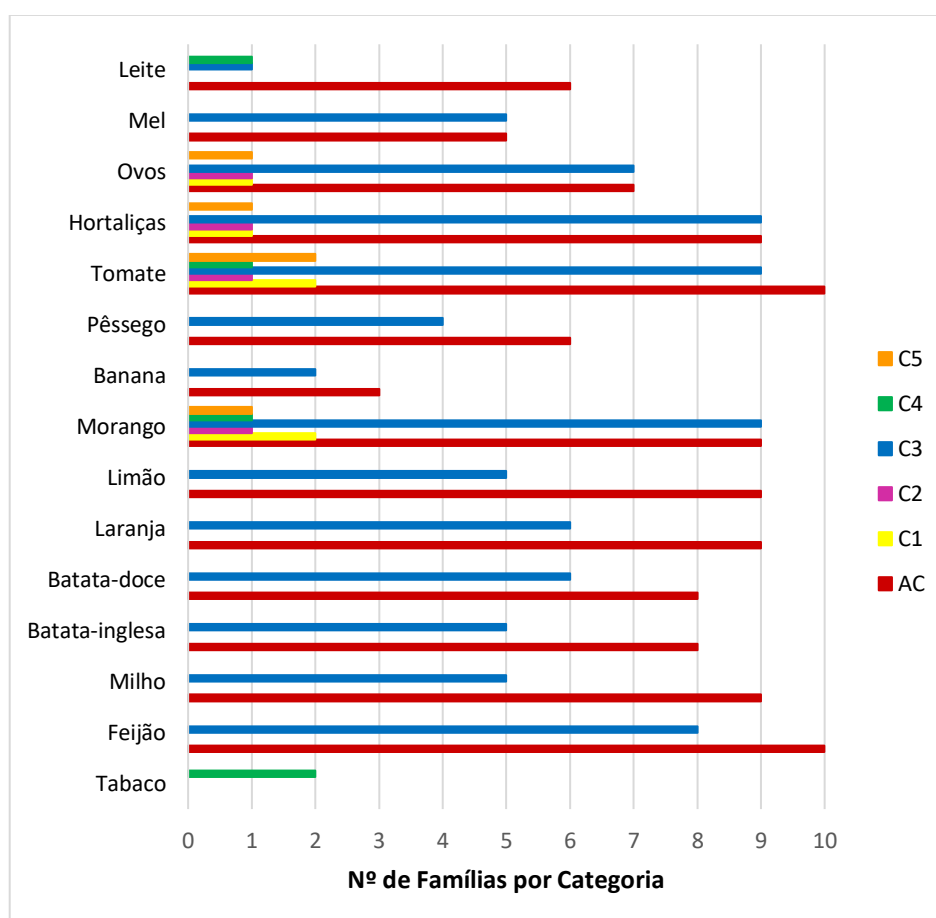


Gráfico 13 – Produções nas Propriedades Familiares<sup>24</sup>

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

<sup>24</sup> Finalidade das Produções: autoconsumo (AC); comercialização – comércio atacadista (C1), comércio varejista/armazéns (C2), feiras livres (C3), agroindústrias (C4) e para intermediários (C5).

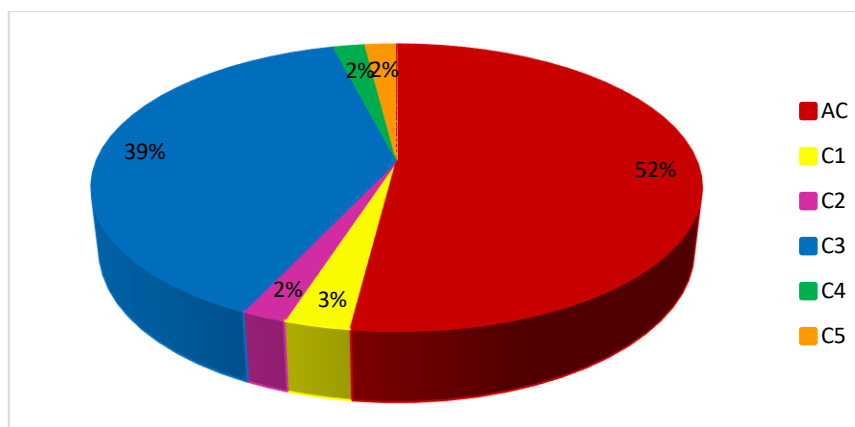


Gráfico 14 – Percentuais dos Canais de Comercialização dos Produtos<sup>25</sup>  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Com relação a produção total entre as famílias, pelo gráfico 13 e o gráfico 14, observa-se que a produção para autoconsumo e para a comercialização em feiras livres é, significativamente, maior que as demais formas, com 52% e 39%, respectivamente. Compreende-se que o motivo está, justamente, pelos sujeitos da pesquisa se caracterizarem como agricultores familiares e por participarem de feiras livres.

Na categoria de AC, os produtos que mais se destacam são o feijão e o tomate, seguido das hortaliças, do milho e das frutas como laranja, limão e morango. Depois destes, os produtos para autoconsumo que abrangem mais que cinco famílias, são: batata-doce, batata-inglesa, ovos; depois pêssago, leite, seguido do mel. Com menos de cinco famílias está a banana. Para C3, os produtos mais relevantes são as hortaliças, o tomate e o morango e os produtos com mais de cinco famílias são: feijão, ovos, batata-doce e laranja; seguido da batata-inglesa, milho, limão e mel. Com menos de cinco famílias estão: pêssago, banana e, por último, o leite.

Os demais canais de comercialização abrangem poucas famílias e poucos produtos. Para C4, o leite, o morango e o tomate tem comercialização de apenas uma família; depois está a produção de tabaco para C4 por duas famílias. Para C1 estão o tomate e o morango, com duas famílias, depois hortaliças e ovos por uma família. Para C2 estão os ovos, o morango, o tomate e as hortaliças por uma família. E, por fim, para C5 estão o tomate, por duas famílias, ovos, morango e hortaliças por uma família. Assim, o C1 abrange 3% do total das produções; o C4 e o C5 representam

<sup>25</sup> Finalidade das Produções: autoconsumo (AC); comercialização – comércio atacadista (C1), comércio varejista/armazéns (C2), feiras livres (C3), agroindústrias (C4) e para intermediários (C5).

2% cada um e o C2 apresenta apenas 1% do total. Juntos, o C1, o C2, o C4 e o C5 somam somente 8% do total utilizado para comercialização dos produtos, enquanto que o AC somado ao C3 apresenta um valor de 92%.

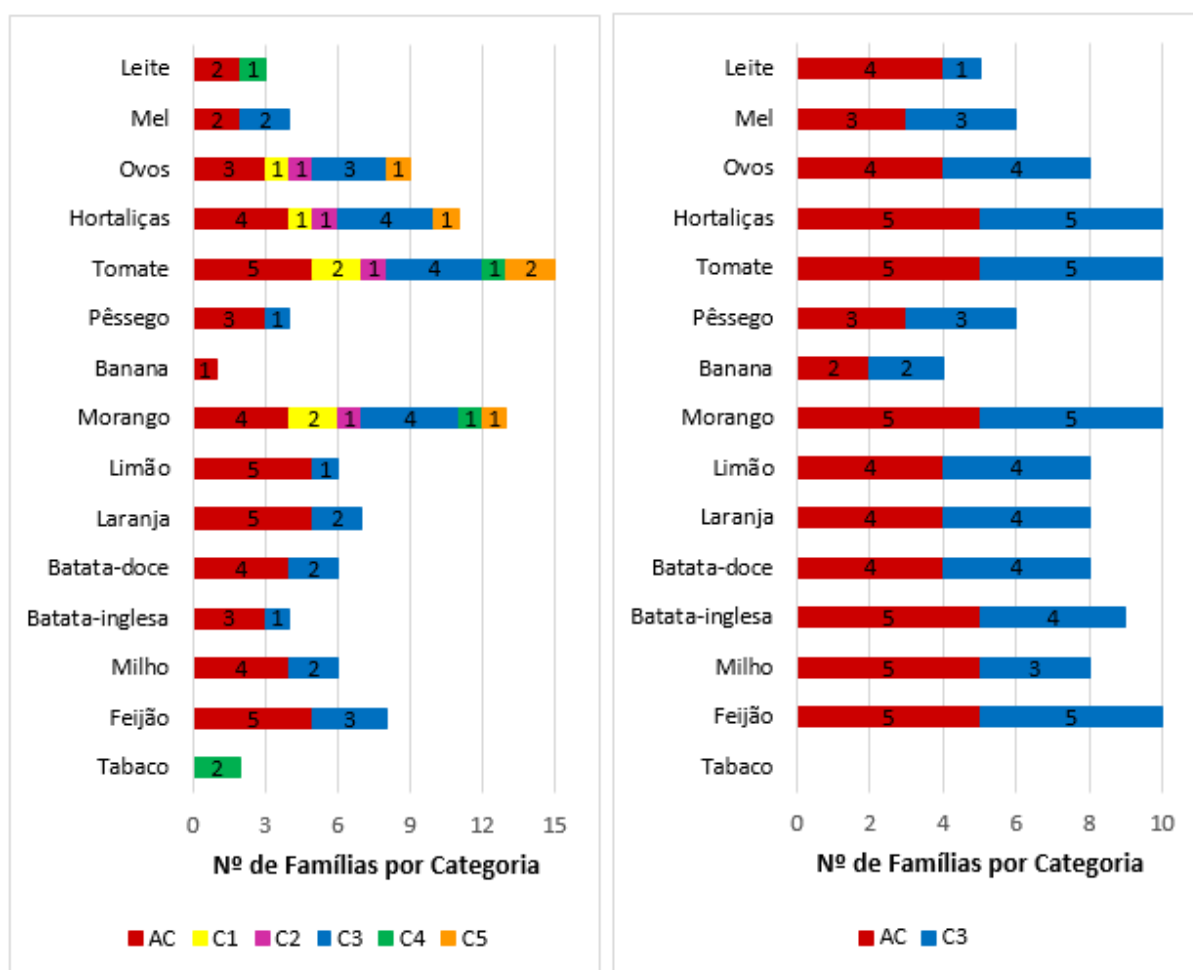


Gráfico 15 – Produções das A) Famílias 1 a 5 e das B) Famílias 6 a 10<sup>26</sup>  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A partir das respostas, foi observado um tipo de padrão no destino da produção entre os Agricultores Familiares Agroecológicos Consolidados – AFAC diferente do padrão de comercialização dos Agricultores Familiares em Transição Agroecológica-AFTA (Gráfico 15). As famílias 1 a 5, os AFTA, produzem para o autoconsumo (AC) e comercialização em feiras livres (C3), porém, também comercializam para outros canais. Já as famílias de 6 a 10, os AFAC, comercializam apenas para C3, sendo que parte de sua produção é destinada para AC, ou seja, apresentam a comercialização nas feiras livres equilibrada com o autoconsumo da família. Ao comparar as famílias

<sup>26</sup> Finalidade das Produções: autoconsumo (AC); comercialização – comércio atacadista (C1), comércio varejista/armazéns (C2), feiras livres (C3), agroindústrias (C4) e para intermediários (C5).

de AFAC com as famílias dos AFTA, observa-se que embora os primeiros comercializam com outros canais, o autoconsumo e a comercialização em feiras livres são mais representativos.

Nas famílias de 1 a 5 de AFTA, há certo padrão com relação aos seguintes produtos: tomate, morango, hortaliças e ovos. Estes são comercializados em praticamente todos os canais, sendo que o tomate e o morango também são comercializados com as agroindústrias (C4), assim, em todos os canais. O morango também é comercializado por venda direta e encomenda por três famílias. O leite é outro produto que neste grupo é comercializado com a agroindústria (C4) pertencente a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA- COOPAR, por uma família.

Nas famílias de 1 a 5 aparece a produção de tabaco em folha (Fotografia 6), pois duas famílias produzem e comercializam com as fumageiras (C4). Sobre a produção fumageira, Silveira (2015) ressaltou que o Brasil estava em segundo lugar enquanto maior produtor mundial e, desde 1993, teve o posto de principal país exportador de tabaco. No sul do país, a produção fumageira é realizada pelo emprego intensivo de mão de obra familiar das pequenas propriedades localizadas em regiões de clima e solo favoráveis para o cultivo do tabaco.



Fotografia 6 – Cultivo de Tabaco da Família 2  
Fonte: Acervo da família, 2020.

Silveira (2015, p. 30) destaca que “na microrregião de Pelotas tem ocorrido intensa expansão da lavoura de tabaco, em substituição a cultura de pêssego e

aspargo, em crise desde o final dos anos 1990, diante da concorrência com a produção argentina”. Em 2006, a microrregião de Pelotas tornou-se “a terceira microrregião com maior produção da região” (SILVEIRA, 2015, p. 31), pela análise do autor, o município de Canguçu, a partir dos anos 1990, foi o município de mais produziu tabaco, seguida de São Lourenço do Sul e de Pelotas.

A produção de tabaco em folha faz parte de um complexo agroindustrial comandada por corporações multinacionais que controlam as etapas de comercialização de insumos, produção agrícola, comercialização da produção agrícola do tabaco em folha, processamento industrial e exportação do tabaco. Tais corporações multinacionais, a partir de uma hegemonia oligopolista, “respondem a 80% do beneficiamento industrial do tabaco brasileiro e pela sua comercialização interna e para o exterior” (SILVEIRA, 2015, p. 27). Além disso:

O funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco no Sul e sua regulação ocorrem através do desenvolvimento do sistema integrado de produção. Nele, as famílias de agricultores produtoras de tabaco, por meio de contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzi-lo na quantidade e de acordo com as exigências técnicas das empresas, e a entregarem toda a sua produção, em troca da garantia das empresas em realizar o fornecimento de insumos, a assistência técnica, e a intermediação de financiamento junto aos bancos. As empresas igualmente se comprometem a realizar o transporte das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas, e, principalmente, a compra integral da produção. (SILVEIRA, 2015, p. 27)

Este processo releva “uma total subordinação dos produtores de tabaco às empresas, na medida em que são elas que decidem, de acordo com seus interesses, o grau do rigor a ser adotado na classificação do tabaco” (SILVEIRA, 2015, p. 37). Também, a produção do tabaco “demanda intensa participação da mão de obra familiar em todas as etapas de produção, e notadamente no preparo da terra, no plantio das mudas, e na colheita das folhas de tabaco, quando requer o envolvimento de praticamente toda a família” (SILVEIRA, 2015, p. 35). Silveira (2015, p. 36) analisa que “para muitas famílias de pequenos agricultores a permanência nessa cultura ocorre pela inexistência de uma melhor opção econômica de reprodução social”.

Ramos, Agnes e Costa (2018, p. 552) destacam que a produção de tabaco afeta a “saúde do trabalhador tendo em vista o contato constante com agrotóxicos como herbicidas, inseticidas, fungicidas e antibrotantes, indispensáveis à produção fumageira, aliada à exposição do trabalhador à nicotina presente na folha da planta”. Somado a isto, ainda que a produção de tabaco “tenha relevante participação na

economia, a fumicultura é tida como uma cultura controversa devido aos impactos socioambientais relacionados à sua produção” (RAMOS; ANGNES; COSTA, 2018, p. 556). Para mais, Silveira (2015) destaca o processo de redução da cultura do tabagismo nos mercados aos quais o Brasil exporta a produção de tabaco. Partindo disso, analisa uma expectativa de diminuição de demanda e uma gradativa queda na renda dos produtores de fumo do Sul do país.

Ramos, Angnes e Costa (2018) explicam que apesar de haver um destaque nacional de produção do tabaco, a produção fumageira é oriunda principalmente da agricultura familiar, ou seja, envolve o processo de continuidade do trabalho da família pelos jovens rurais. Ainda que os jovens gostem de viver no rural, pela tranquilidade e autonomia no trabalho, quando relacionado a produção de tabaco, a “exposição ao trabalho extenuante, característico dos períodos de colheita do tabaco” e a “necessidade dos jovens na busca pela estabilidade e segurança que o trabalho com remuneração mensal propicia” (RAMOS; ANGNES; COSTA, 2018, p. 569) são fatores que acarretam nas decisões dos jovens rurais de permanecerem ou não no campo.

|                   | 1º         | 2º         | 3º         | 4º         | 5º         | 6º  |
|-------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----|
| <b>Família 1</b>  | Tabaco     | Leite      | Morango    | Ovos       | Hortaliças | Mel |
| <b>Família 2</b>  | Tabaco     | Morango    | Hortaliças |            |            |     |
| <b>Família 3</b>  | Hortaliças |            |            |            |            |     |
| <b>Família 4</b>  | Frango     | Morango    | Tomate     | Hortaliças |            |     |
| <b>Família 5</b>  | Morango    | Pimentão   | Tomate     |            |            |     |
| <b>Família 6</b>  | Hortaliças | Abóbora    | Cebola     |            |            |     |
| <b>Família 7</b>  | Hortaliças | Feijão     |            |            |            |     |
| <b>Família 8</b>  | Limão      | Mel        | Laranja    |            |            |     |
| <b>Família 9</b>  | Cebola     | Hortaliças | Abóbora    |            |            |     |
| <b>Família 10</b> | Hortaliças | Tomate     |            |            |            |     |

Quadro 3 – Produtos Cultivados com Maior Importância para Renda  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Sobre os produtos, as famílias responderam quais destes tinham maior importância para a formação de suas rendas familiares. A partir disso, elaborou-se o quadro 3 com os produtos citados em ordem de importância, em primeiro lugar até o sexto lugar. Neste caso, as hortaliças assumem importância principal para quatro das famílias, além de ser citada por mais três famílias, ainda que não como o mais importante. Em seguida, o tabaco assume importância, em primeiro lugar, para duas

famílias. Depois, o frango, o morango, o limão e a cebola (Fotografia 7) como principais abrangendo uma família cada.



Fotografia 7 – Produção de Cebola da Família 9  
Fonte: Acervo da família, 2020.

#### 4.2.3 Produção agroecológica e sua comercialização a partir das feiras livres

Sobre os cultivos e pastagens que estão no sistema agroecológico, com base nas respostas das famílias, observaram-se três categorias: todos os cultivos; todos os cultivos, embora utilize ainda adubo químico em alguns tipos de cultivos e; todos os cultivos, menos o tabaco.

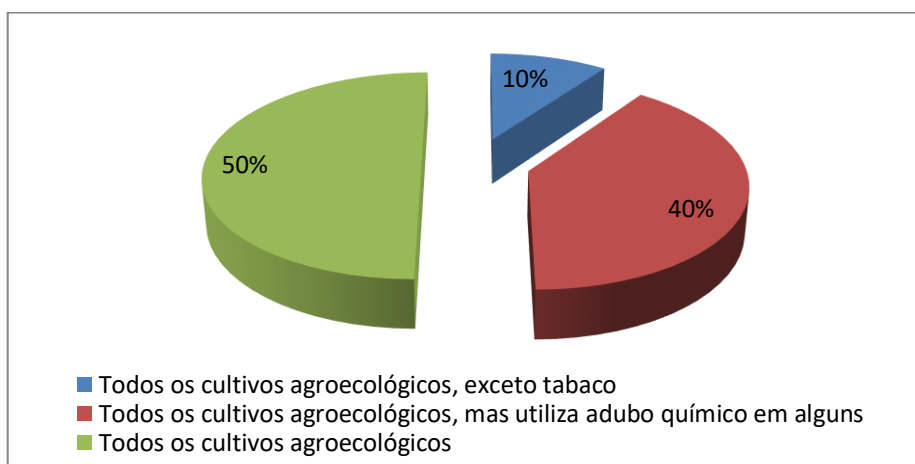


Gráfico 16 – Percentuais dos Cultivos Agroecológicos.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Dessa forma, como apresenta o gráfico 16, as famílias de 6 a 10, ou seja, os Agricultores Familiares Agroecológicos Consolidados – AFAC, responderam que todos os cultivos são agroecológicos, assim, correspondendo a 50% do total. Estes concluíram o processo de transição agroecológica junto ao CAPA e possuem sua produção orgânica credenciada no MAPA. As famílias de 1 a 5 são formadas por Agricultores Familiares em Transição Agroecológica – AFTA, ou seja, estão realizando a transição agroecológico. Destas, uma família respondeu que todos os cultivos são agroecológicos, menos o cultivo do tabaco, correspondendo a 10% e as demais famílias, 40%, utilizam adubo químico apenas em alguns cultivos.

Vale ressaltar que “um produto pode ser agroecológico, mas não obter o certificado orgânico, assim como pode ser certificado e sua forma de produção e comercialização desviarem dos princípios da agroecologia” (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017, p. 372). Há uma dificuldade em se conseguir um certificado orgânico, sendo que o termo “certificado”, legalmente, não é o mais adequado, tendo em vista que o Decreto Federal 6323/2007, que regulamenta a Lei Federal 10831/2003, permite a comercialização de produtos orgânicos sem certificação, desde que estes sejam produzidos por agricultores familiares “vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado” (BRASIL, 2007).

A adesão da agroecologia e o acompanhamento por extensionistas ocorreram de diferentes formas nas famílias. A família 1, em específico, explicou que começou a transição agroecológica junto ao CAPA pelo ATER, no ano de 2012. Neste caso, a família 1 está vinculada a ações de ATER e começou o processo pensando, primeiramente, na alimentação da família e na diversificação da produção, frente a vontade de parar de cultivar o tabaco:

*Tudo começou pelo ATER, porque a gente não queria mais lidar com veneno, não queria mais trabalhar com nada de veneno, mas a gente não sabia como. Aí depois quando veio o ATER, aí sim, aí já surgiu aqueles encontros e cursos, já surgiu a ideia da feira ali. O ATER transformou a nossa vida, assim. (Família 1)*

As ações de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, conforme a Lei nº

12.188<sup>27</sup>, para a Agricultura Familiar e para a Reforma Agrária. A ATER ocorre a partir de chamadas públicas de contratação de serviços pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER. A ATER, conforme o artigo 2º da lei nº 12.188, é um:

serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020<sup>32</sup>)

A ATER, a partir do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme o artigo 3º, tem os seguintes princípios:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;  
 II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;  
 III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;  
 IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;  
 V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e  
 VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020<sup>32</sup>)

A família 2 começou o processo de transição agroecológica há uns 4 anos, em 2016, e que o processo ocorreu pela Cooperativa União, pela EMATER e pelo CAPA, sendo que a EMATER atua diretamente no cultivo de morango e o CAPA na organização da Feira Sabores da Terra. A família 3 começou o processo entre dois e três anos pela cooperativa União. A família 4 começou o processo de três a quatro anos pela EMATER. A família 5 começou o processo há dois anos pela EMATER e seguindo *rumos próprios, por conta própria*.

A família 6 começou o processo há 25 anos, ou seja, quando a Feira Agroecológica da ARPA-SUL foi pensada:

*A gente foi pra Serra conhecer a primeira feira agroecológica que existia e é um modo de trabalho deles. A gente fez um curso no centro agroecológico em Ipê e depois disso, a gente começou a pensar a produção e a feira. Isso foi em 1995, no início do ano e no final do ano, então, a feira propriamente*

<sup>27</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm). Acesso em 2020.

*dita começou. Desde aí que, então, que a gente está nisso. Claro que junto, no início, se faziam outras coisas. Se plantavam outros produtos ainda com forma convencional, principalmente o fumo que eu ainda estava na casa do meu pai e aí a gente plantava também. Mas depois se optou só plantar de forma ecológico e só produzir pra feira. Só comida mesmo. (Família 6)*

As demais famílias, assim como a família 6, responderam que iniciaram o processo de transição junto a feira, sendo que a família 7 destaca que sua *família passou do fumo pra plantação pra feira*. Portanto, as famílias pertencentes a ARPA-SUL aderiram processo de transição agroecológica junto a participação na Feira Agroecológica da ARPA-SUL. Assim, começaram o processo no ano de 1995 apoiadas pelo CAPA, sendo que possuem produção orgânica credenciada junto ao MAPA, demonstrando a participação efetiva desse mediador social.

Enquanto que as famílias em processo de transição agroecológica fazem parte da Cooperativa União e da feira Sabores da Terra. O processo de transição agroecológica destas famílias está em etapa inicial e ocorreu a partir de diferentes maneiras. Uma família iniciou o processo pela participação de ações de ATER com o acompanhamento do CAPA; as demais famílias foram estimuladas a realizar a produção agroecológica pela participação na feira, inaugurada em 2015, que contou com o apoio da Cooperativa, do CAPA e da EMATER.

Tanto as famílias que estão em processo de transição agroecológica, quanto as famílias que são agroecológicas consolidadas visam a produção agroecológica para seu autoconsumo e para a comercialização nas feiras livres as quais fazem parte, sendo respectivamente a feira Sabores da Terra e a Feira Agroecológica da ARPA-SUL. Ambas feiras se localizam no centro da cidade do município de Canguçu e, especificamente a feira da ARPA-SUL, também comercializa no centro da cidade de Pelotas. A atividade agrícola está além da produção na propriedade, ou seja, no rural, pois está vinculada a comercialização na cidade por meio das feiras. Assim, os agricultores familiares acabam por viver tanto no rural quanto na cidade.

A Feira Agroecológica da ARPA-SUL foi fundada logo após a própria organização da ARPA-SUL, no ano de 1995, por agricultores familiares que pretendiam comercializar produtos de base agroecológica. Conforme Finatto (2010, p. 59), “o associativismo pode ser considerado uma estratégia a fim de unir esforços para o desenvolvimento de interesses comuns de um determinado grupo social”. As ações relacionadas às práticas associativistas, no espaço rural, se intensificaram, no Brasil,

em 1980. O autor ressalta a importância do associativismo na conquista de benefícios para os agricultores familiares que individualmente não seria possível.

As famílias de agricultores da ARPA-SUL foram influenciadas pela Pastoral Rural – ligada à Diocese da Igreja Católica e pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, ligado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. “A Pastoral Rural iniciou um trabalho de incentivo à agroecologia junto aos agricultores familiares no município e na região sul do estado abrangendo os municípios fisicamente próximos a Pelotas” (FINATTO, 2010, p. 62).

Já a feira Sabores da Terra foi criada pelos agricultores familiares com o apoio do CAPA, da EMATER, da cooperativa União e, também, da prefeitura municipal de Canguçu, inaugurada no dia 4 de maio de 2015. Os agricultores familiares se reunirão realizaram um mutirão para construir o espaço físico no município de Canguçu para que pudessem comercializar produtos e alimentos para um consumo saudável advindos da agricultura familiar e para propiciar uma melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, a preocupação em produzir produtos agroecológicos e orgânicos parte tanto para a melhoria da alimentação da família, quanto a disponibilização de produtos e alimentos de qualidade para consumidores. “A permanência dos agricultores no sistema de produção agroecológica está relacionada com a viabilidade de comercialização dos produtos” (FINATTO, 2010, p. 77). Também, o aumento da demanda pela produção agroecológica é fundamental para as famílias, “pois é por meio da comercialização que o agricultor viabiliza a geração de renda para manutenção da unidade produtiva” (FINATTO, 2010, p. 78).

Assim, também, a importância da produção para autoconsumo. O autoconsumo refere-se “a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo” (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 485), sendo uma prática tradicional, a partir do modo de organização da atividade produtiva, refletidos nas identidades e formas de sociabilidade. O autoconsumo permanece enquanto estratégia da agricultura familiar, assumindo importância fundamental para a reprodução social das famílias. Neste sentido, o autoconsumo tem “relevância como fonte de renda não-monetária, que efetivamente auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate à pobreza rural” (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 483).

Embora o autoconsumo seja uma prática tradicional advindo do campesinato, há uma alteração deste na agricultura familiar, pois “as unidades familiares intensificam o ritmo de trabalho, dão preferência aos “cultivos comerciais”,

independente do princípio da alternatividade, e especializam-se em poucas culturas, diferentemente da policultura existente outrora” (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 488).

Ou seja:

A produção para o autoconsumo passa de uma condição prioritária para complementar. O tempo de trabalho, a mão-de-obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e estes disputam espaço com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade. Além disso, a facilidade e a disponibilidade variada de alimentos nos mercados (inclusive de alimentos fora da estação) são fatores que potencializam esta reorganização da unidade familiar. (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 488)

Ainda assim, representa um papel importante e estratégico para a agricultura familiar. “Não se trata de uma estratégia arcaica ou sem importância, ela faz parte dos meios de vida encontráveis no espaço rural contemporâneo e pode se tornar um mecanismo que contribui para o seu desenvolvimento” (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 490). Grisa e Schneider (2008) explicam que há motivações para a existência do autoconsumo nas famílias.

A primeira refere-se a “economização” de Lovisolo (1989), “ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente em recursos monetários com a compra de alimentos nos supermercados” (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 488). A segunda, pela segurança alimentar:

A produção para o autoconsumo permite acesso facilitado, sem nenhum processo de intermediação por meio de valores de troca, a um conjunto diversificado de alimentos capazes de fornecer os mais diversos nutrientes que o organismo humano necessita. Também, o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições socioambientais e a própria história local. Ademais, fornece alimentos com qualidade sanitária, dado que comumente trata-se de cultivos isentos de agrotóxicos e insumos químicos. (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 489)

A terceira está na importância do autoconsumo para a afirmação da identidade da família, ou seja, a partir da “autonomia alimentar ou a garantia de satisfação das necessidades alimentares por meio da própria produção de alimentos confere legitimidade à família perante as demais” que “se auto-reconhecem e são reconhecidas” (GRISA, SCHNEIDER, 2008, p. 490). E, assim, por meio das

motivações, as famílias de agricultores são levadas a produzir para o autoconsumo.

Além da questão produtiva e da questão econômica através da comercialização dos produtos agrícolas, há a questão das relações sociais entre os próprios agricultores das famílias, como também com os consumidores. Tal relação baseia-se na confiança e, muitas vezes, na amizade criada pelo contato direto do consumidor com o produtor – o agricultor familiar. Pela periodicidade das feiras que ocorrem no mesmo dia da semana em todas as semanas do mês e, conseqüentemente, do ano, além dos horários fixos, a comunidade se apropria da feira e, ainda que num processo longo, vai mudando sua própria forma de consumo, seja para apoiar as famílias de agricultores, seja para garantir uma alimentação saudável, ou seja para cultivar a relação de consumidor e produtor proporcionada pela feira.

Portanto, em específico sobre a comercialização para feiras livres (C3), a fotografia 8 refere-se a Feira Sabores da Terra de Canguçu e representa a diversidade de produtos que são comercializados. Destes, há produtos agrícolas, produtos derivados da pecuária (ovos, queijos, margarina, ambrosia), o mel e produtos de fabricação artesanal, como os doces, os panificados, as frutas cristalizadas, o *origone*<sup>28</sup>.

As fotografias 9, 10 e 11 representam a diversidade de produtos agrícolas, também, de produtos derivados da produção pecuária (os queijos e os ovos), e produtos artesanais como os sucos, os doces e as conservas, além do mel, das Feiras Agroecológicas da ARPA-SUL. A fotografia 9 foi capturada na feira que ocorre no próprio município de Canguçu; a fotografia 10, da feira que ocorre na avenida Bento Gonçalves, em Pelotas, sendo que são referentes às bancas dos agricultores de Canguçu e a fotografia 11 registra a feira na avenida Dom Joaquim de Pelotas, também somente das bancas dos agricultores de Canguçu, sendo uma das feiras mais reconhecidas.

Pode-se perceber, tanto nas feiras da ARPA-SUL quanto na Feira Sabores da Terra, a qualidade dos produtos, bem como o cuidado com a apresentação e disposição nas bancas e, também, com as embalagens. Diferentemente das feiras da ARPA-SUL, as famílias possuem suas bancas nas quais ofertam seus produtos,

---

<sup>28</sup>“Origone é um doce feito de talhadas de pêssego, curadas ao sol ou desidratadas através de estufas. O origone é usualmente usado na preparação de outras receitas.” (KRONE, 2018, p.89)

enquanto nas feiras da ARPA-SUL, os produtos são colocados juntos e não há divisão de produtos por família.



Fotografia 8 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Sabores da Terra de Canguçu: A), B) e C) Banca da Família 1; D), E) e F) Banca da Família 2; G) e H) Banca da Família 3; I) e J) Banca da Família 4; K) e L) Banca da Família 5  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.



Fotografia 9 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Agroecológica da ARPA-SUL de Canguçu  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.



Fotografia 10 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Agroecológica da ARPA-SUL da Bento Gonçalves/Pelotas  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.



Fotografia 11 – Diversidade de Produtos Comercializados na Feira Agroecológica da ARPA-SUL da Dom Joaquim/Pelotas  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Destaca-se que a agricultura familiar realiza a venda direta em feiras, enquanto circuito curto de comercialização. “A feira ecológica vende diretamente ao consumidor produtos somente do agricultor ou de sua rede de comercialização. A presença do produtor ou de um representante da família é uma exigência” (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 10).

Segundo Viegas, Rover e Medeiros (2017), os circuitos curtos de comercialização (CCC) são aqueles que promovem uma aproximação entre agricultor e consumidor e se caracterizam como uma estratégia para promover a agroecologia e desenvolvimento rural sustentável para agricultores. Os autores apontam que por esta aproximação e das relações que são localmente definidas e diferentes das padronizadas, se possibilita a comercialização de produtos com qualidades diferentes dos oferecidos nos mercados padronizados. Ou seja, coopera para manutenção de princípios agroecológicos, como “a autonomia dos agricultores nos processos comerciais e a agrobiodiversidade de cultivos” (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017, p. 372).

Segundo Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), os circuitos curtos podem ocorrer pela venda direta, quando a entrega dos produtos é feita de produtor para consumidor, ou pela venda indireta, quando há um único intermediário que faz a conexão entre o produtor e o consumidor. “Esses tipos de circuito de comercialização reforçam a noção de autonomia e conferem um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo” (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 9). Além disso, “princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais, assim como a reconexão entre produtores e consumidores, são observados nos circuitos curtos” (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 12).

Há diversas tipologias de circuitos curtos de comercialização pela venda direta, seja dentro ou fora da propriedade, e pela venda indireta. Ainda, pela “multiplicação dos circuitos curtos e de formas inovadoras de acolhida na propriedade pode potencializar a agricultura de base ecológica, aproximar agricultores e consumidores e reconectar o mundo rural e o urbano” (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 10). A partir dos circuitos curtos, as propriedades tornam-se mais diversificadas com relação aos produtos e mais complexas quanto ao trabalho, sendo de fundamental importância a agregação de valor aos produtos e priorização da venda direta para potencializar a propriedade, a exemplo do turismo rural.

### 4.3 Sistema Funcional: técnicas, instrumentos e práticas

O sistema funcional refere-se ao modo de produzir, o saber-fazer, abrangendo, conforme Diniz (1989) a utilização da terra, as técnicas agrícolas e a intensidade da agricultura. Assim, se discutiu sobre a questão das formas de usos da terra, bem como as práticas, técnicas e instrumentos utilizados. Também, foi discutido sobre a disponibilidade hídrica das propriedades, fator fundamental para o uso da terra. E, também, sobre o acesso à créditos e assistência técnica pelas famílias.

#### 4.3.1 Acesso ao crédito

Sobre a questão do acesso ao crédito (Gráfico 17), oito famílias acessaram o PRONAF, mas todas que utilizaram responderam que foi em anos anteriores – de três a 20 anos, sendo que duas famílias ainda estão pagando o crédito obtido. Das finalidades estão: construção de estufa para o cultivo de morango, compra de trator e outros equipamentos agrícolas. Além deste, duas famílias acessaram crédito das agroindústrias e uma acessou crédito privado. Assim, 80% das famílias acessaram crédito pelo PRONAF em algum momento; 20% utilizaram crédito pela agroindústria e 10% das famílias acessou crédito privado.

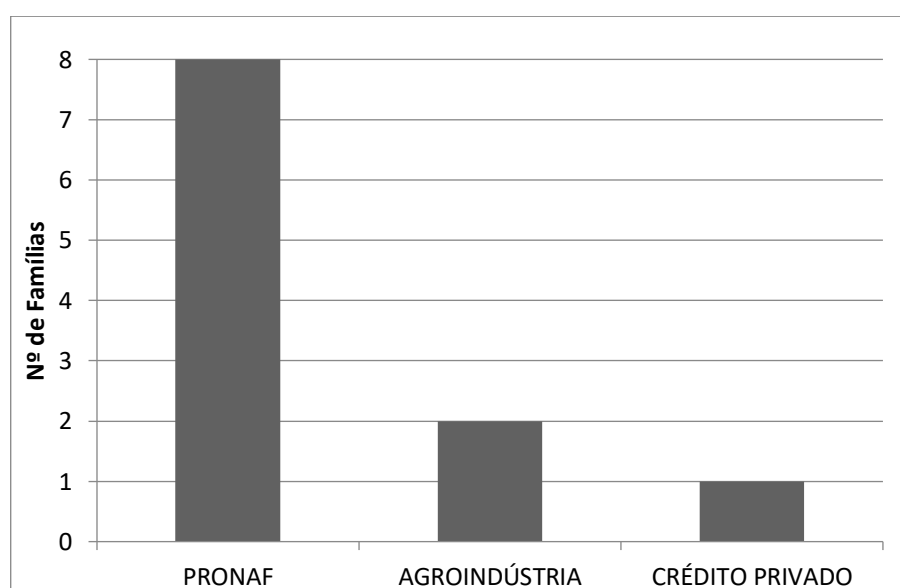


Gráfico 17 – Acesso aos Créditos  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

O PRONAF foi criado em 1995 como uma linha de crédito rural pela participação de organizações da agricultura familiar e oficializado a partir do decreto 1.946, de 28 de julho de 1996, como uma política pública objetivando promover um desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar pelo aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria de renda. As principais linhas de crédito do PRONAF são: custeio, investimento, agroindústria, microcrédito produtivo rural, agroecologia, mulher, jovem. O PRONAF que teve mais aceso pelas famílias do grupo C<sup>29</sup> foi o chamado de *pronafinho*, sendo um PRONAF Especial de 1995-2000, a partir de créditos de custeio e investimento. (BIANCHINI, 2015)

#### 4.3.2 Assistência técnica

O Município de Canguçu conta com diferentes agentes para prestar assistência técnica às famílias de agricultores. Foi perguntado para cada família sobre a assistência técnica pela EMBRAPA, EMATER (Associação Riograndense de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural), CAPA, sindicatos, indústria, prefeitura e cooperativa. A associação ARPA-SUL abrange as famílias de 6 a 10 e a cooperativa União, as famílias de 1 a 5, exceto a família 4 que não pertence a nenhuma destas entidades. Assim, o gráfico 18 apresenta os números das famílias equivalente a este vínculo e com os demais agentes.

Os três primeiros são os mediadores e extensionistas – CAPA, EMATER e EMBRAPA. Depois destes, a prefeitura do município de Canguçu presta assistência para quatro das famílias. Em seguida está a categoria dos sindicatos abrangendo duas famílias que citaram a assistência pelo sindicato de trabalhadores rurais. Por último, ressalta-se um caso específico da família 1, que cita a assistência dada pela COOPAR, pois comercializa o leite com esta cooperativa e, também, recebe assistência técnica da indústria fumageira. Além desta, a família 5 ressalta a assistência técnica da própria filha que é técnica em agricultura.

---

<sup>29</sup> “Com a transferência do PRONAF ao recém-criado Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa começou a consolidar-se, atendendo os assentados da Reforma Agrária no Grupo A, os agricultores situados abaixo da Linha de Pobreza no Grupo B, os agricultores situados na transição no Grupo C e os agricultores em início de capitalização no grupo D.” (BIANCHINI, 2015, p. 41 e 42)

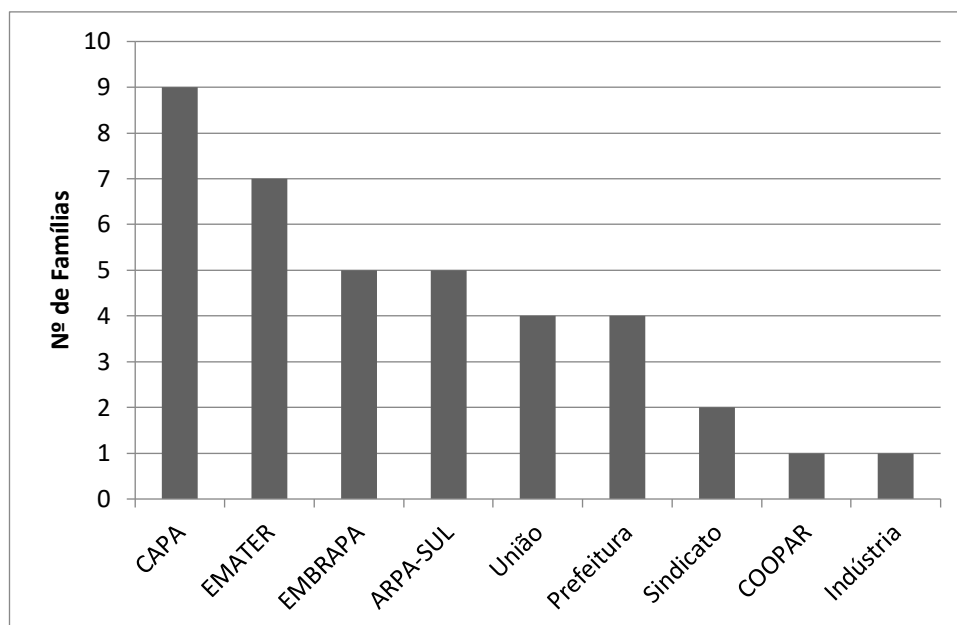


Gráfico 18 – Assistência Técnica  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Os agentes mediadores, a EMATER, o CAPA e a EMBRAPA desempenham papéis enquanto mediadores e, também, extensionistas. Destes, o CAPA representa um importante mediador frente à agroecologia e ao processo de transição agroecológica e desenvolve ações junto a União e a ARPA-SUL. A EMATER, embora tenha adotado os princípios da agroecologia como norteadores de seu trabalho enquanto assistência aos agricultores, ainda apresenta resquícios de seu passado, ou seja, enquanto assistência técnica firmada no modelo de agricultura convencional. A EMBRAPA atua de forma incipiente e também carrega a dicotomia entre os técnicos conservadores e técnicos que atuam na agroecologia.

As famílias de 1 a 5 citam o CAPA, a EMATER e a EMBRAPA enquanto mediadores e extensionistas. A família 1 reconheceu que todos os agentes prestam seus serviços que são importantes, citando a EMATER, o CAPA, a Cooperativa União e a Prefeitura Municipal de Canguçu. A família 2 também visualizou como importante, pois mostram *como tem que fazer, ao aconselhar, auxiliar e ajudar*. A família 3 relatou que o acompanhamento é realizado por meio de visitas dos mediadores a propriedade. A família 4 reforçou o acompanhamento regular da EMATER e da EMBRAPA, bem como, a família 5 que citou a EMBRAPA e a EMATER.

As famílias de 6 a 10, referente a atuação do CAPA, relataram que o acompanhamento é muito menor do que era no início, pois, atualmente, eles fazem uma assessoria e antes eram muito ativos e prestavam assistência em diversas

esferas – do trabalho a comercialização. Porém, as famílias de 6 a 10 avaliaram o trabalho do CAPA como ótimo e importante em todo o processo de transição agroecológica, transmitem gratidão em suas falas.

Portanto, sobre a avaliação das atividades dos mediadores e extensionistas no processo de transição agroecológica, a partir dos relatos das famílias, se analisa que o acompanhamento é percebido de diferentes formas em cada família. No entanto, todas as famílias compreendem a assistência como necessária, importante e querem ter assistência, embora tenham tido contatos, assessoria e níveis de acompanhamento diferentes.

No Rio Grande do Sul, conforme Caporal e Costabeber (2000), a opção de como realizar extensão rural seguiu o caminho de apoio ao processo de transição agroecológica das famílias rurais, ou seja, da agricultura familiar, compreendendo seu papel central no processo. Sobre uma extensão rural agroecológica, esta:

constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. (CAPORAL, COSTABEBER, 2000, p. 17)

A assistência técnica e a extensão rural parte do pensamento de uma população rural e agricultores em atraso e que precisavam se desenvolver no sentido de inovar. Assim, neste período “entendia-se que o bom extensionista deveria envolver os agricultores com o padrão de produção e consumo hegemônicos, altamente dependentes de insumos externos (provavelmente produtos externos a seu meio)” (KREUTZ; PINHEIRO; CAZELLA, 2005, p. 45).

Depois, sob contexto da modernização agrícola, a assistência técnica e a extensão rural ocorrem em função da adoção do pacote tecnológico através de um discurso de “melhoria de seus padrões de vida, higiene, saúde e educação, junto ao aumento da produtividade dos seus cultivos” (BREMM; PICOLOTTO, 2019, p. 235). Os agentes mediadores, técnicos e agrônomos, se caracterizavam como os detentores dos conhecimentos científicos e, desconsiderando as práticas tradicionais das famílias, deviam, em Freire, 1975, os estender “às famílias agricultoras numa ação educativa unidirecional e avessa à possibilidade de diálogo, de apropriação e de ressignificação da parte dos camponeses sobre os conhecimentos trazidos pelos agentes peritos” (BREMM; PICOLOTTO, 2019, p. 236).

No fim dos anos 70, ao decorrer dos anos 80 e 90:

grupos de agricultores e trabalhadores rurais, com ou sem terras, descontentes com esse modelo tecnológico excludente, com as políticas de crédito agrícola, com a assistência técnica recebida, com as intoxicações sofridas pela utilização de agrotóxicos e, também, agricultores que nunca utilizaram o pacote tecnológico da modernização agrícola, ou o utilizaram parcialmente, passaram a se articular em prol de uma agricultura alternativa. Nesse processo, retomaram e ressignificaram práticas e conhecimentos próprios de seus antepassados camponeses, segundo padrões ecológicos emergentes, e criaram as primeiras redes e projetos de produção alternativa no Brasil. (BREMM; PICOLOTTO, 2019, p. 236)

Partindo desta perspectiva, agências como a EMATER passaram a adotar os princípios da agroecologia para promover desenvolvimento rural sustentável. Porém, por seu passado enquanto assistência técnica, as “empresas de extensão rural que resistiram a sua desconfiguração, de forma geral, encontram-se em uma profunda crise de identidade” (KREUTZ; PINHEIRO; CAZELLA, 2005, p. 64). Ou seja, acabam apresentando dificuldades ao assumir seus pais como mediadores que devem se envolver e interagir com os sujeitos e não apenas transmitir seus conhecimentos de forma unilateral. Assim, há uma introdução de um processo de mediação que “se ancora no reconhecimento de saber-fazer dos agricultores e na troca de conhecimentos com instituições encarregadas da produção especializada de saberes técnicos ou científicos” (KREUTZ; PINHEIRO; CAZELLA, 2005, p. 60).

Neste sentido, surgem diferentes extensionistas, segundo Kreutz et al (2005), uma parcela dos extensionistas disputam entre si e concorrem pela hegemonia numa busca de legitimação de suas posições e do reconhecimento dos saberes técnicos de cada profissão articulada, como a agronomia e o serviço social. Outra parcela, busca proporcionar um aumento da participação do público, porém, sem deixar suas posições enquanto transmissores de conhecimentos, ainda que recorram a metodologias e práticas participativas, “assumem-se como moderadores, sensibilizadores, animadores, facilitadores, entre outras denominações, para em última instância, repassar seus conhecimentos com, não raras vezes, a desqualificação do conhecimento popular” (KREUTZ; PINHEIRO; CAZELLA, 2005, p. 51). E, além destes, há os extensionistas que buscam uma educação construtivista através do reconhecimento da existência de dois sujeitos com mundos distintos no processo de assistência – os mediadores e os agricultores, bem como do respeito

pelas diferenças e a busca por estabelecer diálogo e construir o conhecimento associado ao contexto dos sujeitos.

Também, surgem os extensionistas mais conservadores ainda que dentro de uma outra lógica firmada em princípios agroecológicos, ainda, que encontram dificuldade em deixar o processo pedagógico tecnicista para assumir os fundamentos da mediação. Kreutz et al (2005, p. 65) explica que “os extensionistas somente podem ser incorporados a um novo processo se forem capazes de se reconstruírem a si mesmos para assumir novas atribuições e cultivar uma postura pedagógica que enxergue e respeite a diversidade”, ou seja, pelo “diálogo permanente com os agricultores familiares e suas representações, além de buscar um processo de desenvolvimento com os atores sociais”. Bremm e Picolotto (2019) analisam que a união entre as famílias de agricultores e mediadores estão nas causas que se identificam, como a preservação da saúde da família, tanto dos agricultores quanto dos consumidores; o cuidado para a sustentabilidade ambiental; a busca pela melhoria na qualidade de vida ligada a possibilidade de permanência no trabalho e no rural.

#### 4.3.3 Formas de usos de solos nas propriedades das famílias

De acordo com Diniz (1989, p. 83), “a utilização agrícola da terra pode ser dividida em três grandes grupos: as terras de cultivo, as pastagens e as áreas reflorestadas”. A partir disto, para caracterizar os usos do solo nas propriedades das famílias, foi perguntado a partir da área total e quantidade de hectares destinados aos cultivos, as pastagens, bem como, as áreas de mata e de proteção permanente (APPs), além das áreas não utilizadas. Sobre esta última, somente uma família quantificou a área que não é utilizável de meio hectare. Apresentaram-se as respostas representadas pelo gráfico 19.

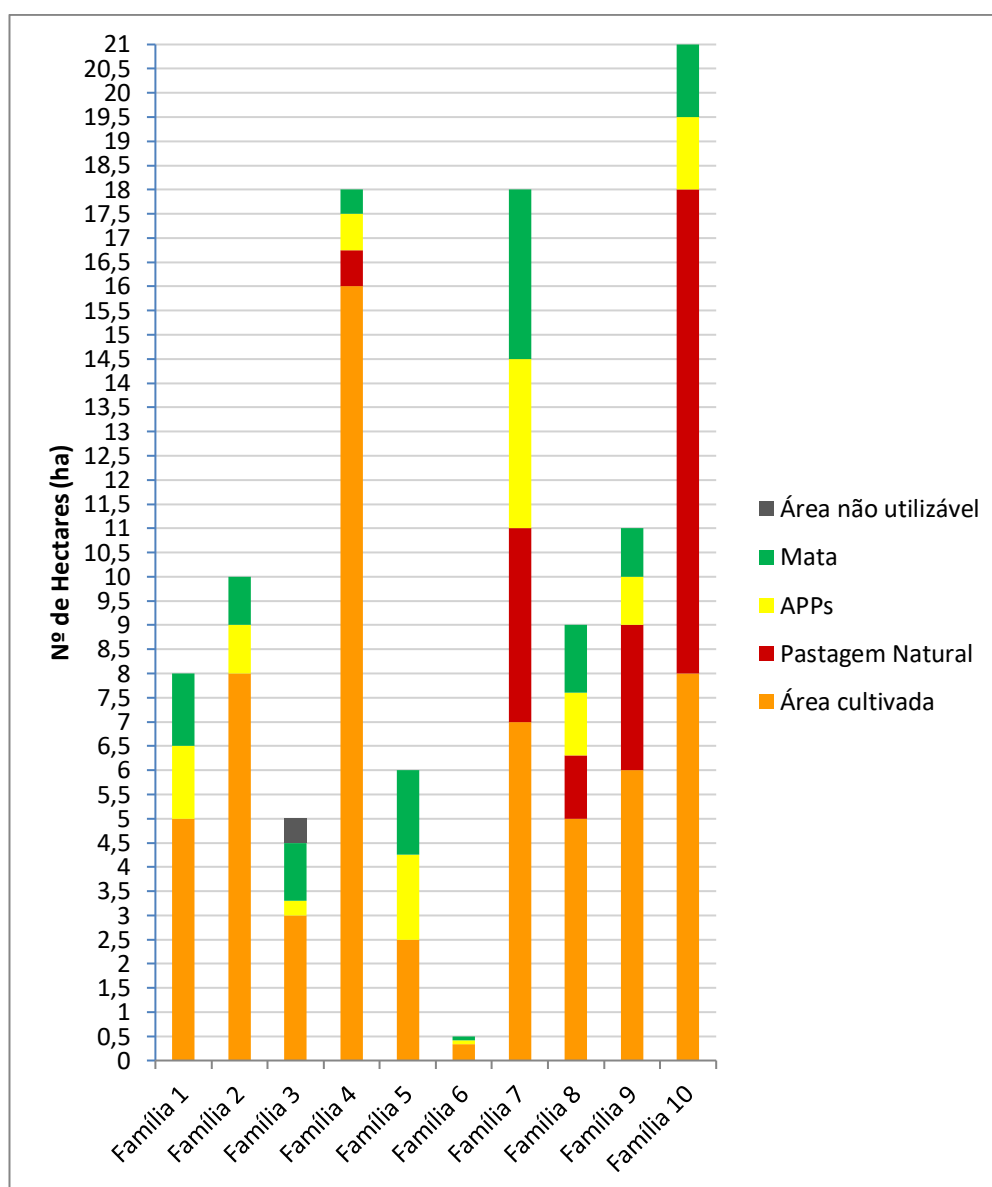


Gráfico 19 – Uso do Solo (ha)  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A família 1 explicou que dos 05 ha de área cultivada, 02 ha eram somente para o cultivo de milho, 02 ha para o cultivo do tabaco e o restante para as hortaliças e plantação de pastagem de inverno e verão; também, dos 03 ha que compreende a área de mata e de APPs, 02 ha destes estão localizados em uma área com leve declividade, chamado de *lajeado* pela família, onde desenvolve a atividade da apicultura. A família 6 explicou que dos seus 0,5 ha, em parceria, cerca de 1/3 corresponde a mata a APPs, sendo agrofloresta com árvores frutíferas. Na família 7 dos 07 ha de mata e APPs, 03 ha correspondiam a mata nativa e os outros 04 ha, a eucalipto e acácia. A família 8 ressalta que a única área que não utiliza são os

caminhos para a lavoura. A família 9 explicou que a área de mata e de APPs corresponde a área de mata ciliar ao longo do Arroio Remanso.

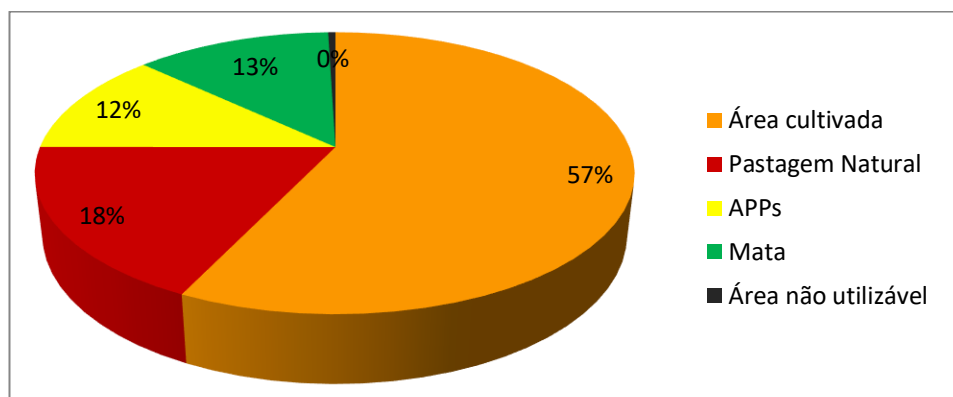


Gráfico 20 – Percentuais de Usos do Solo  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A partir do gráfico 20, percebe-se que as áreas cultivadas possuem valores maiores em hectares que as demais categorias, tanto por propriedade de cada família quanto pelo valor total, que corresponde por 57%. As áreas de pastagem natural, embora não esteja em todas as propriedades, representa uma área significativa para a família 10 e para a família 7, sendo áreas menores das famílias 9, 8 e 4, correspondendo a 18% do total dos usos do solo. Sobre as áreas de mata e áreas de proteção ambiental permanente, a primeira apresenta 12% do total e a segunda, 13%, presentes em todas as propriedades. Essas categorias juntas representam 25% do total dos usos do solo.

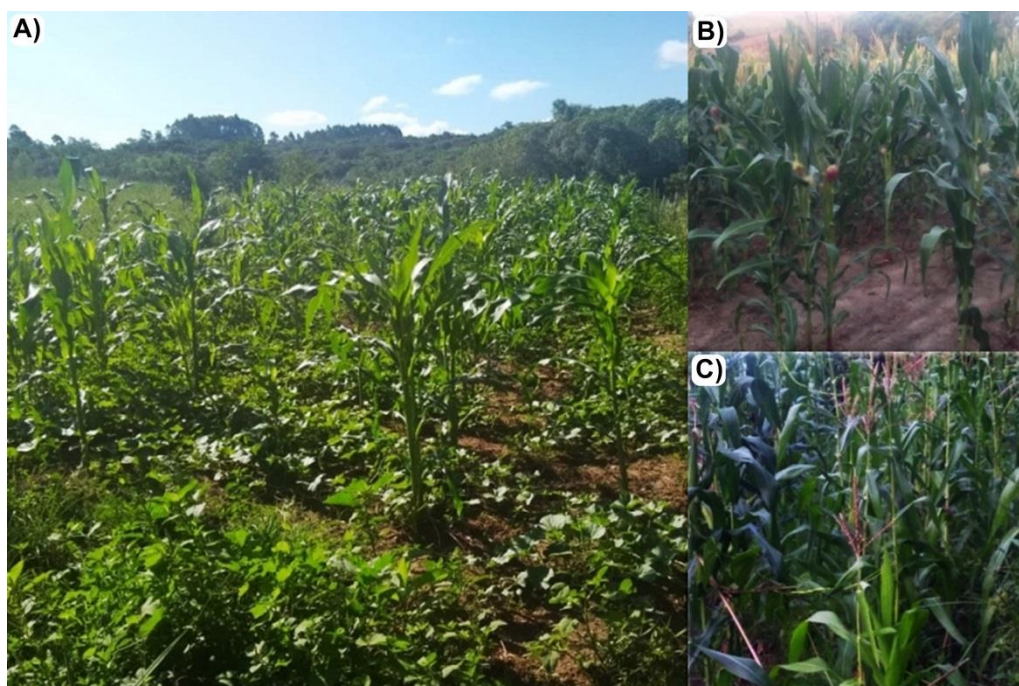
Ainda sobre as formas de uso do solo, as fotografias de 12 a 17 representam esta questão. A fotografia 12 refere-se a família 1, sendo que em 12a, se apresenta as mudas das hortaliças que são preparadas para depois plantar em outro local de forma definitiva. Observa-se que há diferentes níveis de crescimento das mudas. E na fotografia 12b, apresenta-se a horta em espaço menor, embora a família tenha outras áreas maiores próprias para cultivos de hortaliças e outros. Observa-se que há chás, temperos junto a beterraba e, também, a família explicou que planta em todas as áreas que é possível plantar, aproveitando todos os espaços.

A fotografia 13 refere-se ao cultivo de milho, em destaque os cultivos das famílias 2, 7 e 9. A fotografia 14 apresenta os cultivos de hortaliças que não são cultivados em estufas, sendo das famílias 2, 5 e 7. Pode-se perceber o padrão dos cultivos com certo alinhamento e a presença de outras vegetações junto aos cultivos.

A fotografia 15 apresenta as estruturas das estufas das famílias 2, 5, 7 e 9. E as fotografias 16 e 17 apresentam os cultivos nas estufas, sendo que a fotografia 16 trata em específico do cultivo de morangos em estufa que traduz a importância de tal cultivo para as famílias. Sobre esta, na imagem 16A pode-se perceber que embaixo do canteiro de morangos, há o cultivo de hortaliças, neste caso, de beterrabas (da família 1). A fotografia 17 apresenta os demais cultivos em estufas, como o cultivo de pimentão, na imagem 17B, de tomates na 17C. Além disso, percebe-se as diferenças entre as estufas da família 5 (imagens 17B, 17C, 17D e 17F), com estruturas mais elaboradas e amplas, das estufas da família 7 (17F) e da família 9 (17A) com estruturas mais simples quando comparadas às outras.



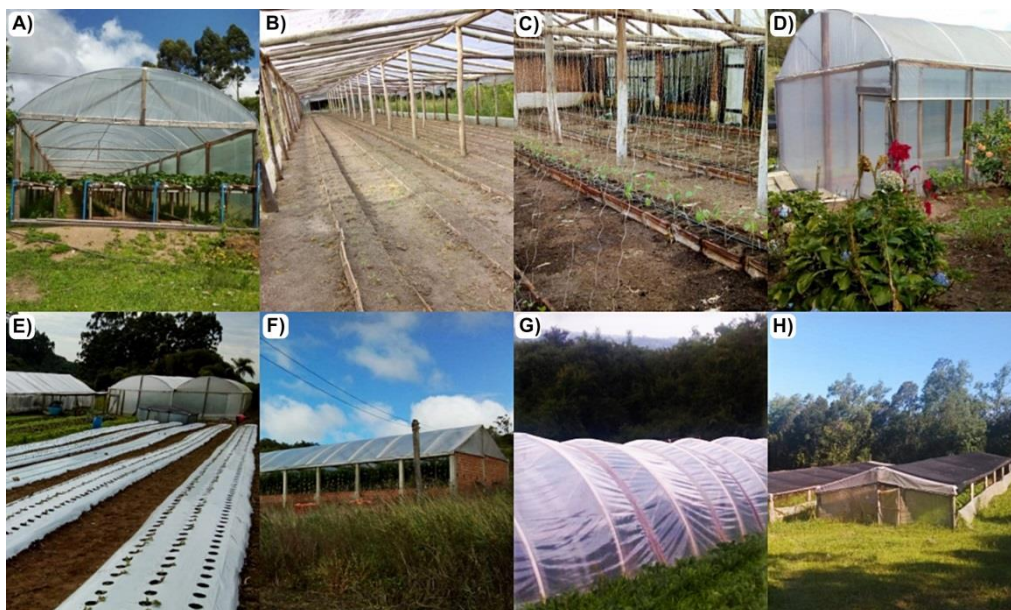
Fotografia 12 – Família 1 A) Mudanças de Hortaliças; B) Horta  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.



Fotografia 13 – Cultivo de Milho: A) Família 9; B) Família 2 e C) Família 7  
Fonte: Acervo das famílias, 2020.



Fotografia 14 – Cultivo de Hortaliças: A) Família 2; B) Família 2; C) Família 2; D) Família 5; E) Família 7; F) Família 7; G) Família 7 e H) Família 7  
Fonte: Acervo das famílias, 2020.



Fotografia 15 – Estrutura das Estufas: A) Família 2; B) Família 5; C) Família 5; D) Família 5; E) Família 5; F) Família 5; G) Família 7 e H) Família 9  
 Fonte: Acervo das famílias, 2020.



Fotografia 16 – Cultivo de Morango em Estufa: A) Família 1; B) Família 1; C) Família 1; D) Família 2; E) Família 2 e F) Família 5  
 Fonte: Acervo das famílias, 2020.



Fotografia 17 – Cultivos em Estufa: A) Família 9; B) Família 5; C) Família 5; D) Família 5; E) Família 5 e F) Família 7  
 Fonte: Acervo das famílias, 2020.

#### 4.3.4 Disponibilidade hídrica das propriedades e seu uso

Sobre a disponibilidade de recursos hídricos, foi questionado quais recursos as famílias dispunham nas suas propriedades, sendo as opções: arroio, cacimba, açude e cisterna, somados a sanga e o riacho que surgiram nas respostas. Estes termos se referem a cursos d'água, corpos d'água e reservatórios d'água (Fotografia 18).



Fotografia 18 – Recursos Hídricos: A) e B) Sangas na propriedade da família 2; C) Cisternas da Família 7; D) e E) Arroio utilizado pela Família 9  
 Fonte: Acervo das famílias, 2020.

A sanga, o riacho e o arroio são cursos d'água; já o açude é um corpo d'água construído, como um pequeno lago, que capta água pelo barramento de uma nascente ou de um curso d'água. Também, uma nascente é chamada popularmente de *sanguinha*. A diferença acaba sendo através da percepção dos seus tamanhos quando comparados: o arroio é maior que o riacho; o riacho é um pouco maior que a sanga; a sanga é um pouco maior que a *sanguinha*. Relacionando com a hierarquia fluvial de uma rede hidrográfica, a sanga e o riacho são rios pequenos ou até mesmo nascentes, ou seja, rios de primeira ou segunda ordem. O arroio é um curso d'água que deságua em um rio principal (este deságua no mar), assim, o arroio é um rio de terceira ou quarta ordem. Além destes, a cacimba e a cisterna são ambos reservatórios d'água. A cacimba é um poço, um reservatório de água subterrânea e/ou água potável. A cisterna é um reservatório de água pluvial ou, também, de água de reuso.

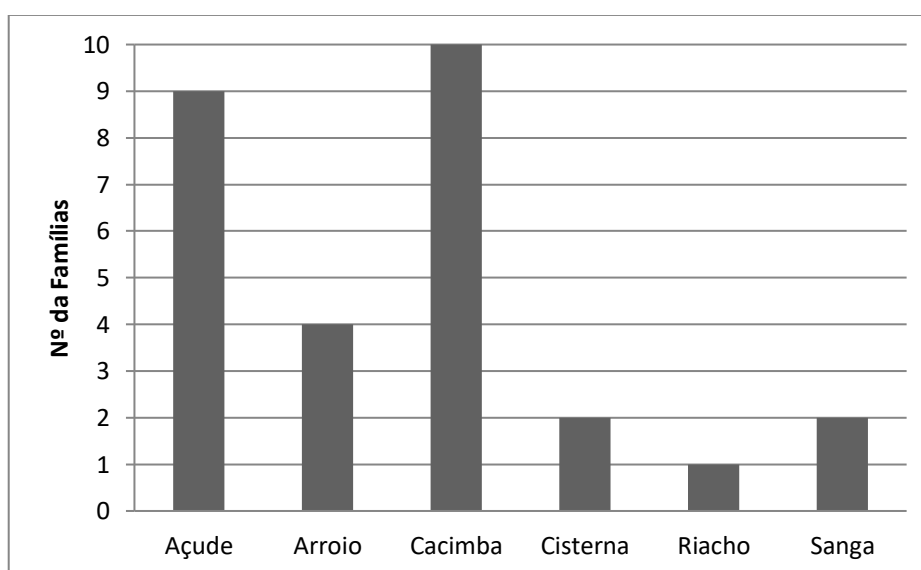


Gráfico 21 – Disponibilidade de Recursos Hídricos nas Propriedades  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Assim, de acordo com o gráfico 21, a disponibilidade de recursos hídricos nas propriedades das famílias ocorre, primeiramente, pela cacimba, pois a cacimba é utilizada para o uso da residência, ou seja, para o autoconsumo das famílias, por isso todas as famílias possuem cacimbas. Em segundo está o açude, sendo que apenas a família 6 não possui açude; as demais famílias possuem e utilizam para a irrigação dos cultivos, exceto a família 1 que utiliza seu açude para a criação de peixes. Em terceiro está o arroio, recurso hídrico de quatro famílias – a família 2, 3, 4 e a família

9. Porém, somente a família 4 utiliza o arroio para a irrigação. A cisterna e a sanga abrangem apenas duas famílias cada: a família 1 e a família 7 possuem cisternas, sendo utilizadas para irrigação; a família 8 e a família 10 possuem sangas. Também foi citado o riacho pela família 4.

Relacionado a irrigação da agricultura e sua a fonte de uso, todas as famílias utilizam a irrigação: oito famílias utilizam o açude, sendo que seis utilizam somente o açude, uma utiliza também o arroio e uma família utiliza também a cisterna; uma família utiliza somente a cisterna e uma família utiliza somente a cacimba. A família 1 utiliza a cisterna para irrigação na agricultura, dependendo de cada canteiro, e o açude utiliza para criação de peixes. A família 2 utiliza irrigação nas hortaliças e no morango pelo açude, embora seja um açude pequeno, como destaca a entrevistada. A família 3 utiliza o açude para a irrigação da agricultura por gotejamento e aspersão. A família 4 utiliza irrigação pelo açude e pelo arroio. A família 5 utiliza irrigação pelo açude. A família 6 utiliza irrigação pela cacimba, sendo que também a utiliza para autoconsumo. A família 7 utiliza irrigação nas hortaliças pela cisterna e pelo açude. A família 8 faz irrigação de forma manual, a partir de canos e bomba submersa no açude. A família 9 utiliza irrigação por gotejamento e aspersão pelo açude. E a família 10 também utiliza irrigação por gotejamento e aspersão pelo açude.

Em específico sobre as nascentes, foi questionado se existem nascentes de cursos d'água e sobre o cuidado com sua manutenção. Na propriedade da família 1 há uma nascente e é utilizada para abastecer a cacimba. Na família 2, têm três nascentes que não são utilizadas por estarem na área de mata. Na família 3, existem cinco nascentes, destas, duas abastecem o açude, uma é utilizada na cacimba e as outras duas não são utilizadas. Na família 4, têm duas nascentes, mas não são utilizadas, pois uma desagua no riacho e a outra, no arroio. Na propriedade da família 5 existem nascentes, mas não utilizadas. Na família 6, uma nascente passa pela propriedade, mas não é da propriedade, sendo utilizada para a o abastecimento da cacimba; a agricultora entrevistada explica que esta nascente não é visível, mas é percebida pois deixa a área molhada. Na família 7 existe nascente na área de mata nativa e não é utilizada. Na família 8, tem duas nascentes que deságuam na sanga da área de mata; esta nascente era utilizada para o consumo, mas não é utilizada mais, pois a família passou a usar a cacimba. Na família 9, há uma nascente que abastece a cacimba. E a família 10 possui uma nascente em sua propriedade, sendo

que esta alimenta a sanga e a cacimba, consequentemente a sanga alimenta o açude e, assim, abastece toda a água da propriedade, como explica o agricultor entrevistado.

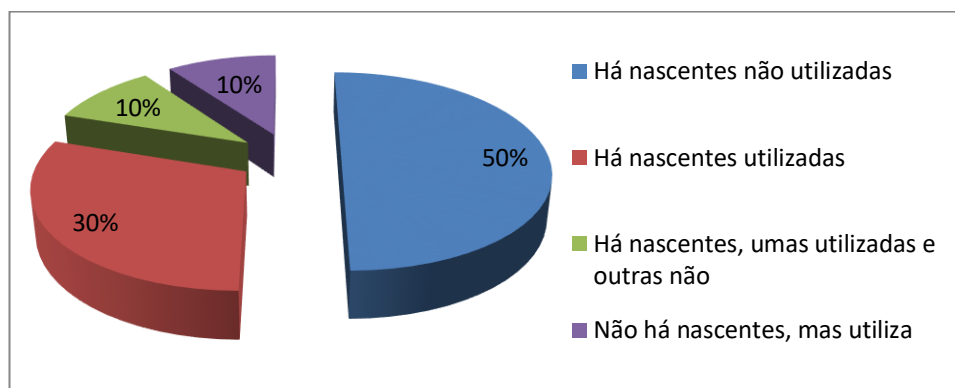


Gráfico 22 – Nascentes: uso e manutenção.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Portanto, pelo gráfico 22, cinco famílias possuem nascentes em suas propriedades, mas não as utilizam, correspondendo a 50% das famílias. Três famílias possuem nascentes e as utilizam, representando 30% das famílias. Uma família utiliza nascente, mas não se situa na propriedade, sendo 10% do total. E uma família possui nascentes e algumas utiliza e outras não utiliza, também representando 10% do total das famílias.

#### 4.3.5 Maquinários e instrumentos agrícolas

Quanto a utilização de máquinas e instrumentos agrícolas (Gráfico 23 e Fotografia 19), considera-se apenas as máquinas e instrumentos que são utilizadas, sendo ou não de propriedade da família. Além das opções da lista do roteiro de entrevista, foram citados a enxada, foice, pá e ancinho manuais, a ordenhadeira e a enxada rotativa que também tem o nome de motocultivador ou comumente chamada de *encanteradeira* pelos agricultores. Esta última, a enxada rotativa, serve para fazer os canteiros, sendo que ao passar na terra, a enxada rotativa lavra e afrouxa a terra, em *camaleão*, assim, não é necessário utilizar o subsolador e a grade.



Fotografia 19 – Tratores A) Família 9; B) Família 7 e Motocultivador C) Família 7  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

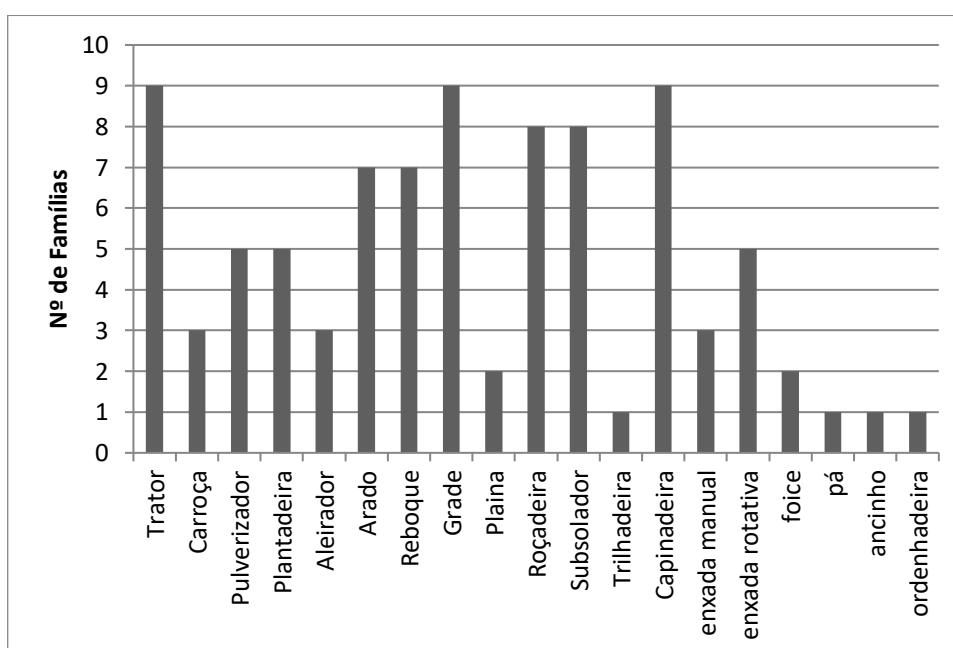


Gráfico 23 – Máquinas e Instrumentos utilizados na Produção Agrícola  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

As máquinas e instrumentos mais utilizados são o trator, a grade (ou disco) e a capinadeira, abrangendo nove famílias. No caso do trator e da grade somente a família 6 não possui os dois itens. Sobre a capinadeira, foi ressaltado pela família 1 que esta máquina é utilizada somente na plantação de tabaco. Também, sobre a grade, a família 3 explica utiliza grade por tração animal. Em segundo lugar, abrangendo oito famílias cada, aparecem a roçadeira, sendo que a família 3 utiliza roçadeira manual,

e o subsolador, é utilizado apenas pela família 4, porém, é emprestado. Depois, o arado e o reboque abrangem, cada um, sete famílias.

Sobre o uso do pulverizador, cinco famílias utilizam, sendo que os pulverizadores duas famílias são do tipo costal, usados para aplicar Calda Bordalesa (fungicida) e outras caldas caseiras agroecológicas. Outras três famílias possuem pulverizadores, mas não utilizam. Cinco famílias utilizam plantadeiras, porém, a plantadeira de uma das famílias é emprestada. Também, duas famílias destacaram que suas plantadeiras são manuais e uma família salientou que sua plantadeira é por tração animal (a cavalo). E, sobre a enxada rotativa, cinco famílias possuem, sendo que todas explicaram que utilizam em suas hortas, em estufas ou não, para uso nos canteiros.

A carroça, o aleirador e a enxada manual estão presentes em três famílias. Uma das famílias explicou que a carroça é a carreta do trator e chamada de *zorra*. Do aleirador, a família 4 explicou que o utiliza para o canteiro. Ainda, das famílias que possuem enxada manual, a família 5 também possui pá e foice e a família 9 possui foice e ancinho. Tanto a enxada manual quanto a foice e o ancinho são utilizados para nos canteiros. Assim, pode-se perceber que ou a família possui a enxada rotativa, ou possui a enxada manual e demais auxiliares, como a pá, a foice e o ancinho, ou, ainda, utiliza o aleirador para preparar os canteiros, como é o caso de uma das famílias.

Ainda foram citados a plaina, a trilhadeira e a ordenhadeira. Sobre a plaina, somente uma família possui e a outra família utiliza para abrir caminhos, porém é emprestada e não é da família. Já a trilhadeira, somente uma família possui e utiliza e, por fim, a família 1 possui e utiliza a ordenhadeira para as vacas leiteiras.

#### 4.3.6 Práticas e técnicas de conservação do solo

Ademais, foi perguntado sobre as práticas e técnicas de conservação do solo que as famílias utilizavam, principalmente, a adubação verde, o plantio em curvas de nível, a rotação de cultura e o plantio direto. A partir das respostas, representadas no gráfico 24, observa-se que todas as famílias utilizam a prática de adubação verde e de rotação de cultura. O plantio direto abrange seis famílias, sendo as famílias 2 a 6; o plantio em curvas de nível abrange a família 5 e as famílias de 7 a 9.

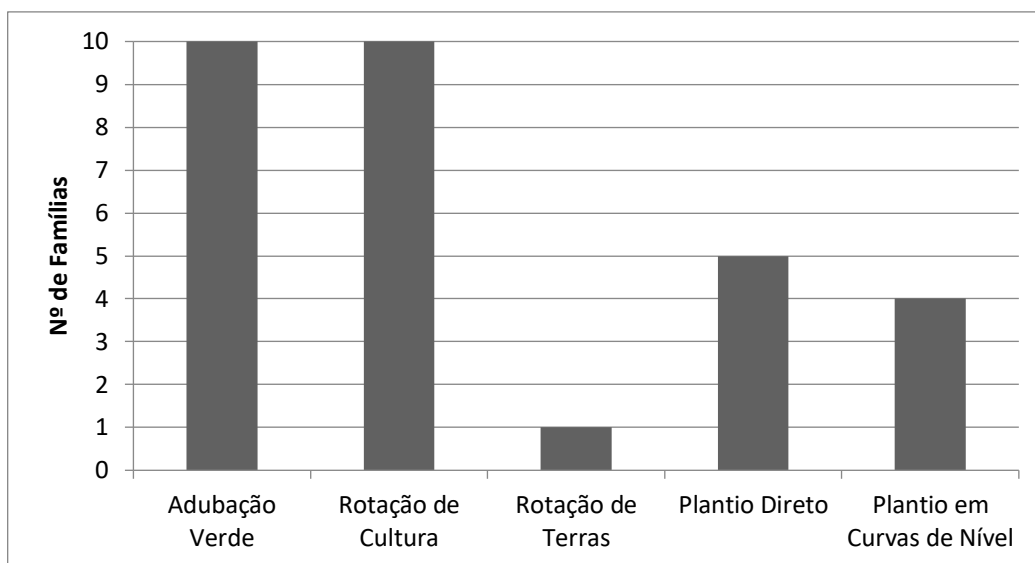


Gráfico 24 – Práticas de Conservação do Solo

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A rotação de culturas ou rotação de cultivos pode assumir três formas: sem pousio, com pousio e com pastagens. A primeira, se dá pela “substituição anual e ininterrupta de cultivos”; a segunda, “se caracteriza por dois ou três anos de cultivos variados e um ou dois anos de pousio”; e a terceira “é aquela em que os cultivos anuais se sucedem no campo por um período de 4 a 6 anos, e são substituídos por pastagens, que duram um pouco mais do que a lavoura” (DINIZ, 1989, p. 91). Sobre esta, ressalta-se a explicação da família 1 que realiza rotação entre pastagem de inverno e pastagem de verão e, da família 8 que explicou que realizava a rotação de cultura a cada 3 ou 4 anos para reposição de fósforo na terra, ou seja, 3 ou 4 anos de descanso e 3 ou 4 anos com plantações.

Sobre o plantio direto, destaca-se a família 2 que explicou que realizou plantio direto somente no ano anterior com o cultivo de milho e a explicação da família 8 ao relatar que não realiza o plantio direto, porque se realiza, é necessário utilizar-se de agrotóxicos. A família 8 relacionou o plantio direto ao plantio convencional, porém, é possível realizar o plantio direto de forma conservacionista, ou seja, com o objetivo de conservar o solo ao manter o solo coberto por uma cobertura morta de plantas, como a palha, assim, diminuindo a erosão do solo, o “assoreamento”, melhorando sua fertilidade e, também, diminuindo a poluição hídrica.

(...) entre as ações mais recentes e eficientes realizadas para conservar o solo está o sistema de plantio direto (SPD), entendendo aqui como um sistema de manejo que combina práticas biológico-culturais com práticas mecânico-químicas, pressupondo alguns requisitos básicos que envolvem a condição

prévia do terreno, o não revolvimento do solo, a rotação de culturas e a adoção de métodos integrados de controle de plantas invasoras, pragas e de doenças (ANGHINONI, 2007). (PERUSI; ZAHER, 2012, p. 640)

Além destas opções, a família 10 explicou que tem a prática de realizar espécies de sulcos na propriedade, somente para escoar a água e secar o terreno porque explica que é bem úmido. E, a família 5 explicou que realiza a rotação das terras nas suas estufas. A rotação de terras é uma técnica primitiva utilizada sem a fertilização artificial do solo, “efetua-se uma lavoura de um dois ou três anos, e abandona-se a terra para recuperação natural” (DINIZ, 1989, p. 91).

Também, foi perguntado sobre os tipos de insumos utilizados relacionando com a frequência de seus usos, ou seja, no caso de utilizar se é regularmente ou ocasionalmente. Conforme o gráfico 25 apresenta-se o uso de: adubo químico, adubo orgânico, adubação verde, calcário. Separadamente está o uso de fungicida, herbicida e inseticida, a partir da explicação de como é ou não utilizado pelas famílias.

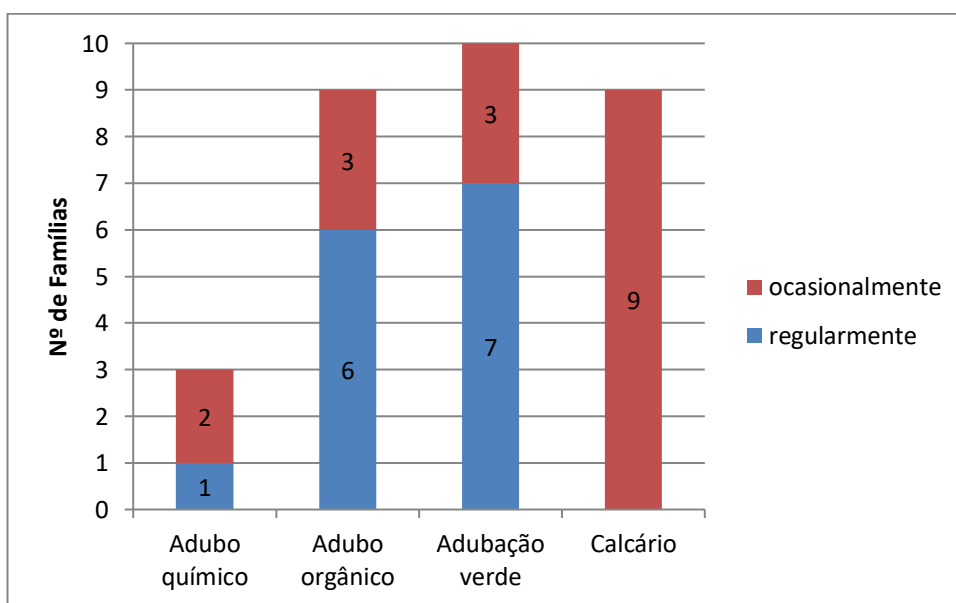


Gráfico 25 - Tipos de Insumos e Frequência de Uso  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Nesse sentido, as famílias 1 e 2, que produzem tabaco, especificamente, a família 1 utiliza fungicida, herbicida e inseticida e, a família 2 utiliza herbicida e inseticida e adubo químico, porém somente nas produções de tabaco. Ainda, a família 1 utiliza somente inseticidas naturais, a exemplo do Óleo de Neem para lagartas. A família 3 utiliza herbicida, ocasionalmente, em algumas áreas; as demais famílias não

utilizam fungicidas, herbicidas e inseticidas em suas propriedades. O adubo químico é utilizado ocasionalmente pelas famílias 3, 4 e pela família 5, regularmente.



Fotografia 20 – Adubo Orgânico – Esterco da Família 7  
Fonte: Acervo da família, 2020.

Sobre o adubo orgânico, a família 1 utiliza esterco de vacas e de galinhas, ocasionalmente; as famílias 2, 3, 4 e 5 utilizam regularmente; a família 6 e a família 7 (Fotografia 20) também utilizam regularmente; e as famílias 8 e 9 utilizam ocasionalmente. A adubação verde é utilizada por todas as famílias, sendo que as famílias 3, 4 e 10 utilizam ocasionalmente; as demais utilizam regularmente, sendo que a família 2 ressaltou que utiliza para preparar a terra para as seguintes produções. O calcário é utilizado por quase todas as famílias, exceto a família 1, sendo que todas utilizam ocasionalmente, ou seja, somente quando necessário. Sobre o calcário e a adubação verde, a família 8 explica que todos os anos precisa aplicar calcário na área de pastagem e na produção de laranja, depois de aplicar o corretivo, semeia ervilhaca para fazer a adubação verde.

Perusi e Zaher (2012) ressaltam a importância do preparo do solo enquanto condição necessária para a atividade agrícola. Porém, “quando realizado em condições inadequadas, usando máquinas desreguladas, adotando-se profundidade excessiva de trabalho ou com alto teor de água no solo, favorece a compactação, erosão” (PERUSI; ZAHER, 2012, p. 639), e, conseqüentemente, ocorre uma diminuição da produção em decorrência da diminuição da fertilidade do solo. Também, “um dos fatores que potencializam a degradação do solo é a retirada ou queima da cobertura vegetal dos terrenos” (COSTA; BEZERRA; NASCIMENTO, 2020, p. 19).

Por isso, se faz necessário, em Silva et al. (2000), “a adoção de sistemas de manejo que mantenham a proteção do solo através do contínuo aporte de resíduos orgânicos é fundamental para a manutenção de uma boa estrutura” (PERUSI; ZAHER, 2012, p. 639). A partir do pensamento de Primavesi (2009):

(...) no manejo agroecológico do solo deve-se buscar meios que contribuam na dinâmica e equilíbrio dos seus processos químicos, físicos e biológicos, bem como possibilite a sustentabilidade das suas relações com o ambiente. Nesse sentido, as práticas conservacionistas são consideradas uma importante ferramenta no manejo sustentável do solo. (COSTA; BEZERRA; NASCIMENTO, 2020, p. 26)

Portanto, “o preparo conservacionista é altamente recomendável independentemente do tamanho da propriedade, porém, junto à agricultura familiar, pode reduzir significativamente o custo da produção” (PERUSI; ZAHER, 2012, p. 647). A partir de manejos e práticas como a adubação verde, a compostagem, práticas de rotação de culturas e de terras, o consórcio de cultural, adição de matéria orgânica no solo, entre outras, são importantes para a conservação do solo.

#### 4.3.7 Práticas e técnicas agroecológicas adotadas pelas famílias

As famílias adotaram diferentes práticas e técnicas agroecológicas ao longo do processo de transição agroecológica. Sete famílias relataram a mudança na substituição de adubo químico para adubo orgânico – o esterco, sendo que a família 9 salienta que o único adubo químico que utilizava era a ureia e não utiliza mais. Duas famílias relataram a mudança pelo não uso de agrotóxicos, destas, a família 5 também relatou a diminuição do uso de maquinário:

*Antes era tudo convencional, a gente usava veneno, usava adubo, metia máquina até não querer mais em cima das terras. Agora já diminuiu. Veneno, a gente não usa. Máquina, por exemplo, trator, entra só em último caso em cima da terra, que a gente faz tudo mais manual. A gente diminuiu a área de plantação pra conseguir cuidar melhor que aí não degrada tanto o solo. Aí a questão da adubação que a gente está tentando adaptar lá em casa também que aí pra ficar 100%. Acho que seria basicamente isso, em questão de processo, que antes era bem o convencional mesmo. Tanto é que a nossa terra estava quase morta, já nem a sujeirinha estava querendo mais nascer direito. Agora não, agora tu olha e já está tudo verdinho, tudo bonitinho, já está bem recuperado a terra.*

Em contrapartida, duas famílias reforçaram que nunca utilizaram agrotóxicos e, também, nunca utilizaram maquinário, enfatizando o trabalho manual. A família 10 explicou: *Porque eu, na minha propriedade, desde que era do meu vô, do meu pai, a gente nunca usou veneno. Então, não tinha esse costume de estar usando herbicida, pra mim sempre foi na enxada.* A família 9, além de explicar que nunca foram utilizados agrotóxicos na propriedade e o trabalho era manual, também explicou que se tinha a prática de plantar em novas áreas a cada ano, por meio da derrubada da mata nativa, atualmente, com o cuidado com a terra, não há necessidade de incorporação de novas áreas para o cultivo:

*É que, na verdade, assim, a propriedade do meu pai, ela nunca levou veneno, ele nunca trabalhava com veneno. Nos anos 90, a gente plantava soja, mas colhia manualmente. Mas aí não tinha essa preocupação, assim, a gente plantava soja de foice, assim, manualmente e trilhava, só que a terra ficava muito descoberta sempre. E, aí, assim, a terra foi empobrecendo porque não se devolvia matéria orgânica pra terra. Não tinha esse cuidado com o campo de milho, onde a água passava, ela passava e ia levando. E essas coisas que a gente foi corrigindo, mas veneno a terra nunca levou. E só se usava adubo químico, ureia, que a gente, então, parou de usar. E se pensou muito, assim, porque a prática, antigamente era, tinha bastante mata nativa, então cada ano se derrubava, se plantava numa área de mato e se fazia uma terra nova, como se dizia. No momento que a gente passa a entrar no processo da agroecologia, a gente começa a fazer o inverso. A gente para, totalmente, de desmatar e começa a recuperar as áreas que estão muito degradadas. Começa a se ter um cuidado muito maior com a terra. Começa a se entender que se tu cuidar da terra, por si só vai. O solo precisa estar fértil pra planta produzir e ela estar nascendo em condições boas de produzir. (Família 9)*

Também, a família 5 explicou que suas terras eram inférteis, *quase mortas*, e que através da recuperação tornaram-se *tudo verdinho e bonitas*. Ou seja, duas famílias apontaram a questão da recuperação da terra e, também, uma família trouxe a questão do cuidado com o solo, além da produção de hortaliças, o cultivo em estufa e a irrigação. A adubação verde foi adotada por três famílias, em específico, a família 10 relacionou a adubação verde com o cultivo de aveia: *Porque meu pai, mesmo, nós plantava soja, depois que plantou e colheu não botava mais nada em cima da terra. (...) Hoje não, hoje tu planta, aí tu já bota uma aveia pra tapar aquela terra. Essas coisas mudaram.*

Duas famílias trouxeram a rotação de cultura como práticas adotadas. Uma família explicou que mudou o preparo da terra, o modo de plantar e o preparo do produto para a comercialização. Uma família relatou sobre a prática de construir barreiras com árvores próximo aos cultivos, minimizando o contato com os agrotóxicos

utilizados nas propriedades vizinhas. E uma família relatou utilizar insumos orgânicos e receitas preparadas como fungicidas, inseticidas e fertilizantes, como a água com leite, cascas de ovo, chá de cavalinha, urina de vaca; também relatou a incorporação de matéria orgânica pela terra da área de mata, cultivo de fungos, a prática de consórcio de cultivos, a plantação de flores e o sistema semi-hidropônico no cultivo de morangos em estufa.

#### **4.4 Sistema Cultural: práticas culturais, sociabilidade e perspectivas**

Por fim, no sistema cultural se buscou tratar das questões que os demais sistemas (social, produtivo e funcional) não abrangem, questões que perpassam por costumes, modos de pensar, ou seja as práticas culturais das famílias. Assim, foi discutido sobre a sucessão hereditária das famílias, bem como a relação e integração com a comunidade pela participação em associações e ajuda mútua. Também, sobre o repertório de práticas e heranças culturais passadas de geração em geração, através de questões sobre a continuidade das famílias na agricultura e no meio rural, as motivações para continuarem ou não. Foram tratadas as percepções das famílias sobre o espaço rural, através dos pontos positivos e negativos do meio rural, preferências de lugares de trabalho e descanso e perspectivas futuras.

##### **4.4.1 Sucessão familiar**

A questão da sucessão hereditária, conforme Stropasolas (2002), historicamente esteve ligada a questão geracional e a questão de gênero e, também, a questão de relações hierárquicas e desiguais. O autor traz o pensamento de Paulilo (2000) ao explicar o padrão de sucessão hereditária nas propriedades rurais, ou seja, ainda que haja variações e exceções, essa sucessão ocorre, principalmente, por meio dos “filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento” (STROPASOLAS, 2002, p. 9).

As filhas mulheres somente herdavam a terra quando não havia descendência masculina ou quando uma filha casada cuidava de seus pais até o fim de suas vidas. Porém, ainda que as filhas mulheres herdavam terras, cabia a responsabilidade da terra ao marido e, assim, as mulheres eram vistas somente como filhas ou esposas dos seus maridos agricultores. (STROPOSOLAS, 2002)

Ainda, pela extensão das propriedades, não havia lugar para todos os descendentes e nem todos os membros conseguiam herdar e ficar nas propriedades, tendo esta tradição de privilegiar os filhos homens. Neste sentido, apresenta-se os termos maiorato e minorato ligada a questão cultural pela tradição das famílias, sendo o maiorato relacionado ao filho homem mais velho e o minorato ao filho homem mais novo. O minorato “é um recurso que perpassa as histórias familiares dos colonos, sobretudo italianos”, onde “o filho mais novo é escolhido como herdeiro e, em troca, permanece na morada paterna, ficando responsável pelo cuidado dos pais na velhice” (STROPASOLAS, 2002, p. 110).

Assim, Stropasolas (2002) explica que tradicionalmente, o filho mais velho era requisitado desde cedo, tendo que assumir responsabilidades e funções no trabalho e, com isso, acabava sendo menos estimulado a se dedicar aos estudos, além de buscar sua própria terra; e o minorato, ou seja, o filho mais novo, era estimulado a permanecer na propriedade de seus pais como sucessor.

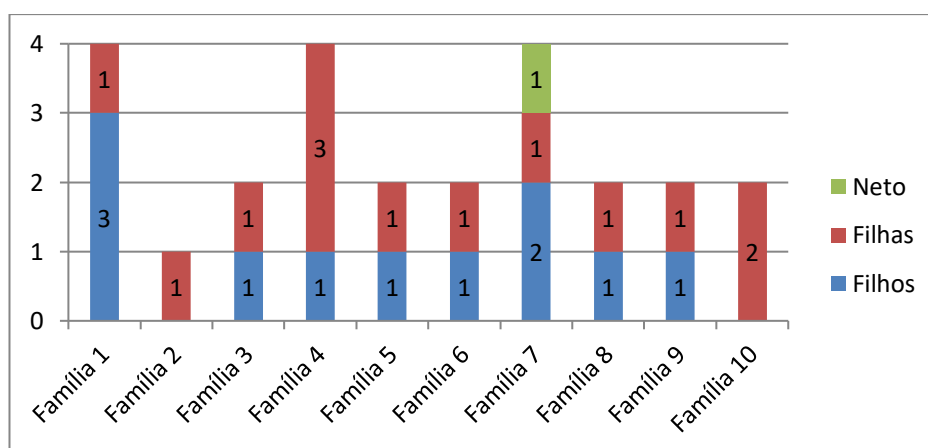


Gráfico 26 – Sucessão Hereditária das Famílias  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A partir do gráfico 26, se observa que todas as famílias possuem descendentes, ou seja, todos os casais responsáveis nas famílias possuem filhos, ainda que na família 8, os filhos sejam adultos (26 e 29 anos) e não morem na propriedade nem pretendem voltar e ficar com a propriedade. Também, observa-se que cada família possui sua própria organização para a sucessão familiar. Nesse sentido, seis famílias possuem dois filhos, sendo que cinco delas possui paridade entre filhas e filhos e somente uma delas possui duas famílias. Duas famílias são formadas por quatro filhos, com uma proporção maior de filhas em uma família e de filhos em outra família.

Uma família tem três filhos, sendo que também foi citado o sobrinho de 3 anos que faz parte da família enquanto sucessor; e uma família tem apenas uma filha.

Ademais, Asari e Tsukamoto (2015) ressaltam a importância de uma mudança de perspectiva da vida no rural, pois os jovens “buscam ter uma vida menos penosa, mais valorizada, com menos dificuldades” (ASARI; TSUKAMOTO, 2015, p. 254). Sobre a juventude rural, “a preocupação está na continuidade no campo e a descontinuidade de atividades, pois os meios de comunicação, o acesso aos estudos, à tecnologia têm atraído os jovens para a cidade” (ASARI; TSUKAMOTO, 2015, p. 255). De acordo com Ramos, Angnes e Costa (2018, p. 554), outros motivos que levam os jovens a decidirem sair do rural está nas “condições produtivas desfavoráveis dos estabelecimentos” que os impulsionam a buscar uma autonomia financeira fora da propriedade.

#### 4.4.2 Interação com a comunidade

Sobre a ajuda mútua, foi perguntado para as famílias se este é uma prática cultural entre parentes e/ou vizinhos. Conforme se apresenta no gráfico 27, das dez famílias, quatro utilizam regularmente a ajuda mútua tanto com os parentes quanto com vizinhos, sendo que as famílias 6 e 9 destacaram que, somente às vezes, utilizam essa prática de roca de trabalho e serviços. Estas, que utilizam ajuda mútua de ambos, correspondem a 40% das famílias. Seguido, três famílias não utilizam ajuda mútua, sendo a família 3, a família 8 e a família 10 e, assim, corresponde a 30%. As famílias 1 e 2 desempenham ajuda mútua, mas somente entre os parentes, representando 20% das famílias. E apenas a família 4, realiza ajuda mútua somente entre vizinhos, representando 10% do total de famílias.

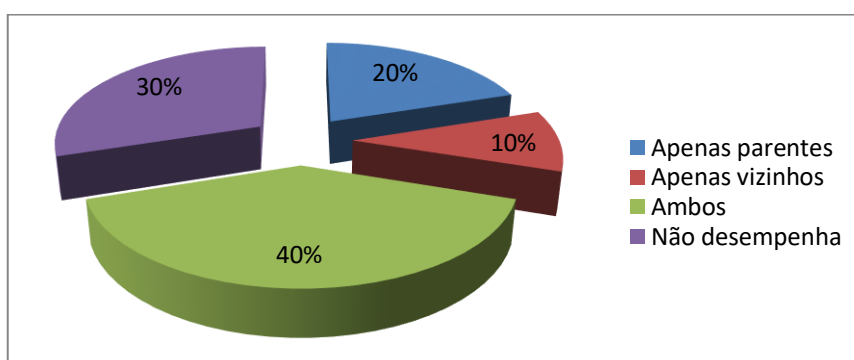


Gráfico 27 – Ajuda Mútua  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Sobre a participação das famílias em festas e eventos da comunidade, foram relacionados a igreja, a escola, a associação, entre outros. Assim, apenas a família 5 respondeu que não participava de nenhum evento ou associação. Pelo gráfico 28, quase todas as famílias participam dos eventos e festividades da igreja, abrangendo nove famílias, a escola foi citada por sete famílias, exceto as famílias 1, 9 e a 5. Entre os mais citados foram os clubes de futebol, abrangendo seis famílias, sendo a família 4 e as famílias 6 a 10. As associações e os CTG's foram citados apenas por duas famílias. As famílias 6 e 8 mencionaram participar de associações e as famílias 1 e 4 informaram fazer parte de Centro de Tradições Gaúchas-CTG.

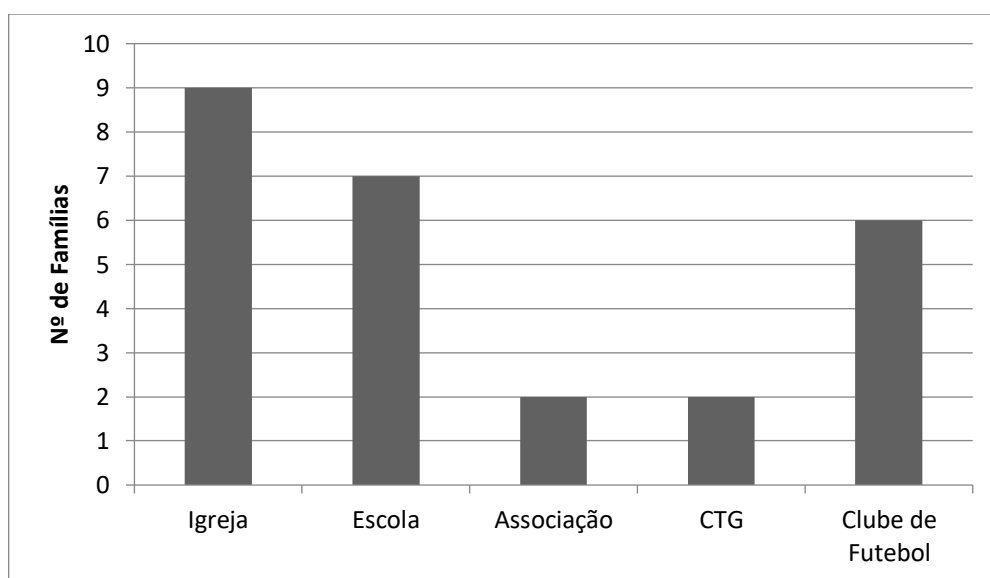


Gráfico 28 – Participação na comunidade  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Desde tempos passados, a agricultura familiar interagiu com sua comunidade e priorizou seu espaço social. Neste sentido, a forma de organização e de relações configuram uma comunidade rural, a “comunidade sempre serviu de espaço de convergência, de manifestação do sagrado, do lúdico, da transmissão e intercâmbio de informações, de reconstrução do mundo cultural” (STROPASOLAS, 2002, p. 113). Na comunidade, a família encontra a possibilidade de se integrar, de expressar suas “manifestações culturais”, e de formar “identidade cultural e política, particularmente nos momentos em que se toma necessário reunir forças para acessar recursos, influir nas políticas públicas ou mesmo conquistar direitos” (STROPASOLAS, 2002, p. 113).

Uma das práticas de ajuda mútua se configura pelo mutirão, a exemplo da união dos agricultores para construir e organizarem a feira Sabores da Terra. O

mutirão, a partir de Gonçalves da Silva (2001), “é um exercício de solidariedade entre as famílias e uma forma de reforçar os laços de amizade e de compromisso com o bem-estar mútuo” (STROPASOLAS, 2002, p. 114). Também, é “uma das manifestações de reciprocidade mais conhecidas e praticadas entre as famílias de agricultores” (STROPASOLAS, 2002, p. 113).

#### 4.4.3 Consumo e utilização de produtos industrializados

As famílias têm suas produções agroecológicas tanto para a comercialização quanto para o autoconsumo, no entanto, há produtos que precisam adquirir fora da propriedade. Assim, foi questionado sobre os produtos industrializados que as famílias consumiam tanto alimentos quanto outros tipos de itens de consumo.

As respostas das famílias apontaram produtos alimentícios como arroz, farinha, açúcar, óleo e sal, sendo que quase todas as famílias citaram estes produtos como adquiridos fora da propriedade. Exceto pelo óleo, pois a família 8 não compra óleo e utiliza apenas banha de porco, em função do marido ser alérgico a vários produtos industrializados. Também, a família 2 e a família 9 explicaram que embora comprem o óleo industrializado, também utilizam a banha de porco.

Acerca dos produtos de limpeza, quase todas as famílias responderam que compram todos os produtos de limpeza do mercado, sendo oito das dez famílias. Em exceção está a família 3 e a família 9 que responderam que compravam quase todos os produtos de limpeza do mercado e a água sanitária e o desinfetante comprava de uma pessoa específica que produz produtos caseiros.

Ainda, a família 1 citou que adquire no mercado produtos considerados como supérfluos, como o leite condensado, o chocolate e o refrigerante, mas não se trata do consumo diário da família, somente nos finais de semana. A família 3 citou o café e a massa. A família 5, além destes itens, citou a carne industrializada. O restante das famílias consome a própria carne, como subproduto do criatório animal doméstico.

#### 4.4.4 Patrimônio Material

Para discutir sobre o patrimônio material das famílias, foi questionado junto aos entrevistados se a propriedade possuía moinho, moenda, casa de pedra, objetos antigos e outros tipos de cultura material. Somente duas famílias responderam que a

propriedade apresentava itens relacionados ao patrimônio material. A família 1 respondeu que a trilhadeira pode ser considerada um patrimônio material e histórico, um objeto antigo, porque a família não utiliza mais. E, a família 8 citou o moinho que é utilizado para a silagem para os animais e a moenda de cana de açúcar. Assim, somente 20% das famílias possuem objetos e construções relacionadas ao patrimônio cultural material.

O patrimônio familiar, formado pelo patrimônio fundiário e o patrimônio cultural se faz como uma herança cultural e social. Assim, “verifica-se que o conjunto dos bens móveis e imóveis forma a base econômica da família, patrimônio que deve ser mantido indiviso através das gerações” (STROPASOLAS, 2002, p. 123). Segundo Wanderley (1996), a preocupação que os agricultores familiares têm em se integrar ao mercado e garantir seu autoconsumo constituem um patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro, pois ao longo da história dos camponeses, estes tiveram que encarar situações de precariedade e instabilidade nas quais houve a necessidade de buscar o acesso a atividades mercantis e alternativas econômicas somadas ao autoconsumo, ou seja, parte de um saber particular e passado por gerações. Também, a própria produção agroecológica se relaciona com a preocupação da sustentabilidade para que se possa atender as demandas da família ao mesmo tempo em que se pensa nas condições para seus sucessores, constituindo um patrimônio familiar.

#### 4.4.5 Atividades da agricultura: tempo e motivação

A primeira questão aberta foi tratando sobre o tempo em que a família se dedica à agricultura e os motivos que levou a família a se dedicar à agricultura. A partir das respostas, se analisou que nove famílias sempre se dedicaram as atividades relacionadas à agricultura, a partir das respostas *desde sempre* ou *a vida toda*.

Destaca-se o relato da família 1: *toda a família sempre se dedicou à agricultura e pelo lado da minha mãe e pro lado do papai também. Não tem nenhum, assim, um mais velho, uma vó, ou coisa assim, que seja da cidade, sempre foram da agricultura*. O relato da família 2: *Meu avô já se criou aí, meus pais estão aí e agora eu, desde sempre na agricultura. A gente seguiu a tradição da família, porque a gente aprendeu desde pequeno trabalhando ali e a gente segue ali*. E o relato da família 7: *O pai e a mãe, os dois, desde sempre, assim. Casaram e seguiram. Sempre viveram disso*.

No entanto, três famílias quantificaram o tempo, ainda que tenham respondido que sempre se dedicaram à agricultura. A família 4: *Se tu for contar, desde que tem... Desde o pai e a mãe. Desde o início da vida da gente. Aí dá 60, 70 anos. Todos nós já viemos.* A família 6: *Eu desde criança. Sempre morei no interior, eu e meu marido. E o lugar onde eu moro, a gente está há 20 anos.* E a família 3, explicando que passou dois anos na cidade para estudar, porém, retornou e seguiu na agricultura e, assim, quantificou o tempo de 20 anos, mesmo tempo de casamento.

*Porque a família quase sempre era agricultor, sempre era da agricultura, então a gente já começou com eles a trabalhar na agricultura e foi ficando. Porque a gente já sabia trabalhar na propriedade, então é pra ficar na propriedade. Até eu estudei, fiz segundo grau, tudo, só que eu voltei. Acho que dois anos fiquei na cidade, mas eu voltei de novo porque o cara... porque gosta. Hoje a gente tem que estar naquilo que tu gosta, não adianta tu estar num trabalho que tu não vai gostar. Então, a gente como já era desde de pequeno a gente está na agricultura. Tem muita gente que não gosta, mas eu gosto. Então a gente preferiu ficar na agricultura. (Família 3)*

Dos motivos, nove famílias relacionaram seus motivos com a continuidade da prática familiar e, também, pela escolha e preferência em permanecer na agricultura. Destaca-se o relato da família 8: *Porque gosta. (...) Não troca a colônia por cidade.* O relato da família 9: *porque a gente nasceu na agricultura, nossos pais sempre foram agricultores e a gente continuou.* E a família 10, explicando que escolheu permanecer se dedicando à agricultura, embora tivesse a opção de estudar na cidade: *sempre fomos da agricultura (...) falta de opção, não tinha, e a questão de não ir pra cidade. Porque as minhas irmãs foram pra cidade e eu não quis. Quando elas foram, chegou a quinta série e o pai mandou eu ir estudar, mas eu não fui.*

Somente a família 5 relacionou ao tempo na propriedade, 20 anos, sendo também o motivo – a compra da propriedade: *A agricultura faz... A gente se mudou pra lá em 2000... 20 anos vai fazer.* Embora, na questão sobre as práticas agrícolas, a família 5 tenha respondido que aprenderam a partir de um saber passado de geração em geração, ou seja, até mesmo família que não relacionou os motivos com a questão das práticas culturais da família, também se observa a relação com o saber-fazer transmitido intergeracionalmente.

#### 4.4.6 Práticas agrícolas tradicionais

Sobre as práticas agrícolas tradicionais que foram transmitidas dos antepassados, todas as famílias relacionaram suas práticas com os familiares de gerações anteriores, ou seja, os pais ou os avós que eram agricultores e passaram seus conhecimentos para seus filhos e assim sucessivamente. As famílias, em sua maioria, tiveram dificuldade em recordar, pois pensaram em práticas específicas e perceberam que praticamente todas as práticas, ou seja, o modo de produzir adveio dos seus pais e avós.

A família 1 respondeu: *Percepções das fases da lua; o tempo de plantio correto de cada alimento; produção do próprio alimento; analisar o tempo, a previsão do tempo, como quando vai chover.* A família 2 explicou que aprendeu com os pais todo o conhecimento sobre a agricultura e foram *seguindo em questão deles*, pois desde *pequeno a gente estava junto, acompanhando eles*. A família 3 fez um relato mais detalhado sobre as tradições:

*Hoje, praticamente, vou te dizer, tem algumas coisas que o cara faz como antigamente, mas, hoje, já é tudo mais mecanizado. Que nem essas coisas dos canteiros, o plantio que hoje a gente faz, no preparo da terra, é bem diferente. Que nem antigamente, não existia isso. (...) O plantio direto também já não existia. Então cada ano vai mudando. Então tem coisa que os pais faziam e hoje a gente faz ainda, mas muito pouco ainda, muito pouca coisa. Então cada vez vai abrindo... Antes a terra era lavrada e gradeada e plantada. Hoje não, a plantação hoje, um faz o que antes tinha que ter várias pessoas. Aí tu tinha que plantar a máquina manual, aí tinha que passar uma linha e alguém tinha que mudar a linha. E hoje tudo é maquinário. (...) O que ficou é as plantações de feijão, alguma coisa de milho que é plantado do jeito que os antepassados plantavam antes. (Família 3)*

A família 4 explicou sobre os cultivos que aprenderam pelos antepassados, ou seja, o modo de produzir foi passando pelas gerações, como *Milho, feijão, isso já vem. É o que vem, depois foi diversificando. E a criação de animais*. A família 5 respondeu:

*Basicamente o que a gente faz lá em casa, o pai aprendeu com o pai dele que aprendeu com o pai dele. A forma como a gente trabalha lá foi o jeito que eles aprenderam. Que o pai e a mãe aprenderam com os pais deles e aí eles passaram pra nós, a gente só está aprimorando algumas coisas agora. Dando uma técnica melhor pra aquilo ali, trazendo algumas coisas. (Família 5)*

A família 6 explicou: *Eu acho assim, a questão de arar e passar capinadeira. Essas coisas assim, é mesmo do jeito que se aprendeu, uma cultura local de trabalhar*

lá. A família 7, sobre as práticas, respondeu que todas foram passadas pelos avós: *Meu vô que morava lá trabalhava com tudo isso*. A família 8 respondeu que aprendeu tudo com os pais dela e explicou que *tudo manual, a gente trabalha do jeito que eu aprendi. A gente planta tudo manual, é a máquina de plantar, é plantadeira... Aquela maquinazinha de plantar milho, feijão, essas coisas assim, tudo manual*. A família 9 respondeu que aprendeu a arar a terra com os pais dela e explicou que *na verdade, assim, tudo que eles faziam, do jeito que eles faziam, eles passaram pra gente. E, aí, a gente continuou fazendo ainda. Claro, com algumas adaptações, mas continuou fazendo*. E a família 10 respondeu que, *quase tudo o que a gente sabe. O jeito de lavrar, de capinar, tudo, acho que tudo vem. Alguma coisa a gente vai mudando, mas a maior parte a gente aprendeu com nossos antepassados*.

#### 4.4.7 Mudanças nas propriedades e nas atividades das famílias

Acerca das mudanças nas propriedades e nas atividades das famílias, a partir do processo de transição agroecológica, as famílias relataram diferentes fatores.

As famílias relataram sobre as mudanças e melhorias da alimentação da família. A família 1 ressalta a substituição do refrigerante por sucos de frutas que a família mesmo produz. A família 6 explica que a produção agroecológica pode proporcionar alimentos de qualidade para o autoconsumo da família, para a comercialização e para o trato dos animais, gerando uma *cadeira de produção*. A produção agroecológica trouxe diversidade na propriedade que se traduz pelo *a gente tem tudo* (Família 7), *mudou muito o verde* (Família 8), e pela inserção dos cultivos de hortaliças, como rúcula e alface: *A maior mudança, para mim, foi de vim de uma cultura de tipo feijão, milho e soja e partir pra pequenas culturas, como sempre ter a rúcula, o alface, essas coisas, plantar essas coisas* (Família 10).

A produção agroecológica alterou o *modo de trabalhar* (Família 2) das famílias, através da adoção da adubação orgânica: *tem algumas coisas que produz até melhor, pelo jeito que está plantando por causa do adubo orgânico porque é esterco. A gente está conseguindo produzir melhor, produzindo mais* (Família 3). E, também, houve a adaptação dos tipos de cultivos a área disponível, geralmente, espaços pequenos. A família 5 relatou a diminuição da área cultivada ao mesmo tempo em que houve uma melhoria da qualidade de produtos, melhoria do bem-estar da família, aumento na

união da família pelo trabalho conjunto que antes era separado: *A gente tem muito mais vontade de trabalhar, não é uma coisa cansativa (...) A gente tem prazer.*

A família 6 relaciona a mudança para a produção agroecológica em substituição a produção do tabaco, pois antes a família produzia apenas o tabaco, assim como no caso da família 5 e da família 7: *a gente tem muito mais diversidade na propriedade porque antes era só o fumo, agora a gente tem tudo.* Associado à produção de tabaco, estão os relatos do trabalho ser cansativo, penoso, feito por obrigação e necessidade. Também, a produção do tabaco foi mencionada como prejudicial à saúde em contrapartida, a produção agroecológica trouxe melhoria na saúde das famílias, pois a família *não consome mais esses produtos com agrotóxicos* (Família 2).

Em contrapartida, a produção agroecológica mudou as suas percepções em relação ao trabalho, tornando-se prazeroso e motivador: *É um trabalho que não é penoso. É um trabalho que dá prazer* (Família 6). *De trabalhar bem menos que trabalhar no fumo porque o fumo é o tempo todo* (Família 7).

Além disso, a produção agroecológica e a comercialização em feiras melhoraram a renda monetária das famílias, como explicam as famílias 6 e 8, segundo os relatos havia uma falsa percepção de que a remuneração decorrente da produção de tabaco era positiva, entretanto, ao comparar com a produção agroecológica percebem que a renda da família aumentou, agregada às condições de saúde: *A vida que é mais saudável. (...) Os produtos mais saudáveis* (Família 4).

A família 9 explica que a principal mudança é com relação a venda direta ao consumidor que propiciou outra forma de relação firmada na confiança pelo lado do consumidor e na responsabilidade pelo lado do agricultor. Este tipo de relação direta entre agricultores e consumidores desenvolvem laços de amizade e reciprocidade, desencadeando um processo de valorização dos produtos e do trabalho do agricultor:

*As mudanças foram só pra melhor. Talvez a principal, uma das grandes questões foi a venda direta pro consumidor. Porque produzir a gente já sabia produzir, a gente sempre produziu. Só que, daí, se vendia pra fornecedor que ganhava, às vezes, mais do que a gente que produzia. A gente que tinha todo o trabalho, todo o empenho e não tinha valorização do produto. Aí, no momento que tu vende direto pro consumidor, o teu ganho é mais e tu cria um... É diferente, sabe? Tu vender direto pra pessoa. É muito diferente. Porque, assim, não é só comprador e vendedor. É muito mais que isso. Tu vai tendo laços de amizade com as pessoas. Porque, assim, as pessoas que compram nas feiras, elas não conhecem as nossas propriedades, então, assim, é confiar e isso é importantíssimo. No momento que tu te dispões a mudar, a fazer parte, a ser um agricultor agroecologista, a primeira coisa que tu tem que conscientizar é tu mesmo, de que eu não vou usar. E as pessoas, às vezes, parece que o mundo é tão assim que, às vezes, as pessoas*

*desconfiam. Assim, parece que as pessoas serem honestas, as pessoas fazerem o que é certo parece meio anormal porque as pessoas desconfiam disso. Mas não. Então, assim, essa confiança que o consumidor tem na gente e que a gente tem toda a responsabilidade com eles, é muito legal. (Família 9)*

Portanto, tais mudanças nas propriedades e nas famílias refletem-se positivamente na melhoria do autoconsumo, da diversidade produtiva, da questão econômica pela melhoria da renda, do trabalho, da saúde física e mental traduzidas pelo bem-estar, da propriedade e sua organização, das relações de sociabilidade e valorização das práticas culturais.

#### 4.4.8 Preferência de lugares de descanso e de trabalho

Sobre a questão dos lugares preferidos de descanso e de trabalho das famílias, foi elaborado um quadro 4 a partir das respostas.

|                   | LUGAR PREFERIDO DESCANSO |               | LUGAR PREFERIDO TRABALHO |                 |
|-------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|-----------------|
| <b>Família 1</b>  | Casa                     | Sombra árvore | Estufa de morango        | Trato das vacas |
| <b>Família 2</b>  | Casa                     |               | Estufa de morango        | Hortaliças      |
| <b>Família 3</b>  | Casa                     |               | Hortaliças               |                 |
| <b>Família 4</b>  | Sombra árvore            | Arroio        | Nenhum específico        |                 |
| <b>Família 5</b>  | Sombra árvore            |               | Estufa de morango        |                 |
| <b>Família 6</b>  | Casa                     |               | Estufa de hortaliças     |                 |
| <b>Família 7</b>  | Futebol                  |               | Estufa de hortaliças     |                 |
| <b>Família 8</b>  | Casa                     |               | Lavoura                  |                 |
| <b>Família 9</b>  | Casa                     |               | Estufa                   |                 |
| <b>Família 10</b> | Casa                     |               | Estufa de hortaliças     |                 |

Quadro 4 – Lugares Preferidos de Descanso e Trabalho das Famílias  
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Analisou-se que para descanso, sete famílias responderam suas casas, ou cômodos específicos como a cozinha/sala: *É a casa. Na cozinha, na sala, tanto faz. Ficamos na cozinha, porque nossa cozinha e sala ficam juntas* (Família 3). Além da casa, três famílias citaram sombra de árvore para o descanso, como a sombra da árvore de cinamomo (Fotografia 21): *pra lazer é uma sombrinha que tem na frente de casa. Ali é nossa área de descanso. Ali todo mundo se senta naquela sombrinha, embaixo de um pé de cinamomo. A gente se senta ali e passa o meio dia conversando e tomando chimarrão* (Família 5). Também, uma família citou o arroio na estação do verão, ou seja, relacionando com a natureza: *Descanso é na sombra, perto da casa.*

*No arroio, no verão* (Família 4). Ambos, tanto a casa quanto lugares relacionados a natureza estão localizados na propriedade. Porém, uma família respondeu seu lugar preferido de descanso referente a uma atividade que envolve a comunidade, o futebol.



Fotografia 21 – Árvore de Cinamomo – Lugar de Descanso da Família 5  
Fonte: Acervo da família, 2020.

Como lugar preferido de trabalho, se analisou que a maioria das famílias citaram suas estufas, ou seja, sete famílias, sendo que três delas citaram suas estufas de morango, outras três famílias citaram as estufas de hortaliças e uma delas somente citou a estufa, sem especificar. Destaca-se os relatos: *eu gosto mais na estufa de morango e nas hortaliças também, trabalho com estufa e com hortaliças. Aquilo pra mim é uma terapia, quando eu estou ali no meio, eu esqueço de tudo* (Família 2); *De trabalho, o melhor, que eu gosto é dentro das estufas das hortaliças* (Família 10).

Outro lugar preferido de trabalho citado foi em meio às hortaliças, ou seja, a horta ou a lavoura, abrangendo três famílias: *Acho que é na lavoura de alface. (...) É nas hortaliças* (Família 3). Além destas, também foi citado o a criação do gado leiteiro como lugar preferido de trabalho por uma família: *O meu lugar preferido de trabalho é poder lidar com as vacas. É uma terapia pra mim* (Família 1). Por fim, uma família não especificou um lugar de trabalho preferido da família.

#### 4.4.9 Pontos positivos e negativos de viver no meio rural

Como pontos positivos de viver no meio rural, primeiramente, está a percepção do meio rural enquanto *lugar muito calmo, bom de morar* (Família 1), com *ar mais puro* (Família 3), com *qualidade de vida* (Família 1), *melhor lugar pra viver* (Família 6), expressado no relato da família 6: *hoje não nos falta nada (...) A gente tem internet, a gente tem água, a gente tem chuveiro, a gente tem aquelas coisas que quando a gente era criança, a gente, às vezes, ficava olhando e hoje não tem diferença*. Ligado a isto, a família 4 apontou como ponto positivo o acesso, tanto à escola, quanto à cidade, relatando que *tem transporte na porta de casa pras crianças*.

Ainda como pontos positivos, as famílias citaram a questão da produção agroecológica, em se conseguir produzir alimentos agroecológicos e produzir o próprio alimento: *a gente consegue produzir produtos orgânicos e ecológicos. (...) E a gente produz os próprios alimentos. Praticamente tudo que dá pra produzir, a gente tem, a gente produz. A gente compra só o que é necessário* (Família 2); *muita coisa do que a gente consome, a gente produz sozinho* (Família 3).

Relacionado a atividade da agricultura, como pontos positivos, as famílias destacam o trabalho e o prazer pelo trabalho, pois na agricultura *tu gerencia o teu tempo, a tua propriedade* (Família 8), assim, há uma *liberdade tanto de horários quanto de dias* (Família 5), também não há uma pressão de um empregador, o agricultor é o *dono do seu nariz* (Família 10). Também, a agricultura fornece renda para as famílias e *quando a safra vem bem* (Família 8) é um ponto positivo.

Já com relação aos pontos negativos, duas famílias apontaram a falta de segurança pelos assaltos: *E não tem muita segurança, também, porque lá fora, hoje em dia, está mais perigoso que na cidade. A gente houve muito assalto* (Família 3); *Ponto negativo é a segurança, está muito perigoso pra fora também, está mais perigoso lá fora, nas propriedades, que na cidade agora. (...) Estão assaltando muito as propriedades rurais* (Família 4). E, também, as destacaram como pontos negativos *a falta de manutenção das estradas* (Família 9).

Sobre a questão do trabalho, as famílias destacam como pontos negativos: a falta de incentivo do governo, pois *se tivesse mais incentivo, tinha como produzir mais* (Família 2); a exploração dos mercados ao não pagar um preço justo pelos produtos; a desvalorização da agricultura, tanto pelo governo, quanto pela sociedade, *de ser olhado como inferior por quem mora na cidade* (Família 7). Além disso, foi apontado

como negativo o fato de não haver férias, nem o descanso do domingo e, também, a impossibilidade de viajar pelo compromisso com as plantações e os animais que exigem cuidado diário.

E, relacionando com a questão ambiental, outro ponto negativo é o tempo e o clima que traz preocupação para as famílias. Expressado no relato da família 6: *ele não acompanha a gente. Quando é frio, é muito frio, quando chove muito é muito, quando é quente também é muito quente. Esse é o ruim do campo. (...) o clima que nos prejudica.* E no relato da família 10: *Negativo é tu viver em função do tempo, que quando dá uma estiagem ou chove demais (..). Temporais, principalmente pra gente que trabalha com estufa. Aí já fica, também, mais preocupado se o vento vai arrancar uma estufa ou não.*

#### 4.4.10 Continuidade da propriedade com a agricultura e outras atividades

Sobre a pretensão das famílias em manter sua propriedade com a agricultura ou outras atividades. A família 1 pretende continuar na propriedade com a agricultura, com a criação de galinhas, a criação das vacas leiteiras, a estufa de morango, entre outras. Também, a família 4 pretende seguir tanto com a agricultura quanto com outras atividades não agrícolas, relatando que, *agora a gente já tem a agroindústria e a gente está pra montar o café colonial. Tudo baseado na agricultura familiar.*

A família 2 relatou que *pretende tentar se dedicar mais só às hortaliças, verduras, esse é o objetivo. (...) um dia abandonar as lavouras de tabaco pra seguir mais nessa agricultura orgânica, ecológica de hortaliças.* Ou seja, além de afirmar que a família pretende seguir com a agricultura, destacou a vontade de parar com a produção de tabaco, para se dedicar somente a agricultura com produção agroecológica.

Também, a família 3 pretende seguir somente na agricultura. A família 6 respondeu pretende manter somente a agricultura, explicando que: *Nesse momento, os filhos estão estudando e a gente não sabe se vai continuar, então não dá pra aumentar.* As famílias 8 e 9 responderam que pretendem manter a propriedade com a agricultura, mas que não pretendem realizar outras atividades.

A família 5 respondeu que pretende seguir na agricultura, relatando que: *Tanto é que eu e o mano estamos ali pra dar continuidade depois, pra aquilo ali não se perder.* E relacionado a outras atividades, a família 5 respondeu: *A gente até já tentou*

*trabalhar com agroindústria e coisa lá, mas não deu muito certo. A gente já trabalhou com tabaco também. Que a gente se enquadrou mais foi com a produção de hortaliças mesmo.*

Já nas famílias 7 e 10, ambas responderam que pretendem continuar com a agricultura, mas destacaram possibilidades futuras de outras atividades. Assim, sobre outras atividades, a família 7 respondeu que: *por enquanto, não. Quer dizer, a gente queria implantar o Voisin pra trabalhar com as vacas, pra pastoreio com as vacas.* A família 10 respondeu: *agroindústria, talvez, pode ser um dia, mas ela é muito burocrática de fazer, pra legalizar uma agroindústria.*

Portanto, todas as famílias pretendem continuar na agricultura. Seis famílias pretendem continuar somente com a agricultura. Duas famílias pretendem continuar com a agricultura e com outras atividades, sendo que algumas destas atividades já são exercidas. Além disso, as outras duas famílias, pretendem continuar com a agricultura, porém, também tem planos ou estão dispostos a assumir outras atividades no futuro.

#### 4.4.11 Continuidade das famílias no espaço rural e da agricultura pelos filhos

Sobre a continuidade da família no espaço rural e o desejo que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores, em síntese, oito famílias gostariam ou pretendem continuar como agricultores em suas propriedades no espaço rural e as outras duas famílias, embora os pais pretendam continuar na agricultura, não desejam que seus filhos sejam agricultores. Destas duas famílias, uma delas quer que suas filhas permaneçam no espaço rural, mas em outras atividades e a segunda família respondeu que não deseja que sua filha permaneça como agricultora.

No relato da família 1, pela perspectiva dos quatro filhos, tem incentivo dos pais para que permaneçam na propriedade como agricultores. Este incentivo ocorre pela união da família, pela autonomia dos membros da família e pela convivência com a comunidade. Assim, todos os filhos pretendem ficar na propriedade, embora saibam que o espaço é pequeno para todos, ou seja, trata-se de uma pequena propriedade com menos de 08 ha.

*Na nossa família, assim, a gente sempre foi muito incentivado a ficar, sabe? Sempre foi muito incentivado a gostar daqui, a gostar de estar sempre todo mundo junto (...) e aqui é um lugar onde a gente não depende de horário, por*

*exemplo, de ser mandado por alguém, a gente trabalha sozinho. (...) Isso não quer dizer que a gente trabalhe menos, porque, às vezes, a gente trabalha até altas horas. (...) cada um cuida da sua propriedade, mas ao mesmo tempo todo mundo se conhece, todo mundo se conversa, todo final de semana todo mundo se vê. (...) E a questão de poder produzir o alimento que a gente vai comer, sem depender do mercado. (...) E acho que, assim, um dos maiores pontos de motivação é a questão de tu ter a renda dentro da tua propriedade e gostar de onde tu mora. (...) E um outro ponto que eu acho importante de ressaltar é que a gente não mora tão longe da cidade. (...) E a gente tem acesso à internet. A gente mora num lugar bonito. (...) Questão de lazer, a comunidade se organiza, tem os campeonatos, tem futebol sábado, tem futebol domingo, têm as festas de igreja, a escola, também, por ser aqui do lado. A gente se envolve bastante. (...) Então, tudo isso ajuda a levantar a autoestima da comunidade e incentivar as pessoas pra que fiquem aqui. E a escola, aqui, é educação do campo. Eles começaram no ano passado. Eu acredito que as crianças que se formarem nesse sistema, já vão ter mais vontade de ficar na propriedade do que no outro sistema porque eles fazem dia de campo e levam as crianças pra conhecer as ovelhas, abelha, apicultor, peixe; estão com projeto de horta. Então, tudo ajuda a incentivar as crianças e acho que isso tudo é ponto positivo pra comunidade. Eu vejo que se tem um diálogo bem bom entre as escolas de educação do campo com a EFASUL, porque acho que quase todas foram visitar e as outras escolas também vão. (Família 1)*

Também, a família 5 e a família 7 partem da perspectiva dos filhos e assim como a família 1, os pais querem que seus filhos permaneçam como agricultores e os filhos também querem permanecer na propriedade como agricultores. Destaca-se a explicação da família 7: *já tem os dois guris, já são casados e já estão lá. Eu vou fazer o intercambio, por isso que eu estou saindo, senão eu também ia ficar.*

Duas famílias, na perspectiva das mães, responderam que não desejam que suas filhas permaneçam como agricultores. A família 2 respondeu que pretende continuar na agricultura, ainda que não queira que sua filha permaneça. A família 4, embora tenha ressaltado que não quer que suas filhas sejam agricultoras, gostaria que suas filhas permaneçam no espaço rural, mas com outras atividades.

*Olha, como agricultores não. Eu não quero que minhas filhas permaneçam. Quero que elas permaneçam lá, mas que elas tenham uma outra visão. Ou sigam com panificados, ou sigam com o café, ou sigam com coisas assim, porque a agricultura está muito difícil. Agroindústria, no café, panificados, nessas coisas assim, porque a gente está pertinho e é um lugar de fácil acesso. (Família 4)*

Cinco famílias, na perspectiva de pais, responderam que desejam que seus filhos permaneçam como agricultores na propriedade, mas que não sabem se vão permanecer, ou se querem permanecer, ou, ainda, relataram que não podem tomar essa decisão por eles. Assim, a família 3 respondeu que *A gente quer, mas não se*

sabe se vão continuar. A família 6 explicou que a família pretende continuar na agricultura, mas que não pode decidir pelos filhos, embora gostaria que continuassem.

A família 8, sobre querer que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores, explicou que: *Sim. Eu gostaria muito, mas não consegui segurar e não voltam.* A família 9, sobre seus filhos, explicou que: *eles já não estão mais. A gente pretende continuar.* Também explicou acerca da herança da propriedade, *vai ser deles e a gente espera que, não sei se eles vão continuar com a prática da agricultura, mas que, pelo menos, eles mantenham o que tem lá. Mas eu espero que sim e acho que isso vai acontecer.* E a família 10 explicou que pretende continuar na propriedade com a agricultura e sobre a sucessão que envolve as suas filhas, *gostaria, mas aí é a escolha delas. Uma já não vai, pode ser que a outra sim.*

#### 4.4.12 Perspectivas do processo de transição agroecológica e do futuro da produção agroecológica

Acerca das perspectivas futuras das famílias de frente a produção agroecológica, todas pretendem se manter ativas ou ampliar a sua produção, no sentido de diversificação. As famílias de 1 a 5, dos AFTA, desejam obter o cadastramento de sua produção como orgânica junto ao MAPA, mas que reconhecem, esse processo pode ser de médio a longo prazo, como expressado no relato da família 5: *É algo que não vai mudar do dia pra noite, infelizmente. Tem muita coisa que tem que ir adaptando, mas, a longo prazo, a gente pretende fazer. (...) pra conseguir a certificação, a gente tem que ficar, no mínimo, 5 anos sem usar nada de químico, absolutamente nada.*

Destaca-se que a família 1 relatou que sua casa é *muito fértil de ideias*, como os desejos de adotar o sistema de agrofloresta; uma agroindústria para o processamento do leite, de queijo, panificados e doces; de registrar a produção de ovos e trabalhar pelo sistema agroecológico de ovos, pois explica que é um nicho de mercado que dá retorno financeiro; porém, reconhece a dificuldade da certificação da produção animal e que *acaba ficando pouco espaço pra fazer, mas vai se virando do jeito que dá.*

A família 2 deseja seguir participando de feiras, além de construir mais estufas para cultivar hortaliças, pois se *consegue produzir o ano todo lá dentro, porque fora dele é mais complicado. (...) no inverno é o frio que atrapalha; no verão é o calor que*

*estoura. Então, se tu produzir dentro de estufa, tu consegue manter, mais ou menos, regularizada a temperatura (Família 2).*

A família 4 pretende adaptar os galpões que antes eram utilizadas para a produção de tabaco e transformá-los em agroindústria, estufas, paiol, ou seja, a família pretende adaptar a infraestrutura da propriedade para fazer a transição dos cultivos convencionais para a agroecologia: *a gente quer adaptar o que tem, nós não queremos mais investir, nós queremos manter o que tem lá e adaptar o que tem.*

As famílias de 6 a 10, dos AFAC, pretendem continuar com a produção agroecológica (e orgânica com cadastramento no MAPA), como evidencia o relato da família 6, *é escolha de vida, um caminho sem volta*, sendo impossível se pensar em voltar para uma agricultura convencional. Também, pretendem ampliar e diversificar a produção nas suas propriedades, como traz o relato da família 6: *a gente está sempre nessa busca de estar oferecendo mais produtos*; como exemplo, aponta a comercialização das Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC's. Destaca-se o relato da família 9 que pretende continuar com a produção agroecológica até se aposentar e não conseguir mais trabalhar, mas espera que os *mais jovens abracem a causa e continuem esse trabalho.*

Tanto o processo de transição agroecológico, ainda que difícil e de longo prazo, quanto a continuidade da produção agroecológica são desejados por todas as famílias como projetos de vida. As famílias reconhecem que a produção agroecológica exige trabalho, mas, quando confrontam com a produção de tabaco, que utiliza a mão de obra familiar de forma intensiva, não restam dúvidas sobre as vantagens de se produzir sem a utilização de agrotóxicos. E, sobretudo, ao produzir alimentos de qualidade tanto para o consumo da própria família quanto para o mercado. Atendendo assim os princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural e territorial.

## 5 DESENVOLVIMENTO RURAL NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO

Para compreender as repercussões do processo de transição agroecológica sobre o desenvolvimento rural toma-se como orientação teórico-metodológica a análise ou abordagem territorial. Assim, em um primeiro momento, contextualiza-se, brevemente, o surgimento dos conceitos de desenvolvimento. Em segundo momento, apresenta-se o referencial teórico acerca dos conceitos de desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável por estes se articularem e serem relevantes à pesquisa. Conclui-se o capítulo articulando as dimensões do território, ou seja, pela metodologia do EPCN, em aproximação com a proposta de análise de Saquet (2002; 2005; 2009).

### 5.1 Breve Contextualização

O desenvolvimento passou a ser pensado mundialmente nos debates acerca da sustentabilidade nos anos 50, do século XX, frente à crise ambiental global gerada pela poluição nuclear (NASCIMENTO, 2012). Porém, houve dois períodos onde o meio político e acadêmico tiveram interesse no debate da questão do desenvolvimento: o primeiro entre 1950 e 1970 e o segundo em 1990 - ambos os períodos passaram por transformações conforme o objetivo dos atores envolvidos no processo (NAVARRO, 2001).

No primeiro momento, seguinte a Segunda Guerra Mundial, o *padrão civilizatório* dominante materializou-se pelo crescimento econômico, ou seja, por um modo de vida que guiava o comportamento social e, assim, o desenvolvimento (NAVARRO, 2001). Segundo Buarque (2008), até os anos 70, o modelo de produção e consumo estava firmado no fordismo, num contexto pós-guerra onde se visava o crescimento econômico. A visão predominante era de que os recursos naturais eram abundantes e inesgotáveis, assim, o fordismo:

(...) tanto nos países industrializados quanto nas nações economicamente emergentes, solidamente implantado e inabalável, fundando sobre o tripé *abundância de recursos naturais* (e energéticos), *aumento da produtividade do trabalho* e *presença do Estado de Bem-Estar* (ou Estado desenvolvimentista, no caso do Brasil). (BUARQUE, 2008, p. 15, grifos do autor)

Depois de 1970, este modelo entra em colapso e sofre alguns abalos pela crise do petróleo que sinalizou para um esgotamento das fontes energéticas pelos combustíveis fósseis (BUARQUE, 2008). Segundo Nascimento (2012), um dos marcos importantes para eclosão do pensamento crítico foi a obra de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, de 1962, que denunciava o uso de pesticidas e inseticidas químicos nos EUA, fomentando a discussão sobre a insustentabilidade do modelo de modernização da agricultura. A partir disso, questiona-se o padrão econômico civilizatório de produção e consumo como insustentável e discute-se sobre as agressões antrópicas sobre os ecossistemas (NASCIMENTO, 2012).

Nesse contexto, acontece a Conferência das Nações sobre Meio Ambiente, de Estocolmo, em 1972, estimulando o crescimento dos movimentos ambientalistas em todo o mundo, além do debate acerca dos modelos de desenvolvimento (BUARQUE, 2008). Assim, colocou os países desenvolvidos (os centrais) e os países não desenvolvidos (os periféricos) para debater sobre as problemáticas ambientais. Porém, enquanto os países centrais, sob o discurso de defesa ao ambiente, se preocuparam com a ameaça a qualidade de vida pela crise ambiental, os países periféricos, defendendo a erradicação da pobreza, se preocuparam em sofrer restrições à possibilidade de atingir o status de desenvolvidos como os países centrais (NASCIMENTO, 2012).

Nos anos 80, do século XX, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável enfraqueceu e o neoliberalismo tomou o espaço nos debates institucionais e da sociedade civil. Somente nos anos 90, em decorrência do processo de globalização, que se volta a discutir sobre o desenvolvimento e, conseqüentemente, os demais adjetivos do desenvolvimento, tais como: local, agrícola, agrário, rural e sustentável, principalmente, diante da “inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro” (NAVARRO, 2001, p. 85).

Conforme Buarque (2008), a Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a ECO-92, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, foi um marco político importante para a discussão em torno do conceito de desenvolvimento, principalmente, por propagar a proposta de desenvolvimento sustentável, junto a aprovação da Agenda 21. Buarque (2008, p. 58, grifos do autor) afirma que “o desenvolvimento sustentável se difunde como uma proposta de desenvolvimento diferenciada e, ao mesmo tempo, torna-se uma alternativa viável e

não mais apenas uma utopia ou fantasia organizadora da sociedade”, principalmente, em função do avanço do conhecimento, tanto científico quanto tecnológico.

Assim, solidificou o debate da sustentabilidade abrangendo, além da dimensão ambiental e econômica, a dimensão social, pensando nas gerações futuras (NASCIMENTO, 2012). “Paulatinamente, a agenda do desenvolvimento vai incorporando múltiplas dimensões e recebendo as mais diversas adjetivações” (SCHNEIDER, 2010, p. 514). Trata-se, então, da questão da equidade social e da qualidade de vida como pontos que a sustentabilidade deve também abranger, a partir de uma definição geral de desenvolvimento sustentável: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades” (NASCIMENTO, 2012, p. 54).

Nascimento (2012) defende que o desenvolvimento sustentável é um campo em disputa com múltiplos discursos e ambiguidades conceituais e, ainda, que sua definição seja ampla e vaga, por deixar em aberto quais seriam as necessidades da sociedade atual e futura. As dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável partem de um modelo de produção que: da dimensão ambiental, seja economicamente e ambientalmente viável; da dimensão econômica, seja eficaz no uso dos recursos naturais, principalmente com relação às fontes fósseis, traduzida pela ecoeficiência que “supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e a ampliar a desmaterialização da economia” (NASCIMENTO, 2012, p.55) e; da dimensão social, visa erradicação da pobreza e justiça social, a partir de condições mínimas de vida digna para todos. Portanto, esta definição traz, a partir da “intergeracionalidade”, noções de justiça social, no que se refere ao acesso aos bens para amenizar as desigualdades sociais, e de valores éticos a partir do compromisso com as futuras gerações.

De acordo com Navarro (2001), entre 1950 e 1970, com relação ao espaço agrário, o peso econômico da agricultura era significativo nas contas nacionais (como na geração do Produto Interno Bruto-PIB), bem como, o tamanho da população rural e a ocupação em atividades agrícolas. Essa expressiva representação da importância da agricultura, reforçou a disseminação de modelos de desenvolvimento pautados nas inovações químicas, mecânicas e biológicas- denominada de revolução verde. Esse processo se constitui em escala global, para se referir a disseminação e implementação de tecnologias apoiada no discurso político de erradicação da fome

no mundo, aumentando a produtividade da agricultura através do uso de sementes modificadas, agrotóxicos, fertilização química do solo e mecanização.

No Brasil, a partir de 1960, a revolução verde modificou profundamente a realidade do espaço agrário, aprofundando-se principalmente entre os anos 80 a 90. Foram incorporadas novas formas de produzir a partir do processo gradativo de mercantilização e mecanização, rompendo com a autonomia dos agricultores em relação a organização dos agroecossistemas. Pois, a agricultura passou a depender cada vez mais de setores industriais, fornecedores de insumos e maquinários.

Nesse momento, a noção de desenvolvimento rural estava ligada a este contexto de modernização da agricultura, através da implementação do pacote tecnológico nas regiões rurais consideradas “pobres”, ou mais fragilizadas economicamente, através intervenções estatais, agências de desenvolvimento e de organismos internacionais (NAVARRO, 2001). Schneider (2010) cita como exemplo as políticas de crédito rural no Brasil e que propunham um projeto de desenvolvimento rural integrado.

Somente com a retomada da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, nos anos 90, o desenvolvimento rural também passou a ser debatido, em escala global, associando preservação ambiental a processos sociais e econômicos (NAVARRO, 2001). Nesse momento, há uma mudança de percepção e enfoque acerca do desenvolvimento rural no Brasil e, assim, aparecem novas discussões teóricas e políticas públicas direcionadas, por exemplo, a reforma agrária e ao crédito para a agricultura familiar (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Kageyama (2008), inicialmente, no Brasil, o debate sobre desenvolvimento rural estava relacionado ao agronegócio e seus mercados, em torno da economia agrícola e ao desenvolvimento econômico. Em função do debate do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento humano, este último por meio da proposição do Índice de Desenvolvimento Humano, conforme Amartya Sen, passou-se a incorporar a noção de bem-estar e qualidade de vida sobre o desenvolvimento rural. Nesse sentido, nos anos 90, “o desenvolvimento rural se apresenta como alternativa ao declínio da agricultura modernizada” (KAGEYAMA, 2008, p. 60).

Schneider (2010) aponta os motivos que levaram a tal mudança de perspectiva e, também, da própria sociedade brasileira. A crise econômica nos anos 80 relacionada à dívida externa com o Fundo Monetário Internacional – FMI que levou a um período de instabilidade refletindo num “baixo crescimento da economia e uma

crescente insatisfação e frustração popular” (SCHNEIDER, 2010, p. 513). Com o processo de redemocratização e de retomada do crescimento, inicia um processo de estabilização econômica nos anos 90, além de entrar em vigor as regulamentações da Constituição Federal de 1988.

Schneider (2010, p. 527) conclui que “a porta de entrada das discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil nos últimos 15 anos foi fortemente influenciada pelo Estado e suas relações com os mediadores e estudiosos”. Também, pela legitimação da categoria política da agricultura familiar e por seu potencial econômico, produtivo e social enquanto projeto normativo no contexto da agricultura brasileira. O autor reforça a ação dos movimentos sociais e de organizações que passaram a reivindicar direitos sociais e políticos de forma propositiva, a exemplo das associações e cooperativas de agricultores familiares.

## **5.2 Bases Teóricas-Metodológicas: Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Rural Sustentável e Desenvolvimento Territorial**

Os conceitos de rural/urbano e/ou campo/cidade rural relacionam-se a “representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações que vão variar conforme o universo simbólico a que se referem” (MEDEIROS, 2017, p. 182). Para Medeiros (2017) o conceito de rural está articulado ao conceito de ruralidade e estes devem ser compreendidos como indissociáveis. Ou seja, o rural reflete as ruralidades, envolvendo diversos aspectos que lhe são próprios, daí a sua concepção estar fundada na diversidade e na complexidade de relações, dinâmicas e processos.

A ruralidade, originalmente, corresponde a “um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família” (MEDEIROS, 2017, p. 181). É caracterizada “como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano” (MEDEIROS, 2017, p. 182). Além disso, expressa a capacidade de seus sujeitos de adaptação e permanência frente a “novas condições resultantes das influências externas” (MEDEIROS, 2017, p. 182).

Diante disso, ao articular a noção de desenvolvimento ao conceito de rural/ruralidade apoia-se em Souza (2000), pois, para este autor o desenvolvimento é balizado pela autonomia ou pela busca da autonomia, ainda que num horizonte

longínquo, dos sujeitos que habitam esses territórios. E, esse processo de desenvolvimento fundado na autonomia se confronta com a necessidade de defender seu território. Uma defesa “enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação” (SOUZA, 2000, p. 110).

Por outro lado, para Navarro (2001) é importante diferenciar a definição de desenvolvimento agrícola de desenvolvimento agrário para, então, compreender o desenvolvimento rural. O desenvolvimento agrícola trata de aspectos relacionados à produtividade, se refere “às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado” (NAVARRO, 2001, p. 89). O desenvolvimento agrário se refere a “interpretações acerca do ‘mundo rural’ em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo” (NAVARRO, 2001, p. 89).

Portanto, para Navarro (2001), é necessário que se analise o desenvolvimento agrícola, para que se possa interpretar o desenvolvimento agrário (país ou região) e, então, gerar a construção de estratégias de desenvolvimento rural (e sustentável) – principalmente no que se refere à agricultura familiar. Ou seja, a partir de “processos de emancipação social” que “renovem as esperanças para as famílias rurais” (NAVARRO, 2001, p. 99). Assim, o desenvolvimento rural:

não se restringe ao “rural estritamente falando” – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo – , mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer definitivamente o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação. (NAVARRO, 2001, p. 97)

Conclui que o desenvolvimento rural “trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural” (NAVARRO, 2001, p. 88). Sua definição e conceituação podem variar, ao longo do tempo, de acordo com as conjunturas, estratégias, prioridades, ideologias e condicionamentos da sociedade e da economia vigente, pois acabam sendo impostas e influenciando as famílias rurais e suas atividades.

Para Kageyama (2004) definir o desenvolvimento, seja econômico, ambiental, social, cultural ou político, trata de realizar apenas uma aproximação com a realidade, por ser um conceito complexo. Este conceito se ancora no tempo e no espaço, ou seja, caracteriza-se pela sua trajetória ao longo do tempo, por seus territórios e recurso e por suas estruturas sociais (KAGEYAMA, 2008). A partir do estudo das diferentes concepções sobre o desenvolvimento rural, a autora sintetiza pontos em comum, sendo eles os seguintes:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes. (KAGEYAMA, 2004, p. 382)

Pode-se definir desenvolvimento rural como “combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (KAGEYAMA, 2004, p. 384). Assim, “o desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos atores e setores produtivos e de apoio” (KAGEYAMA, 2008, p. 67).

Na visão do desenvolvimento rural em contrapartida à modernização agrícola, Kageyama (2008, p. 61) apresenta seguintes características relacionadas ao se modo de produção, baseando-se no pensamento de Van der Ploeg:

- esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, visando à redução de custos e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais
- introdução de novas atividades que permitam utilizar mais os recursos internos
- produção ambientalmente mais adequada
- diversificação de produtos e busca de economias de escopo
- maior controle sobre os processos de trabalho

Nesse sentido, o desenvolvimento rural “não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental” (KAGEYAMA, 2008, p. 52). Conforme Kageyama (2008), o

desenvolvimento rural visa combinar os aspectos econômico, social e ambiental, pelo aumento e estabilização e da renda da família, pela melhoria da qualidade de vida das famílias para um nível socialmente digno e aceitável.

Kageyama (2008, p. 67) afirma que “as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam”:

A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, sendo necessário o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. (KAGEYAMA, 2008, p. 67).

Sobre o desenvolvimento rural sustentável, Navarro (2001) explica que o sustentável é um componente adicionado ao desenvolvimento rural referindo-se a dimensão ambiental, a fim de indicar a importância de esta ser incorporada nas estratégias de desenvolvimento rural. Para Sevilla-Guzmán (2001) a questão do desenvolvimento rural sustentável surge ao repensar o desenvolvimento rural amparado na agroecologia e na sustentabilidade, pois a partir da agroecologia podem-se buscar desenhos de estratégias para um desenvolvimento rural que seja, também, pela perspectiva sustentável.

Sevilla-Guzmán (2001) propõe uma nova epistemologia que seja participativa através de uma agroecologia que respeite a biodiversidade, a diversidade sociocultural e as demais formas de conhecimento. Assim, a agroecologia “propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascidos a partir das culturas locais” (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 35). Também “é preciso reconhecer que entre os agricultores e suas famílias existe um saber, um conjunto de conhecimentos que, embora não sendo de natureza científica, é tão importante quanto” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 32).

Para Sevilla-Guzmán (2001), o processo de modernização agrícola atuou como um mecanismo homogeneizador, levando a uma “erosão do conhecimento” das comunidades rurais. A partir disso, o desenvolvimento rural sustentável deve se basear “no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos

elementos de resistência locais frente ao processo de modernização” (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 36) e, então, redesenhar estratégias de desenvolvimento rural sustentável pela participação das famílias de agricultores.

Portanto, Sevilla Guzmán (2001) propõe uma agricultura participativa através da agroecologia e o processo de transição da agricultura convencional para uma agricultura agroecológica. Ou seja, ao invés de apenas levar as soluções e respostas para os agricultores, deve-se realizar um acompanhamento das resistências locais pela dinâmica participativa, a fim de potencializar as ações e a concretizar objetivos. Como exemplo, o desenvolvimento de tecnologias agrícolas específicas para os agroecossistemas a partir da agricultura participativa, ou seja, do coletivo para os próprios agricultores. Assim, a partir da agricultura participativa e da agroecologia propiciar um desenvolvimento rural sustentável.

Caporal e Costabeber (2000) também apoiam a participação ativa das famílias em todo o processo para que realmente haja uma aproximação das necessidades reais da agricultura familiar e sua complexidade, bem como os “valores e aspirações que orientam sua busca permanente por melhores condições de vida e bem-estar social” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 32). Nesse sentido, a extensão rural agroecológica<sup>30</sup> assume um papel importante enquanto instrumento no processo de construção de um desenvolvimento rural sustentável, ou seja, uma extensão rural que apoie o processo de transição agroecológica junto aos agricultores familiares.

Para Sposito (2008) há várias “portas de entrada” para o desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento e seus processos podem ser adjetivados de acordo com os fundamentos teóricos adotados nas análises ou, ainda, pela afinidade empírica com as dinâmicas envolvidas nos estudos específicos de cada realidade. Para o autor,

A ideia mais forte do desenvolvimento é aquela que se associa ao território, porque ele se apresenta em diferentes pontos com intensidades diferentes. Nesse caso não se deve defender a ideia de “equilíbrio” porque leva a uma compreensão sistêmica fechada e de auto-alimentação muitas vezes sem sair do lugar. (SPOSITO, 2008, p.66)

---

<sup>30</sup> A extensão rural agroecológica “constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 17).

No que se refere a abordagem territorial do desenvolvimento rural, sintetizada por Sabourin (2009), com base nos pressupostos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, são apresentadas as dimensões que contribuem ao futuro de um determinado território:

- dimensão econômica: capacidade de inovação, de diversificação, de articulação dos recursos locais, de integração das redes de pequenas empresas;
- dimensão sociocultural: equidade social por meio da participação cidadã às estruturas do poder a partir do respeito dos valores e da cultura do território e a procura do melhoramento da qualidade de vida das populações;
- dimensões político-institucionais: institucionalidades renovadas, governabilidade democrática e promoção do exercício da cidadania;
- dimensão ambiental: os recursos naturais como ativos do desenvolvimento, sustentabilidade para as gerações futuras. (SABOURIN, 2009, p.153)

Aponta-se, a partir dos estudos de Saquet (2008), que estas múltiplas dimensões do desenvolvimento somente podem ser articuladas tomando como lócus o território. Sobretudo, porque é no território que se realiza a multidimensionalidade das ações (subjetivas) e do constructo material (objetivo). Em outras palavras, para Saquet (2008, p. 56), “o território é a um só tempo, condição e resultado das dimensões social e natural em reciprocidade infinita e constante”.

### **5.3 Desenvolvimento Rural na Perspectiva da Multidimensionalidade do EPCN**

Para operacionalizar a análise territorial do desenvolvimento rural, a partir da proposta do EPCN, são retomadas as dimensões do território, no qual estão inseridos os sistemas agrários familiares do 1º Distrito do município de Canguçu, pois a abordagem das características dos processos sociais (econômicos, políticos e culturais) e dos processos naturais se faz importante para os estudos geográficos dos territórios (SAQUET, 2009).

#### **5.3.1 Dimensão natural**

As características naturais e ambientais do território foram analisadas a partir da geomorfologia, da hidrografia, da cobertura e usos dos solos, das unidades de paisagem natural e das condições climáticas do município de Canguçu. Tais

características decorrem da localização do município que se situa no Escudo Cristalino Sul Rio-Grandense, sendo parte do recorte territorial Serra dos Tapes.

Conforme ressalta Saquet (2009), a natureza ou os condicionantes naturais são fundamentais para que se estabeleçam formas de uso e apropriação do território:

Há natureza interior (orgânica) e exterior (inorgânica) ao homem; ambas são fundamentais para a reprodução de nossas vidas, minuto a minuto, segundo a segundo. A natureza exterior está ligada aos homens e os homens estão na natureza. A natureza exterior fornece os meios para nossa vida natural e social. (SAQUET, 2009, p. 87)

Nesse sentido, as propriedades familiares que se localizam nas localidades do Ares Alegres, Coxilha dos Campos, Coxilha dos Cunha, Lagoa dos Pereira pertencem ao compartimento dos Planaltos Residuais Sul Rio-Grandenses (também chamado de Cristas) que podem atingir 450 metros de altitude, apresentando alguns topos planos, ou seja, inclinação de forte a moderada, com vegetação nativa e vertentes. E as demais localidades, Remanso e Favila, fazem parte do Planalto Rebaixado Sul Rio-Grandense (também chamado de Colinas) que pode atingir 400 metros de altitude, com um relevo dobrado e a presença de alguns morros, ou seja, com uma inclinação de moderada a leve, ainda com vertentes e vegetação nativa marcada pela presença da mata ciliar na rede de drenagem.

No que se refere a questão hídrica, as propriedades familiares estão localizadas na Sub-Bacia do Rio Piratini-São Gonçalo, somente duas propriedades familiares entrevistadas da Favila estão na linha de divisão entre as sub-bacias, assim, há forte presença de nascentes e afluentes (arroio e sangas) nesses territórios. E com relação a cobertura vegetal articulada aos usos do solo, a partir do Bioma Pampa, as localidades abrangem em grande parte as áreas de culturas temporárias – cultivos perenes e anuais – e pequenas manchas de pastagem – natural e plantada com atividade agropecuária. Além destas, há pequenas áreas de cobertura florestal que compreende uma vegetação arbórea decidual e semidecidual com formações pioneiras. E, também, encontra-se formações campestres com estrato herbáceo ou herbáceo-lenhoso com manchas arbustivo-herbáceo.

Quanto às Unidades de Paisagem Natural – UPN, o 1º Distrito abrange a UPN PS5 e a UPN PS4 que cortam o Distrito, no sentido vertical de norte a sul geográficos. As localidades do Remanso e da Coxilha dos Cunha estão localizadas na UPN PS5 e as demais (Ares Alegres, Coxilha dos Campos, Lagoa dos Pereira e Favila) estão

situadas na UPN PS4. As características se assemelham nas duas Unidades de Paisagem Natural, confirmada pela análise dos mapas de geomorfologia, rede hidrográfica e cobertura e usos do solo, ou seja, sobre a PS5, que se situa no centro do Escudo Sul Rio-grandense, o relevo é fortemente ondulado a ondulado por morros, podendo haver afloramentos rochosos, coberto por vegetação do tipo estepe arbórea, caracterizado por campos e mata de galeria nos rios, com nascentes e arroios que desaguam no canal São Gonçalo. Sobre a UPN PS4, que abrange a escarpa leste do Escudo Sul Rio-grandense, o relevo é fortemente ondulado e com vegetação do tipo floresta estacional e semidecidual e a estepe como secundária, enquanto os cursos d'água desaguam na Laguna dos Patos, com paisagem formada por morros, rios e florestas.

O processo histórico de ocupação e colonização desse território teve como objetivo a expansão da produção agrícola de caráter familiar em áreas de matas e de relevo íngreme. Este processo resultou numa ocupação e apropriação das áreas aplainadas e de campos por grandes proprietários pecuaristas e das áreas acidentadas de floresta por pequenas propriedades agrícolas, originadas das colônias de imigrantes; ou seja, dos colonos que produziam alimentos com o uso da mão de obra familiar, além de residir nos seus lotes com extensão de 25 hectares em média. Por isso, inicialmente, os colonos derrubavam as matas e, com a madeira construíam suas casas, muitas das vezes pelo mutirão. Depois, assumiam o sistema agrícola de rotação de terras, pelo uso da coivara, mantendo parte do lote em descanso por um determinado tempo; e rotação de culturas pela criação de animal.

No mesmo sentido, Saquet (2002) reforça as relações entre meio físico e o processo de colonização italiana, no estudo de caso sobre a região central do Rio Grande do Sul:

A partir de 1875, ocorreu a colonização por imigrantes italianos em algumas partes de terras “*devolutas*” que existiam no Rio Grande do Sul, ou seja, naquelas cobertas pela mata nativa, em plena encosta do planalto e distantes dos latifúndios do extremo Sul para não representarem ameaças ao poder político-econômico da classe hegemônica. (SAQUET, 2002, p. 17)

Conforme Viera (2012), o compartimento de Colinas (Planalto Rebaixado) apresenta os cultivos de soja, feijão, milho, pêssego, laranja e criação de gado de leite e de corte, o compartimento de Cristas (Planaltos Residuais) apresenta os cultivos de feijão, milho e criação de gado de leite. Além da geomorfologia, as condições

climáticas permeiam todas as propriedades das famílias e afetam diretamente os cultivos, ou seja, todas enfrentam as mudanças ao longo do ano dadas pelo clima subtropical úmido, com verão quente e inverno frio, além de se caracterizar como uma zona de transição climática que acarreta períodos de longas estiagens ou de enchentes que acontecem em qualquer época do ano.

A localização das propriedades das famílias converge para as melhores condições naturais e ambientais. No caso da disponibilidade de água, percebe-se que as famílias possuem um bom acesso a água para consumo e para irrigação na agricultura, pois se situam em uma área onde há forte presença de nascentes e afluentes, como os arroios e sangas. As próprias famílias constroem seus açudes para ter uma garantia de reservatório de água.

No entanto, um dos fatores que influenciam o desenvolvimento dos sistemas agrários e trazem preocupação para as famílias são as condições climáticas. Ainda que algumas possuam estufas para determinados cultivos, estes também estão expostos às intempéries climáticas, como por chuvas e ventos fortes. Entretanto, as estufas são alternativas para os cultivos da produção agroecológica e, conseqüentemente, auxiliam a melhorar as condições de trabalho e de vida dos agricultores, pois torna o trabalho menos penoso (frente ao calor do sol, por exemplo).

Assim, com o estudo destes elementos e a partir de práticas e técnicas de conservação e uso do solo articuladas a produção agroecológica, torna-se possível alcançar a sustentabilidade no quesito ambiental que possui condições favoráveis aos cultivos que são propensos a tais áreas. E, como analisado no mapa de cobertura e usos dos solos, percebe-se que as propriedades são propensas a culturas temporárias – perenes e anuais e pastagens para criação de animais.

Candiotto (2009) chama a atenção para a relevância das práticas de proteção ambiental:

Quanto à função de preservação dos recursos naturais, antigamente muitas práticas tradicionais eram pouco agressivas e contribuíam para a reprodução de espécies, regeneração dos solos, e para a própria proteção ambiental. Com a modernização agrícola brasileira decorrente da “Revolução Verde” a partir da década de 1970, muitas dessas práticas foram substituídas pelo “pacote tecnológico”, perdendo espaço e mercado. (CANDIOTTO, 2009, p. 9)

Portanto, a despeito de alguns limitantes naturais, como a presença de relevo íngreme e solos rasos, os sistemas agrários familiares presentes no 1º Distrito de Canguçu se constituem com potencialidades para o desenvolvimento rural. Pode-se

apontar a diversificação produtiva de alimentos, tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, e as possibilidades de promoção de atividades relacionadas ao turismo rural. Nesse último caso, a presença de rede hídrica bastante densa e, também, a beleza cênica da paisagem rural representam os condicionantes naturais para o desenvolvimento de base territorial.

### 5.3.2 Dimensão econômica

Ao comparar com os demais municípios da Serra dos Tapes, Canguçu possui maior área territorial, sendo, aproximadamente, duas vezes maior que São Lourenço do Sul e Pelotas, quatorze vezes maior que Turuçu e Morro Redondo e vinte oito vezes maior que Arroio do Padre. Sobre a população, Canguçu possui mais habitantes que quase todos os outros municípios, com 53.259 hab., somente abaixo de Pelotas, numa diferença de 275.016 habitantes. Já sobre densidade, a média do RS é de 42,2 hab./km<sup>2</sup> e em comparação pelo recorte Serra dos Tapes, Pelotas, Morro Redondo, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul possuem maiores densidades que Canguçu com 15,11 hab/km<sup>2</sup>, enquanto Turuçu possui menor densidade demográfica. Ainda assim, Canguçu está abaixo da média estadual (IBGE, 2010).

Além disso, Canguçu possui uma população rural, correspondendo a 63% do seu total, apenas abaixo de Arroio do Padre que possui 92% de população rural, sendo que Morro Redondo e Turuçu possuem 58% de população rural e São Lourenço do Sul possui 46%; Pelotas tem a porcentagem mais baixa de todos os municípios com apenas 7% de população rural. Portanto, percebe-se, em comparação com os demais municípios, que Canguçu possui uma extensão territorial significativa e com população essencialmente rural.

A partir dos dados socioeconômicos como, por exemplo, a taxa de analfabetismo de 9,17%, da população de 15 anos ou mais, constata-se que Canguçu está próximo da média nacional de 9% (2010). Da mortalidade no Brasil, o coeficiente de mortalidade infantil atingiu o valor de 9,04 por mil nascidos vivos (2018). A média do RS é de 9,1 por mil nascidos e do Brasil é de 12,4 por mil nascidos. Portanto, Canguçu possui um valor um pouco abaixo da média estadual e abaixo da média nacional, sendo um fator positivo. A expectativa de vida ao nascer foi de 74,15 anos (2010), sendo que o RS possui uma média de 75,38 anos, ainda que a média do Brasil

seja de 73,94. Assim, assume uma condição acima da média nacional, mas abaixo da média estadual.

O PIB de Canguçu é de R\$ 1.140.453,66 e o PIB per capita de R\$ 20.327,86, ambos em 2017. A média do RS relacionado ao PIB per capita é de R\$ 37.371,27, enquanto a média nacional é de R\$ 31.833,50. Nesse sentido, Canguçu apresenta um valor de PIB per capita muito abaixo que a média estadual e nacional. Ressalta-se que embora haja o cálculo do PIB per capita, este não reflete a realidade, sendo apenas uma projeção, no caso de haver igualdade de distribuição de renda; também não se reflete na oferta de bens e serviços públicos, pois, muitas vezes estes são precários.

No que se refere organização econômica dos sistemas agrários familiares no 1º Distrito de Canguçu identifica-se a marca da diversidade produtiva e das formas de geração de renda entre as famílias.

A principal renda advém da venda de produtos agrícolas, assumindo maior importância na formação da renda das famílias; seguida da venda de produtos artesanais e produtos da pecuária. Além destes, a aposentadoria/pensão assume papel fundamental na formação da renda das famílias. Neste sentido, aponta-se a articulação de três processos que estão combinados no desenvolvimento econômico do território, a saber: a aposentadoria rural; a pluriatividade e a multifuncionalidade.

A aposentadoria rural permite a valorização da pessoa idosa e seu direito de usufruir desta etapa da vida com dignidade e permite a permanência na propriedade, sendo o seu lugar de vivência e de trabalho. Também, a aposentadoria permite a contribuição para a renda familiar, pois é um ingresso permanente que não sofre influências climáticas ou de dificuldades na agricultura familiar, como a questão da mobilidade, preços e canais de comercialização.

Acerca da pluriatividade, as famílias entrevistadas são pluriativas a partir do desenvolvimento de mais atividades além da agricultura, ou seja, todas as famílias acabam sendo pluriativas por exercerem a atividade da agricultura e comercializarem seus produtos agrícolas para os canais de comercialização – como as feiras livres. As propriedades assumem a função de moradia e trabalho a partir da produção agroecológica que propicia fonte de renda e segurança alimentar, pois além da comercialização, a produção agroecológica também é para o autoconsumo das famílias. Assim, a multifuncionalidade permeia todas as propriedades das famílias, pois as propriedades assumem múltiplas funções.

Nas palavras de Schneider (2009):

Para avançar no estudo da pluriatividade propõe-se, enfim, situá-la no debate mais geral sobre o desenvolvimento rural. Para além de ser uma estratégia familiar e individual de reprodução social, a pluriatividade poderá contribuir de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros. Em outro trabalho (Schneider, 2007), sugere-se analisar as relações entre pluriatividade e desenvolvimento rural a partir do debate mais geral sobre as formas de incrementar a autonomia dos agricultores e os modos de ampliar a sustentabilidade dos modos de vida e nos territórios rurais. (SCHNEIDER, 2009, p. 138)

Do sistema produtivo, os aspectos relacionados à produção perpassam pela criação de animais e pela produção agrícola e suas finalidades. Sobre as criações de animais para trabalho, seis famílias possuem cavalos, já as criações de animais para produção parecem os bovinos, os suínos, as aves, os ovinos, os peixes e abelhas. Destes, as criações que mais assumem importância para o autoconsumo, primeiro estão os bovinos (pecuária leiteira), seguido da criação de aves e da criação de suínos. A produção de mel é destinada tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização em feiras livres. A criação de peixes e a criação de ovinos são destinadas apenas para o autoconsumo.

Da produção agrícola, ressalta-se a diversidade produtiva ao ser identificada nos sistemas agrários familiares a presença de hortaliças, tomate, pêssego, morango, milho, limão, laranja, feijão, batata-doce, batata-inglesa, banana. E outros produtos como pimentão, alho, uva, vagem, pepino, melão, melancia, mandioca, cenoura, cebola, beterraba, abóbora citados além dos itens do roteiro de entrevista. Também produtos de origem animal, sendo o mel, o leite e os ovos.

Destes, os produtos com maior relevância para o autoconsumo, abrangendo mais de cinco famílias são: hortaliças, feijão, milho, batata-doce, batata-inglesa, tomate, laranja, limão, morango, pêssego, também ovos, leite e mel. Para comercialização em feiras livres, são: hortaliças, feijão, milho, batata-inglesa, batata-doce, tomate, morango, laranja, limão, ovos e mel.

Esta diversidade no repertório da produção para o autoconsumo é responsável por garantir a segurança alimentar das famílias rurais. A capacidade do autoprovisionamento é de fundamental importância para a dimensão econômica do desenvolvimento do território, pois, além de possibilitar uma alimentação de

qualidade, permite a economização<sup>31</sup> no contexto das propriedades familiares. Portanto, “garantir e incentivar o autoconsumo das famílias rurais é crucial para a dinamização social e econômica do espaço rural brasileiro” (CANDIOTTO, 2009, p. 13).

Para a formação de renda das famílias, o produto cultivado de maior importância foram as hortaliças; o tabaco também ocupa um papel de relevância na geração de renda monetária e outros produtos como morango, limão, cebola e frango também podem ser mencionados quando se trata da comercialização.

Sobre os canais de comercialização, entre os Agricultores Familiares Agroecológicos Consolidados- AFAC, o destaque é para as feiras livres, enquanto os Agricultores Familiares em Transição Agroecológica – AFTA têm sua produção destinada tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização em feiras livres, mas também, destinam produtos agrícolas diversos para outros canais.

A produção agroecológica é impulsionada pelas feiras livres as quais as famílias fazem parte, sendo que os AFTA fazem parte da feira Sabores da Terra, enquanto os AFAC fazem parte da Feira Agroecológica da ARPA-SUL. As famílias têm a possibilidade de gerar renda pela comercialização e disponibilização de produtos e alimentos agroecológicos, diversos e de qualidade para os consumidores, acarretando também melhoria na alimentação das próprias famílias através do autoconsumo, ou seja, propicia a segurança alimentar para as famílias.

Nesse sentido, as potencialidades do território convergem para as estratégias do desenvolvimento rural. Conforme escreve Caporal (2009):

Em tal estratégia, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de agriculturas alternativas potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. Se reconhece, portanto, não só a importância da dimensão e do conhecimento local senão que estes surgem como a base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento rural sustentável. (CAPORAL, 2009, p. 97)

---

<sup>31</sup> Lovisol (1989) define como “economização” o aproveitamento do tempo e da força de trabalho dispendidos na produção para o consumo familiar e, também, ao fato de que, ao produzir seus próprios alimentos, a família deixa de gastar recursos monetários na compra destes fora da propriedade.

### 5.3.3 Dimensão cultural

Saquet (2002), afirma que os grupos sociais dinamizam os territórios a partir de sua vivência cotidiana, através do trabalho e demais práticas culturais, produzindo identidades de caráter simbólico e material. Esse conjunto de processos estabelecem as bases da dimensão cultural do território e se constitui em ativo para projetos de desenvolvimento.

Tanto os processos culturais inerentes às relações de poder como as identidades simbólico-culturais mais específicas, sobretudo os processos de TDR<sup>32</sup>, são aspectos utilizados em estudos de geografia quando se destaca o conceito de território, juntamente com relações econômicas e políticas (de poder), as redes e a natureza exterior ao homem. (SAQUET, 2009, p. 82)

Para entender a dimensão cultural do território, na perspectiva do desenvolvimento rural, é necessário conhecer a organização social e cultural dos sistemas agrários familiares.

Do sistema social, as famílias possuem diferentes organizações, sendo que 60% das famílias são formadas pelos responsáveis e seus filhos, havendo paridade entre homens e mulheres na maioria das famílias. A questão da faixa etária influencia na condição dos responsáveis das famílias, ou seja, no geral, os responsáveis estão na faixa etária dos adultos meia-idade (30 a 59 anos). Cabe destacar a presença de idosos, jovens e crianças apontando a permanência da coesão familiar intergeracional nas propriedades rurais familiares.

Sobre a questão da escolaridade, o Ensino Fundamental Incompleto representa a escolarização formal da maioria dos agricultores familiares e reflete justamente as disparidades no acesso entre as gerações, ou seja, os idosos que tiveram acesso às escolas rurais, onde os adultos de meia idade vivenciaram um contexto no qual, para continuar seus estudos, precisavam se deslocar para as escolas da cidade, assim muitos não puderam concluir sequer o ensino fundamental. No caso do Ensino Médio Completo e até de curso técnico, a presença deste reflete a situação da geração dos adultos jovens que vivenciaram outro contexto – de retomada da democracia e do movimento pela educação do campo. Portanto, a

---

<sup>32</sup> TDR – Territorialização; Desterritorialização; Re-territorialização.

maioria dos membros das famílias possui grau de escolaridade de acordo com as condições de acesso dadas por seu contexto político-institucional.

As práticas culturais também incluem as relações estabelecidas com a terra e com o trabalho. A maioria das famílias são proprietárias de suas terras e algumas possuem a condição de parceria, ainda que os proprietários destas famílias sejam os avós. As propriedades foram constituídas, principalmente pela compra, seguida da aquisição por herança.

Sobre contratação de trabalhadores, em regra, as famílias não contratam trabalhadores, no caso de contratar trabalhador em caráter temporário, é feito ocasionalmente, sendo remunerado em dinheiro pela diária. Observa-se que o trabalho é essencialmente familiar, ou seja, a própria família é quem trabalha, gerencia e usufrui das terras de sua propriedade, ainda que existam famílias também contratem trabalhador temporário, ocasionalmente. Identifica-se, também, famílias na condição de parceria, entretanto, esta relação se estabelece entre membros do grupo familiar.

Além da dimensão social, há a questão das relações culturais entre agricultores e consumidores, firmadas na confiança e, muitas vezes, na amizade criada pelo contato direto do consumidor com o agricultor familiar. Em função disso e da periodicidade das feiras, há um processo de apropriação das feiras pela comunidade, desencadeando processos de mudança nas formas de consumo, com o objetivo de apoiar as famílias de agricultores e/ou garantir uma alimentação saudável, ou ainda, cultivar a relação de consumidor e agricultor proporcionada pela feira. Nessas situações, Sabourin (2009, p. 68) esclarece que “as relações de reciprocidade não apenas produzem amizade, mas também confiança entre seus membros e um sentimento de pertencimento e de responsabilidade perante o grupo”.

Admite-se, assim, que as relações de sociabilidade se encontram intimamente associadas a noção de ruralidade, esta última tão importante para pensar a desenvolvimento na perspectiva do rural. Para Medeiros (2017):

(...) ao assumir esta ruralidade como uma construção social é que devem ser enfatizadas e compartilhadas abordagens que percebem ser este um modo de ser, um modo de viver mediado pelo território e pela cultura. A ruralidade deve ter referência em si mesma e não a partir da cidade, como se dela fosse um apêndice com dependência política e econômica. (MEDEIROS, 2017, p. 182)

O tecido social e cultural é ativo importante no desenvolvimento rural de base territorial. A densidade das relações e interações na comunidade, como por exemplo a prática da ajuda mútua entre as famílias de agricultores é elemento fundamental para constituir redes de reciprocidade. Sabourin (2009) esclarece que:

A produção de valores humanos éticos depende de uma relação de reciprocidade simétrica associada a uma práxis. Pode se dar em torno de um substrato material, tipo ajuda mútua para produção ou o manejo compartilhado de recursos; a práxis consiste no compartilhamento do esforço entre pares. (SABOURIN, 2009, p. 69)

No que se refere a participação em festas e eventos da comunidade<sup>33</sup>, as famílias participam principalmente de atividades relacionadas a religiosidade, seguido pela participação em clubes de futebol, centros de tradições gaúchas e associações – neste caso, relacionado a participação de eventos e festas em associações, não necessariamente a vinculação às associações como integrante das mesmas. Essa dimensão da participação da vida em comunidade pode ser articulada a dimensão territorial do rural, na qual, segundo Sabourin (2009, p. 48) “a comunidade doméstica ou rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais”.

Sobre o tempo e motivação das famílias nas atividades da agricultura, as famílias responderam que sempre se dedicaram as atividades relacionadas à agricultura, enquanto apenas uma família relacionou ao tempo na propriedade, sendo também o motivo – a compra da propriedade. As famílias relacionaram seus motivos a continuidade da prática familiar e, também, pela escolha e preferência em permanecer na agricultura. E embora uma família não tenha relacionado a continuidade da família, na questão sobre as práticas agrícolas, esta respondeu que sua família aprendeu a partir de um saber passado de geração em geração, ou seja, também se observa a relação com o saber-fazer transmitido intergeracionalmente. Assim, das práticas agrícolas tradicionais, as famílias relacionaram suas práticas com os familiares de gerações anteriores, onde os pais ou os avós eram agricultores e passaram seus conhecimentos sobre as práticas e modos de produzir para seus filhos e assim sucessivamente.

---

<sup>33</sup> “Em função de sua história, esta palavra, além da localidade e da proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade(religiosa) e compartilhamento de recursos.” (SABOURIN,2009, p.48)

Sobre a sucessão familiar, todas as famílias apontam a continuidade no espaço rural e na agricultura pelos filhos e filhas. Neste caso, as estratégias da sucessão hereditária variam muito entre as famílias, entretanto, o ponto em comum é a perspectiva de permanência no rural e, principalmente, de reprodução social enquanto agricultores familiares.

A valorização do território, a partir da percepção dos agricultores familiares, foi sintetizada pelos lugares preferidos para o descanso e o trabalho. Assim, dos lugares de descanso, as famílias responderam relacionando à casa, ou cômodos específicos como a cozinha/sala, ou ao seu entorno, privilegiando a dimensão da natureza, como a sombra de árvore ou o arroio. No entanto, uma família respondeu seu lugar preferido de descanso referente a uma atividade que envolve a comunidade, o futebol. Dos lugares preferidos de trabalho, a prevalência sobre as estufas de hortaliças ou o manejo com o gado leiteiro.

Candiotto (2009) reforça a importância a identidade social e cultural como um traço forte dos agricultores familiares, pois estes têm o rural como modo de vida.

Assim, para Saquet (2009):

Está clara a questão da multidimensionalidade de nossas vidas cotidianas, tanto biológica como socialmente. Estabelecemos relações econômicas, políticas e culturais todos os dias, minuto a minuto, entre nós e com nossa natureza exterior (inorgânica), o que pode ser traduzido pelas diferenças, identidades e desigualdades, ou seja, pelas territorialidades cotidianas: todos processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza. (SAQUET, 2009, p. 85)

Dos pontos positivos de viver no meio rural, todas as famílias percebem o meio rural enquanto propenso para moradia e vivência pela qualidade de vida, embora duas famílias tenham explicado que há falta de segurança pelos assaltos. A partir do relato de uma das famílias, analisa-se que o meio rural possui condições que no passado não tinha, como o acesso à internet, saneamento básico, água, energia elétrica, transporte e escolas. Também, outro ponto positivo é com relação a produção agroecológica e produzir o próprio alimento. O trabalho na agricultura é colocado também como ponto positivo por várias famílias, quando relacionado a produção agroecológica (somente tido como penoso quando relacionado a produção de tabaco e outras que exigem trabalho intensivo); e pelo fator da autonomia dos agricultores, da geração de renda e da jornada de trabalho.

Dos pontos negativos de se viver no rural, as famílias destacam a falta de manutenção das estradas; a falta de incentivo do governo; a exploração dos mercados com relação a precificação; a desvalorização da agricultura, tanto pelo governo, quanto pela sociedade. Ainda, na questão do trabalho, foi apontado como ponto negativo o fato de não haver férias, nem o descanso do domingo e, também, a impossibilidade de se viajar em função do compromisso com as plantações e os animais que exigem cuidado diário. E, relacionando com a questão ambiental, outro ponto negativo é em relação ao clima, pois afeta diretamente a produção agrícola.

Sobre as perspectivas futuras das famílias frente ao processo de transição agroecológica ou de continuidade para os agricultores consolidados na agroecologia, todas pretendem se manter ativas ou ampliar a sua adesão a produção agroecológica. Ou seja, as famílias que estão em transição agroecológica pretendem transformar suas propriedades agroecológicas e conseguir a produção orgânica, ainda que reconheçam que esse processo pode ser de médio a longo prazo – projetos de vida. E as famílias agroecológicas consolidadas pretendem continuar com a produção agroecológica (e orgânica pelo credenciamento no MAPA).

Ademais, as famílias reconhecem que a produção agroecológica exige trabalho, mas, ao comparar com a produção de tabaco que utiliza a mão de obra familiar de forma intensiva, não restam dúvidas sobre as vantagens de se produzir sem a utilização de agrotóxicos e de produzir alimentos de qualidade para o autoconsumo e para comercialização.

Portanto, as famílias procuram estratégias para resistir a partir de adaptações e tomada de decisões que possibilitam a integração com os contextos econômicos, sociais, culturais e políticas. Para isso, também há adaptações das suas práticas culturais que passam pela forma de produzir, pela sociabilidade ao definir as estratégias de produção e reprodução no rural.

#### 5.3.4 Dimensão política

A dimensão política do território pode ser entendida a partir de duas esferas: a primeira, diz respeito ao papel do Estado, por meio das políticas públicas e do ordenamento jurídico-institucional. Nesse caso, privilegia-se as políticas de crédito e de extensão rural. A segunda dimensão refere-se à capacidade de articulação e organização dos agricultores familiares em cooperativas e associações.

Para Saquet (2005, p. 13886), “as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as novas territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital”. O autor amplia a reflexão sobre a dimensão política do território, expressa sobre as organizações sociais:

Na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições), públicas, privadas e não-governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações, características econômicas, políticas e culturais. Há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações de bairros ou de localidades rurais, até grandes organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. Há diferenças culturais e políticas e desigualdades econômicas entre as famílias e unidades produtivas (urbanas e rurais), bem como traços comuns entre pessoas, famílias, associações, empresas etc. (SAQUET, 2009, p. 84)

No que tange ao papel do Estado, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi criado em 1996, fruto das demandas políticas da agenda dos movimentos sociais, alinhado ao debate mundial sobre a sustentabilidade e a questão do desenvolvimento econômico, social e a proteção ambiental. A partir dele, em 2006, surge a categoria normativa da agricultura familiar, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. O agricultor familiar passa a ser reconhecido institucionalmente a partir de critérios, como a utilização de mão de obra predominantemente familiar; renda mínima familiar originada pelo trabalho familiar na propriedade em atividades na agricultura; e propriedade com área de até quatro módulos fiscais gerenciada pela própria família.

O PRONAF se apresenta como uma política pública de crédito objetivando promover o desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar pelo aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria de renda. O PRONAF possui linhas de crédito para a agricultura familiar, sendo que 80% das famílias entrevistadas acessaram crédito pelo PRONAF em algum momento no passado, em anos anteriores, embora algumas famílias ainda estejam realizando o pagamento do crédito obtido. Assim, o PRONAF objetiva atender as demandas dos agricultores familiares e se caracteriza como uma conquista importante, embora tenha suas limitações.

No que diz respeito às organizações dos agricultores familiares, se destacam as associações e as cooperativas. “As associações representam um instrumento importante para a conquista de benefícios aos agricultores que seriam impossíveis de

serem adquiridos de forma isolada” (FINATTO, 2010, p. 60). E, “as cooperativas também representam uma iniciativa importante para a promoção de objetivos comuns a um determinado grupo social” (FINATTO, 2010, p. 60). Cooperativas de pequeno porte são fundamentais na reprodução socioeconômica dos agricultores a elas vinculados. Além de facilitarem a inserção no mercado, prestam assistência técnica e incentivam a adesão dos associados para práticas da agroecologia.

A associação e a cooperativa das quais as famílias fazem parte, ou seja, a ARPA-SUL e a União, respectivamente, também atuam enquanto mediadores sociais para as famílias de agricultores. Com relação a associação e a cooperativa, estas são importantes mediadores, pois tornam possível a organização dos agricultores para que possam ter o acesso à canais e espaços para comercialização e melhoria na articulação entre os agricultores, entre os demais mediadores que prestam assistência e entre o público consumidor. Ainda, contribui para o acesso à programas, a exemplo do PAA e do PNAE, quando há esta possibilidade de acesso e participação.

Acerca da atuação de mediadores, como já destacado, as famílias possuem assistência técnica pelo CAPA, pela EMATER e pela EMBRAPA, sendo que estes são mediadores e desempenham papel como extensionistas. As famílias perceberam a atuação dos mediadores, enquanto assistência técnica no processo de transição agroecológica, de diferentes formas por cada família. Os serviços prestados variam entre aconselhamento; auxílio; ajuda; demonstração de modos de se realizar atividades; acompanhamento; visitas na propriedade e assistência no trabalho e na comercialização. No geral, se analisa que as famílias compreendem a assistência técnica dos mediadores como necessária e importante e, assim, demonstram o desejo em ter assistência, embora tenham tido contatos, níveis de acompanhamento e assessoria diferenciados.

As mudanças nas propriedades, nas famílias e nas suas atividades, a partir do processo agroecológico e da atuação dos mediadores, refletem-se positivamente na melhoria do autoconsumo, da diversidade produtiva, da questão econômica pela melhoria da renda, do trabalho, da saúde física e mental traduzidas pelo bem-estar, da propriedade e sua organização, das relações de sociabilidade e valorização das práticas culturais. Assim, respeita-se os princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural e territorial.

Para Sabourin (2009, p. 154), o desenvolvimento territorial, nestes termos, seria “o resultado da interação entre dinâmicas locais produtivas, sociais e dinâmicas

institucionais”. Este pressuposto pode ser traduzido pelo desejo das famílias em continuar na produção agroecológica, ainda que possa demandar de médio a longo prazo para tornarem suas propriedades totalmente agroecológicas. Ou seja, além de um desenvolvimento rural para os territórios das famílias, este é articulado ao desenvolvimento rural sustentável nos sistemas agrários familiares agroecológicos.

Assim, demonstra-se com a análise das diferentes dimensões do território e que repercutem no desenvolvimento rural, que é necessário reconhecer as características do real, tanto para os estudos acadêmicos e científicos quanto para os projetos alternativos de desenvolvimento, ou seja, de valorização dos lugares, das diferenças, dos saberes locais, da recuperação e preservação da natureza, enfim, das dinâmicas e processos socioprodutivos. Como esclarece Saquet (2005):

Cada lugar tem seu tempo e seus tempos, suas universalidades e singularidades e, cada tempo, o seu lugar e lugares, materializando-se diferentemente em razão das determinações sociais [economia, política e cultura (E-P-C)], intimamente ligadas à dinâmica da natureza exterior ao homem (E-P-C-N). Conjugam-se, concomitantemente, materialidade e imaterialidade de formas e relações sociais, identidade e movimento, mudanças e permanências (condicionantes umas das outras), no tempo e no espaço. (SAQUET, 2005, p. 13892)

Portanto, se faz necessário a expansão da assistência técnica qualificada para ações de mediação e extensão nos processos de transição agroecológica para as famílias de agricultores, bem como, políticas públicas e linhas de crédito que incentivem a produção agroecológica da agricultura familiar. Nas palavras de Sabourin (2009, p. 154) “um dos principais desafios consiste em fortalecer a capacidade de atores da agricultura familiar de contribuir de forma ativa para a definição e implementação de projetos e instrumentos adaptados de políticas públicas”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a presente pesquisa, em uma tentativa de síntese, pode-se afirmar que a agricultura familiar camponesa, representada pelos sujeitos da investigação, tem suas raízes históricas nos processos de formação sociocultural do campesinato brasileiro e, particularmente, na região da Serra dos Tapes onde está localizado o município de Canguçu, está ligado aos processos de imigração e colonização do sul do Brasil. Esses sujeitos partilham características que permaneceram ao longo do tempo e no espaço, como o trabalho familiar, a centralidade da família na organização da produção, tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, a constituição do patrimônio fundiário, e, não menos importante, a construção de projetos futuros no rural.

Muito embora tenham ocorrido rupturas com o passado camponês em função da modernização agrícola, persiste um processo de reconstituição dos saberes tradicionais advindos dos antepassados e que, atualmente, encontram-se articulados a agroecologia e ao desenvolvimento rural de base territorial. Isto reflete-se nas características do território sendo conformado a partir de suas continuidades e descontinuidades (permanências e rupturas) temporais e espaciais.

A produção agroecológica e a comercialização dos produtos em feiras livres, resultado da parceria entre ação de mediadores sociais e agricultores familiares, produz resultados na melhoria de vida das famílias em diferentes dimensões: ambiental/natural, econômica, social, cultural e política. Tal melhoria na vida das famílias se traduz no autoconsumo, na organização da propriedade, na diversidade produtiva, na renda familiar e no trabalho, até mesmo nas relações de sociabilidade e na saúde física e mental.

Cabe destacar o papel do associativismo e do cooperativismo entre as famílias entrevistadas, pois a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPA-SUL) e a Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu (União) também são mediadores sociais. E o papel dos mediadores sociais, de caráter extensionista, como o CAPA, a EMATER e a EMBRAPA, que acompanham as famílias de diferentes níveis e são importantes para que se desenvolva processos de transição agroecológica para uma produção orgânica, somados aos demais aspectos correlatos firmados nos princípios da agroecologia e da sustentabilidade.

Há, assim, processos de desenvolvimento rural, de base territorial, em andamento, desencadeados pelas mudanças de consumo de produtos e alimentos agroecológicos nas feiras e pela venda direta com os agricultores, o que também favorece o desenvolvimento socioeconômico das famílias. E, também, pela retomada dos valores positivos socioculturais, ao mesmo tempo que se busca novos conhecimentos, assim, resultando em desenvolvimento para as famílias e para o território. Portanto, se vislumbra a complexidade e o caráter sistêmico do desenvolvimento rural, uma vez que se baseia não apenas no crescimento econômico, mas também em justiça social, saúde das famílias rurais conservação ambiental e direitos políticos institucionais.

As iniciativas de produção e comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar agroecológica em canais curtos, como é o caso das feiras livres (Feira Sabores da Terra e Feira Agroecológica da ARPA-SUL), devem ser incentivadas pelo Estado e por políticas públicas próprias para que se propicie visibilidade e facilidades de logística e distribuição de alimentos. No caso das feiras agroecológicas, devem ser apoiadas pelas administrações municipais, inclusive com o intuito de facilitar o acesso aos alimentos a população de baixa renda, aos trabalhadores informais e a população vulnerável, para haver inclusão social, especialmente nos espaços urbanos.

Esse é um caminho promissor para a promoção do desenvolvimento rural de base territorial, pois favorece o acesso a diversidade de produtos agroecológicos e/ou orgânicos locais. O contexto atual de pandemia sanitária, crise econômica e colapso ambiental confere ainda maior relevância à continuidade, adequação e ampliação dos chamados equipamentos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, creches, asilos e unidades de distribuição da agricultura familiar) como política pública enraizada no território.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Michel. Rumo à Agricultura Sustentável. In. ALTIERI, Michel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 545-560.

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **DIALOGUS**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-241, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009**. 350 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010.

ANA. **Bacias Hidrográficas Ottocodificadas (Níveis Otto)**, 2012. Disponível em: <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/metadata.show?id=47&currTa>. Acesso em: ago. 2019.

ARAÚJO, Letícia Almeida; COSTA, Tamiris Maria Moreira da; LEMOS, Thais de Cássia Silva. Mulheres no campo: divisão sexual do trabalho em propriedades da cafeicultura convencional no Sul de Minas Gerais. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 36, p.88-111, 2020.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985

ASARI, Alice Yatiyo; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Jovens e idosos nas unidades de produção familiar. Impasses e motivações para sua permanência no campo. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, Edição Especial I – XXII ENGA, p. 252-269, set. 2015.

BDIA. **Geomorfologia – relevo**. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. **Decreto Federal 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm). Acesso em: ago. 2020.

BREMM, Cristina. PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Mediação social e agroecologia: trajetórias e desafios dos agentes do Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 55, n. 22, p. 234-245, mai./ago. 2019.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu Reencontro com a História: Um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. 2ª edição. Barra Mansa- RJ, ACANDHIS/Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In.: (Orgs.) Santos, Clarice Aparecida dos. **Educação do Campo**: campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. p. 67-86.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, p. 1-16, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, vol. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto (Coord.). **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: 2009.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, 1997.

CORREIA, José Duarte; SILVA, Nilo César Coelho da; FERREIRA, Luiz Felipe. Centro Geodésico e Centróide: Uma Abordagem Conceitual. **Cartografia e Cadastro**, Lisboa, n. 5, p. 01-05, 1996.

COSTA, Sidney Anderson Teixeira da; BEZERRA, Alan César; SILVA, Michele Ferreira; NASCIMENTO, Antônio Henrique Cardoso do; PESSOA, Luiz Guilherme Medeiros. Extensão rural para conservação do solo na agricultura familiar. **Revista Extensão em Foco**, n. 20, p. 18-30, jan./jul. 2020.

COSTABEBER, José Antônio. Capítulo V: Transición agroecológica y acción social colectiva. In.: COSTABEBER, José Antônio. **Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 434f. Tese (Doutorado en Agroecología, Campesinado e Historia) – Universidad de Córdoba, España, 1998.

DAROLT, Moacir R. LAMINE, Claire. BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, jun. 2013.

DINIZ, José A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

DOURADO, Auceia Matos. Caminhos e encontros com o território. In.: VARGAS, M.A.M.; DOURAS, A.M.; SANTOS, R.H. (Orgs). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: EDISE, 2015. p. 25-66

FEE. **Município: Canguçu**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Canguçu>. Acesso em: ago. 2019.

FEE. **FEE Dados Abertos** - 2016 e 2017. Disponível em: <https://dados.fee.tcche.br/>. Acesso em: jan. 2020.

FEPAM, 2005. **Biblioteca Digital**. Disponível em: [http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases\\_geo.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases_geo.asp). Acesso em: jan. 2020.

FEPAM. **Zoneamento Ambiental da Silvicultura**: Diretrizes da Silvicultura por Unidade de Paisagem e Bacia Hidrográfica. Volume II. 2010.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. Capítulo II – Passado e Presente de Canguçu. In.: FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre comportamento coletivo. 213f. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2005. p. 72-96.

FINATTO, Roberto Antônio. **As transformações no espaço rural e a emergência da agricultura familiar de base agroecológica – Pelotas/RS**. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GARCIA Jr., Afrânio, R. **Terra de Trabalho** - Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr./jun. 2008.

GROFF, Altair; MEURER, Ane Carine. **A desterritorialização das escolas no campo do município de Dona Francisca**. São Leopoldo: OIKOS, 2018.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In.: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.p. 95- 120

\_\_\_\_\_. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: fev. 2019.

HASENACK, H.; WEBER, E.(org.) **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul** - escala 1:50.000. Porto Alegre: UFRGS Centro de Ecologia. 2010. 1 DVD-ROM. (Série Geoprocessamento n.3). ISBN 978-85-63483-00-5 (livreto) e ISBN 978-85-63843-01-2 (DVD).

HECHT, Susanna B. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In.: ALTIERI, Michel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-51.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Fundamentos da Formação do Território Moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS, n. 23, p. 9 - 22, mar. 1998.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. O campesinato e a *plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In.: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 39-67.

IBGE. Canguçu (RS). In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 33, p. 113-118, 1959. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_33.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf). Acesso em: jan. 2020.

IBGE. **Canguçu**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cangucu/panorama>. Acesso em: jan. 2020.

IBGE. **Malhas territoriais de 2015**. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_municipais/municipio\\_2015/](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/). Acesso em: jan. 2020.

IBGE. **Manual Técnico de Geomorfologia**. IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. **Mapa de Clima do Brasil**. Disponível em: [http://geoftp.ibge.gov.br/informacoes\\_ambientais/climatologia/mapas/brasil/Map\\_BR\\_clima\\_2002.pdf](http://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/climatologia/mapas/brasil/Map_BR_clima_2002.pdf). Acesso em: ago. 2019.

IBGE. **Setores Censitários do Censo de 2010**. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_de\\_setores\\_censitarios\\_divisoes\\_intramunicipais/censo\\_2010/setores\\_censitarios\\_shp/rs/](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_de_setores_censitarios_divisoes_intramunicipais/censo_2010/setores_censitarios_shp/rs/). Acesso em: ago. 2019.

INPE. **Monitoramento do El Niño durante NDJ-2019-2020**. Disponível em: <http://enos.cptec.inpe.br/>. Acesso em: jan. 2020.

KAGEYAMA, Angela Antonia. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva. **A multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar**: um estudo de caso na localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS. 129f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, 2017.

KREUTZ, Ivar José; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães; CAZELLA, Ademir Antonio. A construção técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade. **Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, ano XII, p. 41-67, jan./dez. 2005.

KRONE, Evander E. **Da colônia ao sertão**: um estudo antropológico sobre conflitos na construção da qualidade dos alimentos entre famílias rurais do Nordeste e do Rio Grande do Sul. 279f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2018.

LOVISOLO, Hugo. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios. Porto Alegre: NEAG, 2017. p. 179-189.

MIGUEL, Lovois de Andrade, MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 11-38.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel. Sistemas agrários e desenvolvimento rural. In.: CONTERATO, Marcelo Antonio; RUDOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 297-312.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n 74, p.51-64, 2012.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. In: FERNANDES, B.M.; MARQUES M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 1-50

OSÓRIO, Helen. Rebanhos, Searas e Roças: uma aproximação da paisagem agrária do Rio Grande de São Pedro no período colonial. In.: História Agrária e Ambiental. Santa Maria: **Ciência & Ambiente**, 2006. p. 121-133.

PERUSI, Maria Cristina; ZAHER, Camila A. Preparo conservacionista do solo no contexto da agricultura familiar, estudo de caso na microbacia do córrego fundo, município de Ourinho/SP. **Geociências**, São Paulo, UNESP, v. 31, n. 4, p. 638-649, 2012.

POLLNOW, Germano Ehlert. **Agricultura familiar e processos de certificação de orgânicos**: o caso do arroz Terra Livre. 120f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia**. 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PRIBE, Paula Daiana Albrecht. **Os sistemas e os Códigos Culturais Pomeranos na Localidade de Canguçu Velho - Canguçu/RS**. Orientadora: Giancarla Salamoní. 138 f. Monografia (Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, 2018.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

QUEIROGA, Joel Leandro de. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio; CORONA, Hieda Maria Pagliosa (Orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece**: dilemas ambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 53-107.

QUEIROZ, João Batista Pereira. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. **Revista Nera**, a.14, n.18, p. 37-42, jan./jun. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora ática, 1993.

RAMOS, Vanessa Souza de; ANGNES, Juliane Sachser; COSTA, Zoraide. O Futuro da Fumicultura: o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, a.16, n.43, p. 548-572, abr./jun. 2018.

RIBEIRO, V. S.; SALAMONI, G. A Territorialização Camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, 2011.

ROCHE, Jean. Capítulo V – A enxamagem dos pioneiros. In.: ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1969. p. 319-401.

RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio da. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2009. p. 251-275.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmem Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, p. 13882 – 13894, 2005.

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z.; UEDA, V. (Orgs.) **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. da ULBRA; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p.47-60

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In.: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p.73- 94

\_\_\_\_\_. **Consciência de Classe e de Lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SARTORI, Maria da Graça Barros Sartori. A dinâmica do clima do Rio Grande do Sul: indução empírica e conhecimento científico. **Terra Livre**, v.1, n.20, p.27-49, jan./jul. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C. e MARTINEZ VALE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito. Ed. Flacso -séria FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p.511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, Maurício; MENASCHE, Renata. Quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes: fumicultura e acesso à terra. In.: **Anais do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Campinas: Rede de Estudos Rurais, 2014. p.1-13.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, vol. 2, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In.: NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. Volume II. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p.39-63.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**: uma análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 23-40, maio/ago. 2015.

SODRÉ, Maiara Tavares; SALAMONI, Giancarla. Em busca das origens geográficas do conceito de sistema agrário: revisitando os clássicos. **Geografia**, Rio Claro, v.41, n.2, p.313-330, mai./ago. 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.p.57- 72

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.77-116.

SPOSITO, Eliseu Savério. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: In: HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z.; UEDA, V. (Orgs.) **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. da ULBRA; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p.63-75

STAKE, Robert. Pesquisa qualitativa, como as coisas funcionam. In.: STAKE, Robert. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 279f. Tese (doutorado) –

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UFRGS-IB-Centro de Ecologia. **Mapeamento da cobertura vegetal do Bioma Pampa**: Ano-base 2009. Porto Alegre: UFRGS-IB-Centro de Ecologia. 2016.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VIEGAS, Maurício da Trindade; ROVER, Oscar José; MEDEIROS, Monique. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v.42, p.370-384, dez., 2017.

VIERA, Valmir. **Município de Canguçu/RS**: O Relevo e sua Morfodinâmica como Condicionantes do Dinamismo Agrícola. 160f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

\_\_\_\_\_. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia rural**, Piracicaba-SP, v. 52, p. S025-S044, 2014.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, p. 1-18, 1996.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.7, n.1, p. 35-53, 1990.

ZARTH, Paulo Afonso. Colonização e ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul. In.: História Agrária e Ambiental. Santa Maria: **Ciência & Ambiente**, 2006. p.155-163.

## APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PARA AGRICULTORES

|                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b><br>Entrevista nº: _____<br>Agricultor(a): _____<br>_____<br>Tamanho propriedade (ha): _____<br>Referência para localização - GPS: _____<br>_____<br>Data: ____/____/____<br>Localidade: _____ | <b>LEGENDA</b><br><br><u>Sistema da Agricultura</u><br>▲ Sistema Social<br>► Sistema Produtivo<br>◄ Sistema Funcional<br>▼ Sistema Cultural<br>● Processo de Transição Agroecológica |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

### ▲ 1. Idade e escolaridade dos membros da família

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 / + |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Sexo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |
| Idade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |   |   |   |   |   |   |   |   |       |
| Escolaridade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |   |   |   |   |   |   |   |   |       |
| <b>Legenda</b><br><b>H</b> = Homem<br><b>M</b> = Mulher<br><b>EFI</b> = Ensino Fundamental Incompleto<br><b>EFC</b> = Ensino Fundamental Completo<br><b>EMI</b> = Ensino Médio Incompleto<br><b>EMC</b> = Ensino Médio Completo<br><b>ESI</b> = Ensino Superior Incompleto<br><b>ESC</b> = Ensino Superior Completo<br><b>A</b> = Analfabeto<br><b>NIE</b> = Não está em Idade Escolar |   |   |   |   |   |   |   |   |       |

### ▼ 2. Sucessão Familiar:

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| Maiorato (filho mais velho) |  |
| Minorato (filho mais novo)  |  |
| Filho (as)                  |  |
| Outro: Qual?                |  |

### ▲ 3. Condição do(a) agricultor(a)

|              |  |
|--------------|--|
| Proprietário |  |
| Arrendatário |  |
| Parceria     |  |
| Outro: Qual? |  |

### ▲ 4. (Quando proprietário) Como adquiriu suas terras?

|         |  |                             |  |        |  |       |  |
|---------|--|-----------------------------|--|--------|--|-------|--|
| Herança |  | Parte Herança/ Parte Compra |  | Compra |  | Posse |  |
|---------|--|-----------------------------|--|--------|--|-------|--|

### ▲ 5. Como é formada a renda na propriedade?

|                                                                              |  |
|------------------------------------------------------------------------------|--|
| Venda de produtos agrícolas                                                  |  |
| Venda de produção pecuária (e derivados)                                     |  |
| Venda de produtos artesanais (Quais?)                                        |  |
| Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)                        |  |
| Aposentadoria/pensão                                                         |  |
| Aluguéis/arrendamentos                                                       |  |
| Atividades não agrícolas fora da propriedade/serviços realizados. (Quais?)   |  |
| Atividades não agrícolas dentro da propriedade/serviços realizados. (Quais?) |  |

▲ **6.** Quais atividades tem maior importância para que a família permaneça no meio rural?

▲ **7.** Contrata trabalhador temporário ou permanente? (Caso positivo) - Como é remunerado?

| Remuneração |                   |              |
|-------------|-------------------|--------------|
| Dinheiro    | Parte da produção | Outra. Qual? |
|             |                   |              |
|             |                   |              |
|             |                   |              |

◀ **8.** Utiliza algum tipo de crédito? Qual a finalidade?

|               |  |        |  |                 |  |             |  |        |  |
|---------------|--|--------|--|-----------------|--|-------------|--|--------|--|
| Agroindústria |  | PRONAF |  | Crédito Privado |  | Não utiliza |  | Outro: |  |
|---------------|--|--------|--|-----------------|--|-------------|--|--------|--|

◀ **9.** Assistência Técnica:

|            |  |             |  |           |  |           |  |
|------------|--|-------------|--|-----------|--|-----------|--|
| EMBRAPA    |  | EMATER      |  | Indústria |  | Sindicato |  |
| Prefeitura |  | Cooperativa |  | CAPA      |  | Outras:   |  |

▼ **10.** Desempenha algum tipo de ajuda mútua entre parentes ou vizinhos?

|     |     |
|-----|-----|
| Sim | Não |
|     |     |

▼ **11.** Participa de festas e eventos da comunidade?

|        |  |        |  |            |  |        |  |
|--------|--|--------|--|------------|--|--------|--|
| Igreja |  | Escola |  | Associação |  | Outros |  |
|--------|--|--------|--|------------|--|--------|--|

► **12.** Quais tipos de criações existem em sua propriedade? Com qual finalidade?

| De Produção | AC | C1 | C2 | C3 | C4 | C5 |
|-------------|----|----|----|----|----|----|
| Bovinos     |    |    |    |    |    |    |
| Suínos      |    |    |    |    |    |    |
| Aves        |    |    |    |    |    |    |
| Ovinos      |    |    |    |    |    |    |
| Peixes      |    |    |    |    |    |    |
| Outros      |    |    |    |    |    |    |

| De Trabalho |  |
|-------------|--|
| Bois        |  |
| Cavalos     |  |
| Outros:     |  |

**Legenda:** AC – Autoconsumo; C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3 - feiras livres; 4- agroindústrias; 5- intermediário).

► **13.** Quais produtos cultivam na sua propriedade? Com qual finalidade?

| Tipos          | Específico | AC | C1 | C2 | C3 | C4 | C5 |
|----------------|------------|----|----|----|----|----|----|
| Tabaco         |            |    |    |    |    |    |    |
| Feijão         |            |    |    |    |    |    |    |
| Soja           |            |    |    |    |    |    |    |
| Milho          |            |    |    |    |    |    |    |
| Batata-inglesa |            |    |    |    |    |    |    |
| Batata-doce    |            |    |    |    |    |    |    |
| Laranja        |            |    |    |    |    |    |    |
| Limão          |            |    |    |    |    |    |    |
| Morango        |            |    |    |    |    |    |    |
| Banana         |            |    |    |    |    |    |    |
| Pêssego        |            |    |    |    |    |    |    |
| Tomate         |            |    |    |    |    |    |    |
| Hortaliças     |            |    |    |    |    |    |    |
| Ovos           |            |    |    |    |    |    |    |
| Mel            |            |    |    |    |    |    |    |
| Leite          |            |    |    |    |    |    |    |
| Outro, qual?   |            |    |    |    |    |    |    |

**Legenda:** AC – Autoconsumo; C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3 - feiras livres; 4- agroindústrias; 5- intermediário).

► **14.** Quais produtos agrícolas tem maior importância na formação da renda familiar?

▼ **15.** A família consome e utiliza produtos industrializados?

|                  | Sim, especifique: | Não |
|------------------|-------------------|-----|
| Alimentos        |                   |     |
| Limpeza e outros |                   |     |

◀ **16.** Uso do Solo:

|                                                             |  |
|-------------------------------------------------------------|--|
| Área total (ha)                                             |  |
| Área cultivada                                              |  |
| Pastagem natural                                            |  |
| Mata                                                        |  |
| Áreas de Preservação Permanente – APPs                      |  |
| Área não utilizável – estradas, afloramentos rochosos, etc. |  |

◀ **17.** Utiliza práticas de Conservação do Solo?

|                            |  |
|----------------------------|--|
| Adubação Verde             |  |
| Plantio em Curvas de Nível |  |
| Rotação de Cultura         |  |
| Plantio Direto             |  |

◀ **18.** Quais os tipos de correção, adubação ou controle utilizados na propriedade?

|                | Regularmente | Ocasionalmente | Não utiliza |
|----------------|--------------|----------------|-------------|
| Adubo químico  |              |                |             |
| Adubo orgânico |              |                |             |
| Adubação verde |              |                |             |
| Calcário       |              |                |             |
| Fungicidas     |              |                |             |
| Herbicidas     |              |                |             |
| Inseticidas    |              |                |             |
| Outros:        |              |                |             |

▶ **19.** Quais são os cultivos e/ou pastagem no sistema agroecológico?

◀ **20.** Quais os recursos hídricos disponíveis na propriedade?

|        |  |         |  |       |  |          |  |        |  |
|--------|--|---------|--|-------|--|----------|--|--------|--|
| Arroio |  | Cacimba |  | Açude |  | Cisterna |  | Outro: |  |
|--------|--|---------|--|-------|--|----------|--|--------|--|

◀ **21.** Usa irrigação na agricultura? (Caso positivo). Para qual cultura e como é obtida a água?

◀ **22.** Na propriedade existem nascentes de cursos d' água? Como é o cuidado com a manutenção das nascentes?

◀ **23.** Que máquinas e instrumentos agrícolas são utilizados na propriedade?

|              | Sim | Não |           | Sim | Não |             | Sim | Não |
|--------------|-----|-----|-----------|-----|-----|-------------|-----|-----|
| Trator       |     |     | Arado     |     |     | Subsolador  |     |     |
| Carroça      |     |     | Reboque   |     |     | Trilhadeira |     |     |
| Pulverizador |     |     | Grade     |     |     | Capinadeira |     |     |
| Plantadeira  |     |     | Plaina    |     |     | Outros:     |     |     |
| Aleirador    |     |     | Roçadeira |     |     |             |     |     |

▼ **24.** Com relação ao Patrimônio Material, a propriedade possui:

|               |  |                 |  |
|---------------|--|-----------------|--|
| Moinho        |  | Objetos Antigos |  |
| Moenda        |  | Outros: Quais?  |  |
| Casa de Pedra |  |                 |  |

▼ **25.** Há quantos anos a família se dedica as atividades relacionadas à agricultura? Por quê?

▼ **26.** Quais práticas agrícolas tradicionais foram transmitidas dos antepassados?

▼ **27.** A família pretende manter a sua propriedade com a agricultura ou outras atividades?

▼ **28.** Qual é o lugar preferido para o trabalho? Por quê? E qual é o lugar preferido para o descanso? Por quê?

▼ **29.** Quais são as perspectivas de continuidade da família no espaço rural? A família deseja que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores?

▼ **30.** Nos dias atuais, quais são os pontos positivos e negativos de se viver no meio rural?

● **31.** Há quanto tempo iniciou o processo de transição agroecológica?

● **32.** Quais as práticas/técnicas adotadas ao longo do processo de transição agroecológica?

● **33.** Que mudanças você percebeu na propriedade e nas atividades da família?

● **34.** Sobre a assistência técnica, como avalia as atividades dos mediadores (CAPA; EMATER; EMBRAPA) no processo de transição agroecológica?

● **35.** Quais as perspectivas do processo de transição agroecológica?